

RAÍZES Nº 4-5

JAN. 84/DEZ. 85

PROBLEMATICA
AGRÁRIA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Kostas Vergopoulos:** Capitalismo e alimentação 5
- Manoel Correia de Andrade:** A seca e o combate aos fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste 33
- Gian Mario Giuliani:** A renda da terra: um impasse na teoria 39
- Yves Chalout:** Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste 61
- Clemilda Maria de O. de Sousa:** Movimento operário e luta pela terra em Pernambuco 101
- Paola Cappellin Giuliani:** Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados 123
- René L. de Carvalho & Eulália E. Cardoso:** Frentes modernizantes na agricultura paraibana 141
- Jean-Charles Szurek:** Crise agrícola e sindicalismo rural na Polônia 155

- PESQUISAS ASSOCIADAS:** Mudança sócio-econômica do Cariri Paraibano 167

- Ghislaine Duqué:** Estrutura fundiária e pequena produção 168
- Maria Cristina de M. Marin:** Migração sem urbanização 197
- Ramón Peña Castro:** A política de reflorestamento no Semi-Árido paraibano 204

NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

- César Garcia:** Posições atuais em torno da reforma agrária 213
- Mestrado em Sociologia Rural:** Abstracts das dissertações defendidas 217

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- C. Garcia; H. F. Aguiar Filho; J. C. Moreira Filho & M. A. Seara:** A questão agrária e a SUDENE. (E. Troccoli & G. Duqué) 229
- L. C. B. Pereira & Y. Nakano:** Inflação e recessão. (M. L. Malaguti) 233
- E. Mandel:** Marxismo abierto. (M. L. Malaguti) 237
- J. Camilo de Melo:** A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco (M. Zaidan F.) 239

RAÍZES

Ano IV, v. 3, Nº 4-5, jan 84/dez. 85

Editores:

Mestrado em Economia e
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Para-
raíba
Campus II - Campina Grande

Diretores:

Josefa Saletê Barbosa Caval-
canti
Reinaldo A. Carcanholo

Conselho Editorial:

Elbio Troccoli Pakman (Presi-
dente)
Antonio Idelfonso A. Melo
Gilda de Castro Rodrigues
Manoel Correia de Andrade
Manoel Luiz Malaguti
Octavio Ianni
Paulo Nakatani
Raimundo Nonato Santos

Comitê de Redação:

Manoel Luiz Malaguti (Presi-
dente)
Gian Mario Giuliani
Ghislaine Duqué
Josemir Camilo de Melo
Elbio Troccoli Pakman
Paulo Campanário

Colaboração:

PRAI - UFPb, CH - UFPb,
CODECIT, PRPG - UFPb,
Convênio CAPES/COFECUB
(UFPb/Paris X - Nanterre)

Composição Gráfica:

EPGRAF - Equipe Editorial e
Serviços Gráficos Ltda.

Gravura de Capa:

Elifas Andreatto

A revista RAÍZES é uma publicação
semestral editada pelos mestrados em
Sociologia e em Economia - com área
de concentração em problemática rural
- da Universidade Federal da Paraíba.

Correspondência e material para publicação:

Revista RAÍZES
Av. Aprígio Veloso, 882
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba
58.100 - Campina Grande, Paraíba

Tel. (083) 321-7222, r. 143 e 558

Referência Bibliográfica:

RAÍZES, v.3, n.4-5, jan.1984/dez.1985
Campina Grande, Mestrado em
Economia e Mestrado em Socio-
logia da Universidade Federal da
Paraíba - UFPb.
v. semestral
1. Sociologia Rural - periódico
2. Economia Rural - periódico
3. Economia Política - periódico

CDD - 330

CDU - 338.43(05)

Os trabalhos assinados são de in-
teira responsabilidade de seu(s)
autor(es).

É permitida a livre transcrição de
qualquer matéria, desde que seja
citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

© RAÍZES, 1985

RAÍZES Nº 4-5

JAN. 84/DEZ. 85

PROBLEMATICA
AGRÁRIA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Kostas Vergopoulos:** Capitalismo e alimentação 5
- Manoel Correia de Andrade:** A seca e o combate aos fatores desestabilizados da economia agrícola do Nordeste 33
- Gian Mario Giuliani:** A renda da terra: um impasse na teoria 39
- Yves Chaloult:** Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste 61
- Clemilda Maria de O. de Sousa:** Movimento operário e luta pela terra em Pernambuco 101
- Paola Cappellin Giuliani:** Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados 123
- René L. de Carvalho & Eulália E. Cardoso:** Frentes modernizantes na agricultura paraibana 141
- Jean-Charles Szurek:** Crise agrícola e sindicalismo rural na Polônia 155

- PESQUISAS ASSOCIADAS:** Mudança sócio-econômica do Cariri Paraibano 167

- Ghislaine Duqué:** Estrutura fundiária e pequena produção 168
- Maria Cristina de M. Marin:** Migração sem urbanização 197
- Ramón Peña Castro:** A política de reflorestamento no Semi-Árido paraibano 204

NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

- César Garcia:** Posições atuais em torno da reforma agrária 213
- Mestrado em Sociologia Rural:** Abstracts das dissertações defendidas 217

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- C. Garcia; H. F. Aguiar Filho; J. C. Moreira Filho & M. A. Seara:** A questão agrária e a SUDENE. (E. Troccoli & G. Duqué) 229
- L. C. B. Pereira & Y. Nakano:** Inflação e recessão. (M. L. Malaguti) 233
- E. Mandel:** Marxismo abierto. (M. L. Malaguti) 237
- J. Camilo de Melo:** A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco (M. Zaidan F.) 239

AOS LEITORES

Entregamos hoje um novo volume de RAÍZES, na convicção de que estamos levando a bom termo uma das mais importantes aspirações de toda comunidade acadêmica: externar a um número cada vez maior de pessoas suas principais indagações, através de um conjunto de artigos, relatórios de pesquisas, notas, comentários e resenhas.

Ao fazermos uma seleção dos trabalhos aqui apresentados, tanto sob o prisma da relevância de conteúdo quanto da forma, esforçamo-nos por levar aos leitores uma publicação de significativo nível teórico e cuidadoso padrão gráfico.

Coerente com sua principal orientação, nossa revista de ciências sociais e econômicas volta-se, prioritariamente, para os aspectos sócio-econômicos da problemática agrária em geral e, especificamente, para os referentes à região nordeste do país. É assim que, conforme anunciado no volume precedente, elaboramos este de forma monotemática.

Além das contribuições de especialistas, nacionais e estrangeiros, que conosco têm debatido e apresentado suas idéias, incluem-se estudos e resultados derivados de pesquisas, individuais e de equipe, desenvolvidas nos marcos dos Cursos de Mestrado em Economia e em Sociologia de Campina Grande.

Ainda em cumprimento ao prometido anteriormente, oferecemos uma relação completa dos resumos das dissertações defendidas em nosso Curso de Mestrado em Sociologia Rural, até o ano de 1985.

Uma seção de Resenha Bibliográfica faz também aqui sua estréia. Prevista desde sua concepção, RAÍZES pode agora efetivar um serviço de informações relativo à publicações atuais.

A organização destes números e sua edição final passaram por uma série de dificuldades de ordem técnico-administrativo-financeira, as quais foram ultrapassadas graças ao empenho e trabalho de um grupo de pessoas comprometidas com a vida acadêmica de nossa Universidade.

Muito falta por fazermos. Deficiências de várias ordens ainda subsistem no âmbito da padronização, periodicidade e divulgação. A continuidade de RAÍZES tem se constituído em experiências que se aperfeiçoa gradualmente. Deste modo, esperamos que os próximos números representem formas mais aprimoradas do trabalho até agora realizado.

A edição deste volume recebeu, além do apoio institucional de nossa Universidade, a contribuição da Coordenadoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CODECIT, da secretaria do Planejamento do Estado da Paraíba.

Destarte, prosseguiremos na linha traçada e sistematicamente reiterada. O crescente número de leitores e a boa acolhida são nosso maior estímulo para continuarmos com este empreendimento editorial.

CAPITALISMO E ALIMENTAÇÃO*

Kostas Vergopoulos**

TENDÊNCIA GERAL: CRISE E ESTABILIZAÇÃO AGRO-ALIMENTAR

Teria sido difícil de imaginar, no início dos anos 60, que, em pouco tempo, a agricultura e a alimentação iriam ser temas de tão candente atualidade. Nesta época, os espíritos se preocupavam notadamente com as novas perspectivas do progresso técnico e do maquinismo de suas aplicações em novos domínios: a produção industrial, a aeroespacial, a eletrônica e os robôs. A agricultura aparecia, então, como o parente pobre da mutação tecnológica de nossa época e deveria de todas as formas seguir, cedo ou tarde, os outros setores na via inevitável da modernização, a distância e com atraso. Quanto aos camponeses, eles apareciam, sem nenhuma dúvida, como as inevitáveis vítimas do inexorável progresso econômico e tecnológico da sociedade em seu conjunto.

Apesar de tudo, nós nos encontramos hoje numa situação inesperada: a agricultura nos preocupa atualmente não como uma série de resistências a vencer em termos de difusão do progresso técnico, como se pensava antes, mas sim, como uma *primeira etapa* a resolver na perspectiva de novas mutações sócio-econômicas que concernem à sociedade e que são necessárias para que se chegue a uma nova ordem econômica, tanto internacional quanto interna. Se admite, hoje, que a nova ordem econômica, tão buscada por todos os lados, comporte intrinsecamente uma nova organização do espaço agrário e alimentar da sociedade.

Verificamos esta relação estreita nos propósitos do Ministro da Agricultura na França, para quem a organização do espaço agro-alimentar constitui um "Imperativo nacional" de importância capital⁽¹⁾. Igualmente, não seria menos explícita a conclusão dos especialistas expertos da OCDE, segundo os quais o problema agro-alimentar adquire progressivamente uma importância cada vez mais *estratégica* na reestruturação do conjunto da economia⁽²⁾. Se constatará, sem dificuldade, que no ambiente dos "policy makers" emerge hoje a convicção de que a ordem agro-alimentar, mais que uma precondição,

* Texto apresentado em palestra realizada no dia 10/11/1983, na Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande, Paraíba, em ocasião da visita do autor aos Mestrados em Economia e Sociologia Rural. (Traduzido por Paulo Campanário e revisado por René Louis de Carvalho).

** Professor e Diretor do Departamento de Economia Política da Universidade de Paris VIII – França.

(1) Ver *Le Monde*, 13 de novembro de 1982

(2) Ver OCDE, *Examen des Politiques Agricoles*, Paris, 1980

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	05 a 32	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	---------	-------------------

deveria ser considerada como uma peça *constitutiva fundamental* do sistema econômico no seu conjunto.

Não é somente o diretor da FAO, Ed. Saouma ³ quem sublinha esta relação estreita entre a ordem alimentar e a ordem econômica, mas também as problemáticas de uma orientação mais geral. Toda reflexão que almeja ser global e de longo prazo faz necessariamente da agricultura a base ativa de toda política de reformulação industrial.. Para Emile Lennen, Secretário Geral da OCDE, a agricultura e a alimentação não deveriam ser consideradas como problemas ultrapassados, mesmo porque se encontram atualmente "no coração do debate internacional". O grupo dos países não -alinhados, chamado o Grupo dos "77", também coloca com insistência e sem ambigüidade que o acesso à nova ordem econômica internacional pressupõe a constituição de uma nova ordem alimentar interna e internacional ⁴. Neste panorama de tomadas de posição, não se deveria omitir a política americana: se admite hoje, nos Estados Unidos, a necessidade de consagrar ao programa alimentar "recursos públicos e privados, dignos de um esforço nacional, semelhante a qualquer programa que possa receber prioridade, incluído aí o programa espacial " ⁵.

Tudo indica que, após o choque petrolífero de 1973, o problema agrário e alimentar se torna atual e se coloca, cada vez mais, com maior urgência, não somente no sentido humanitário e nutricional, mas também, e talvez mais ainda, no sentido econômico, em relação com a recessão mundial e os esforços de reformulação para poder sair da mesma.

Para ~~ater-nos~~ somente às propostas de ações institucionais, formuladas no marco das instituições internacionais, ressaltamos as seguintes etapas:

- 1) Conselho Mundial da Alimentação: Engajamento Internacional sobre a Segurança Alimentar Mundial (1974). Os Estados reconhecem que a segurança alimentar mundial é uma questão da comunidade internacional em conjunto.
- 2) Programa de Assistência para a Segurança Alimentar, FAO (1976). Reserva alimentar internacional de urgência. RAIU (1976).
- 3) Conselho Mundial de Alimentação – Manilha (1977). O comunicado de Manilha recomenda o estabelecimento, com toda a urgência, de um sistema internacional de reservas alimentares, suscetível de abarcar em tempos de crise até 500.000t (quinhentas mil toneladas) de cereais.

(3) Ver BOURRINET, J. e FLORY, M. *L'Ordre Alimentaire Mondial*. Editions Economica, 1982, pg. 175.

(4) Ver UNCTAD V. Arusha, *Program for Colective Self – Reliance and Framework for Negotiations*, Manila, 1979.

(5) Ver: THACKRAY, J. "The American Farm Foul-ap", in: *Management Today*, 1982/7.

4) Plano de Ação para a Segurança Alimentar Mundial, FAO (1979). Adoção de políticas de estocagem dos cereais e da constituição de reservas alimentares nacionais.

5) Dispositivo de intervenção para o caso de crise alimentar. CMA (1980)

6) Constituição de uma rede de segurança alimentar mundial, CMA (1981).

A essas ações institucionais, faria falta, certamente, agregar o Programa Alimentar Mundial (PAM), criado em 1962, mas reativado de maneira particularmente intensa durante os últimos anos, assim como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), criado pelas Nações Unidas em 1977, com o apoio dos países da OPEP.

Percebe-se facilmente que depois de 1974, houve pelo menos um ou dois acontecimentos de importância por ano a nível de instituições internacionais, confirmando-nos o interesse crescente – ou até a urgência – pelos problemas relativos à organização de uma nova ordem agrária e alimentar.

Notaremos igualmente que, contrariamente ao que teríamos pensado a primeira vista, o campo agrário e alimentar não é absolutamente, em consequência, algo abandonado à dinâmica das forças do mercado, nem ao jogo livre e espontâneo das leis econômicas, mas está submetido a uma série de regulamentações institucionais e administrativas que não cessaram de se multiplicar durante os últimos anos, com uma rapidez e uma intensidade impressionantes. Enquanto a re-estruturação industrial é considerada (visualizada) *do emprego* através da emergência de políticas monetaristas e neo-liberais, como são as políticas que implicam na confiança das forças econômicas espontâneas do mercado, a regulamentação agro-alimentar é, ao contrário, vista através de políticas intervencionistas, orientadoras e extra-econômicas, agindo em todos os níveis e em todos os sentidos. Teríamos base para afirmar que o setor agro-alimentar seria de fato o mais abalado pela recessão mundial atual e que a estabilização desse setor é reconhecida por todos como o ponto de partida necessário para toda política de superação da crise. Daí, a propagação incessante de leis orgânicas, sucedendo as leis (*quadro 3*) e vice-versa, durante os anos 1970⁶. Em outras palavras, se reconhece, em geral, que as relações sociais agro-alimentares constituem o fundamento necessário de todo regime de acumulação. Se reconhece também que, na fase atual, a recomposição-estabilização do tecido social agro-alimentar, perturbado pela crise, constitui a primeira etapa necessária para se conseguir uma estabilização mais global.

A partir da lei americana "Agriculture and Consumer Protection Act" de 10 de agosto de 1973, uma série de regulamentações análogas apareceram em um grande número de países, tendo como objetivo principal a estabilização das

(6) Ver OCDE, *La Politique Alimentaire*, Paris, 1981

relações agro-alimentares. Na Itália (ver a lei chamada "Quadrifoglio" de 1977), na França (lei do 1º outubro 1982), na Alemanha, no Canadá, no Japão, nos países do Sudeste Asiático (ASEAN), na África (Congo, Camarões, Gabão), no Maghreb, na América Latina (México, Nicarágua, Brasil, etc.), não se deixou de reconhecer a urgência estratégica de uma regulamentação do espaço agro-alimentar. Poder-se-ia agregar que a posição recente da Conferência Europeia de Estrasburgo, confirmando seu interesse pela Europa verde (posição de 10 de março de 1983), permite medir a importância que se atribui à estabilização agro-alimentar.

A NOVA PROBLEMÁTICA AGRO-ALIMENTAR

Tudo se passa como se o velho espaço agrícola constituísse um tema de preocupações não menos importantes que as engendradas a propósito dos novos espaços capitalistas (novas tecnologias, reformulação industrial, espaço, etc.). Mas quais são finalmente, as razões que determinaram o retorno desta temática? Qual é o sentido e qual o estatuto da nova problemática agro-alimentar?

Inicialmente, se é verdade que a agricultura se encontra atualmente no centro dos debates, não seria menos verdadeiro assinalar que a problemática agrário-alimentar, em si, muda os temas e os termos. Ao tradicional enfoque do setor agrário em termos de modernização das técnicas, de racionalização das estruturas, de harmonização-unificação dos preços e dos mercados agrícolas, sucede-se uma nova ótica centrada no objetivo da "segurança alimentar", na estratégia de uma "nova ordem alimentar", um enfoque novo em termos dos "canais alimentares", pondo a ênfase nas inter-relações a montante e à jusante do tradicional setor primário, uma preocupação explícita sobre o grau de "dependência alimentar" e uma insistência especial sobre a promoção da produção alimentar destinada ao mercado interno.

A problemática anterior se encontrava definida muito exclusiva e unilateralmente pela busca da competitividade, entendida no sentido micro-econômico, tal como ela resultava da transposição da lógica da empresa industrial, "sempre sobressaindo uma orientação de cunho elitista". Terminava-se por selecionar as empresas agrícolas "viáveis" do futuro, que se teria que promover com o objetivo de instaurar um sistema de produção privilegiado ⁷. Segundo Claude Servolin, se tratava de escolher e apoiar 200.000 a 300.000 agricultores "viáveis e abertos ao progresso", de um conjunto de 800.000.

Em contraposição, a nova problemática determina a intervenção ativa e ampla de critérios macro-econômicos que se derivam não somente da lógica seto-

(7) Ver: SERVOLIN, C. "Pour de Nouvelles Orientations Agricoles" in: *Le Monde*, 22 de janeiro de 1982.

ral ou de encadeamento e entrelaçamento de cadeia, mas também e com maior razão, da lógica do conjunto do sistema econômico e social. Ao passo que a problemática anterior tentava organizar o êxodo rural, a nova tenta por todos os meios manter na terra o maior número possível de camponeses. Da mesma maneira, a lógica da independência alimentar conduz necessariamente ao objetivo de uma produção agro-alimentar relativamente mais autônoma, no sentido da redução de seus gastos, tanto em relação aos fatores importados do estrangeiro quanto em relação aos elementos monetários do custo.

O ESGOTAMENTO DO PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO. INSTABILIDADE E INCERTEZAS.

O que é que pode determinar tais mudanças na problemática e na política agro-alimentar? Qual seria o impacto da crise internacional na economia e nas políticas agro-alimentares?

Inicialmente, recordaremos uma relação fundamental: a cada padrão de acumulação se encontra associado um modo específico de organização das relações agrárias e alimentares. Por "padrão de acumulação" entendemos, como Robert Boyer nos lembra ⁸, "toda forma de assignação do capital, capaz de assegurar, durante um período prolongado, uma adequação relativa entre a dinâmica dos meios de produção e a dos meios de consumo". Esta ótica permite relacionar o padrão de acumulação com o modo de organização agro-alimentar, notadamente através do enfoque dos equilíbrios fundamentais que determinam o modo de funcionamento do conjunto: equilíbrios econômico, financeiro, monetário, exterior, etc. É evidente que a crise atual é também a expressão do esgotamento do padrão de acumulação que tinha sido posto em funcionamento nas economias ocidentais e em escala mundial a partir do começo dos anos 50. Que se adote o enfoque da superprodução ⁹ ou a da sub-produção ¹⁰, pois existe um fato incontestável e admitido por todos: a atual crise se deriva também de uma perturbação profunda e durável na estrutura dos custos de produção, o que torna problemáticas, senão impossíveis, a previsão, a antecipação e, portanto, a planificação ao nível da empresa.

-
- (8) Ver BOYER. R. "La Crise Actuelle est-elle la Répétition de celle de 1929?" in: *Cahier du CEPREMAP*, n.º 8.206, março de 1982; ver, do mesmo autor: "Origine, Originalité et Enjeux de la Crise Actuelle en France: une Comparaison avec les Années Trente", in: *La Crise Economique et sa Gestion*. Ed. Boréat Express, Montréal, 1982.
- (9) Ver nosso artigo "L' Agriculture Périphérique dans le Nouvel Ordre International. Reflexions Sur la Question des Systèmes Alimentaires Nationaux". *Revue du Tiers-Monde*, n.º 85, março de 1981.
- (10) Ver especialmente: LIPIETZ. A. "Vers une mondialisation du Fordisme?" in: *Cahier du CEPREMAP*. n.º 8.110, abril de 1981.

Esta perturbação que começa a partir dos acontecimentos monetários de 1971-73, com a instauração de taxas de câmbio flutuantes, se agravou com o aumento brutal do custo da energia e se generalizou muito rapidamente até englobar todos os dados da produção e dos intercâmbios. A economia mundial foi assim, de choque, submetida a um clima que os círculos de negócios qualificam de "instabilidade e incerteza" e que se exprime pela impossibilidade de programar a ação produtiva a médio prazo. Imprevisibilidade que se traduz por movimentos desproporcionais dos custos e dos preços, pelas reservas crescentes no que concerne aos novos investimentos, pela subida especulativa dos preços e dos movimentos especulativos dos capitais. A especulação domina a produção e mina as bases reais dos sistemas produtivos e das moedas nacionais.

Nessas condições, nada mais normal que constatar que o esgotamento do antigo padrão de acumulação marca também a decomposição da antiga organização das relações agro-alimentares.

OS EFEITOS DIFERENCIAIS DA CRISE.

Está claro que as implicações da presente crise, como de toda crise, sobre cada setor da produção, não são idênticas, nem análogas, nem uniformes, mas muito variadas, diferentes e desproporcionais. Cada mecanismo da crise exerce ações bem específicas e bem diversificadas sobre cada setor. Se se trata de comparar os efeitos da crise na agricultura com aqueles que se manifestam no conjunto da economia, não teremos dificuldade de constatar que, de uma maneira geral, o setor primário fica com os custos desta longa, interminável e dolorosa transição do antigo padrão de acumulação em direção ao novo.

Contrariamente ao que se acreditava, a situação do setor agrário e alimentar no sistema econômico em seu conjunto, não é determinada por uma sensibilidade crescente, mas antes por uma *insensibilidade* e até mesmo por uma *inércia relativa* no seio de um sistema global, onde todos os outros componentes se modificam com uma rapidez crescente. Dito de outro modo, a agricultura é vítima de sua dificuldade intrínseca de seguir, com a flexibilidade e a rapidez que se impõem os movimentos de ajuste e de adaptação que se manifestam nos outros setores da economia ¹¹. Esta dificuldade se traduz pelo fato de que, em um longo período de movimentos desordenados dos preços em geral, os preços agrícolas evoluem sempre mais lentamente e se adaptam também lentamente ao sistema mutante dos preços. Daí, a importantíssima baixa relativa dos preços e das rendas agrícolas após o choque petrolífero de 1973. A alta geral

(11) Os expertos da OCDE reconhecem que na agricultura se manifesta sempre uma certa "falta de adaptabilidade", a curto prazo, principalmente levando-se em conta que o número de utilizações alternativas dos fatores se apresenta comumente como particularmente limitado.

do preços, depois de 1973, afetou menos a agricultura, dado que este setor é menos tributário da energia e dos elementos importados do estrangeiro.

Mas lembremos brevemente a ação específica, no meio agrário, dos principais mecanismos ou fatores de instabilidade que determinam a longa recessão atual.

OS INSUMOS DA AGRICULTURA

Por causa de sua composição orgânica do capital, inferior à da média da economia, se admite que os insumos da produção primária são também inferiores aos da média. Isso é ainda mais evidente quanto aos fatores ou elementos importados do estrangeiro. Estudos monográficos sobre a França mostraram que em 1980 os insumos importados pelo setor agrícola não ultrapassavam 27% do valor da sua produção final ¹². Tabelas de "input-output" para a Grécia mostram que o conteúdo total em importações da produção agrícola equivale a menos da metade da taxa média respectiva para o conjunto da economia nacional. Semelhantes são as conclusões para a agricultura mexicana ¹³.

Nessas condições, seria razoável admitir que o movimento dos preços dos "inputs" ou da energia importados não influencia os custos de produção na agricultura da mesma forma que nos outros setores. Um estudo da OCDE mostra que nos países membros deste organismo, a agricultura consome apenas entre 2% e 3% da energia total utilizada em cada país ¹⁴. Isso significa simplesmente que toda modificação, ainda que brutal, no custo da energia, mesmo da energia importada no estrangeiro — (em países como a Suécia e a Áustria, mais de 70% da energia utilizada é importada) —, justifica aumentos de preços menos importantes na agricultura que no resto da economia. Em outras palavras, o encarecimento do custo da energia depois de 1973 determina, em última instância, uma deterioração contínua nas relações de troca da agricultura em suas relações com os demais setores. Os preços relativos e os rendimentos (revenu) agrícolas sofrem esta deterioração em primeiro lugar. Um estudo recente da Comunidade Européia mostra uma rápida e impressionante deterioração nas relações de troca e, em consequência, nos rendimentos (revenu) dos agricultores a partir de 1973 ¹⁵.

(12) Ver AZOUVI, a. "Analyse du solde extérieur agro-alimentaire", in: *Economie et Statistique*, maio de 1982.

(13) RAMA R. e VIGORITO R. *Transnacionales en América Latina. El Complejo de frutas y legumbres*, México, Ed. Nueva Imagen, 1979.

(14) OCDE, *The Energy Problem and the Agro-Food Sector*, Paris, 1982. Ver também: OCDE, *Examen des politiques agricoles, 1974-76*, Paris 1977.

(15) Ver CEE, *La Disparité des Taux d'Inflation et la PAC*, Doc. COM (82) 98, Bruxelas, 17 de março de 1982.

TERMOS DE INTERCÂMBIO DA AGRICULTURA 1973-1981

Alemanha	17,3%
França	20,8%
Itália	9,1%
Holanda	27,2%
Bélgica	24,1%
Luxemburgo	26,6%
Reino Unido	26,3%
Irlanda	6,0%
Dinamarca	9,9%

Com relação aos rendimentos dos agricultores europeus, é importante, sem dúvida, lembrar que ela é o resultado efetivo de toda uma série de transferências operadas nos preços de sustentação, das restituições e da aplicação da política agrícola comum dentro do Mercado Comum Europeu. Descartando-se toda correção por meio dos preços de sustentação, estabelecer-se-á a verdadeira renda real dos agricultores europeus que durante o período 1973-1981, evoluiu da seguinte maneira.

RENDIMENTOS (REVENU) REAIS DOS AGRICULTORES 1973-1981

Alemanha	10,9%
França	18,8%
Reino Unido	25,7%
Holanda	6,7%
Itália	13,2%
Bélgica	8,1%
Luxemburgo	9,4%
Irlanda	12,6%
Dinamarca	8,5%

No mesmo sentido, acrescentaremos que o estudo anual da FAO mostra também uma deterioração nas relações de troca dos produtos agrícolas no plano internacional. Essa relação entre os preços das exportações agrícolas, os das importações de artigos manufaturados e do petróleo se deteriorou claramente entre 1973 e 1980: — 17% para as exportações dos países desenvolvidos. — 18% para as do conjunto dos países periféricos e 46% para as do grupo de países menos avançados ¹⁶.

(16) Ver: FAO, "La Situation Mondiale de l'Alimentation et de l'Agriculture, Rapport 1981, Rome, FAO 1982.

Nessas condições, se pode compreender a crise internacional como um mecanismo que agrava as desigualdades em detrimento tanto do mundo camponês quanto dos países do terceiro mundo, exportadores tradicionais de produtos primários e de matérias primas ¹⁷.

Mas, evidentemente, as modificações no custo da energia e sua participação diferencial nos setores da produção não são suficientes em si mesmas para explicar a amplitude do fenômeno da crise agrária e alimentar da nossa época. Teríamos que considerar outros fatores complementares.

AS RELAÇÕES AGRO-ALIMENTARES

Um outro fator não menos importante deveria certamente ser buscado nas políticas de taxas de câmbio e nas modificações das paridades monetárias internacionais. O sistema monetário internacional se erigiu, a partir de 1973, sobre o princípio da variação das moedas nacionais, com a instauração de taxas de câmbio flutuantes. Esta política monetária que, de fato, traduz a vontade ou a necessidade de nacionalizar as respostas à crise internacional — independentemente das perspectivas de saída com relação à crise em si mesma — termina por provocar efeitos diferenciais sobre cada um dos setores da economia. Inicialmente, seria interessante ressaltar que, numa espécie de balanço que confirma as estimações da OCDE ¹⁸, as taxas de câmbio efetivas no período 1972-1981, baixaram sensivelmente na maior parte dos países que contam com um setor agrário importante.

TAXAS DE CÂMBIO EFETIVAS, 1972-1981 (1972 = 100)

Estados Unidos	96
França	82
Reino Unido	75
Canadá	77
Dinamarca	98
Grécia	49
Irlanda	68
Portugal	42
Espanha	66
Suécia	88
Turquia	17
Itália	43
Holanda	113
Alemanha	133

(17) Ver: World Food Council, Sixth Ministerial Session, 1980.

(18) Ver: OCDE. *Perspectives Economiques*, dezembro de 1982.

Incontestavelmente, a tabela anterior indica, de início, que a arma das taxas de câmbio é utilizada a fundo no quadro das políticas que, por outro lado, se auto-definem como liberais e não protecionistas. Mesmo nos Estados Unidos, a elevação espetacular do dólar durante os últimos 3 anos não conseguiu recuperar tudo o que esta divisa havia perdido de seu valor durante a política precedente. Em todo caso, é evidente que, no marco das taxas de câmbio flutuantes, a depreciação contínua da moeda nacional age principalmente como um impulso protecionista, a favor da produção industrial e em detrimento, sem dúvida, do setor primário. A explicação deste fato é clássica: a alta dos preços estrangeiros, expressa em moeda nacional, estimula normalmente, a do nível dos preços industriais internos, por causa do encarecimento dos insumos importados e, seguramente, por causa do fato de que as condições da nova concorrência se estabelecem sempre num nível de preços superior. No entanto, visto que a agricultura emprega relativamente menos insumos importados, a repercussão dessa alta sobre o custo da produção agrícola se efetua segundo um coeficiente menor. Mesmo se os preços dos insumos aumentam muito rapidamente, aumentam também, e ainda mais rapidamente, os gastos da indústria em termos de elementos e fatores importados.

Esta incidência diferencial das modificações da taxa de câmbio se confirma, também, se compararmos um país de moeda fraca, como a França, com um país de moeda forte, como a Alemanha ou a Holanda: a divergência entre os preços dos insumos da indústria e os preços agrícolas no momento da produção é quase duas vezes mais importante no primeiro caso que no segundo.

Um terceiro fator deveria ser buscado no clima inflacionário geral. A inflação aqui intervém na qualidade de nível geral de preços com relação aos preços específicos do setor primário. Muitos estudos estatísticos mostram que a alta dos preços agrícolas no momento da produção, após 1973, foi sensivelmente inferior à elevação global dos preços. Os preços recebidos pelos agricultores evoluíram mais lentamente que os preços pagos por eles. Um estudo comparado dos nove países do Mercado Comum mostra a possibilidade de uma correlação entre as taxas de inflação e as taxas de deterioração dos rendimentos (revenu) reais agrícolas. 19

(19) Ver: CEE *La Disparité des Taux d'Inflation et la PAC*, 1982.

**INFLAÇÃO E RENDIMENTOS (REVENU) REAIS AGRÍCOLAS
CEE, 1973—1981**

País	Média Anual do % de inflação	Evolução do rendimento real dos agricultores sem os preços de sustentação
Alemanha	4,9%	-10,9%
França	10,6%	-18,8%
Reino Unido	14,7%	-25,7%
Holanda	7,1%	-6,7%
Itália	16,9%	-13,2%
Bélgica	7,1%	-8,1%
Luxemburgo	7,0%	-9,4%
Irlanda	14,7%	-12,6%
Dinamarca	9,8%	-8,5%

Se constata facilmente que nos quatro países mais afetados pela inflação (França, Reino Unido, Itália, Irlanda), a renda dos agricultores baixou muito mais rapidamente que nos outros países, onde a inflação observou taxas inferiores. Confirma-se assim que, no contexto atual de inflação generalizada, os preços agrícolas aumentam mais lentamente que os demais preços, e isto se acentua quando a inflação alcança níveis superiores.

Para o conjunto dos países da CEE e durante o período 1976—82, o nível geral dos preços se elevou em 64% ao passo que o dos preços agrícolas, expresso em moedas nacionais, não aumentou mais que 42%²⁰. Este distanciamento indica uma vez mais, que os produtos agrícolas só podem incorporar a rapidez da evolução dos preços não agrícolas com lentidão. Verificar-se-á uma vez mais esta relação através das estatísticas retrospectivas da OCDE²¹.

**ÍNDICE DOS PREÇOS NO MOMENTO DA PRODUÇÃO— 1973-80
MÉDIA DAS VARIAÇÕES ANUAIS (%)**

País	Indústria manufatureira	Alimentação
Estados Unidos	9,8	6,3
Japão	7,6	8,3
Alemanha	5,1	3,1
Reino Unido	17,0	16,7
Canadá	11,4	10,0
Holanda	6,0	4,5
Suécia	11,4	8,5

(20) Ver: *Les Cahiers Français*, nº 205, março-abril de 1982, "LA PAC"

(21) Ver: OCDE. *Historical Statistics*, Paris, 1960-80, 1982.

Um estudo sobre a evolução da agricultura européia chega também a esta constatação: a partir de 1973, os rendimentos (revenu) reais dos agricultores europeus se deteriorou na maior parte dos países da CEE, "levando em conta a taxa de inflação de cada país, as taxas de câmbio aplicadas entre as moedas nacionais e a unidade de conta européia" 22 .

À capacidade reduzida da agricultura de incorporar em seus próprios preços a alta do nível geral dos preços, faltaria, sem dúvida, agregar também a débil elasticidade-renda que caracteriza em particular os preços dos produtos alimentícios. A demanda de produtos alimentícios, sendo mais ou menos inelástica em volume, além de um certo nível de renda, se estabiliza ou mesmo diminui relativamente à demanda global e deixa de ser função da renda familiar disponível. Consequentemente, o crescimento nominal do ingresso familiar não implica, de maneira alguma, num crescimento proporcional dos gastos consagrados à alimentação. Ao contrário, num clima inflacionário, a demanda excedentária é, a miúdo, desviada para os produtos de consumo durável com fins preventivos ou mesmo especulativos.

OS EFEITOS "PERVERSOS" DA ECONOMIA AGRÁRIA

A crise e a decomposição do sistema agrícola tradicional é também transpassada para o plano do mercado mundial. Os fluxos mundiais de cereais, calculados a preços constantes, se encontravam, em 1980, a um nível inferior à metade dos de 1974 23 . É certo que a baixa dos preços relativos não impediu, ao contrário, ela estimulou a produção mundial em termos de volume. Enquanto os preços constantes mundiais dos cereais não pararam de se deteriorar desde 1974, o volume de sua produção não parou de crescer, com uma taxa média de 2,4% ao ano.

Em relação a muitos outros produtos agrícolas, a evolução desde 1974 foi análoga: uma baixa do preço unitário em termos reais é normalmente acompanhada de uma elevação permanente do volume da produção 24 . Se trata, neste caso, de um fenômeno claramente contrário à ortodoxia da teoria econômica, mais que não é inexplicável. Este comportamento aparentemente "irracional" dos agricultores constitui de fato a única racionalidade possível para muitos deles: se os preços relativos da agricultura são fixados muito baixos e, em consequência, se a margem do empresário se encontra muito reduzida, a produção de quantidades adicionais constitui o único meio que dispõem

(22) Ver: PETITHUGUENIN, E. "L'Evolution de l'Agriculture Européene" in: *Cahiers Français*, op. cit., pg. 23.

(23) Ver: Banque Mondiale, *Rapport sur le développement dans le monde, 1982*, agosto de 1981.

(24) Ver: FAO, *La situation mondiale*, op. cit.

os agricultores para estar em condições de honrar seus compromissos, que não param de crescer. Nesse caso, evidentemente, o objetivo visado pela produção não é a elevação dos preços unitários nem a taxa de rentabilidade para o capital implicado, mas a *massa absoluta dos rendimentos* (revenu).

É inútil agregar que se a baixa de preço exerce este “efeito perverso” sobre a produção agrícola, a mesma relação funciona também no sentido inverso: a produção adicional, o meio de rendimento complementar, se transforma também em mecanismo de compressão adicional dos preços unitários. Lembremos que durante o ano 1982, a baixa importante e previsível do preço real dos cereais não impediu que a produção em volume batesse todos os recordes precedentes, e a formação de estoques chegou à taxa recorde de quase 19% do volume total da produção mundial. Se chega assim a uma situação onde o mercado e as modificações dos preços agrícolas se encontram na impossibilidade de normalizar a produção e, ao contrário, contribuem para agravar as condições da mesma.

A ESTRUTURA FINANCEIRA AGRÍCOLA

Lembremos também a influência que exerce especificamente sobre a economia agrícola a alta permanente do custo do financiamento. O encarecimento dos meios financeiros influi particularmente na agricultura, num nível superior ao resto da economia, porque as explorações agrícolas se encontram, em sua quase totalidade, pesadamente endividadas. Poder-se-ia verificar facilmente que na maior parte dos países ocidentais o montante da dívida ultrapassa o valor bruto da produção agrícola ²⁵. Evidentemente, a baixa permanente real dos agricultores afeta profundamente, se é que não neutraliza sua capacidade de poupança e de auto-financiamento. Praticamente a quase totalidade dos gastos de todas as categorias na agricultura está atualmente financiada pelo capital de empréstimo. Isto quer dizer que a economia agrícola contemporânea está mais exposta às modificações do custo do financiamento que qualquer outro setor. Na França, o endividamento dos camponeses, de 36% de seus rendimentos anuais brutos em 1970, chegou a 72% em 1979. Hoje, depois da guerra das taxas de juros do período 1980–82, o endividamento deve cobrir a totalidade do rendimento anual bruto das explorações.

Nos Estados Unidos, o endividamento das explorações agrícolas mais que duplicou em 5 anos: de 80 bilhões de dólares em 1977, passou a 194 bilhões em 1982. Calculou-se que os custos anuais de financiamento absorvem atualmente mais de 25% do valor bruto da produção agrícola, ao passo que há 9 anos eles representavam 8% aproximadamente. Lembremos também, por outro lado, que

(25) É o caso, notadamente, dos países seguintes: Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Suíça, Suécia, Reino Unido, Alemanha (no ano 67), Ver: OCDE. *Le Capital dans l' Agriculture et son financement*. Paris, volume I, 1970, p. 88.

os gastos de funcionamento das explorações agrícolas americanas absorvem hoje mais de 80% das receitas brutas, ao passo que há 10 anos essa taxa era de 30% 26 .

A modificação brutal no custo do financiamento contribui para perturbar mais ainda a *estrutura financeira* da agricultura e das explorações agrícolas. Num contexto de inflação generalizada, de rápida modificação das taxas de câmbio e do custo da energia, a agricultura apresenta uma capacidade limitada para alinhar seus preços aos dos outros setores. Nesse contexto, onde os preços agrícolas seguem a distância e com atraso, a modificação assaz importante do custo do financiamento agrava a situação já crítica da agricultura contemporânea. Os créditos especiais são reservados unicamente para a exportação: as exportações agrícolas americanas aumentam muito rapidamente depois de 1978, com uma taxa média de crescimento anual de 20%. Hoje, mais de um terço do rendimento (revenu) da agricultura americana é proveniente do estrangeiro 27 . Igualmente, a formação de excedentes acumulados incita os países do Mercado Comum a tentarem desenvolver a todo custo suas exportações agrícolas.

De fato, a formação de excedentes agrícolas não é mais que a expressão concreta da crise e da decomposição do antigo sistema agrário e alimentar. A busca desenfreada de novos mercados exteriores é também uma necessidade que aparece com o esgotamento da antiga ordem alimentar. Logo, esta evolução confirma que a crise agro-alimentar contemporânea se transforma rapidamente de nacional em internacional.

Para concluir esta rápida passagem pelos problemas da agricultura contemporânea, se observará que tudo parece indicar que a crise internacional comporta processos de decomposição da base produtiva, sobre a qual repousava até o presente o antigo padrão alimentar: o valor bruto da produção agrícola se encontra em diminuição constante com relação ao produto nacional, enquanto seu volume não cessa de crescer.

(26) Ver: THACKRAY J. op. cit.

(27) Ver as declarações do Ministro francês da agricultura, segundo as quais os Estados Unidos exportam sua crise agrícola para o mercado internacional, em *Le Monde*, 14 de janeiro de 1983. Também o fato de muitos países esforçarem-se para passar a carga do ajuste de sua própria agricultura para o mercado mundial já foi ressaltado por uma outra análise. Ver: *La Politique Alimentaire*, Paris, 1981.

**VALOR AGRÍCOLA BRUTO EM PORCENTAGEM
DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

País	1974—77	1977—80	1980
Canadá	4,1	3,8	—
Estados Unidos	3,1	2,8	—
Japão	5,4	4,5	3,8
Austria	5,0	4,5	4,4
Bélgica	2,8	2,3	2,1
Finlândia	9,3	8,4	8,2
França	5,1	4,6	4,2
Alemanha	2,9	2,5	2,2
Itália	7,9	6,8	6,3
Espanha	9,1	7,9	7,1
Suécia	4,3	3,5	3,1
Reino Unido	2,4	2,1	1,9

Poder-se-ia certamente comparar esta decomposição da produção agrária, acompanhada de super-produção, com a crise do setor industrial, acompanhada de amortecimento dos investimentos e da atividade produtiva. O espectro da *desindustrialização* ²⁸ se acha hoje ligado ao pesadelo dos *excedentes* agrícolas. No entanto, estas duas faces aparentemente opostas nos levam à mesma crise, da qual não são mais que aspectos específicos: a contemporização e a especulação na indústria agravam uma situação que já se encontra complicada devido à expansão e ao crescimento da produção na agricultura.

A CRISE DA ORDEM ALIMENTAR

Calculou-se que a deterioração dos preços agrícolas americanos entre 1972 e 1978 foi 6 vezes mais forte que entre 1953 e 1963. Para os rendimentos (revenu) dos agricultores, a variação foi duas vezes e meia mais forte ²⁹. O elemento relativamente mais estável no rendimento (revenu) dos agricultores é, de agora em diante, de origem não agrícola. Na França, a parte das rendas não-agrícolas no rendimento (revenu) camponês ultrapassa atualmente 38% ³⁰. Conclui-se, uma vez mais, que o declínio dos preços, dos mercados, das receitas — consequência da instabilidade provocada pela crise — se manifesta por excelência no setor agrário.

(28) Ver: para os Estados Unidos, *BLUESTONE B. e HARRISON B., The industrialization of América. New York Basic Books, 1982. Sobre a CEE. ver: DAVIGNON, E., "L'Europe perd son industrie", in: Revue Expansion. 26 de novembro — 9 de dezembro de 1982.*

(29) Segundo HATHAWAY D. E. ver: THACKRAY, J. op. cit.

(30) Ver. PISANTI E. "Conclusion a plusiers voix", in: *Cahiers Français*, nº 205, 1982.

No enfoque em termos de padrão de acumulação, observaremos que a crise do padrão do pós-guerra se manifesta hoje através de uma inadequação entre o modelo de acumulação e seu próprio sistema alimentar, tal como ele havia funcionado até o presente. Nesta hipótese, a crise do tradicional regime alimentar não seria mais que um aspecto da transição em direção a um novo padrão de acumulação, tanto doméstico quanto internacional e, forçosamente, antes de tudo, em direção a uma nova ordem de relações sociais alimentares.

Não nos esqueçamos que na história do capitalismo, cada passagem de uma etapa de acumulação a outra foi sempre ligada a uma reorganização profunda e sempre específica do regime e das relações alimentares. Acumulação primitiva; revolução industrial; expansão colonial; capitalismo dos monopólios; era keynesiana: tantas mutações que foram precedidas por modificações do espaço de produção, de transformação e até de normas de consumo alimentares.

Hoje em dia se trata cada vez mais de novas tecnologias alimentares de controle desse setor pelas indústrias de produtos alimentícios, de aplicação usual, de processos químicos e de métodos de bio-tecnologia industrial no domínio da alimentação das massas. De qualquer maneira, uma coisa não deveria espantar: a chegada ao novo regime de acumulação supõe a estabilização do setor alimentar da sociedade sobre novas e específicas bases, em integração com os novos mecanismos de funcionamento do sistema econômico e social em seu conjunto.

DOIS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO

Yves Tavernier coloca que a antiga ordem estava ligada à concepção do campo como uma "grande reserva natural"; daí que, nas novas relações, a *exploração familiar* seria plenamente reconhecida como uma forma central para a reorganização econômica e social do espaço alimentar³¹. De toda forma, qualquer que tenha sido o ponto de partida, é forçoso reconhecer que na espera da nova ordem — cuja fisionomia se reconhece hoje em dia insuficientemente, já se disputam dois modelos de organização do espaço alimentar.

Face aos problemas da super-produção, dos preços de sustentação que comportam custos excessivos e das rendas de situação, captadas pelos mais eficazes, desenvolve-se, em primeiro lugar, a simplificação ortodoxa neo-liberal: suprimir todo apoio à agricultura, dissociar os problemas econômicos, que seriam da competência do mercado, dos problemas nos rendimentos (revenu) que seriam da alçada da política social. Isto se apresenta sob a exigência da "transparência" em economia e nas intervenções do setor público. O preço agrícola, sendo um operador econômico, deveria, como tal, ser independente de toda finalidade

(31) Ver: *Le Monde*. 8-9 de novembro de 1981.

ou restrição de ordem extra-econômica. A política dos rendimentos (revenu) agrícolas deve ter a coragem de se apresentar como tal, sem disfarces de política econômica, desobrigada a se submeter a um regime de ajudas diretas aos agricultores ³².

Os preços, não tendo outra função, senão a de assegurar a regularidade das provisões, devem estar livres de qualquer outra preocupação e, portanto, devem permanecer *transparentes*. Desse fato, a agricultura seria levada a ser confiada aos mais eficazes, para tornar-se finalmente um setor como os outros. Seria necessário acabar o mais rapidamente possível, se sustenta, com a noção de "setor assistido", para terminar logo com a noção mesma de "política agrícola" e de "agricultura", simplesmente. As especificidades desse espaço, se é que existem ainda, não deveriam mais ser abordadas em termos de uma política setorial, mas simplesmente e, segundo o caso, em termos de política social, regional, do ambiente ou de organização do espaço.

Por outro lado, se desenvolve também, paralelamente, uma nova problemática centrada nas noções de *segurança* e de *independência alimentar*. O Terceiro Mundo, especialmente os países africanos, mas também os novos países industriais (NPI) já fazem dela seu cavalo de batalha, na confrontação Norte-Sul e no domínio dos esforços para ter acesso a uma nova ordem econômica internacional. Ressaltaremos que mesmo os países da CEE fazem, cada vez mais, referência a estas noções de base para delimitar a orientação das investigações em curso, com vistas a uma nova ordem alimentar na Europa e no Terceiro Mundo.

A SEGURANÇA ALIMENTAR

Inicialmente, a problemática da segurança e da independência alimentares sustenta que a estabilização de um sistema alimentar não é, e nem poderá ser, um problema de estrito cálculo de tipo micro-econômico e faltaria incluir nela elementos da macro-economia e da macro-sociedade: ordem política, relações sociais e normas culturais. Alguns agregam mesmo que toda uniformização *pelo mercado* do modelo de organização e de desenvolvimento agrícolas seria "intolerável e ilusória" ³³. Está claro que temos a existência de duas

(32) Para uma excelente exposição desta argumentação, se consultará com proveito: CASTLE B. *La Reforme de la PAC*. Texto mimeografado do Parlamento Europeu, 1982, e SIMANTOV A. "L' Agriculture dans les Années Quatre-Vingts" in: L' Observateur de l' OCDE n^o 102, janeiro de 1980 e "L' Option d'une Intégration Economique Internationale", in: BOURRINET J. e FLORY. M. *L'ordre alimentaire mondial*. Paris, Economica, 1982.

(33) Ver a proposta de PISANI E. e outros, sobre a reforma da PAC, 17 de janeiro de 1981, Parlamento Europeu, Doc. de Sessão, n^o do documento 1-785/80. PE 70.787.

problemáticas completamente opostas, no que concerne aos preços, aos mercados, aos rendimentos (revenu), às especificidades da economia agrária, à noção da economia nacional e ao conceito mesmo de construção europeia e, de partida, à nova ordem econômica internacional. A primeira, de origem anglo-saxônica e de conotação neo-liberal, se põe a buscar a economia e o mercado "transparentes", lavados de qualquer tipo de pecado social. A segunda problemática, desconfiando dos automatismos do mercado, prioriza o objetivo político da nova ordem e da estabilização das condições para os grandes equilíbrios internos e internacionais.

Por-se compreender facilmente que a noção de segurança e de independência alimentares se torna uma preocupação da política econômica. Edgar Pisani, mais uma vez, sublinha: "a dependência alimentar da Europa é grave. Que uma tensão internacional, mesmo que pouco dramática, intervenha, e dezenas de milhares de granjas e de usinas de criação, inteiramente abastecidas pelo exterior, poderiam ser golpeadas até a morte, e a produção leiteira, artificialmente excedentária, se transformaria num só dia quase que irremediavelmente deficitária". E ele conclui não sem arrebatamento: "A política agrícola comum, em um mundo perigoso e instável, permitiria que se desenvolvesse em nosso continente um sistema produtivo que garantisse nossa segurança, compensaria uma parte de nossos desequilíbrios externos e se anunciaria como um regulador econômico eficaz" 34 .

É evidente que, face à "metafísica neo-liberal" 35 , a problemática da segurança alimentar é complexa, tendo em conta os fatores reais não previstos pela ortodoxia econômica, e apresenta, portanto, também um interesse de política econômica incontestável. É evidente que a dependência das importações alimentares sempre traria o risco de colocar problemas políticos sérios e até de política econômica. Por causa disto, em épocas de crise internacional, os países têm a tendência a reduzir seus pagamentos ao exterior e de privilegiar a utilização dos recursos nacionais, mesmo se eles implicam um custo superior, dado que realizam assim economias de divisas. É sobre esta base que avança atualmente o processo em direção à nova ordem internacional econômica.

Em um período onde as moedas nacionais se encontram em dificuldades, onde as taxas de câmbio efetivas estão em geral em baixa, se tenta a especialização nos produtos que apresentam um máximo de valor agregado, criado no plano nacional. Em outras palavras, o grau de competitividade internacional, tão buscado atualmente por todos os países, será mais elevado na medida em que

(34) Ver o informe de PISANI E. ao Partido Socialista Francês, *Le Monde*, 23 de fevereiro de 1980.

(35) A expressão é de BLUESTONE B. e HARRISON B. idem.

o produto exportado resulte dos segmentos produtivos mais longos realizados no país. Se entende, assim, que a intensificação da concorrência industrial internacional passa ineludivelmente pela constituição de uma base alimentar própria, nacional ou regional, capaz de assegurar a regularidade no abastecimento e, ao mesmo tempo, passar pela economia em divisas³⁶. O exemplo da Política Agrícola Comum (PAC), apesar de suas imperfeições e de suas debilidades, corresponde a esta lógica de reordenamento industrial e, até o presente, funcionou efetivamente como tal.

Tudo se passa como se cada regime de acumulação tivesse necessidade orgânica de definir e de estabilizar prioritariamente os termos e o nível de seu consumo alimentar, ou seja, a parte do valor agregado que seria separado para a reprodução da força de trabalho, para poder passar, de golpe, à coordenação das redes industriais e da formação de sua própria base para a chegada à especialização internacional³⁷. Na história do capitalismo, definir os termos da *separação fundamental* para a reprodução da força de trabalho equivale sempre a determinar as características fundamentais de cada padrão de acumulação. Sem ter aclarado esta relação, não se poderá compreender nem a agudeza com que se coloca o problema alimentar nesse período de crise, nem a insistência dos países da CEE, nos últimos 20 anos, em resolver prioritariamente, e mesmo exclusivamente, a questão do sistema alimentar europeu como primeira etapa necessária da construção européia. De fato, ficou explícito muitas vezes que a unificação do espaço econômico europeu — segundo a ambição do Tratado de Roma — teria sido inconcebível sem uma unificação, definição e estabilização prioritária do setor alimentar. Notar-se-á, de passagem, que os resultados não negligenciáveis, obtidos durante o primeiro período da PAC, notadamente no domínio da integração dos mercados, só foram abalados pela chegada da crise internacional a partir de 1971-73, ou seja, a partir da transição do regime de taxas de câmbio flutuantes, taxas verdes e montantes monetários compensadores.

A Assembléia Européia, em sua tomada de posição do dia 10 de março de 1983, reconhece os serviços prestados pela PAC, se pronuncia a favor da consolidação e contra toda tentativa de liquidação: ela recomenda a busca e o aprofundamento da Europa verde, contra os enfoques orçamentários e monetários que ainda são favoráveis ao seu desmantelamento. Esta tomada de posição faz pensar também que, em período de crise internacional, o argumento da segurança prevalece sobre o do orçamento, o primeiro sendo de importância

(36) Sobre a relação entre sistemas alimentícios nacionais e especialização internacional, ver nosso artigo: "L' Agriculture Peripherique dans le Nouvel Ordre International", in: *Revue du Tiers-Monde*, Paris, nº 85, janeiro-março de 1981.

(37) Esta idéia de separação prioritária da parte do produto destinada a ser comprada pelos salários se encontra também em LIPJETZ A, op. cit.

estratégica, enquanto o segundo não passa de uma ambição econômica limitada ³⁸ .

Ver-se-á que as propostas atuais, visando reconsiderar as debilidades da PAC, para dela consolidar o essencial, se orientam por definitivo em direção a um sistema que penalizaria os grandes agricultores, seja pela retenção dos excedentes, seja pelo sistema dos preços decrescentes, consolidando, ao mesmo tempo, o tipo familiar equilibrado de exploração como figura central da nova ordem alimentar que se delinea.

Sem dúvida, tendências análogas, visando a consolidação de formas familiares de produção primária, se manifestam também nos Estados Unidos. Segundo estimações do Ministério da Agricultura americano, há alguns anos, todas as economias de escala que se podiam obter no plano teórico da produção deixam de existir, a partir do momento em que o montante bruto das receitas de exploração agrícola chega a um máximo de 130.000 dólares ³⁹ : depois desta descoberta, a política agrícola americana tende certamente a consolidar e subvencionar, por todos os meios, os agricultores cujos rendimentos (revenu) brutos se situam aquém de 130.000 dólares. Além disso, as pesquisas empíricas, levadas a cabo na Califórnia, permitiram constatar que um sistema de explorações familiares, nas mesmas condições que um sistema de exploração de tipo capitalista, vitaliza duas a três vezes mais as indústrias em volta: as compras efetuadas no comércio de manejo são 61% superiores e os gastos com eletrodomésticos e material de construção são três vezes maiores ⁴⁰ .

Deve-se considerar, nos Estados Unidos, o fato de que a grande exploração negligencia os métodos de produção que não se enquadram bem com a mecanização. Ela chega assim, mais rapidamente e de maneira mais segura, à erosão e ao esgotamento do solo produtivo ⁴¹ . É por isso que, mesmo nos Estados Unidos, a grande exploração agrícola-capitalista não é considerada inteiramente conforme aos interesses gerais. O agricultor familiar equilibrado constitui, também neste país, a figura central para a elaboração de novas relações alimentares.

(38) Ver *Le Monde* do dia 12 de março de 1983.

(39) Ver THACKRAY, J. art. cit.

(40) Idem .

(41) Para uma excelente apresentação do atual sistema alimentício americano, seus balanços energéticos negativos, as devastações e os estragos causados nas riquezas naturais, por causa de valores unidimensionais realçados pelas empresas capitalistas, se consultará com proveito: "Empty Breadbasket", Cornucopia Project, Rodale Press, Washington D.C., 1981.

AS ETAPAS DA ORDEM ALIMENTAR

Muitos e importantes índices parecem confirmar a hipótese que associa, a cada etapa de acumulação do capital, uma organização específica de seu próprio espaço agro-alimentar. Em efeito, a ligação entre a evolução agrária e os progressos industriais já foi analisada muitas vezes, tanto por historiadores quanto por teóricos do capitalismo. No entanto, a maior parte das análises que dispomos consideram a agricultura "do interior", como uma reserva de fatores e de riquezas que se trata de transferir alhures e, em consequência, não vêem no produto agrícola um *comportamento ativo* do sistema de produção global, e sim, melhor dito, como uma premissa externa ao sistema econômico.

Os fisiocratas, por exemplo, viram na agricultura a única fonte de onde provinha o sobreproduto social. Para Marx, a evolução das relações sociais nos campos detonou a dinâmica que permite a constituição das pré-condições do modo capitalista de produção: trabalhadores despossuídos, capital acumulado e terra concentrada. Marc Bloch admite que as transformações sociais na agricultura se fixaram pela constituição do "*individualismo agrário*", o qual funcionou como uma condição para a acumulação do capital industrial. Parecida é a posição de Max Weber que, como os outros, vê a acumulação industrial como sendo apenas o *resultado transposto* de certas performances anteriormente obtidas na agricultura.

Em geral, por mais extraordinário que isso possa parecer, se constata facilmente o quanto o pensamento econômico de todos os tipos fica ainda hoje profundamente tributário das hipóteses da Escola Fisiocrática. O setor primário sempre é pensado como a "riqueza primária" pela qual o capitalismo financia seu processo de acumulação. Assim, a agricultura forneceria todas as pré-condições da produção capitalista: mão-de-obra excedente, matérias primas, riquezas naturais, produtos alimentícios, fundos tributáveis, dinâmica e racionalidade de produção e, enfim, mecanismos de transferência de todo tipo. Impregnado por esta visão das coisas, o economista americano Simon Kuznets conclui que a experiência de toda a industrialização permite confirmar o papel decisivo da agricultura e de suas contribuições múltiplas ao processo de acumulação do capital: a) contribuições devidas ao produto, ou seja, ao sobre-produto agrícola; b) contribuições devidas ao mercado, ou seja, à deteriorização dos termos de intercâmbio da agricultura e c) contribuições devidas aos fatores de produção, ou seja, às transferências operadas através dos tributos, da inflação, etc. A culminação lógica dessa ótica é que a agricultura-reserva-de-riquezas deveria, cedo ou tarde, transformar-se, ela mesma, em zona indiferenciada para a extensão das relações capitalistas de produção.

O SETOR "NECESSÁRIO" E O SETOR "EXCEDENTE"

Veja-se bem: nestes enfoques, a agricultura não é percebida em suas relações econômicas como os outros setores da sociedade, mas sempre — de uma ou de outra maneira — nas relações extra-econômicas, ou seja, nas relações que determinam as premissas, mas não o funcionamento do sistema econômico. No entanto, uma parte importante dos gastos de consumo das famílias continua até hoje a ser consagrada aos gastos com alimentação, ou seja, para a reprodução da força de trabalho dos assalariados. O setor agro-alimentar constitui, de certa maneira, o "*setor necessário*" da economia, ao passo que o resto aparece como o "*setor excedente*". Não teria fundamento supor que entre estes dois setores funcionam unicamente relações de exterioridade: os dois setores se acham também em relações econômicas de articulação profundas. Em outros termos, sem por em dúvida as relações de exterioridade que ligam a agricultura ao capitalismo, realçar-se-ão também as funções econômicas precisas que ela mantém dentro do sistema produtivo.

A articulação econômica entre o setor "necessário" e o setor "excedente" consiste essencialmente em que o primeiro permite fixar, para o conjunto da economia, as normas e o nível de consumo alimentar dos trabalhadores. A relação das produtividades reais entre o setor alimentar e os outros compõe sempre a trama profunda que permite definir o nível do consumo "necessário" da população, sua estrutura e sua taxa em relação ao produto social. De certa maneira, na história do capitalismo, a fisionomia própria de cada etapa de acumulação do capital foi determinada, em última instância, pelo nível e pela maneira de consumir das massas.

Notar-se-á que na maior parte dos grandes sistemas da teoria econômica (fisiocráticas, A. Smith, D. Ricardo, Malthus, Marx, Wicksell, Kalecki, Sraffa, etc.), a taxa dos salários é sempre considerada como um dado primário. Qualquer que seja a maneira de fixar a taxa do salário, sempre ficou claro que a economia só se erige em sistema a partir do momento em que esta taxa é determinada. Fixar o nível de consumo dos trabalhadores significa, ao mesmo tempo definir os termos da disjunção fundamental e, portanto, definir também a barreira mínima além da qual o produto não poderá se expandir. Os empresários, uma vez fixada esta separação, se esforçam em seguida por maximizar a quantidade de trabalho realmente extorquido no processo de produção. Em outros termos, a taxa do salário funciona sempre como um *ponto de ancoragem* necessário para o sistema econômico em seu conjunto e, conseqüentemente, é necessário como tal que essa taxa seja sempre definida "ex ante". A produção não começa se este ponto não for determinado com antecedência.

Conseqüentemente, se o setor "necessário" joga um papel determinante no funcionamento do setor "excedente", não é por causa de sua reserva de riquezas, pela fixação das normas de consumo.

AS ETAPAS HISTÓRICAS

Com base nesta constatação, se buscará, na história do capitalismo europeu, as etapas da evolução de sua ordem alimentar. Não será difícil distinguir as 4 etapas seguintes:

1) A acumulação primitiva entre os séculos XVI e XVIII. Durante este período, o eixo principal das transformações sociais foi a “Privatização-comercialização” da terra. Isso foi atingido através da separação dos agricultores da terra, pela liberação do solo de toda servidão extra-econômica e pela passagem dos produtores ao estatuto do assalariamento. Ao mesmo tempo, esse regime agrário criou um modelo de acumulação do capital muito especial, fazendo apelo sistemático às formas de pilhagem tanto internas quanto externas.

2) a segunda etapa da história alimentar moderna foi a da *revolução agrária*, associada com a revolução industrial do fim do século XVIII. Esta etapa consistiu sobretudo na *organização agrônômica* do solo e na introdução de novos métodos de produção agrária. Esse foi um processo de crescimento rápido da produção e da produtividade agrícolas, o que tornou possível tanto a explosão demográfica quanto a revolução industrial. Aqui, de novo, a estabilização das relações de produção e de consumo alimentares tornou possível o modelo industrial do século XIX.

3) A terceira etapa foi a da *abertura*, a partir de 1870, do mercado alimentar nacional aos produtos menos caros vindos dos países de ultra-mar. Esta abertura teve dois efeitos marcantes: em primeiro lugar, ela abalou, pela concorrência, as grandes empresas agro-capitalistas e, fazendo baixar os preços dos produtos alimentícios, consolidou as *formas familiares* de produção, o que deu lugar a uma “socialização informal” do setor primário; em segundo lugar, ela tornou possível uma *expansão colonial* sem precedentes, criando ligações orgânicas, a partir deste momento, entre os países do centro e os da periferia. A fase colonialista (1870-1929) foi, então, largamente associada às importações massivas de produtos agro-alimentares, provenientes das colônias e dos países de ultra-mar e, certamente, em consequência, às exportações de produtos manufaturados — sobretudo têxteis — no sentido oposto.

4) Na quarta etapa, associada à era keynesiana, e que se manifestou sobretudo depois da segunda guerra mundial, o setor primário se acha totalmente integrado nos circuitos da economia nacional, ele é “farmerizado” e dirigido pelo sistema global através dos organismos de crédito, do sistema de preços, impostos e das regras administrativas. Esta integração social da agricultura determina também as características fundamentais do modelo keynesiano: expansão do mercado interno, economia do crédito e crescimento dos gastos públicos.

Para concluir, observemos, uma vez mais, que os historiadores e os teóricos do capitalismo perceberam acertadamente o papel estratégico do sobreproduto agrário na decolagem industrial, mas não viram um fato muito importante, ou seja, que este sobreproduto está sempre fixado em formas precisas e que determinam, ao mesmo tempo, as normas e o nível de consumo da massa de trabalhadores. A estrutura de consumo alimentar funciona necessariamente como o *vetor estabilizador* de todo o padrão de acumulação do capital em geral.

A REVOLUÇÃO ALIMENTAR CONTEMPORÂNEA

Assistimos, de alguns anos para cá, a uma importante mutação no setor "necessário", o que anuncia um novo regime de acumulação em plena constituição. O sinal mais marcante desta nova mutação é, sem dúvida, o impulso espetacular, durante os últimos anos, das formas de controle da economia de subsistência pelas indústrias agro-alimentares (IAA). De vários modos já se assinalou a emergência destes novos agentes dominantes da cadeia alimentar ⁴². A base agrária foi incorporada como um simples elemento da nova cadeia agro-industrial. A produção alimentar contemporânea se baseia em condições inteiramente novas: a agricultura perde, cada vez mais, o estatuto de setor autônomo; de uma parte, por causa de sua *integração orgânica* no novo sistema alimentar; e por outra, em razão do fato que os novos agentes dominantes lhe são exteriores.

Para formalizar esta mutação, se lembrará que, no antigo sistema, a integração social da produção primária era realizada *através do mercado*, o que preservava ainda uma certa margem para as relações de concorrência entre os setores da produção. Contrariamente, no novo sistema, a incorporação do setor primário nos circuitos das firmas agro-industriais dá lugar a um fenômeno novo que se designará como uma "economia de tipo integrado".

É certamente esta nova realidade que as noções de "cadeia" ou "rede" agro-alimentares tentam explicar ⁴³. Não se trata mais de uma integração através do mercado, mas de uma integração principalmente fora do mercado, de tipo corporativo.

Os novos conglomerados agro-alimentares se definem precisamente pelas estruturas que se estruturam fora do mercado: contratos de integração dos agricultores nos programas industriais, possibilidade de controlar com anteci-

(42) Ver especialmente ARROYO, G. "Les Agents Dominants de l' Agro Alimentaire dans la Chaîne de production". in: *Colloque CREDIMI*, Dijon, março de 1983.

(43) Segundo o jornal *Le Monde*, as noções de "cadeia" ou de "rede" constituem os novos nomes-chave da nova política alimentícia; ver *Le Monde* de 13 de novembro de 1982.

pação os fornecimentos, as provisões, as vendas e, comumente, até mesmo os meios de financiamento do setor agrário, associados com uma inelasticidade da demanda dos produtos alimentares finais. Tudo indica que estamos em presença de novos oligopólios, se é que não se trata de um fenômeno de retorno ao sistema das velhas corporações. As etapas de produção dentro da cadeia ficam assim menos concorrenciais e mais regulamentadas pela via de "cartelização", tornando-se parte integrante dos grandes circuitos sob o controle neo-corporativista.

No entanto, deve-se lembrar que esta cartelização—integração não reduz proporcionalmente os riscos para os produtores agrícolas.

A perspectiva de cartelização constitui a tendência atual no domínio agro-alimentar: nos Estados Unidos, mais de 90% da produção primária é assim captada pelas indústrias de transformação alimentar. Nos países do Terceiro Mundo, esta proporção chega apenas a 10% ou 20% ⁴⁴, ao passo que nos países do Mercado Comum Europeu ela ultrapassa já 70% em média ⁴⁵. Ao mesmo tempo, se observa também que, se as vendas dos produtos alimentares transformados representam entre 500 e 1.200 dólares, por ano per capita, nos países desenvolvidos, elas representam apenas de 10 a 20 dólares, por ano per capita, nos países periféricos. Constatase facilmente que a importância relativa do controle agro-alimentar cresce com o desenvolvimento.

Incontestavelmente, o setor agro-alimentar apresenta hoje muitos aspectos de uma *grande inovação*, no sentido schumpeteriano do termo, e, em particular, durante este período de crise. As implicações alimentares se concentram hoje, principalmente, nos aspectos tecnológico e econômico. Tenta-se, certamente fazer baixar ainda mais o valor relativo das subsistências necessárias à reprodução das forças de trabalho. Se faz apelo massivamente às tecnologias avançadas para criar novos alimentos, novos hábitos e novas normas de consumo alimentar. Financia-se a pesquisa aplicada no domínio nutricional e alimentar, tanto para o homem como para o gado ou a produção vegetal. Muitos reconhecem atualmente que uma revolução se está completando no domínio da bio-tecnologia e da bio-indústria: a intervenção bio-genética permite agora desdobrar-se em novas *tecnologias alimentares*.

Na produção alimentar, se emprega cada vez mais produtos químicos, rações artificiais, produtos fitosanitários e forragens industriais. O objetivo desta enorme mutação atual é a *elaboração de novas normas alimentares* para as massas de trabalhadores.

(44) Unite Nations CTC, Transnational Corporations in Food and Beverage Processing, New York, 1980.

(45) Ver BOMBAL J., e CHAMIN Ph. *L' Agro-Alimentaire*. Paris, PUF, 1980

A inovação intervém aqui de maneira múltipla: a) produtos alimentares novos — muitas vezes de valor nutritivo duvidoso; b) métodos novos de produção — comumente em laboratório industrial, a partir de matérias-primas não menos artificialmente elaboradas; c) mercados fundamentalmente novos — a inumerável clientela dos “prêt-à-manger”, alimentos-rápidos (fast-food), das cantinas instaladas nos lugares de trabalho e, em geral, a comida fora de casa.

Pela primeira vez na história do capitalismo, ele se apodera da esfera da alimentação, que se encontrava até o presente — apesar de todas as revoluções — sob os cuidados da família e do artesão. E ele (o capitalismo) o faz, abalando todas as condições anteriores e incorporando tudo o que seja necessário para a constituição das novas cadeias alimentares. Baixar os preços relativos dos alimentos e estabilizar as novas relações alimentares: estes são os dois objetivos do quadro alimentar contemporâneo, que depende necessariamente da estabilização econômica geral.

As indústrias agro-alimentares se acham atualmente em uma situação duplamente vantajosa: por um lado, elas exercem um controle exclusivo sobre a produção primária, já que podem limitar o acesso a outros concorrentes e, por outro lado, elas se aproveitam das inovações alimentares que lançam no mercado. O controle exclusivo sobre a produção primária, através dos contratos de integração e de outros meios, procura uma *renda de situação*, que não é realizada pelos agricultores, incapazes, por definição, de realizá-la, mas pelos agentes efetivamente dominantes no seio da cadeia agro-alimentar. Isso permite sem dúvida explicar a existência de lucros particularmente elevados dentro da cadeia.

VALOR AGREGADO BRUTO POR UNIDADE
DE FORMAÇÃO DE CAPITAL — (CEE, 1981).

Agricultura	4
Conjunto da economia	4,9
IAA	8,8

VALOR AGREGADO POR PESSOA EMPREGADA CEE, 1981.

Agricultura	7.500 UCE
Conjunto da economia	15.000 UCE
IAA	22.000 UCE

Fonte: CEE, La situation de l'agriculture dans la Communauté, Rapport, 1981.

Constata-se nas tabelas acima que a diferença das taxas de rentabilidade, vantajosa para o setor agro-alimentar, é verdadeiramente considerável. Os dados

estatísticos que dispomos permitem confirmar a mesma tendência em outras regiões do mundo. Se pode também verificar que as taxas de lucro dos investimentos agro-alimentares americanos, assim como nos países do centro mundial desenvolvido ou na América Latina, são sempre sensivelmente superiores em relação à de outros ramos da produção 46 . Igualmente, as taxas de formação do capital das indústrias alimentares americanas, na América Latina, seriam em média 70% superiores em relação às das firmas norte-americanas que operam nos outros setores 47

No entanto, observemos uma vez mais que, se por um lado a alimentação contemporânea — fabricada nos laboratórios industriais — tende à homogeneização e à internacionalização, por outro lado, os sistemas alimentares mantêm sempre sua vocação nacional. A bio-indústria e a bio-tecnologia têm a vantagem de estar disponíveis ao alcance de muitos países e de serem suscetíveis de inscrição na perspectiva de estratégias alimentares nacionais ou regionais muito variadas.

A baixa permanente dos preços agrícolas na produção incita grandes inovações tecnológicas no plano de produção alimentar. Baixas de preços, formação de estoques de excedentes e alimentos novos: estes são alguns dos aspectos da luta pela nova ordem alimentar e ponto de partida para a nova ordem econômica, tanto interna quanto internacional. O alimento se impõe atualmente como a arma estratégica ou até a arma absoluta 48 .

Entende-se assim o interesse novo, até apressado, que dão ao setor alimentar os ramos da produção que estavam, até hoje, muito distantes e se constata que esta volta aos investimentos alimentares é, muitas vezes, feita por grupos industriais com relações tradicionalmente marginais ou completamente estranhas ao ramo alimentar.

Pode-se citar, como exemplo desse novo interesse, grandes firmas da indústria mecânica, como a Fabrimetal na Bélgica, que já considera a indústria de alimentos como seu objetivo prioritário. Pode-se ainda citar o caso da indústria automobilística (Volkswagen, Renault, Fiat) da indústria aeronáutica (Boing), da indústria do vidro (BSN), da indústria petrolífera (BP, ELF-ERAP) e da indústria química (Coppés, T.C.T.). Além do objetivo de extensão das linhas agro-industriais em novas áreas, comportando a extensão da cadeia produtiva — como no caso das energias de origem agrícola destinadas ao uso nas indústrias 49 —, trata-se, freqüentemente, para essas grandes empresas industriais, apenas de esta-

(46) Ver Survey of Current Bussiness, in ARROYO G. op. cit.

(47) Ver GEORGE S. *Les stratèges de la faim*. Ed. Grounager, 1981; REVEL, A e RIBOUD, C. *Les Etats Unis et la stratégie alimentaire mondiale*. Calmaun-Levy, 1981; MORGAN D. *Les géants du grain*. Paris, Fayard, 1980.

(48) Ver: CEE.L' *Industrie Alimentaire dans la CEE*, fevereiro de 1981. DOC. 111/100/91.

(49) Ver: RASTOIN, J.L. *Energies Alternatives d'Origine Agricole: le Cas Brésilien*, colloque CREDIMI, Dijon, Mars 1983.

rem presentes num setor novo, caracterizado por perspectivas incalculáveis neste momento e oferecendo, desde já, uma rentabilidade do capital investido sensivelmente superior à média usual.

É apenas dentro de uma visão estratégica que se pode compreender as implicações da nova ordem alimentar de hoje e a insistência dos países europeus, especificamente os da CEE, em colocar essa questão como a principal prioridade há 20 anos. Os excedentes agrícolas surgidos nestes últimos anos nos países do mundo ocidental são apenas uma expressão do processo já detonado da enorme mutação alimentar em curso. No entanto, é importante observar que, enquanto o problema da nova ordem alimentar não for resolvido, veremos desenhar-se, no horizonte do ano 2.000, o perfil de uma *"guerra-ficção"* que nenhuma imaginação poderia prever neste século do espaço, da eletrônica e da informática: a *guerra alimentar*.

As primeiras escaramuças aparecem já em escala planetária. O Terceiro Mundo aparece hoje nesses cenários que alguns qualificam de "terror", já que se trata friamente de várias dezenas de milhões de mortes *previstas com antecedência*. Nos conflitos e contradições internacionais se sistematiza cada vez mais a referência à arma alimentar. Nos países centrais desenvolve-se, por enquanto, o que se pode chamar de uma *"guerra total"*: subvenções, restituição e crédito à exportação para conquistar novos mercados e substituir os concorrentes, para vender quantidades adicionais de produtos que chegam sem parar ao mercado.

Guerra da carne, da manteiga, dos cereais, guerra dos alimentos para animais, etc. São tantas formas concretas inesperadas, pelas quais passam atualmente a luta e as contradições internacionais para alcançar uma nova ordem econômica internacional. As relações entre os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu ficaram profundamente afetadas por essa competição alimentar sem precedentes, na qual intervém também o problema crucial da atitude a adotar frente ao Terceiro Mundo, à economia mundial e à URSS.

A SECA E O COMBATE AOS FATORES DESESTABILIZADORES DA ECONOMIA AGRÍCOLA DO NORDESTE*.

Manuel Correia de O. Andrade**

REDIMENSIONANDO O PAPEL DA SECA NA CRISE SÓCIO-ECONÔMICA NORDESTINA

O Nordeste é considerado como uma região que possui grande desequilíbrio em sua economia, atribuindo-se geralmente este desequilíbrio à influência de condições naturais adversas, sobretudo ao clima semi-árido e às secas que ocorrem com grande intensidade, quase sempre uma vez em cada ano. No momento esta crença se agudiza, de vez que acabamos de viver uma seca que flagelou a região por mais de cinco anos, sendo considerada por estudiosos, como Gileno de Carli, a maior do século. Além da seca, vive a região, como o país, uma grande crise econômica que tem provocado o fechamento de numerosas unidades industriais, aumentando consideravelmente o índice de desemprego, tanto na cidade como no meio rural. A coincidência entre a grande seca e a grande crise tem levado numerosas pessoas a acreditar que o desequilíbrio econômico é conjuntural e que, passada a seca e superada a crise, a economia nordestina retomará seu ritmo de crescimento.

Esta crença porém não tem nenhum fundamento, de vez que em numerosas regiões do mundo dominam climas adversos, obrigando o homem a regularizar sua ação produtiva, levando em conta as características dos mesmos; a crise que atinge o Nordeste de forma intensa, se deve a um sistema econômico alienado que impede o desenvolvimento real, com implicações não apenas econômicas, mas também sociais e ecológicas sobre a região.

Assim, nos países secos mais desenvolvidos, dispõe a população de estruturas e de conhecimentos que permitem desenvolver as culturas xerófitas e a irrigação, usando águas de rios perenes, de poços profundos ou armazenadas por represas e cisternas, para garantir o abastecimento e as atividades agrárias; dispõe de técni-

* Texto base, revisado e corrigido, da conferência de abertura do "I Encontro sobre as Alternativas Econômico-Sociais para o Desenvolvimento do Nordeste", realizado em João Pessoa (Paraíba), 25-29.3.1984, organizado pelo Departamento de Economia e o Grupo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa Econômica (GAPPE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

** Geógrafo, historiador e escritor, Professor Titular do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE.).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	33 a 38	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	---------	-------------------

cas que permitem o desenvolvimento de culturas adaptadas ao clima seco, podendo sobreviver a grandes estiagens, assim como de cultura de plantas de ciclo vegetativo curto na estação chuvosa. Ainda se pode armazenar alimentos e forragens na estação chuvosa para o consumo na estação seca.

Na verdade, os grandes problemas do Nordeste resultam muito mais de condições sócio-culturais e econômicas do que de condições naturais. Eles são estruturais, embora em alguns períodos sejam exacerbados por ocorrências conjunturais. O Nordeste se vê freiado em seu desenvolvimento em consequência do sistema de colonização, baseado na exploração da terra, sob a forma de grandes propriedades e na política de incentivo, de estímulo à produção agrícola para o mercado externo. Mesmo quando o mercado interno das regiões ricas passa a absorver estes produtos, as estruturas existentes continuam a fortalecer a permanência do latifúndio e da concentração da renda, em detrimento dos interesses do grosso da produção. Ela é consequência também de um processo de modernização tecnológica e social, que não é feita consultando os desafios da região, mas através da transposição de experiências estrangeiras que respondiam a outros desafios e de uma política de modernização das velhas estruturas, visando torná-las viáveis, evitando as reformas que realmente beneficiariam o país e a região.

A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Para melhor fazer compreender o que entendemos por modernização, que consolida as velhas estruturas e agudiza os problemas, podemos analisar alguns programas, como:

- o PROÁLCOOL, que vem estimulando a implantação de grandes destilarias, com baixíssimos investimentos por parte dos grupos econômicos que se instalam, sob o pretexto de que elas resolverão os problemas de abastecimento de produtos energéticos e contribuirão para o equilíbrio do balanço de pagamento. Não se leva em conta a grande ação poluidora da indústria alcooleira, que degrada os rios com o lançamento, em seus leitos, do vinhoto, nem que a expansão dos canais para abastecer as destilarias vem sendo feita em detrimento da produção de alimentos, dificultando e agravando o problema de abastecimento alimentar da população.
- O *programa de racionalização e modernização da indústria açucareira*, que vem provocando problemas idênticos, fazendo com que a modernização e a realocação das usinas tragam, cada vez mais, dificuldades à agricultura de alimentos que não goza dos favores e subsídios oficiais, não podendo, em consequência, competir com a cana-de-açúcar.
- O *processo de pecuarização*, em rápido avanço, que da mesma forma que a política alcooleira e açucareira, vem criando sérios problemas sociais. Atra-

vés deste processo, o proprietário da terra e criador passa a cultivar áreas com gramíneas e/ou leguminosas resistentes à seca e a acumular alimentos na estação chuvosa para consumo no estio, sobretudo em silos-trincheiras. Com estas medidas, executadas geralmente graças a empréstimos de bancos oficiais e a juros baixos, o pecuarista liberta-se da necessidade de fornecer terras aos agricultores sem terra, para que cultivem milho, feijão e algodão em associação e que, após a colheita, liberem a terra, o antigo "roçado", para que o gado se alimente com o restolho destas plantas. Ora, ocorre que estes agricultores perderam a possibilidade de cultivar a terra, por deixarem as mesmas de ser arrendadas a eles, e, tiveram que migrar para as áreas novas, mas já apropriadas' - Sul do Piauí, Oeste do Maranhão e Bahia —, onde vão trabalhar como assalariados ou como moradores dos grandes fazendeiros que se apossaram de vastas áreas, através da compra ou da grilagem. A política de modernização da pecuária deveria ter sido acompanhada de uma política de remoção e localização destes agricultores em terras próprias — pequenas propriedades familiares — ou em terras de cooperativas, de que eles se tornassem cotistas. Resolver-se-ia assim, ao invés de se agravar, a questão social. Questão que cada dia se torna mais séria e que exige a mais rápida solução se quisermos evitar a eclosão de uma verdadeira convulsão social. Na região semi-árida, pode-se observar a mesma tendência à conservação das estruturas sociais existentes, através de *programas governamentais com projetos de empréstimos* para construção de cercados, de poços, de açudes, de currais e de casas de fazenda a proprietários que tenham de 20 a 500 hectares. Estes empréstimos são feitos a juros inferiores à inflação e a longo prazo, ao mesmo tempo em que se deixa os proprietários com menos de 20 ha sem uma assistência à altura. Observa-se ainda que os empréstimos agrícolas são feitos com uma grande preocupação teórica com o crescimento da produtividade, obrigando-se a que grande parte dos recursos emprestados sejam aplicados na aquisição de adubos e inseticidas, dificultando o uso do recurso emprestado para cobrir as despesas mais prementes do pequeno produtor. Emprego que naturalmente tornaria mais fácil ao mesmo saldar o débito na ocasião do pagamento.

De grande importância é a *intensificação do uso da água* do rio São Francisco e dos grandes açudes *para irrigação*. Ocorre porém que esta política vem prejudicando os pequenos posseiros e beneficiando, sobretudo, empresas de outras regiões do país e aos grandes proprietários da área. Assim, no sub-médio São Francisco, a maior porção da área irrigada é entregue a grandes empresas ou a médios e grandes proprietários que desenvolvem culturas nobres, visando o abastecimento dos grandes centros urbanos do país, em detrimento das culturas de gêneros alimentícios, feitas por pequenos produtores. Dentre as culturas nobres, salientam-se a cebola, o alho, o tomate, o melão, a melancia e a uva. Apesar da experiência positiva da cooperativa de Bebedouro II, no município de Petrolina, a área beneficiada por infra-estrutura de irrigação, entregue a cooperativas, é insig-

nificante, face à ocupada por empresas e grandes proprietários. E para implantar estas obras ligadas à irrigação e para construir as barragens que cobrem vários quilômetros de terras agrícolas, são desapropriados milhares de posseiros — pequenos produtores — que se vêem no dilema de migrar ou de se marginalizar nas cidades médias e grandes. Poucos são os que ficam nas áreas onde eram posseiros, quase sempre transformados em assalariados agrícolas. Aí também gozam de grandes vantagens as companhias agro-industriais, que podem adquirir o produto agrícola (a matéria prima), sem investir na compra de terras, através de contratos de venda antecipada da produção como condição para a agricultura obter os empréstimos nos bancos oficiais, como ocorre sobretudo com o tomate.

OS CAMINHOS A PERCORRER

— O combate aos desequilíbrios existentes e que se vão acentuando, é muito difícil; prejudicam a região e a maioria da população, beneficiam a grupos econômicos poderosos que exercem pressão sobre os órgãos governamentais e se usufruem dos programas aplicados pelos mesmos. E, naturalmente, os grupos hegemônicos das classes dominantes e as grandes empresas que atuam em escala nacional e multi-nacional, não só exercem pressão direta como utilizam os meios de comunicação, para que as apresentem como agentes do progresso e do desenvolvimento e como órgãos cuja ação vai trazer benefícios à região. Criam assim uma ideologia que é transferida às várias camadas sociais e que “legitima” sua ação. Uma modificação das diretrizes dominantes se torna assim difícil e só pode ser executada através de uma forte política de esclarecimento e de educação do povo.

Dentro dos quadros institucionais dominantes, teria que lançar uma política de conscientização da população para a necessidade de uma série de medidas que modificassem as estruturas institucionais, a iniciar-se com o problema da propriedade da terra, que deveria ser legalizada urgentemente em atendimento aos posseiros que detêm o controle das áreas que cultivam, a fim de que juntassem à posse o domínio da terra, assim como que se fizesse desapropriação das áreas dos grandes proprietários que iriam ser beneficiados pela construção de obras públicas. Por exemplo: ao se construir um grande açude ou uma represa, não se deveria exigir do proprietário da terra apenas o reconhecimento do direito à servidão e ao uso da água pelos pequenos proprietários e vizinhos, mas também se fazer a desapropriação daquelas áreas que fossem se tornar irrigável com a construção da represa. Estas áreas desapropriadas deveriam ser divididas com agricultores que se comprometessem, durante o período de utilização das mesmas, a cultivar os produtos necessários ao abastecimento local e regional, dentro de técnicas conservacionistas dos solos e de economia da água.

De grande importância seria a reformulação do sistema de crédito agrícola, que deveria continuar a ser subsidiado, mas destinado sobretudo à manutenção da família do agricultor durante a entre-safra. Esta medida teria grande importância, sobretudo para os pequenos produtores, porque o grande problema que eles enfrentam é o da aquisição de alimentos na entre-safra. É justamente neste período que eles recorrem aos agiotas, fazendo empréstimos por juros muito elevados e vendendo a produção antecipadamente, "na folha", a preços muito baixos. Ficando endividados, se não venderam a produção na folha, são obrigados a fazê-lo logo no início da colheita, quando os preços estão deteriorados. Um sistema de empréstimos oficiais a juros baixos, que não os obrigasse a empregar um grande percentual na aquisição de adubos e a uma organização, através de cooperativas, teria muito mais influência em favor do pequeno produtor do que a elevação da produtividade com a aplicação de adubos caros e de inseticidas e fungicidas. Esta política de crédito deveria ser acompanhada ainda de uma sólida política de assistência técnico-agronômica, a fim de que o agricultor cultivasse na ocasião própria o produto necessário, dispondo de boas sementes e de conselhos técnicos. Os estudos de mercado deveriam ser permanentemente repetidos, a fim de evitar um descompasso entre a oferta e a procura dos alimentos produzidos. Agro-indústria de conservação da produção agrícola, como a liofilização da cebola, deveriam também ser implantadas, ficando sob o controle de associações de produtores.

A agricultura irrigada tem um grande futuro no Nordeste, sobretudo, se conhecendo as possibilidades de utilização das águas do São Francisco e do Parnaíba, rios caudalosos e perenes, e dos açudes e grandes represas construídos pelo IFOCS e pelo DNOCS. Mas a irrigação deve ser feita com técnicas bem adaptadas às condições mesológicas, técnicas de baixo custo, com economia de água e com preservação da qualidade dos solos, pois são do conhecimento geral os perigos de salinização dos solos em áreas tropicais irrigadas. Uma política de água não deve esquecer a grande importância que têm os poços artesianos e os reservatórios que acumulam a água da chuva. A conservação da vegetação natural, sobretudo naqueles pontos em que há uma maior facilidade de obtenção de água, ora pela condensação superficial — o orvalho da Serra Negra em Pernambuco alimenta uma floresta de grande porte, considerada por alguns botânicos como semelhante à floresta amazônica — ora pela conservação da água em lençóis subterrâneos em áreas de rochas sedimentares — caso do Araripe em sua vertente do Norte cearense.

É verdade que existem grandes áreas do sertão semi-árido que não podem ser irrigadas, face à sua localização distante dos rios e dos açudes. Para estas áreas se poderia estimular, como advogava o grande agrônomo e naturalista Guimarães Duque, o desenvolvimento das plantas xerófitas, plantas adaptadas aos climas mais rigorosos, algumas de cultura permanente como o algodão arbóreo, a algaroba e algumas leguminosas típicas da caatinga e que servem de excelente ali-

mento para o gado. O algodão arbóreo de fibra longa se adapta até a regiões com expressiva aridez, onde chove menos de 400 mm por ano, podendo fornecer matéria-prima de primeira qualidade à indústria têxtil, hoje agonizante no Nordeste. A algaroba, planta originária dos desertos andinos, pode ser utilizada como alimento suplementar para o gado, fornecendo uma série de subprodutos. Mas não são apenas as xerófitas permanentes que podem ser cultivadas com grande sucesso nas regiões secas. Nelas também tem grande utilidade a cultura de cereais de ciclo vegetativo curto como o sorgo, que é a base alimentar das populações que vivem nas regiões do Oeste dos Estados Unidos, da Índia e da China, onde o mesmo é cultivado e usado como alimento para o homem e para os animais. Ao lado do sorgo, ainda se pode cultivar, com sucesso, no Semi-árido; o amendoim, o milhete, a mamona e, em certas regiões, a mandioca. É necessário que se estimulem estas culturas nas áreas favoráveis às mesmas e se assistam aos pequenos e médios produtores.

De importância capital, é a organização do sistema de comercialização, a fim de extinguir o intermediário e facilitar o trânsito da produção desde o produtor até o consumidor, através da ação de cooperativas ou de sociedades governamentais.

PRÉ-REQUISITOS PARA TRILHAR AS VIAS APONTADAS

Não pretendemos ter dado as soluções para a problemática nordestina, visando a quebra de desequilíbrio e de estrangulamentos, como um pacote mágico e eficiente. Apenas apontamos caminhos que devem e podem ser seguidos, após serem examinados e discutidos com as populações da região, através das instituições da sociedade civil, sobretudo das associações corporativas e de classe. Isto porque tememos que soluções feitas de cima para baixo e impostas aos agentes diretamente interessados na produção, na industrialização e na comercialização, não tenham alguma influência. Isto porque qualquer solução formulada por técnicos, baseada em conhecimentos adquiridos em compêndio, que formulam esquemas gerais, baseados em experiências de outras áreas, está fadada ao fracasso e à inexecutabilidade, por serem realmente inexecutáveis ou porque encontrarão uma oposição, nem sempre explícita, mas real à sua execução. As soluções para os problemas que atingem o povo só podem ser efetivas se na seleção e na estruturação, isto porque a população não deve ser nunca encarada como objeto, mas, ao contrário, como sujeito do processo de modificação do desenvolvimento.

A RENDA DA TERRA: UM IMPASSE NA TEORIA

Gian Mario Giuliani*

A TEORIA DA RENDA DA TERRA EM K. MARX

As análises marxistas da relação entre a agricultura e o processo de acumulação do capital fornecem instrumentos teóricos extremamente importantes para detectar os aspectos contraditórios implícitos nesta relação. Karl Marx aborda a problemática no capítulo XXXVII do III volume de "O Capital" e na última parte do I Volume de "História Crítica da Teoria da Mais-Valia", quando trata da renda fundiária. Este corpo teórico e suas sucessivas interpretações constituem, entretanto, uma forma de impasse na análise da agricultura como elemento contraditório no modo de produção capitalista nas sociedades modernas, sobretudo, latino-americanas. Vejamos como se colocam as questões principais.

Tratando da renda fundiária, na sua obra "O Capital" (1867-1905), K. Marx parte de um primeiro pressuposto que abstrai das formas concretas de organização produtiva na agricultura. Isto é, pressupõe que *a agricultura, tal como a indústria, se encontra dominada pelo regime de produção capitalista.*

Inicialmente o autor fala da renda como a forma em que se valoriza a propriedade, isto é, tudo aquilo que o arrendatário paga ao proprietário em troca da autorização de explorar sua terra. Por outro lado, a renda não seria outra coisa se não uma parte da mais-valia extraída do trabalhador pelo capitalista e cedida ao proprietário da terra. Marx escreve:

"Tan pronto como las circunstancias imponen una alza momentánea de los salarios de los jornaleros agrícolas, los arrendatarios ponen el grito en el cielo y sostienen que la elevación de los salarios a su nivel normal, como rigen en otras ramas industriales, es imposible y los arruinará si no va acompañada de la rebaja de la renta del suelo. En este va, pues, implícita, la confusión de que el nombre de renta del suelo enmascara aquí una deducción del salario hecha por los arrendatarios, un despojo con el que se benefician los terratenientes". (K. Marx, p. 585):

Posteriormente o autor se pergunta como, partindo deste pressuposto, pode acontecer que uma parte do lucro possa converter-se em renda fundiária e, portanto, uma parte do preço das mercadorias possa acabar nas mãos dos latifundiários.

(*) Professor e pesquisador do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba — UFPB — Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	39 a 60	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	---------	-------------------

A resposta de Marx parte do fato de que, no capitalismo, o preço regulador do mercado dos produtos agrícolas tende a se fixar de maneira diferente do preço dos produtos industriais. Isto é, o preço de mercado dos produtos agrícolas não se fixaria a partir do custo médio de produção (como na indústria), mas com base nos maiores custos individuais, nas piores condições de fertilidade e localização das terras. Com efeito, se os preços se determinassem de acordo com as condições de produção nas terras melhores e médias em fertilidade e localização, as terras piores não seriam cultivadas; simplesmente porque o capital investido no cultivo destas terras, não alcançando a realização do lucro médio, seria transferido para outros setores onde poderia obtê-lo. Porém, isto encareceria os produtos agrícolas, cujos preços subiriam até o nível que permitisse obter o lucro médio, incluindo o cultivo também das terras piores. Assim, a impossibilidade de satisfazer a demanda social de produtos agrícolas, cultivando somente as terras melhores e médias, faz com que as condições de produção nas piores terras sejam as que determinam o preço social de produção.

Se o lucro médio tende a se fixar sobre a base do maior custo de produção, quer dizer que, os que produzem nas terras médias ou melhores em fertilidade e localização podem realizar um lucro extraordinário, graças à maior produtividade do trabalho aplicado nestas terras. Este lucro extraordinário pode ser, em princípio, considerado igual àquele realizado na indústria pelas empresas de composição orgânica de capital mais elevada. Entretanto, na indústria, este lucro extraordinário teria um caráter passageiro (para as empresas), devido ao fato de que a concorrência tende a readaptar a composição orgânica do capital das outras empresas, readequando o lucro de todas ao lucro médio. Na agricultura, este lucro extraordinário tem um caráter mais estável, devido à maior dificuldade em readequar a produtividade do trabalho em terras que se diferenciam *por fatores naturais e geográficos*.

É sobre a base do caráter limitado da terra e do específico mecanismo de formação dos preços dos produtos agrícolas, que se fundamenta o que Marx chama de *renda diferencial*. Ela constitui o lucro extraordinário devido à maior produtividade do trabalho em terras natural e geograficamente privilegiadas..

Porém a renda da terra não encontra suas bases somente nos dois fatores indicados. Existiria outro elemento que originaria uma renda substancialmente diversa. Para chegar à individualização deste outro tipo de renda, Marx parte de um segundo pressuposto: *na agricultura, a composição orgânica do capital está abaixo daquela do capital social médio*. Neste sentido diz:

“(. . .) podemos afirmar como algo evidente que sólo bajo este supuesto puede el valor de los productos agrícolas ser superior a su precio de producción; es decir, que la plusvalía producida en la agricultura por un capital de determinada magnitud o, lo que es lo mismo, el trabajo sobrante puesto en acción por él y de que él puede disponer (y también, por consi-

guiente, el trabajo vivo empleado, en general) son siempre mayores que en un capital de la misma magnitud y de composición social media.

Para la forma de la renta que estamos estudiando y que sólo puede existir bajo este supuesto bastará, pues, que establezcamos la hipótesis. Al desaparecer ésta, desaparece también la forma de la renta que a ella corresponde. Sin embargo, el mero hecho de que el valor de los productos agrícolas arroje un remanente sobre el precio de producción no basta, ni mucho menos, para explicar la existencia de la renta del suelo, independiente de la diferencia de fertilidad entre las distintas clases de tierra, en una palabra, de la renta distinta por su concepto de la renta diferencial y que, por tanto, podemos designar con el nombre de renta absoluta.”

(K. Marx, p. 705).

Para se entender o sentido e a importância desta diferenciação, é preciso recuperar alguns dos elementos do procedimento lógico que permite a Marx formular tal proposição. Como se sabe, o autor divide as terras em três classes, utilizando o critério da diferença de fertilidade: terras de classe A (de menor fertilidade); de classe B (de média fertilidade) e de classe C (de alta fertilidade). Nessa base estabelece seu raciocínio:

“Supongamos, pues, que se dan las condiciones necesarias para la valorización normal del capital en las tierras de clase A.” ¿Bastaría con esto? ¿Podría, suponiendo que así fuese, invertirse realmente este capital? ¿O es necesario que el precio comercial suba hasta que arroje también una renta a la tierra A de peor calidad? Nos encontramos, pues, con que el monopolio de la propiedad territorial impone a la inversión del capital una traba que desde el punto de vista puramente capitalista no existiría, a no ser por la interposición de ese monopolio.”

(K. Marx, p. 699).

Em outras palavras, o dono das terras piores não deixaria cultivar suas terras de graça, pretendendo uma renda também para elas:

“(. . .) en la renta diferencial va implícito el monopolio de la propiedad territorial, la existencia de la propiedad sobre la tierra como traba opuesta al capital, ya que sin ella la ganancia excedente no se convertiría en renta del suelo, ni correspondería al terrateniente en vez de corresponder al arrendatario. Y la propiedad como traba persiste aún allí donde desaparece la renta del suelo como renta diferencial, es decir, en la clase A.”

(K. Marx, p. 696).

“La renta diferencial se caracteriza porque en ella la propiedad territorial sólo absorbe la ganancia excedente (. . .) La propiedad de la tierra no es, aquí, sino la causa de la transferencia de una persona a otra, del capitalista al terrateniente, de aquella parte del precio de la mercancía creada sin su

intervención (. . .) y que se reduce a la ganancia excedente. Pero la propiedad de la tierra no es, en los casos de la renta diferencial, la causa que crea esta parte integrante del precio o la elevación del precio que es premisa de ella. En cambio, cuando la clase peor de tierra A no puede ser cultivada — aunque su cultivo arroje el precio de producción — hasta que arroje un remanente sobre este precio de producción, una renta, la propiedad de la tierra actúa como la causa creadora de esta alza del precio. Es la misma propiedad territorial la que engendra la renta.”
(K. Marx, p. 700).

Assim, enquanto o elemento jurídico da propriedade da terra não influi de maneira alguma no mecanismo da formação da renda diferencial, mas somente é o que permite que esta renda seja apropriada pelos proprietários (sejam eles quem forem, inclusive o Estado), o mesmo instituto jurídico da propriedade privada é o mecanismo da formação da renda absoluta.

Marx afirma explicitamente que a renda da terra (nas suas duas formas, diferencial e absoluta) aparece e se desenvolve somente no capitalismo.¹ Porém, enquanto a primeira existe como relação intrínseca entre o modo de produção capitalista e a particularidade do meio de produção terra, a segunda existe porque a classe dos latifundiários, resquício feudal presente no novo modo de produção, não pode ser superada enquanto historicamente necessária à sua afirmação. Em outras palavras, o modo de produção capitalista, gerando a renda diferencial, permite à classe dos latifundiários gerar outra renda, a absoluta, como instrumento da sua reprodução.

O monopólio da propriedade, gerando a renda, gera ao mesmo tempo um empecilho ao desenvolvimento capitalista, na medida em que subtrai, do ciclo de reprodução e acumulação do capital, uma parte de mais-valia que, em princípio, não é reinvestida na produção. Este monopólio obriga os capitalistas agrários a cederem uma parte de seus lucros para os proprietários da terra, obrigando

(1) Sobre este ponto Marx, escreve: “La renta del suelo sólo puede desarrollarse como renta en dinero a base de la producción de mercancías y, más concretamente, de la producción capitalista, y se desarrolla en la misma medida en que la producción agrícola se convierte en producción de mercancías; es decir, en la misma medida en que la producción no agrícola se desarrolla frente a ella como producción independiente, pues en esta misma medida se convierte el producto agrícola en mercancía, en valor de cambio, en valor (...) Lo característico de la renta del suelo es que bajo las condiciones en que los productos agrícolas se desarrollan como valores (como mercancías) y bajo las condiciones de la realización de sus valores, se desarrolla también la capacidad de la propiedad territorial para apropiarse de una parte cada vez mayor de estos valores creados sin intervención suya, convirtiéndose así en renta del suelo una parte cada vez mayor de la plusvalía”. (K. Marx, p. 594-595).

o capital, na sua globalidade, a suportar preços mais altos dos produtos agrícolas,² somente para reproduzir uma classe cuja única atribuição é ser proprietária.

A RENDA DA TERRA EM K. KAUTSKY E V.I. LENIN

As formulações de Marx sobre a renda fundiária encontraram seus mais eficazes meios de divulgação nas obras de Karl Kautsky: "A Questão Agrária" (1899) e de V.I. Lenin: "O Problema Agrário e os Críticos de Marx" (1900), obras que, no fim do século XIX, fixam, de maneira precisa, os termos das divergências entre os partidos socialistas revolucionários e os populistas. Da obra de Kautsky destaca-se o ponto, extremamente debatido na época, das relações entre os grandes e os pequenos estabelecimentos agrícolas e sua respectiva participação na passagem da sociedade capitalista à sociedade socialista. O que praticamente buscava-se identificar eram as formas organizativas da produção que teriam permitido desenvolver mais rapidamente as forças produtivas na agricultura. Sabe-se que o autor insistiu com força sobre os grandes estabelecimentos.

A este respeito, pouco tempo depois, Lenin tomava uma decidida posição em defesa de Kautsky contra os ataques dos populistas russos. O que no fundo estava em jogo era não somente reconhecer o papel revolucionário ou contra-revolucionário dos pequenos produtores e proprietários, mas, sobretudo, estabelecer como se poderia atuar sobre a contradição agricultura/indústria no programa de superação da sociedade capitalista, e qual seria a organização da agricultura mais apropriada à sociedade socialista.

Kautsky, para explicar a renda capitalista da terra, parte da consideração do preço da terra e sua substância no capitalismo. A nosso ver, uma frase sintetiza muito bem sua posição: "Si es un hábito dar a la tierra el nombre de capital, no por ello el propietario terrateniente se enriquecerá en un solo céntimo". (K. Kautsky, Cap. V, E. p. 93). Assim, para o autor, existem essenciais diferenças entre o capital e a terra. Com efeito, apesar da propriedade fundiária ter se tornado uma mercadoria que tem um preço e um valor de mercado definidos, este valor responde a leis completamente diferentes daquelas que regulam o valor de troca em geral.

(2) "(...) la renta de la tierra A no sería una simple consecuencia del alza de los precios del trigo sino a la inversa: el hecho de que la tierra de peor calidad tuviese que arrojar una renta para que fuese posible acometer su cultivo sería la causa de la subida de los precios del trigo hasta un nivel en que pudiese dar cumplimiento a esta condición". (K. Marx, p. 700).

Quando alguns economistas consideram a terra como capital³, comparando a renda fundiária ao juro que o proprietário de capital recebe, Kautsky afirma que eles estariam obscurecendo as diferenças que existem entre os dois. A primeira diferença é verificável, observando o comportamento do preço dos capitais e da terra. Uma diminuição geral da taxa de juro não afeta de maneira alguma o valor de mercado dos capitais monetários, porém, aumenta o preço da terra. Isto porque a terra em si, não sendo produto do trabalho humano, não tem um custo de produção. Portanto, seu preço não está determinado pelo trabalho necessário à sua produção, e sim, pela renda fundiária. A segunda encontra-se no fato de que o juro do capital não pode explicar o preço da terra porque, se assim fosse, não se poderia explicar porque terras completamente virgens também teriam um preço quando o modo de produção capitalista estivesse já desenvolvido. Isto quer dizer que o valor do capital monetário, num determinado momento, mede-se no mercado de capital com base no juro que este realmente rende, enquanto que o preço de um terreno altera-se em relação à renda fundiária que ele pode realizar. A terceira diferença é que, enquanto os meios de produção criados pelo trabalho humano se desgastam (física e moralmente) e antes ou depois cessam de existir, a terra é indestrutível e eterna, pelo menos do ponto de vista da sociedade humana.

Para reforçar os três pontos, Kautsky observa que, sobre a base dos últimos dois, ter-se-ia que considerar insensato o proprietário de uma empresa industrial que, em lugar de explorá-la, a deixasse inoperosa. Pelo contrário, para os proprietários fundiários, muitas vezes pode ser muito vantajoso evitar explorar um terreno. Assim, para o autor, todas estas diferenças ficariam ocultas se nós disséssemos que a terra é capital. Este tipo de capital não existe. O que existe realmente é a renda fundiária, através da qual apenas se calcula o montante do capital fundiário. A compra e venda torna a propriedade fundiária *um investimento capitalista*, mas não faz dela um capital, assim como, Kautsky exemplifica, no século passado, um cargo de juiz não se tornava capital somente porque era adquirido desembolsando-se um capital. Por isto, a chave da explicação do preço da terra encontra-se na renda da terra e nas suas duas formas "diferencial" e "absoluta".

Segundo Kautsky a renda fundiária, na prática, aparece indiferenciada e não se pode reconhecer qual de suas partes é a diferencial e qual a absoluta e, muitas vezes, elas se misturam também com o juro do capital antecipado pelo proprietário. Com efeito, quando o proprietário fundiário é ao mesmo tempo agricultor, a renda fundiária aparece como uma parte do lucro da empresa agrícola. Todavia, é extremamente importante distinguir os dois tipos de renda. A primeira diferença indicada pelo autor é a que já conhecemos: a renda diferencial é o resul-

(3) Na sociedade capitalista o valor de um lote de terra seria equiparado ao valor de um capital que dá um juro igual à renda fundiária.

tado do *caráter capitalista* da produção e ela, permanecendo a gestão capitalista da agricultura, continuaria subsistindo também se a terra fosse nacionalizada; a renda absoluta é o resultado da *propriedade privada* da terra e do antagonismo que existe entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. A nacionalização das terras poderia eliminá-la.

A segunda diferença indicada por Kautsky é que a renda diferencial não constitui um fator que influi nos preços dos produtos agrícolas, enquanto a absoluta sim. A primeira deriva dos preços de produção, a segunda dos preços de mercado que sobem além dos preços de produção. A renda diferencial é constituída pelo excedente sobre o lucro médio, obtido pela maior produtividade do trabalho em terrenos mais férteis, ou pelos menores custos de distribuição derivados de uma melhor localização dos mesmos. A segunda, pelo contrário, não deriva de um lucro extraordinário de certas partes do trabalho agrícola, portanto, é possível que ela exista somente através de uma extração dos valores existentes que o proprietário fundiário toma para si; uma subtração da massa de mais-valia e, por isto, uma extração ou do lucro ou do salário. Se os preços dos meios de subsistência aumentam, e, conjuntamente elevam-se os salários, o lucro do capital diminui. Se os preços dos meios de subsistência sobem sem que os salários cresçam proporcionalmente, a depreciação recai sobre os operários.

Parece muito clara, em Kautsky, a delimitação da contradição entre agricultura e indústria. Sobretudo, porque ela é muito rica por incluir nesta contradição, aquela principal existente entre proletariado e burguesia.

Mas é sobre um ponto específico de sua argumentação que queremos insistir. Para o autor, *a renda diferencial é fruto do monopólio*. Será Lenin quem muito bem esclarecerá esta questão, numa áspera polêmica com Bulgakov. Lenin assim começa seu ataque:

“En general el señor Bulgakov no ha entendido la teoría de la renta de Marx. Cree haberla refutado con estas dos objeciones: 1) Según Marx, el capital agrícola entra en la nivelación de la cuota de ganancia, de modo que la renta es producida por la ganancia suplementaria que supera a la cuota media de ganancia. Esto no es exacto para el señor Bulgakov, pues el monopolio de la propiedad de la tierra suprime la libertad de competencia necesaria para el proceso de nivelación de la cuota de ganancia. El capital agrícola no entra en el proceso de nivelación de la cuota de ganancia. 2) La renta absoluta es simplemente un caso especial de la renta diferencial, y es un error distinguirla de esta última; tal distinción se funda en una doble y arbitraria interpretación de un mismo hecho, a saber, la posesión monopolista de uno de los factores de producción.”

(Lenin, pp. 64-65).

Lenin prossegue reafirmando a necessidade de distinguir as duas rendas. Salienta que a renda diferencial tem como única fonte o fato da terra ser limitada e

diferenciada em fertilidade. Porém, do fato da terra ser limitada só se pode logicamente deduzir uma coisa: que toda a terra deverá ser ocupada por "farmers" capitalistas. De maneira alguma, pode-se deduzir que a concorrência entre eles fique necessariamente limitada. Assim, Lenin argumenta:

"En todos los países europeos, después de la caída del régimen de servidumbre, observamos la decadencia de la propiedad de la tierra basada en el sistema estamental, la movilización de la propiedad de la tierra, la inversión de capitales comerciales e industriales en la agricultura, la difusión de los arrendamientos y de la deuda hipotecaria (. . .) ¿ Qué significan estos hechos? Indican, a despecho del monopolio de la propiedad de la tierra, y no obstante la infinita variedad de sus formas, el nacimiento de la libre competencia en la agricultura. En todos los países capitalistas, todo propietario de capitales puede invertirlo hoy en la agricultura (comprando tierras e arrendándolas), con igual o casi igual facilidad que en cualquier rama del comercio o de la industria."
(Lenin, p. 67).

Em seguida, Lenin aborda a questão da propriedade privada da terra e de como esta se reflete na renda, indicando, de forma clara, como deste monopólio da propriedade privada provém a renda absoluta.

"Sobre la base de su derecho de propiedad, el terrateniente cobrará al 'farmer' la renta diferencial, pues ésta es el sobrebeneficio por encima de la ganancia normal, media, correspondiente al capital, y como existe (o bien, es creada por el desarrollo capitalista) la libre competencia en el sentido de la libertad de invertir capitales en la agricultura, el terrateniente siempre hallará un 'farmer' que se conforme con la ganancia media y le entregue el excedente. La propiedad privada de la tierra no crea la renta diferencial, sólo la transfiere del 'farmer' al propietario. ¿ Se limita a ello la influencia de la propiedad privada de la tierra? ¿ Se puede suponer que el propietario otorgue al 'farmer' la explotación gratuita de los terrenos de inferior calidad y peor ubicados, que sólo producen la ganancia media? Por cierto que no. La propiedad de la tierra es un monopolio, en virtud del cual el propietario exigirá al 'farmer' el pago del arriendo por tales tierras. Este pago es la renta absoluta que no tiene relación alguna con la distinta productividad de los diferentes capitales invertidos, y que proviene de la propiedad privada de la tierra."
(Lenin, p. 69).

O IMPASSE

Pela análise de Marx, resulta claro que a particularidade do processo de acumulação na agricultura baseia-se não somente no fato de que seu meio de produ-

ção fundamental, a terra, tem peculiaridades que contrariam a lógica capitalista (diferente fertilidade natural, localização geográfica mais ou menos favorável, ser um bem limitado e dificilmente reproduzível), mas também no fato de que, no modo de produção capitalista, a burguesia foi obrigada a incorporar a classe dos proprietários de terra, apesar de considerá-la parasitária. Assim, o caráter particular do meio de produção terra seria responsável não somente por contradições que nascem e se desenvolvem no seio do próprio capitalismo, mas também pelas contradições que se definem na síntese histórica capitalismo-feudalismo.

Pelas interpretações de Kautsky e Lenin, pode-se constatar como a questão da propriedade da terra e da renda fundiária contém dentro dela concepções e diretrizes de transformação da sociedade. A análise da renda fundiária reproposta pelos dois autores mantém como pressuposto fundamental (oriundo do próprio Marx) a concepção da sociedade dividida em três classes: a dos capitalistas, a dos proletários e — como resquício feudal — a dos latifundiários.

Aqui está o ponto crítico nas análises das sociedades latino-americanas. Com efeito, se nestas sociedades as formas de produção e as relações sociais no campo se apresentam como mais semelhantes às do feudalismo, não se pode esquecer que elas (estas sociedades) se formaram como produto do modo de produção capitalista e instrumentos de acumulação primitiva na Europa. Portanto, para as sociedades latino-americanas, apesar das aparentes formas feudais, não se poderiam considerar pertinentes os elementos contraditórios que, a partir do meio de produção terra, teriam-se desenvolvido como produto da luta histórica entre capitalismo e feudalismo; simplesmente porque nunca houve feudalismo na América Latina. Isto é, a terra desde o começo foi apropriada da forma mais propícia à acumulação do capital, ou seja, sem uma classe latifundiária decididamente distinta da classe dos capitalistas.⁴

Sendo assim, como distinguir nas análises marxistas da relação capital-agricultura, os elementos contraditórios decorrentes da síntese histórica capitalismo-feudalismo, dos elementos contraditórios próprios da relação entre capital e meio de produção terra, no modo de produção capitalista? Em outras palavras, como utilizar, de forma correta, um aparato teórico totalmente impregnado da dimensão histórica (justamente, na definição de seus recursos analíticos mais abstratos) para interpretar sociedades que historicamente se encontram muito dis-

(4) A literatura em que se encontra esta perspectiva de análise constitui ao mesmo tempo a contraposição crítica de interpretações dualistas que tratam das formas atrasadas do campo como sendo resquícios feudais. Entre as mais interessantes, vejam-se as seguintes: BAEZ, R. (1975); CARDOSO, F. H. & FALETTA, E. (1970); FIGUEIRA, P. A. & MENDES, C.M.M. (1978); PINSKY, J. (1977); PRADÓ JR., C. (1972).

Por outro lado, os aspectos essenciais das interpretações que tratam o latifúndio no Brasil como um resquício feudal podem ser encontrados nos estudos de: FACO, R. (1961); MARIGUELA, C. (1958); PASSOS GUIMARÃES, A. (1964); ALVES, M. (1964); ALVES, M. (1962); VALVERDE, O. (1962).

tantes daquelas que o mesmo aparato teórico interpreta? Enfim, como depurar das características feudais o corpo teórico da renda da terra, de maneira a explicar as contradições entre capital, na sua globalidade, e capital na agricultura? Simplesmente eliminando a renda absoluta e considerando somente a diferencial? E que fazer dos latifúndios (e latifundiários) tão reconhecidamente característicos do campo latino-americano, quando já se revelaram todas as limitações das análises dualistas que dominaram o pensamento nesta região até a metade dos anos 60?

Este impasse pode ser observado claramente nos trabalhos que apareceram no Brasil no curso da última década. Estes, sem querer renunciar a uma matriz marxista, rediscutem as interpretações anteriores, questionando, sobretudo, a validade teórica de se manter a classe dos latifundiários como elemento que, na dinâmica econômico-política, constitui um obstáculo à acumulação do capital. Entretanto, as interpretações neste sentido se mantêm confusas e imprecisas. Assume-se, sem uma crítica aprofundada, a concepção da renda fundiária (derivada da propriedade do solo) como entrave ao desenvolvimento capitalista, concluindo, na base de constatação empírica, que a grande propriedade seria, no Brasil, a própria forma de expansão do capital no campo. De fato, revelam-se sérias dificuldades em aplicar a teoria da renda da terra na explicação de uma sociedade na qual é mais regra de que exceção o fato do capitalista ser ele mesmo o proprietário de terra.

DUAS TENTATIVAS DE REINTERPRETAÇÃO: K. VERGOPOULOS E A. BARTRA

Dois autores, a nosso ver, se destacam por tentar superar o impasse teórico anteriormente indicado. Suas tentativas merecem ser consideradas e discutidas.

O primeiro, *Kostas Vergopoulos*, é decididamente crítico com relação a Marx, atribuindo-lhe a culpa de ter confundido as idéias através de uma análise pelo menos imprecisa e contraditória da renda da terra e, conseqüentemente, da relação entre a agricultura e o capital global e das contradições que nesta relação se desenvolvem. Vejamos onde Vergopoulos, na obra "La Cuestión Campesina y el Capitalismo", encontra contradição nas argumentações de Marx.

Marx colocaria, antes de tudo, a questão do caráter social da renda, não só como maneira de explicar a renda em si, mas também para detectar o mecanismo social que estabelece a possibilidade de realização da mesma. Em Marx não teria nenhuma ambigüidade: a renda da terra é uma relação social do capitalismo como todas as outras relações da sociedade burguesa; ela é resultado da produção capitalista. É no processo de expropriação dos camponeses, próprio da acumulação primitiva, que se redefine a propriedade da terra como capitalista, isto é, sem equivalente anterior na História. Neste pressuposto Vergopoulos concorda plenamente com Marx.

A oposição apareceria quando Marx aborda a questão em termos inter-setoriais. Com efeito, segundo Vergopoulos, ele reconheceria a particularidade da agricultura consistente na composição orgânica de capital inferior à média. Porém, Marx acrescentaria que se trata não de uma condição inerente à produção agrícola, mas de uma incidência histórica que poderia desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, quando agricultura e indústria venham a se constituir num campo homogêneo sobre o qual o capital operará de maneira indiferenciada. Porém, antes disso se realizar, segundo Marx, duas coisas acontecem. Primeiro, a agricultura, devido à relação *trabalho vivo/trabalho morto* superior à média, continua criando proporcionalmente mais valor que a indústria. Segundo, o processo de redistribuição da mais-valia, de acordo com o capital empregado por setor e com base no lucro médio, não atinge à agricultura, devido à presença do monopólio dos proprietários da terra que bloqueiam o funcionamento deste mecanismo. Para apoiar sua tese, Vergopoulos interpreta Marx na seguinte passagem:

“(. . .) la propiedad terrateniente, allí donde la producción necesita de la tierra, sea para fines agrícolas sea para la extracción de materias primas, impide que esta compensación se efectúe respecto a los capitales invertidos en la tierra y absorbe una parte de la plusvalía, que de otro modo entraría en el juego de la compensación para formar la cuota general de ganancia. La renta forma entonces parte del valor y, más concretamente, de la plusvalía de las mercancías, con la diferencia de que esta parte, en vez de ir a parar a la clase capitalista que se la ha extraído a los obreros, va a parar a los terratenientes, que se la extraen a los capitalistas. El supuesto de que se parte, en esta operación, es que el capital agrícola pone en movimiento más trabajo que una parte igual del capital no agrícola. Las proporciones de esta diferencia e incluso su existencia dependerán del desarrollo relativo de la agricultura con respecto a la industria.”

(K. Marx, p. 715). 5

-
- (5) A fim de entender melhor as questões colocadas por Vergopoulos, argumentamos com as próprias palavras de Marx, porque de fato consideramos a interpretação do autor pouco clara. Se for deficiência nossa, que o leitor nos ajude: Vergopoulos assim se expressa: “ (...) la agricultura, debido a una relación trabajo vivo/trabajo muerto superior a la media, crea más valor que la industria. Ahora, el proceso de redistribución de la plusvalía social según el capital implicado por sector, que debería funcionar en el aparato capitalista, no toca al sector agrícola. Es la presencia del monopolio de los propietarios terratenientes la que bloquea el funcionamiento de este mecanismo en la agricultura. Por tanto, toda la plusvalía creada en la agricultura, se ve bloqueada en este sector y captada por la clase de los renteros. En este caso, los productos agrícolas no son vendidos por debajo de su valor, sino justamente, según su valor, el cual rebaja su propio precio de producción. A este exceso de valor sobre el precio de producción en la agricultura, Marx lo llama renta absoluta. Es absoluta debido a que todas las tierras se beneficia bajo el mismo título”. (K. Vergopoulos, p. 77).

Nas interpretações de Vergopoulos, Marx continua seu raciocínio, afirmando que não basta que o preço de mercado permita a realização do custo de produção para que a terra seja cultivada. Ela tem que produzir um excedente, uma renda. É a propriedade da terra que cria um aumento dos custos de produção, e por isto dos preços dos produtos agrícolas, criando assim esta renda. O autor argumenta que com esta análise Marx imagina que os proprietários possam especular sobre o mercado dos produtos agrícolas, bloqueando a oferta de terra no mercado. Mas na verdade, contesta Vergopoulos, é inconcebível pensar no lucro extraordinário (?) como sendo produzido pela especulação conjuntural do mercado.

Segundo Vergopoulos é tão inconcebível, que o mesmo Marx, ao ver inadequada sua tipologia, é obrigado a modificar seu enunciado da renda absoluta numa direção que invalida sua definição precedente, afirmando o que segue:

“Aunque la propiedad terrateniente pueda hacer subir el precio de los productos agrícolas por arriba de sus precios de producción, no es ella, sino la situación general del mercado, la que determina la medida en que el precio de producción, en cuanto se acerca al valor, y en proporción, el excedente de la plusvalía agrícola se convertirá en renta o, al contrario, sufrirá el efecto de la igualación general de la plusvalía en ganancia media”.⁶

Vergopoulos conclui que é preciso escolher entre duas teses mutuamente excludentes. Se a propriedade fundiária cria renda, então é preciso que esteja ao mesmo tempo autorizada a realizá-la no mercado. Ao contrário, se o mercado pode fazer com que a renda diminua até sua completa anulação, então em que consiste o “poder” da propriedade fundiária enquanto criadora de renda? (K. Vergopoulos, p. 80).

(6) Esta citação de Marx está no texto de Vergopoulos, pag. 79. A referência dada pelo autor é: *El Capital*. ed. La Pleiade, vol. II, pp. 1374-1375.

Na edição de *O Capital* que usamos, a citação aparece um pouco diferente, mudando até de sentido se tomada junta com as proposições que a sucedem. Veja o leitor. “Aunque la propiedad de la tierra puede hacer que el precio de los productos agrícolas exceda de su precio de producción, no dependerá de ella, sino de la situación del mercado la medida en que el precio comercial al precio de producción se acerque al valor y, portanto, la proporción en que la plusvalía producida en la agricultura por encima de la ganancia media dada se convierta en renta y entre en la composición general de la plusvalía a base de la ganancia media. En todo caso, esta renta absoluta que nace del remanente del valor sobre el precio de producción es simplemente una parte de la plusvalía agrícola, la transformación de esta plusvalía en renta, su absorción por el propietario de la tierra: del mismo modo que la renta diferencial nace de la transformación de la ganancia excedente en renta, de su confiscación por el terrateniente, a base del precio general de producción regulador. Estas dos formas de renta son las únicas formas normales”. (K. Marx, p. 708-709).

Na citação de Vergopoulos fica obscura a relação entre os elementos fundamentais da determinação da renda absoluta. Isto é a relação entre o preço comercial, o preço de produção e o valor.

Substancialmente, para nosso autor, Marx, na necessidade de atacar os aristocratas latifundiários e denunciá-los como inimigos da sociedade, teria confundido a pequena com a grande propriedade, raciocinando sobre a base desta última. Confundi também a escassez de terra com o "rareamento" da mesma, só este último produto da extensão da propriedade latifundiária. (K. Vergopoulos, p. 81). Para Vergopoulos a verdade é que, sendo a terra um bem não reproduzível, não importa quem a esteja monopolizando, em nada muda sua substância. É sobre esta substância de monopólio que se apega a propriedade fundiária para basear seu próprio monopólio, que consiste no usufruto exclusivo da terra.

Assim, o autor afirma que a única condição da existência do lucro extraordinário, convertido em renda, não é a propriedade fundiária, mas a relativa escassez dos produtos agrícolas, baseada na relativa escassez do fator terra. O monopólio da terra, no caso da renda, encontra seu equivalente no caso do juro e no monopólio do crédito. Tanto para a terra como para o crédito é o grau de sua escassez relativa que fixa seus respectivos preços: a renda e a taxa de juro. (K. Vergopoulos, p. 87).

Finalmente, aqui está o ponto chave de Vergopoulos, é preciso considerar o lucro extraordinário na agricultura muito mais em termos de desigualdade entre agricultura e indústria, do que em termos de relação de propriedade fundiária. Isto por que o valor que vai cobrir a renda diferencial provém do valor criado no setor industrial.

O segundo autor, *Armando Bartra*, no seu interessantíssimo e exaustivo trabalho "La renta capitalista de la tierra", reafirma que a renda diferencial é substancial ao modo de produção capitalista. Sua origem está na operação deste modo de produção sobre um processo de trabalho que depende de um bem natural escasso e qualitativamente diferenciado: a terra. A problemática da renda diferencial não tem que se remeter à operação de outros modos de produção, não depende de nenhuma herança histórica e não tem nada a ver com instâncias superestruturais, tais como a propriedade jurídica. (A. Bartra, p. 58). Portanto, reinterpretando Marx, sustenta que a teoria da renda da terra é antes de tudo a teoria da renda diferencial, por ser ela consubstancial ao modo de produção capitalista. Pelo contrário, a renda absoluta é uma remanescência sobre a renda diferencial, cuja existência depende de uma conjuntura histórica determinada e cuja desaparecimento não afeta a lei da renda diferencial. (A. Bartra, p. 53).

Assim, para o autor, a distinção analítica de Marx teria sentido somente no contexto histórico de sua época, enquanto hoje, ter-se-iam que modificar "um pouco" as diretrizes.

Vejamos sinteticamente como Bartra reinterpreta Marx. Na agricultura, o preço regulador do mercado se forma com base nos custos de produção nas piores terras, e não em torno do custo médio que se fixa no ponto de equilíbrio. Portanto, o custo de produção da massa total dos produtos resulta inferior a seu

valor comercial. Isto quer dizer que os produtos agrícolas se apresentam revestidos de um "falso valor social" ⁷ que a sociedade, como um todo, paga a mais (concretamente, um aumento do preço dos produtos agrícolas). É uma espécie de "tributo" que a sociedade paga à agricultura. (A. Bartra, p. 22).

Segundo Bartra, é importante destacar dois elementos. Primeiro o caráter e a função deste tributo, enquanto transferência relativa de valor da sociedade para a agricultura, e portanto como fator que intervém na distribuição da mais-valia social entre ramos. Segundo, a distribuição deste tributo entre os diferentes produtores agrícolas.

Graças ao mecanismo particular de formação dos preços dos produtos agrícolas, o capital agropecuário pode retirar do fundo geral uma parte adicional de mais-valia, independentemente da parte que lhe corresponde, com base na quota média de lucro geral. O capital, em seu conjunto, vê a restrição de sua taxa de acumulação e a diminuição do ritmo de sua acumulação ampliada (A. Bartra, p. 33). Praticamente dar-se-ia uma transferência para a agricultura cuja magnitude é igual ao montante da renda diferencial. Parte desta transferência iria para os capitais que operam nas terras piores, com a finalidade de completar um lucro médio incapaz de realizar-se sozinho em situação em que os custos individuais superam os custos sociais. A outra parte, como os preços de mercado de produtos iguais têm que ser iguais, iria automaticamente para o restante dos capitais que operam em terras melhores, sob a forma de lucro extraordinário. A diferença estaria em que esta segunda parte, por estar acima do lucro médio, pode ser subtraída à valorização do capital empregado nestas terras, o qual, em princípio, já estaria em condição de operar com o lucro médio. (A. Bartra, pp. 25-26).

Assim, de um lado, o tributo é a origem de uma valorização extraordinária do capital agrário frente ao industrial e tem sua fonte na operação do modo de produção capitalista, sobre a base de uma produção fincada num bem natural desigual e escasso (traço diferencial da agricultura em relação à indústria). De outro lado, sua distribuição em forma de lucro extraordinário é a origem de uma valorização extraordinária de capitais agrários que monopolizam as terras de média e alta qualidade (traço diferencial de certos capitalistas agrários em relação com as unidades de mais baixa produtividade). (A. Bartra, p. 26).

O que Bartra praticamente coloca é que Marx teria se enganado em identificar o tributo com a renda absoluta. Se na época de Marx a existência dos latifundiários podia explicar a renda, hoje, não se pode explicar a "perversidade da questão agrária" ⁸ sem se basear na renda diferencial.

(7) O conceito de "falso valor social" encontra-se em Marx, p. 614.

(8) Este conceito pretende sintetizar a contradição entre agricultura e indústria como sendo insuperável no modo de produção capitalista.

Para sustentar esta afirmação, o autor se apoia em afirmações que ele define como contraditórias em Marx. Com efeito, argumenta Bartra, se as conseqüências da renda diferencial fossem simplesmente as de fixar o lucro extraordinário, esta continuaria sendo inerente ao modo de produção, porém irrelevante e secundária, porque análogo à de qualquer ramo industrial (salvo na sua origem). Enquanto a renda absoluta seria a única que retém parte da mais-valia do fundo global, reduzindo assim a quota geral de lucro capitalista. Porém, Bartra responde: é o mesmo Marx que afirma que a renda absoluta deriva de um modo de produção pré-capitalista que tem sua origem no sistema jurídico da propriedade e que desaparecerá na medida em que o capital desenvolva estes vestígios do passado. (A. Bartra, p. 58).⁹

Portanto, para o autor, a perversidade da questão agrária derivaria exclusivamente das peculiaridades do meio de trabalho terra e mais precisamente pelo fato dela:

- 1) ser um bem natural e não um produto do trabalho;
- 2) se tornar "naturalmente monopolizável" por ser escassa e não reproduzível;
- 3) ser diferenciada em termos de maior ou menor fertilidade e localização geográfica mais ou menos favorecida.

Na interpretação da renda da terra como base na perversidade da agricultura, A. Bartra coincide com K. Vergopoulos, quando afirma que a propriedade da terra, distinta do capital agrícola, é simplesmente uma conseqüência do lucro extraordinário agrícola, e não seu pressuposto. Deriva daí o fato de que para entender a propriedade é preciso explicar a renda e não vice-versa. (A. Bartra, p. 14).

(9) Bartra cita da "História Crítica de la Teoría de la Plusvalía", uma frase de Marx, onde ele reinterpreta Ricardo, apiando-o frente às críticas de Rodbertus "Las circunstancias por imperio de las cuales (...) se ve obligado a ceder a terceras personas, ajenas al proceso de trabajo, una parte del trabajo sobrante o de la plusvalía arrancada por él, no se plantean, sino en segunda instancia (...) el terrateniente (...) sólo participa *post festum* y no en virtud de razones inherentes al régimen capitalista de producción, sino por obra del sistema de propiedad privada sobre las fuerzas naturales heredado de tiempos anteriores". (K. Marx, 1974, p. 394-395).

Porém, a nosso ver, o verdadeiro sentido do desaparecimento da renda absoluta para Marx, não está no genérico "desenvolvimento dos vestígios do passado", como Bartra conclui, mas estaria implícito no pressuposto inicial de seu raciocínio. Isto é, no fato da agricultura operar com uma composição orgânica do capital inferior à média. Com efeito no Cap. XLV do "El Capital", Marx afirma: "Si la composición media del capital agrícola fuese la misma o más alta que la del capital social medio, desaparecería la renta absoluta, siempre en el sentido que hemos expuesto; es decir la renta que se distingue tanto de la renta diferencial como de la renta basada en un verdadero precio de monopolio" (p. 709). E mais adiante: "El supuesto de que se parte en esta operación, es que el capital agrícola pone en movimiento más trabajo que una parte igual del capital no agrícola. Las proporciones de esta diferencia e incluso su existencia dependerán del desarrollo relativo de la agricultura con respecto a la industria". (p. 715).

Vergopoulos e Bartra, chegando à mesma conclusão, teriam "resolvido" a difícil questão da "atualização" da teoria da renda da terra, depurando-a dos resquícios feudais, e tornando-a um instrumento "eficaz" de interpretação das contradições próprias do capitalismo. Estas contradições se fundariam nas "características naturais" da terra e na sua "escassez relativa". Todo o resto é mero epifenômeno, algo que pode agravar ou desagravar a contradição, mas que de maneira alguma influi na sua essência. É o capitalismo que se vê emperrado pela natureza.

São seguramente fascinantes as argumentações dos dois autores e em princípio é louvável o esforço deles por superar uma rígida interpretação ortodoxa. Porém, como interpretar estas estranhas conclusões que pretendem avançar no materialismo histórico, reafirmando, na sua essência, posições Ricardianas? ¹⁰

Deve-se saber que, estando ambos preocupados com a realidade latino-americana, saibam que, por exemplo: no Brasil (pode-se encontrar uma situação relativamente semelhante em muitos outros países latino-americanos) existem 70 milhões de hectares de terra aproveitáveis não cultivados dentro dos chamados latifúndios (isto é, de terra já apropriada individualmente) e, destes, 40 milhões completamente inexplorados. ¹¹ O problema seria de "escassez natural" da terra ou seria "rareamento social"?

Os dois autores, sobretudo Bartra bem aprofundadamente, se preocupam muito com os mecanismos criados pelo capital na sua globalidade ¹² para contrarrestar o tributo da renda fundiária (abertura de novas fronteiras e "campe-sinização" de certos ramos da agricultura) e estes aspectos de suas análises são, sem dúvidas, os mais interessantes. Porém, no tratamento teórico da renda da terra acabam implicitamente levando a uma bem estranha conclusão: dever-se-ia deduzir que as grandes propriedades se formaram a partir da diferente fertilidade do solo, visando assegurar a renda diferencial.

(10) Marx polemizou fortemente com Ricardo, criticando sua concepção de que existiria somente o lucro extraordinário fruto da diferente fertilidade da terra e de que seria este lucro o que se transforma em renda paga ao proprietário. A questão concebida desta forma leva Ricardo a afirmar que: "El trigo no es caro porque se paga una renta, sino que se paga renta porque el trigo es caro". (D. Ricardo, citado em K. Marx, 1974, p. 479). Para Marx, Ricardo desconheceria a renda absoluta e sua função na alta dos preços dos produtos agrícolas porque partiria de um pressuposto falso e precisamente da identificação entre os valores e os preços de produção das mercadorias. (ibidem, p. 433). No capítulo XLV de "El Capital" Marx esclarece esta questão. (K. Marx, p. 704-708).

(11) INCRA, 1972

(12) Deve-se entender aqui por *capital na sua globalidade*, sobretudo o capital industrial, enquanto é indicado como diretamente afetado pelo tributo da renda da terra.

CONCLUSÕES

É consensual entre os marxistas o reconhecimento da necessidade de distinguir as duas formas da renda fundiária — a diferencial e a absoluta — pelo fato delas serem geradas no processo de acumulação do capital por mecanismos sócio-econômicos diferentes e produzirem, no mesmo processo, contradições distintas. Podemos entender que é consensual também a concepção da renda fundiária como um tributo pago pelo capital global à agricultura e, portanto, sua caracterização como um freio ao ritmo da acumulação. Entretanto, nos parecem problemáticas as perspectivas de Bartra e Vergopoulos, quando identificam o "tributo" com a renda diferencial. De nossa parte entendemos que, se esta renda-tributo existe, ela só pode ser a renda absoluta, isto é, a renda gerada pelo monopólio da propriedade da terra.

Pode-se aceitar a hipótese, formulada por Marx (e a nosso ver mal interpretada pelos dois autores), de que, se a terra fosse nacionalizada e concedida em uso aos capitalistas, permaneceria a renda diferencial como suplemento de mais-valia, realizada em razão da diferente produtividade do trabalho em terras mais férteis ou melhor situadas. Porém, isto por si só não demonstraria (como nos parece que Bartra e Vergopoulos pretendem) que a renda diferencial teria que permanecer como "tributo" para o capital global e como freio a seu ritmo de acumulação. Vários argumentos opõem-se a semelhante conclusão.

Antes do mais, pelo já exposto acerca da relação entre valor e preço de produção. Em seguida, porque pode-se supor que esta renda, como lucro extraordinário, nas mãos dos capitalistas, voltaria à produção, tornando-se ela mesma capital. E finalmente, como estamos no campo da ficção, se é possível imaginar um Estado capitalista tão poderoso ao ponto de conseguir nacionalizar todas as terras em prol da burguesia (entendemos: ceder o uso da terra somente a quem possa torná-la, capitalisticamente, produtiva), poder-se-ia tranquilamente atribuir a este Estado a capacidade de solucionar o problema do tributo. Bastaria, por exemplo, integrar a parte que falta para chegar ao lucro médio do capital empregado nas terras piores, retirando-a não do fundo geral da mais-valia, mas do lucro extraordinário do capital empregado em terras melhores. Readequar-se-ia assim o resultado da produtividade naturalmente diferenciada ao lucro médio. Não podemos esquecer que, através do sistema tributário, o Estado tem um poderosíssimo instrumento para organizar a redistribuição do lucro entre os diferentes capitais empregados na produção.

De qualquer maneira, pouco agrega ao conhecimento da realidade imaginar como seriam as coisas se esta mesma realidade fosse diferente. Pensamos que Marx imaginou uma sociedade capitalista sem proprietários de terra, sobretudo para explicar a diferença entre a renda absoluta e relativa, e não tanto para indicar as linhas do desenvolvimento capitalista, que aliás nos parece orientado no sentido da apropriação privada de toda a terra. Concluir que a renda absoluta

não é importante — até o ponto de negá-la — só porque é possível imaginar que o capitalismo poderia subsistir também com as terras nacionalizadas, nos parece que seria como negar o papel histórico da propriedade privada dos meios de produção como base da reprodução do capital e do desenvolvimento das forças produtivas. Parece-nos que seria como negar o mecanismo da dominação de classe, fundado na apropriação privada dos meios de produção, deslocando este mesmo mecanismo para fatores não sociais, mas naturais, como a escassez da terra e sua fertilidade diferenciada. Parece-nos que seria como negar a própria realidade histórica, onde os proprietários existem e onde a propriedade cobra seu tributo. Finalmente, parece-nos que seria negar o que para Marx é o motor do movimento histórico: a luta de classe.

É, sobretudo, baseado neste princípio marxista fundamental que nos propomos traçar algumas linhas gerais para tentar superar o impasse entre a teoria marxista da renda da terra e o processo de desenvolvimento capitalista — em particular no campo — no Brasil.

Primeiramente deve ser ressaltado que a teoria marxista da renda fundiária tem pressupostos claros, que são ao mesmo tempo de ordem histórico-política e de ordem estrutural. De ordem histórico-política, no sentido de que, para Marx, a propriedade privada do solo gera uma renda que é empecilho ao desenvolvimento capitalista, por esta sociedade não conseguir mudar a maior parte da estrutura fundiária medieval e herda a classe dos latifundiários, que cobram um tributo social por serem monopolizadores do meio de produção agrícola fundamental.¹³ De ordem estrutural, no sentido de que a renda fundiária pode se formar (quer dizer: uma parte de mais-valia pode ser extraída do fundo geral de mais-valia de uma maneira não proporcional à composição orgânica do capital) e, portanto, ser apropriada pelos proprietários do solo, na situação em que: 1) a composição do capital na agricultura é inferior à média; 2) a demanda social dos produtos agrícolas impõe a cultura não somente das terras mais férteis, mas também daquelas de mais baixa produtividade.

(13) Sabe-se que Marx considera também o caso do latifundiário e capitalistas serem a mesma pessoa, concluindo que este receberá tanto a renda como o lucro. Deve-se entender que este caso em nada muda o caráter da renda enquanto tributo que o capital global paga à propriedade da terra.

A rigor, porém, não pode-se esquecer as questões relativas aos pequenos proprietários que trabalham eles próprios com seus familiares a sua terra. Segundo Marx, eles teriam que receber o lucro, a renda e o salário ao mesmo tempo. Porém sabe-se que na prática isto não acontece. Marx e Engels já o sublinharam, Kautsky e Lenin o discutiram. Vários estudos sobre pequenas produções realizados ultimamente no Brasil, o ilustram. Na prática, os pequenos proprietários conseguem simplesmente se reproduzir enquanto trabalhadores, podendo em raras circunstâncias e casos, acumular lucro e renda. Isto mostra como a propriedade dos meios de produção e da terra não dão automaticamente e geralmente direito a receber sua remuneração social. As relações de força entre os proprietários permitem a alguns entre eles apropriar-se sobretudo, na fase de circulação de mercadorias, da parte de lucro e renda que caberia a outros proprietários.

Estes dois pressupostos que estão na base da teoria da renda da terra, entendida como empecilho ao desenvolvimento capitalista, definem também, a nosso ver, *seus limites*, seja enquanto elemento concreto (histórico) da estrutura sócio-econômica, seja sobre o plano teórico-interpretativo.

Com efeito, *enquanto elemento concreto da estrutura sócio-econômica*, a renda fundiária deveria perder seu caráter de tributo à propriedade, seja quando a agricultura, elevando sua composição orgânica de capital, transforma-se num ramo a mais da indústria (poder-se-ia dizer hoje: se moderniza), seja no caso em que o Estado, em nome da burguesia, desapropriasse os latifundiários, distribuindo a terra a empresários agrícolas capitalistas. *Sobre o plano teórico-explcativo*, a teoria marxista da renda fundiária é ligada ao esquema das três classes: capitalistas, latifundiários e proletários. É deste esquema que ela recebe seu verdadeiro caráter materialista-histórico. Se não tivesse contradição entre capitalistas e latifundiários, *enquanto classes historicamente determinadas*, a renda fundiária se tornaria simplesmente um dos elementos econômicos da racionalidade capitalista e sua teorização seria reduzida a meros cálculos economicistas.

Parece-nos, portanto, poder desprender a seguinte conclusão: se os estudos sobre agricultura no Brasil tendem sempre mais a convergir em torno da posição de que a grande propriedade (e a contínua concentração da propriedade da terra) é a forma específica da expansão do capital no campo, estes estudos devem necessariamente assumir, de forma explícita e operativa, pelo menos duas consequências desta posição no plano teórico. A primeira seria que a oposição entre capital e propriedade da terra, assim como Marx, Kautsky e Lenin a formularam, não seria uma *lei geral* do capitalismo, e sim, uma lei própria à evolução histórica das sociedades européias. A segunda, que a relação entre capital e latifúndio conteria elementos que ao mesmo tempo opõem e conciliam os dois termos, tornando assim o nível de análise estritamente econômico, absolutamente insuficiente para captar a substância da relação.

Sendo assim, é preciso retomar as proposições iniciais e retraduzí-las em novas formulações capazes de guiar-nos no entendimento da realidade, e certamente não nas suas dimensões estático-lineares, aliás, inexistentes, mas no que ela tem de mais dinâmico, isto é: *o movimento contraditório das classes e sua substância ao mesmo tempo negadora e criadora de uma nova sociedade*.

Assim, se o movimento real deve ser recuperado na sua totalidade dialética, achamos que as proposições fundamentais deveriam ser formuladas da seguinte maneira:

- 1) O desencadeamento das forças produtivas, liberadas pelo desenvolvimento industrial, encontra, em princípio, na propriedade privada da terra, uma contradição objetiva (impede a concorrência capitalista e permite a apropriação improdutiva de parte da mais-valia). Porém a privatização do solo é, ao mesmo tempo, a condição concreta (histórica) da acumulação do ca-

pital, porque permite dispor de uma massa expropriada de trabalhadores, manter abundante o exército industrial de reserva e alimentar os fluxos de capitais para outros setores.

- 2) O caráter material e histórico da contradição inscrita na propriedade privada do solo (concretamente: seu peso no desenvolvimento contraditório da sociedade) é por sua vez determinado pelo movimento das classes, seus enfrentamentos e suas alianças.
- 3) O movimento contraposição/aliança de classe não é um movimento liberado exclusivamente pelas vontades dos agentes, mas encontra sua determinação histórica em dois âmbitos precisos, distintos, mas interligados e interdependentes: a extração de mais-valia e de sobre-trabalho, de um lado, e a repartição dos lucros e da renda fundiária do outro.
- 4) Sendo que a extração de mais-valia e de sobre-trabalho passam necessariamente pela relação entre produtores e proprietários dos meios de produção, e sendo que a repartição dos lucros e da renda passa necessariamente pelas relações entre os proprietários dos meios de produção, deve-se entender que é o movimento contraposição/aliança de classe que estabelece historicamente, seja as margens de exploração do trabalho, seja as fatias de lucro e renda repartidas entre os vários setores da burguesia, sempre em concorrência entre si.

Em outras palavras, trata-se de conservar para a propriedade privada do solo suas próprias dimensões contraditórias (ambíguas), isto é, a de ser, ao mesmo tempo, *empecilho à acumulação do capital e condição para a mesma*, procurando no movimento contraposição/aliança de classe os elementos que, num período determinado, fazem prevalecer uma ou outra dimensão.

Em princípio, o capitalismo não tem "modelos de desenvolvimento", no sentido de elaboração racional prévia, ou linearidade histórica precisamente previsível. O que ele tem são condicionantes históricos, necessidades econômicas e classes contrapostas em movimento. Destes elementos podem derivar modalidades diferentes de desenvolvimento, sem por isso perder sua natureza capitalista. Com efeito, pensando no Brasil, as contraposições/alianças de classe que caracterizaram o período dos anos 50 e início dos 60, evidenciam uma clara concepção do latifúndio como freio ao desenvolvimento não somente entre as classes produtoras, mas também entre certos setores da burguesia. Após o golpe militar de 64, expressão da derrota da classe trabalhadora e de novas alianças entre os setores da burguesia, os gritos contra o latifúndio tornam-se mais débeis, por serem lançados tão somente pelas classes dominadas.

Finalmente, por que é importante manter o caráter estruturalmente ambíguo da propriedade privada da terra no Brasil de hoje? Pelo fato de não se perder jamais de vista o caráter, *também ambíguo*, de sua negação histórica, isto é, a rei-

vindicação da terra por parte dos produtores agrícolas sem terra. Com efeito, se esta luta visa a liberação dos laços da exploração capitalista no campo, ela, *ao mesmo tempo*, pode se tornar o próprio reestabelecimento das condições da acumulação do capital.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M. "Dois caminhos da Reforma Agrária", in: *Estudos Sociais*, Julho, 1962.
- AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. *La Cuéstión Campesina y el Capitalismo*, México, Ed. Nuevo Tiempo, 1975.
- BAEZ, R. *Teoría sobre el Desarrollo*, México, Ed. Diógenes, 1975.
- BARTRA, A. "La Renta Capitalista de la Tierra", in: *Cuadernos Agrarios*. Nº 2. México. UNAM-UACH. 1976.
- CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1970.
- DA SILVA, G.J.F. (Coordenador). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec. 1978.
- DE OLIVEIRA, F. "Crítica à Razão Dualista" in: *Seleções CEBRAP*. Nº 2, São Paulo. Ed. Brasiliense. 1975.
- _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1977.
- FACÓ, R. "Notas sobre o Problema Agrário", in: *Estudos Sociais*. Dezembro/1961.
- FIGUEIRA, P. de A. & MENDES, C.M.M., "Introdução" a BENCI, G., *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo. Hucitec. 1978.
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais*. Recadastramento. 1972.
- KAUTSKY, K. *La Cuestión Agraria*, Buenos Aires, Siglo XXI. 1974.
- LENIN, V.I., "EL Problema Agrario y los Críticos de Marx", in: *Obras Completas*. Buenos Aires. Ed. Cartago. 1969.
- MARIGUELA, C. "Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil", in: *Estudos Sociais*, Maio-Junho/1958.
- MARTINS, J. de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo. Ed. Pioneira. 1975.

MARX, K. *El Capital*. Volume III. México. *Fondo de Cultura Económica*, 1975.

_____. *Historia Crítica de la Teoría de la Plus-Valía*. Buenos Aires. Ed. Bru-
mario. 1974.

PASSOS GUIMARÃES, A. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo. Ed. Fulgor.
1964.

PINSKY, J. (Organizador) *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo. Ed. Hucitec.
1977.

PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Brasi-
liense, 1972.

VALVERDE, O. "Reflexões sobre a Reforma Agrária no Brasil", in: *Estudos
Sociais*. Abril. 1962.

UMA POLÍTICA DE LEGITIMAÇÃO DO ESTADO E REARTICULAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL: O PROJETO NORDESTE*

Yves Chaloult**

INTRODUÇÃO

Os países desenvolvidos e centrais marcaram profundamente o modelo e tipo de desenvolvimento dos países do terceiro mundo e da periferia. Na maioria das vezes, a economia e o setor primário destes últimos foram estruturados para exportar, levando em consideração os interesses dos primeiros.

Entretanto, quando, a partir de pressões da Sociedade Civil, uma vontade coletiva de mudanças brota nos países dependentes, esta vontade deve ser traduzida através de uma enérgica intervenção do Estado, a fim de adotar um novo modelo de desenvolvimento que seja multidimensional e propicie mudanças estruturais a diversos níveis. Por exemplo: no setor primário, transformações profundas devem ser implantadas no que tange ao controle da estrutura fundiária e em outros meios de produção e de circulação do capital. O grau de legitimação e sucesso das novas políticas do Estado dependerá fundamentalmente do grau de participação dos diversos segmentos da sociedade civil, especialmente daqueles diretamente beneficiados pela implementação de novas políticas estruturais e setoriais no campo e na cidade.

Nesse trabalho, vamos focalizar um país capitalista dependente-associado, o Brasil, que tem um potencial enorme, não só considerando suas riquezas naturais, mas também sabendo que é o quarto país do mundo em termos territoriais, o sexto em termos populacionais, com mais de 129 milhões de habitantes, sendo também a oitava economia do mundo ocidental. Consideraremos especificamente a região Nordeste, que apesar de ter tido um produto interno que cresceu a uma taxa média anual de 7,2% de 1960 a 1980, continua sendo uma das regiões mais pobres do Ocidente. Analisaremos uma intervenção do Estado, o qual, para diminuir as contradições resultantes de fatores estruturais e da pobreza absoluta gerada, está elaborando, baseado em experiências anteriores, um Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores, cha-

* Versão corrigida do trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais — ANPOCS, realizado em Águas de São Pedro — São Paulo, de 26 a 28 de outubro de 1983.

** Sociólogo rural, técnico do Ministério da Agricultura.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	61 a 99	jan. 1984/dez. 1985
-------------	----------------	--------	--------	---------	---------------------

mado Projeto Nordeste. Este programa é ambicioso porque pretende alcançar, com a ativa participação dos beneficiários, cerca de dois milhões de famílias nordestinas num período de 15 anos. Tentaremos perceber se o Projeto Nordeste será um programa a mais, oferecendo soluções paliativas ou significará uma intervenção do Estado, atacando os problemas sócio-econômicos do Nordeste de forma estrutural e eficiente, acreditando nos beneficiários e no povo em geral.

Nosso trabalho é dividido em cinco partes: a) problemática; b) recentes intervenções do Estado no setor rural nordestino; c) o Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores; d) análise da formulação e planejamento do Programa; e) conclusões.

PROBLEMÁTICA

1. Brasil

A renda *per capita* brasileira situa-se em aproximadamente US\$ 2.000,00. Nos últimos anos, o país viveu uma fase de abertura democrática. Enfrenta diversos problemas estruturais, relacionados com as políticas econômicas e sociais do Estado, o qual favorece a expansão e consolidação de um sistema capitalista dependente-associado, baseado no tripé empresas estatais e empresas privadas nacionais e estrangeiras, que propiciam a acumulação, concentração e centralização do capital em poucos grupos.

Após o segundo "boom" dos preços do petróleo em 1979 e o posterior aumento do preço dos juros dos bancos internacionais, o modelo econômico adotado entrou em crise aguda, como haviam previsto economistas lúcidos há muitos anos. Em 1983, a dívida externa do país é de aproximadamente US\$ 100 bilhões, praticamente a mais elevada do mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) está interferindo cada vez mais nas políticas econômicas e sociais do país, impondo as suas receitas clássicas. Os resultados são os previstos: o país está mergulhado numa gigantesca recessão, gerando riscos assustadores; a inflação ultrapassou 200,0% ao ano e o arrocho salarial está aumentando, penalizando, sobretudo, os assalariados de baixa renda e, cada vez mais, a classe média, através de sucessivos decretos-lei. De fato o país se torna mais dependente e sente a intervenção de instituições e bancos internacionais. A declaração da moratória já é assunto abertamente discutido a nível do Executivo, como já era ao do Legislativo e de quase todos os segmentos da Sociedade Civil.

Nesse quadro, uma antiga contradição da sociedade brasileira está se acentuando rapidamente: as desigualdades inter-regionais, sobretudo entre o Sudeste, a região mais rica do país, e o Nordeste, a mais pobre. Com efeito, o Estado, através de diversos mecanismos e políticas, acelerou o processo de acumulação de capital no Sudeste, sobretudo em São Paulo, acentuando a tendência para a homogeneização monopolista da reprodução do capital e do espaço econômico.

2. A Questão Agrária no Nordeste

O Nordeste, tendo mais de 37 milhões de habitantes, representa quase 30,0% da população do país. Tem uma renda *per capita* de aproximadamente US\$ 800.00, significando 40,0% da média nacional e menos de 25,0% da do Estado de São Paulo. Conforme um estudo do Banco Mundial, existia nos anos 70 cerca de três milhões de famílias nordestinas com uma renda *per capita* anual inferior a US\$ 50.00, indicando que cerca de 15 milhões de nordestinos viviam em condições de pobreza absoluta (Carvalho, 1979: 463).

Na área rural onde vive quase a metade da população da região, dois fatos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a altíssima concentração da renda rural e a progressiva acentuação deste fenômeno. Com efeito, segundo os dados dos Censos de 1970 e 1980, o estrato dos 20,0% mais pobres da região detinha, em 1970, 5,2% do total da renda e dez anos depois passou a deter 3,8%. No lado oposto, no mesmo período, os 1,0% mais ricos que detinham 10,5% desta renda, viriam a obter 29,3% em 1980, revelando um quadro de perversa distribuição da renda (SUDENE, 1983d).

Em segundo lugar, observa-se uma alta concentração da posse e uso da terra. Por exemplo: segundo o Censo de 1980, naquele ano, 67,8% dos estabelecimentos, isto é, aqueles com área inferior a 10 ha, tinham acesso a apenas 5,0% das terras, enquanto 4,0% dos estabelecimentos, aqueles com área inferior a 1.000ha controlavam 32,7% das terras. Os dados dos Censos revelam também uma tendência a uma maior concentração e monopolização da terra. Em 1960, o índice de *Gini* para o Nordeste era de 0,8006, em 1970, 0,8102 e em 1980, 0,8196 (SUDENE, 1983d).

Os latifúndios da região, estimulados pelas políticas governamentais, aumentavam em número e tamanho, através da concessão de enormes extensões de terras devolutas, por meio da grilagem ou ainda da reconstituição e remembramento de antigos latifúndios, sobretudo nas áreas de fronteira. Este fenômeno contribuiu sensivelmente para acentuar a já existente pecuarização da região, ou seja, o aumento da área destinada à pecuária em detrimento da área de lavoura, que vem diminuindo progressivamente. Paralelamente, observa-se um fenômeno de minifundização, única saída frente às pressões e avanços do latifúndio e do grande capital. Por exemplo: em 1960, a área média dos estabelecimentos de menos de 10 ha era de 3,14 ha, enquanto em 1980 passou a ser 2,70 ha.

O Censo de 1980 mostra também que no Nordeste existem aproximadamente 3,15 milhões de famílias cujos chefes se dedicam às atividades agropecuárias, dos quais 2,67 milhões são de baixa renda, ou seja, tem um rendimento médio mensal familiar inferior a dois salários mínimos. Nessas, encontramos duas grandes categorias: 830.000 empregados ou assalariados e 1.840.000 autô-

nomos. Desses, cerca de 790.000 são pequenos proprietários, 550.000 parceiros ou arrendatários e 500.000 ocupantes. Com relação aos proprietários, nota-se que mais de 700.000 possuem estabelecimentos com área total inferior a 10 hectares, tornando muitos, economicamente, inviáveis (SUDENE, 1983g).

Nesse quadro, a pequena produção¹ é de vital importância para a economia agrícola da região. Com efeito, segundo o Censo Agropecuário de 1980, os estabelecimentos nordestinos com menos de 10 ha eram responsáveis pela produção de 44,0% do milho, 46,0% do feijão, 45,9% do arroz e 66,0% da mandioca, demonstrando a relevância dos pequenos produtores. Considerando os estabelecimentos até 100 ha, os percentuais são os seguintes: milho, 85,3%; feijão, 81,9%; arroz, 76,3% e mandioca, 94,4%. No que diz respeito a outros produtos, estes últimos estabelecimentos produziam mais de 50,0% do algodão arbóreo e do cacau e mais de 60,0% do algodão herbáceo e da laranja. A importância deste segmento de produtores não é típica do Nordeste ou do Brasil, mas observa-se também nos países capitalistas avançados, onde a pequena produção altamente tecnificada é imprescindível ao grande capital e está integrada ao processo de acumulação e concentração (Amin e Vergopoulos, 1974).

No Nordeste a pequena produção agrícola não capitalista se recria num constante processo de redifinição, sem conseguir se apropriar de quase nenhum excedente. Além de produzir a maioria dos alimentos básicos, serve de reservatório de força de trabalho. Ela se reproduz dentro da grande propriedade e, cada vez mais, fora dela, porque esta sendo expulsa para ser substituída pelo capim e pelo boi, vítima da intensificação do processo de pecuarização. Este processo é muitas vezes acompanhado pela grilagem e pelos mais diversos conflitos. Segundo um trabalho da SUDENE (1982a: 32), foram identificados na região, em 1980, mais de 116 conflitos muito relevantes, envolvendo cada conflito um mínimo de cinco famílias².

Embora o processo de modernização e dependência da agricultura à indústria seja mais lento no Nordeste do que no Sudeste, aumenta o processo de tecnificação de alguns ramos da pequena produção, sobretudo na zona da mata, em parte no agreste e nas áreas irrigadas do semi-árido. Este tipo de pequena produção é altamente subordinada ao capital que estimula a sua tecnificação, mas não lhe permite acumular. Ela é quase totalmente mercantilizada e monetarizada, tendo em vista os interesses e as intervenções do capital industrial e financeiro. O capital comercial, totalmente associado às grandes propriedades, extrai também um excedente da pequena produção, através do processo de circulação da matéria

(1) Algumas características da pequena produção rural são as seguintes: explorar um pequeno lote rural — com ou sem a propriedade da terra — com a predominante utilização de mão-de-obra familiar, e obter uma produção de característica semi-mercantil, onde o auto-consumo é muito significativo.

(2) Se fossem incluídos os conflitos relevantes não quantificados ou conflitos menores, o número seria muito superior.

prima produzida. Uma outra forma comum de exploração é a longa jornada de trabalho da produção familiar que, pressionada pelo grande capital, é obrigada a trabalhar mais, para poder suprir as suas necessidades básicas e atender aos seus diversos tipos de compromissos.

Tanto os pequenos produtores modernizados quanto os tradicionais tendem a se transformarem em assalariados temporários em certas épocas do ano, a fim de complementar a sua renda monetária. Essa dependência e necessidade de vender a força de trabalho se intensificaram nos últimos anos. Devido à sazonalidade do emprego rural, existe também um constante movimento migratório dos pequenos produtores, acentuado pela prolongada seca que vive a região e penaliza sobremaneira os trabalhadores; este movimento migratório é também acelerado pelos interesses do grande capital. Ademais, a sazonalidade se acentuou muito em função de mudanças na estrutura produtiva da região como, por exemplo, a intensificação da pecuarização e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar em detrimento das culturas alimentares. Estas mudanças provocam não só a sazonalidade e o deslocamento das populações como uma alta taxa de desemprego e sub-emprego disfarçada.

Finalmente, devemos observar que as políticas do Estado tendem a reforçar o quadro descrito. O Estado, através dos seus incentivos fiscais e programas de diversas naturezas, estimula o atual processo de concentração da renda e posse da terra e a ampliação da participação do setor agrícola como área de aplicação indireta do capital comercial, industrial e financeiro. Este capital utiliza basicamente a unidade familiar para poder acumular sem assumir os riscos da produção direta, embora em alguns ramos, como o da cana-de-açúcar, por exemplo, o próprio capital se envolve diretamente num processo produtivo altamente subsidiado. As políticas setoriais e globais do Estado favorecem a concentração e centralização do espaço econômico e do capital, o qual "utiliza" a pequena produção agrícola. As intervenções estatais fazem parte do processo de acumulação a nível macro e permitem, em muitos casos, diminuir temporariamente as condições do processo global de homogeneização do capital e do poder.

INTERVENÇÕES DO ESTADO

O Estado não é neutro e, conseqüentemente, o seu planejamento e as suas políticas estão relacionadas a interesses específicos. Sabendo que o bloco do poder não é monolítico, mas situa-se num palco onde interesses muito diferentes se enfrentam e chocam, o aparelho do Estado está sujeito a diversos tipos de pressões. Neste contexto, o Estado desempenha dois papéis básicos e, com frequência, mutuamente contraditórios: acumulação e legitimação.

Com efeito, o Estado capitalista moderno é o lugar onde se formula a articulação política entre as classes e se estrutura basicamente a ideologia. Este Estado tem duas dimensões: de um lado, representa e defende os interesses das classes

dominantes, reproduzindo e reforçando as relações sociais existentes enquanto, de outro lado, possui uma autonomia relativa, ou seja, não é *totalmente* controlado por estas classes. Através de suas políticas de acumulação, que são as mais importantes, o Estado defende as demandas sócio-econômicas e políticas das classes dominantes; utilizando as suas políticas de legitimação, defende algumas demandas das classes dominadas, através de intervenções ou programas de cunho social e de recompensas simbólicas que permitem que as normas e crenças do bloco do poder sejam "aceitas" ou toleradas pela maior parte do povo, propiciando assim a manutenção e reprodução do sistema social (Chaloult, 1978).

Frente às pressões da Sociedade Civil sobre o Executivo, aceleradas após 1979 com o início do processo de redemocratização do país, e frente às crescentes contradições no campo, aceleradas pela crise do modelo econômico, o Estado exerce mais acentuadamente o seu papel de legitimação no setor rural, através de várias políticas, implementadas a diversos níveis.

A nível nacional, por exemplo, tomou duas iniciativas que potencialmente podem afetar o Nordeste. Em dezembro de 1981, o Executivo apresentou ao Congresso Nacional a Lei do Usucapião Especial, estipulando que pode ter acesso definitivo à terra "todo aquele que, não sendo proprietário rural ou urbano, possuir como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 ha, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada", conforme o primeiro artigo da lei (Figueiredo, 1983: 4). O segundo artigo estabelece que a lei abrange as terras particulares e as devolutas. Na prática, a lei, combatida desde o início pelos representantes dos pequenos produtores, foi pouquíssimo utilizada, beneficiando os pequenos produtores em casos isolados.

Em agosto de 1982, o Executivo tomou uma outra medida de repercussão nacional. Criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, visando diminuir as contradições existentes no que tange à questão fundiária, numa tentativa aparente de agilizar o processo de reestruturação fundiária, incrementando o assentamento de populações de modo a diminuir a potencialidade dos conflitos de terras em várias regiões do país. O novo Ministério é uma maneira hábil de esvaziar o conteúdo político da luta pela terra, transformando-a em questão de segurança nacional (Figueiredo, 1983).

A nível do Nordeste, houve, nas últimas décadas, muitas políticas de legitimação, tentando amenizar os problemas da região. Após uma grande seca, em 1958, o Estado decidiu criar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), desejando atacar, de maneira estrutural e não só conjuntural, a problemática da região. Os resultados não preencheram as expectativas geradas e a SUDENE perdeu rapidamente o seu prestígio, seu poder político inicial e sua capacidade aglutinadora.

A partir de 1970, após uma outra severa seca, o Estado começou a criar uma série de programas para a região, iniciando com dois programas que afetaram as regiões Norte e Nordeste: o Programa de Integração Nacional (PIN) e, em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o qual foi, de fato, um instrumento, não de redistribuição de terras, mas de modernização e capitalização dos setores já donos da terra, acelerando assim o processo de acumulação e concentração do capital. Em 1971, criou também o Programa de Irrigação do Nordeste, executado por duas agências: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Este programa teve resultados limitadíssimos em termos de números de família atingidas.

Considerando que os três programas citados não alcançaram os seus objetivos iniciais, o Estado criou, a partir de 1974, diversos programas de desenvolvimento rural, a fim de diminuir as contradições existentes no setor primário. O mais ambicioso foi criado em 1974: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), cuja filosofia é implementada através de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI).

Outros programas foram sucessivamente criados: em 1974, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN); em 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Arida do Nordeste (Projeto Sertanejo); em 1979, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR) e o Programa de Emergência, para lutar contra a grande seca que começou em 1979. Iniciou-se em 1980 um projeto relacionado à reestruturação fundiária com o envolvimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de vários estados da região, sendo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além destes programas, atua na região o significativo Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) que tem objetivos contraditórios aos dos Programas anteriormente citados. Voltaremos a falar deste programa e do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), criado em 1974, em substituição ao Sistema 34/18, visando a industrialização da região. Abordaremos o seu segmento agropecuário e as contradições que produzem junto a outras intervenções do Estado.

Finalmente, devemos mencionar, sem pretendermos ser exaustivos, a criação de programas setoriais como o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste (PIASS), o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e diversos programas ou intervenções no setor de educação. Podemos também mencionar um programa que depende especificamente de um Ministério, o da Agricultura: o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR).

Considerando que os mencionados programas e vários outros não estavam integrados entre si e, até competiam uns com os outros, e considerando os resultados pouco satisfatórios da maioria dos programas existentes, os escassos recursos da região e as necessidades urgentes das populações pobres e famintas da zona rural, o Estado, com o incentivo do Banco Mundial, decidiu criar, em 1982, o Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores do Nordeste, chamado *Projeto Nordeste*, a fim de aglutinar num só programa a maioria das intervenções do Estado na área rural.

O PROJETO NORDESTE

1. Breve Histórico

Em novembro/dezembro de 1981, o Banco Mundial fez contatos, a nível federal, com diversos Ministérios, sobretudo com os de Planejamento, Interior e Agricultura, e, a nível regional, com a SUDENE, questionando a atual forma de intervenção do Estado no Nordeste rural, sugerindo estudar a viabilidade da implantação de um único programa de desenvolvimento rural e mostrando-se interessado em financiar um projeto para toda a região.

No primeiro semestre de 1982, houve muita troca de idéias a nível federal, regional e estadual. Em junho, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) elaborou e distribuiu um pequeno documento que teve muita influência na posterior elaboração do Projeto Nordeste: "Diretrizes para a Ação do Governo Federal e Promoção do Desenvolvimento Rural do Nordeste". O documento afirma, de forma enfática, que o objetivo principal da intervenção estatal no Nordeste rural é a criação de empregos produtivos, considerando, "com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), para 1979, que cerca de 69,0% da População Economicamente Ativa (PEA) nordestina encontra-se em situação de desemprego ou subdesemprego" (SEPLAN, 1982: 1). O trabalho acrescenta que o Estado deve perseguir a erradicação da pobreza absoluta no meio rural e que o público meta da ação do Estado neste meio é "a população constituída por pequenos produtores, com ou sem terra, e trabalhadores rurais assalariados, os quais se colocam dentro da ampla faixa de desempregados ou subempregados e se constituem na população mais vulnerável aos efeitos das secas" (SEPLAN, 1982: 2). Os técnicos que elaboraram o documento evidenciam a necessidade de o Estado adotar, desde já, uma política regional anti-recessiva, oposta à política nacional implementada. Finalmente o trabalho apresenta os principais elementos da estratégia governamental na região para os próximos anos.

Em agosto de 1982, os debates em torno de uma intervenção global do Estado no meio rural nordestino foram ampliados através de um seminário, coordenado pela SEPLAN, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq) em Brasília. Participaram deste evento mais de 100 técnicos de diversas áreas governamentais, consultores independentes, professores universitários e representantes do Banco Mundial e da Organização dos Estados Americanos (OEA), formando um grupo interdisciplinar e interinstitucional. As diversas políticas regionais de desenvolvimento rural foram analisadas e criticadas, sendo publicado posteriormente um extenso relatório sobre estes debates, sugerindo uma nova e mais dinâmica intervenção do Estado na região.

Como resultado, a Portaria Interministerial nº 158, de 20 de setembro de 1982, criou uma Comissão Interministerial composta por quatro membros, representando a SEPLAN, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Interior, a nível federal, e a SUDENE, a nível regional. Os objetivos desta Comissão são: "articular as ações dos Ministérios envolvidos, definir as diretrizes gerais, aprovar termos de referência e supervisionar o trabalho de elaboração de: (a) documento de consolidação de política e estratégia de desenvolvimento regional do Nordeste; (b) explicitação e detalhamento de política e estratégia de desenvolvimento rural do Nordeste; (c) programas que aperfeiçoem, operacionalizem e integrem a estratégia regional e, em particular, de desenvolvimento rural, objetivando aumento de produção e produtividade dos pequenos produtores e a maximização da criação de empregos produtivos" (Brasil, 1982: 17.938).

Em novembro, a Comissão Interministerial aprovou os termos de referência para uma "Avaliação e Redefinição de uma Política de Desenvolvimento Rural para o Nordeste Brasileiro", sendo o documento a chave para chegar à formulação e planejamento de um Programa Regional de Desenvolvimento Rural. Estes termos de referência têm como objetivos: avaliar os programas de desenvolvimento rural existentes no Nordeste, elaborar uma política e estratégia de desenvolvimento, tanto regional quanto rural, e, finalmente, aprimorar as políticas e instrumentos setoriais, os mecanismos operacionais e os dispositivos institucionais existentes.

Para elaborar esses documentos, centenas de pessoas foram envolvidas, ou seja, técnicos pertencentes a instituições federais, regionais e estaduais, consultores nacionais e internacionais, professores, estudiosos e representantes da Sociedade Civil, de entidades de classes e grupos formais e informais de pequenos produtores. A este esforço, acrescenta-se o assessoramento de técnicos de várias agências internacionais de desenvolvimento. Em resumo, pessoas com origem e formação diferentes, a fim de compor um grupo realmente interdisciplinar, tendo uma visão macro e versátil da realidade.

Os termos de referência insistem muito na importância da participação dos beneficiários nos diversos estágios da elaboração dos trabalhos, tanto a nível de consulta às comunidades de base quanto às entidades de classe, representando os interesses dos pequenos produtores rurais; frisam também a participação da classe política e de todos os segmentos da Sociedade Civil afetados pelo Projeto, a fim de legitimar os trabalhos que se iniciavam: "Os Termos de Referência dos

grupos-de-trabalho específicos devem destacar os momentos de participação do público-meta e de segmentos da Sociedade Civil na preparação dos trabalhos. Deve-se buscar a legitimação política dos produtos finais obtidos, mobilizando-se, para tanto, as lideranças estatais e, particularmente, o Conselho Deliberativo da SUDENE" (SUDENE, 1982b: 18).

A SUDENE ficou responsável pela coordenação geral dos trabalhos que seriam supervisionados pela Comissão Interministerial. Foi definido que os trabalhos de elaboração do Projeto Nordeste se estenderiam de novembro de 1982 até outubro de 1983, e que, o projeto abrangeria os nove estados da região e a área de Minas Gerais incluída no polígono da seca.

2. Alguns Resultados dos Estudos

Vamos apresentar a seguir alguns resultados dos estudos dos três grupos de trabalho, formados no fim de 1982, para elaborar documentos sobre os seguintes assuntos: avaliação dos principais programas especiais existentes no Nordeste, formulação de uma política de desenvolvimento regional e rural e, finalmente, elaboração de políticas e instrumentos setoriais de ação.

2.1. Análise e Avaliação dos Programas Especiais

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com a colaboração da SUDENE, SEPLAN e diversas instituições, coordenou a análise e avaliação de seis importantes programas já mencionados, atuando no meio rural nordestino: POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Programa de Irrigação, PROHIDRO, PROCANOR e Programa de Agroindústria. Além disto, analisou a atuação, a nível do Nordeste, do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL).

A seguir, apresentaremos algumas das conclusões destes estudos do BNB, claramente sintetizados por Roderich Von Oven (1983) numa matriz de informações sobre os programas especiais, e mencionaremos alguns dados financeiros sobre o Plano de Defesa Civil do Nordeste, chamado Programa de Emergência.

Considerando os seis programas regionais, privilegiaremos o POLONORDESTE porque é o mais importante em termos de número de pessoas atingidas, de recursos humanos e financeiros e de participação de instituições internacionais, como: o Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas, o BID e a OEA. A abrangência geográfica do POLONORDESTE é de 850.000 km² em dez Estados, atingindo mais de 700 municípios, num total de mais de 40 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), onde a tentativa de integração e intervenção interdisciplinar é primor-

dial. O programa visa uma mudança das condições e qualidades de vida dos seus beneficiários, os pequenos produtores. Atua a nível produtivo, assim como, ao da infra-estrutura física e social.

No que diz respeito às realizações físicas³, em 1982, o POLONORDESTE atingia 340.000 famílias através do serviço de assistência técnica e extensão rural, o que não significa que todas estas famílias fossem totalmente atendidas pelo Programa. No outro extremo, o Programa de Irrigação, com dez anos de existência, atingia somente 5.595 famílias, em áreas irrigadas, e 1.682, em áreas de sequeiro. No total, os seis programas analisados atuavam junto a 377.000 famílias, o que é pouco expressivo, considerando que representa menos de 15,0% do total das famílias potencialmente atingíveis e que as metas inicialmente fixadas eram muito superiores. O crédito rural do POLONORDESTE alcançava 130.000 beneficiários, enquanto que os seis programas alcançavam um total de 156.000.

O número de empregos gerados diretamente pelo POLONORDESTE foi 160.000. Somando-se aos outros programas, atingiu 212.000, o que é muito pouco, considerando as necessidades da região, os objetivos iniciais e o montante dos recursos investidos.

Focalizando as *realizações financeiras*, temos o seguinte quadro: no que tange ao custeio e investimentos financeiros com recursos a fundo perdido, desde a criação dos programas até 1982, o POLONORDESTE totalizava US\$ 1.28 bilhão, incluindo os recursos que repassaram para o Programa de Irrigação de 1975 a 1979. O total do custeio e investimentos foi de US\$ 2.78 bilhões, dos quais mais de 85,0% foram destinados a dois programas: POLONORDESTE e Irrigação.

Nesse ítem, um outro programa não analisado pelo BNB, o de Emergência, investiu até abril de 1983, Cr\$ 631,5 bilhões a fundo perdido e Cr\$ 149 bilhões em recursos creditícios, ou seja, mais de US\$ 1,2 bilhão, representando perto de 40,0% de todos os recursos para os outros programas, sendo alguns com um período de atuação muito maior. Este programa atingiu em parte a população mais carente da região e beneficiou, em certos anos, como em 1981 e 1983, mais de um milhão de alistados. Entretanto, em termos de resultados a médio e longo prazo, os efeitos do Programa de Emergência são muito contraditórios, tais como veremos.

No que concerne aos recursos para crédito, o POLONORDESTE totalizava US\$ 290 milhões, vindo em segundo lugar o Projeto Sertanejo com US\$ 226 milhões. O montante dos seis programas atingia US\$ 762 milhões. Por outro

(3) Diversos dados a seguir são preliminares e não podem ser considerados de forma dogmática porque carecem de fundamentos empíricos aprofundados.

lado, é interessante notar que, no item crédito de investimentos para o Nordeste, o PROÁLCOOL, que é um programa nacional, totalizava US\$ 2.7 bilhões, o que representa muito mais do que três vezes a soma do crédito para os seis programas regionais. Estes recursos do PROÁLCOOL totalizavam quase 60,0% de todas as aplicações dos seis programas e do de Emergência, incluindo recursos a fundo perdido e crédito. Este pequeno exemplo revela que as políticas nacionais têm, em termos financeiros, muito mais peso do que as regionais e que, no que tange às disparidades regionais, o Governo Federal deveria investir mais nas regiões pobres, a fim de contrabalançar os efeitos concentradores das políticas nacionais. Com efeito, os recursos para o PROÁLCOOL nas outras regiões do país foram muito superiores a todos os recursos para os programas especiais no Nordeste.

No que se refere a medidas de *eficácia e eficiência*, devemos observar preliminarmente que, na nossa concepção, a avaliação é um instrumento pedagógico de aprendizagem da prática da participação dos pequenos produtores; visa esclarecer e viabilizar os interesses destes produtores. Conseqüentemente, não deve ser confundida com a prática de verificação de metas cumpridas ou não, nem ser um controle burocrático para fins administrativos (SUDENE, 1983c: 13). Dentro deste contexto, a medida da eficácia, por exemplo, vai muito além de saber quantas escolas ou postos médicos foram construídos, quantos quilômetros de estradas foram concluídos, etc. Entretanto, o estudo utilizado se restringiu à análise do cumprimento ou não das metas propostas porque não tinha outros dados. Conseqüentemente, utilizaremos estes dados muito frágeis, os quais desvendam só uma ínfima parte do todo.

Em termos de metas fixadas, o POLONORDESTE teve um alcance entre 70,0 e 90,0% para os sub-projetos de assistência técnica e de execução de infraestrutura física. No Projeto Sertanejo e no PROHIDRO, os dados para a assistência técnica são semelhantes. Os percentuais para crédito foram de aproximadamente 50,0%. Nas ações fundiárias, o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o PROCANOR e o Programa de Irrigação não atingiram mais de 20,0% de suas metas. O crédito fundiário foi quase inexistente. Estes últimos dados revelam o fraco desempenho dos programas numa área vital, as mudanças estruturais a nível da posse e uso da terra e das relações sociais de produção. O desempenho de 20,0% das metas é ainda mais grave se considerarmos que as metas fundiárias eram muito tímidas e inferiores às reais necessidades e reivindicações do público-meta dos programas.

Abordando a eficiência, constatamos que, para o POLONORDESTE, o custo por beneficiário foi de US\$ 3.800,00, se incluirmos os recursos repassados ao Programa de Irrigação é de US\$ 2.400,00 sem estes recursos. Os custos do Programa de Irrigação foram altíssimos, chegando a US\$ 150.000,00 por beneficiário, enquanto os do PROHIDRO foram de US\$ 490,00. A média dos seis programas foi de US\$ 7.400,00 por pessoa.

O custo do crédito por beneficiário foi de US\$ 2.200,00 para o POLONORDESTE e de US\$ 15.600,00 para o Projeto Sertanejo, porque este crédito era altamente subsidiado. A média dos seis programas foi de quase US\$ 5.000,00. A média dos custos dos projetos industriais do PROÁLCOOL foi de US\$ 17 milhões, revelando que o público-meta deste programa é muito diferente do dos outros.

O custo de cada emprego gerado pelos seis programas foi de aproximadamente US\$ 13.100,00, enquanto o do PROÁLCOOL foi, como era de se supor, muito mais elevado, US\$ 70.000,00.

No que tange à contribuição à melhoria das condições de vida da população rural de baixa renda, a nível global do Nordeste, só dois programas, o POLONORDESTE e o PROHIDRO, tiveram um impacto razoável. Os outros programas tiveram efeitos reduzidíssimos ou ainda negativos. Os assalariados foram pouquíssimos, atingidos por todos estes programas, enquanto, de outro lado, os grandes proprietários e os donos do capital comercial se beneficiavam muito com os bilhões de dólares injetados na região. O Programa de Irrigação não só atingiu poucas famílias e criou pouquíssimos empregos, tendo em vista os recursos investidos, como contribuiu para deslocar milhares de famílias e desempregar um número maior de pessoas do que o dos seus beneficiários.

Em termos gerais, devemos concluir que, de um lado, algumas intervenções do Estado beneficiaram os pequenos produtores, embora favorecessem, num grau muito maior, os grandes proprietários e os donos do capital. De um outro lado, outras intervenções do Estado, estilo PROÁLCOOL e FINOR, que aplicaram muito mais recursos do que as primeiras, contribuíram sobretudo para acelerar o existente processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder nas mãos dos donos dos meios de produção e do capital monopolista nacional e transnacional, a diversos níveis, além de prejudicar os pequenos produtores, expulsando-os de suas terras. Somando estas diversas intervenções do Estado, tudo indica que suas políticas contribuíram mais para aumentar as diferenças sócio-econômicas entre os grupos sociais da região do que para diminuir estas desigualdades, aumentando assim as tensões e contradições globais.

Em termos mais específicos, os estudos realizados constataram que as ações do Estado são pulverizadas, existindo uma total falta de integração entre os programas implementados e entre as diversas ações realizadas nas mesmas áreas geográficas. A não integração horizontal e vertical dificulta muito os diversos níveis de planejamento e administração e a própria intervenção do Estado. Esta problemática está sendo acentuada pela atomização dos fluxos financeiros. Conclui-se que a ação do Estado deve ser integrada a partir de um programa regional de desenvolvimento rural. Desta forma, unificar-se-iam as políticas setoriais, o processo de planejamento, a administração, a capacitação dos recursos humanos e o fluxo dos recursos financeiros.

Essa integração permitiria uma concentração das intervenções do Estado em áreas com maior número de pequenos produtores e maior potencial agrícola, em sub-projetos melhor selecionados e de mais baixo custo e, sobretudo, uma simplificação e descentralização das ações do Estado. Assim os níveis estaduais e municipais seriam mais fortalecidos, propiciando uma maior participação dos beneficiários.

Fica também claro que o Estado, optando por um programa unificado para os pequenos produtores, deve levar em consideração a existência de outros programas de cunho diferente, como o de Emergência, ou de cunho oposto, como o PROÁLCOOL e o FINOR, que aplicaram bilhões de dólares na região nos últimos anos, beneficiando principalmente os grandes proprietários.

2.2. Política de Desenvolvimento Regional e Rural

Paralelamente aos estudos sobre análise e avaliação dos Programas Especiais realizados pelo BNB, uma outra equipe interdisciplinar, formada por técnicos de diversas áreas e coordenada pela SUDENE, elaborou a política e estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores.

O relatório final da equipe, intitulado "Proposta de Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste", é composto de duas grandes partes: diagnóstico da realidade e política de ação. O diagnóstico, baseado em consultas amplas, aborda seis pontos: o Nordeste no contexto nacional, o setor agropecuário, atividades industriais do Nordeste, atividades terciárias e de infra-estrutura, aspectos dominantes da problemática social e papel do setor público.

A segunda parte do documento apresenta a proposta de política, formulada nos cinco capítulos seguintes: política de desenvolvimento para o Nordeste, estratégia de desenvolvimento rural, estratégia de desenvolvimento industrial, estratégia de desenvolvimento dos serviços e da infra-estrutura e, em último lugar, instrumentos normativos, programáticos, operacionais e organizacionais de promoção de desenvolvimento (apresentaremos a seguir algumas propostas-chaves destes dois primeiros capítulos, os quais são os mais importantes para o Projeto Nordeste).

A médio e longo prazo, a política de desenvolvimento regional objetiva: o fortalecimento e a integração da economia do Nordeste, a criação de condições de convivência com a seca, a criação de oportunidades de emprego, o atendimento das necessidades básicas da população e a conseqüente eliminação da pobreza. Os objetivos mencionados pressupõem a adoção de critérios de natureza espacial e, sobretudo, a reorientação do papel do setor público na região, tendo em vista a descentralização da intervenção do Estado, o que poderia levar, no limite, a uma redivisão administrativa do território.

O capítulo sobre o desenvolvimento rural do Nordeste baseia sua estratégia de superação dos principais problemas diagnosticados em duas linhas de ação: uma de natureza setorial e a outra de natureza espacial. A primeira linha de ação objetiva: "1) fortalecimento da base produtora de alimentos e matérias-primas para os mercados regional, nacional e externo; 2) redução paulatina do grau de dependência da macrorregião quanto ao abastecimento alimentar das suas populações rurais e urbanas; 3) erradicação da pobreza existente no meio rural, proporcionando às populações do campo melhoria crescente de seus níveis de existência e, conseqüentemente, melhores condições de fixação ao solo; 4) modificações nas formas e processos de uso de recursos, bem como, na organização agrária da zona semi-árida, tornando-as mais adaptadas ao quadro ecológico e mais capazes de resistir ao impacto das secas" (SUDENE, 1983b: 126).

As linhas de ação setorial referem-se, e terão sentido, somente no contexto de uma estratégia específica e clara de modificação profunda da estrutura fundiária nordestina, através de uma programação de curto, médio e longo prazo. Sem uma enérgica intervenção do Estado neste setor, o sucesso da estratégia global de desenvolvimento rural estará ameaçado e torpedeado.

As linhas de ação de natureza espacial objetivam: "1) aprimoramento dos padrões de combinações agropastoris existentes nos espaços e sub-espaços ecológicos da macrorregião, bem como, dos processos produtivos mais capazes de maximizar o aproveitamento dos respectivos recursos naturais e de contribuir para a solução de sua problemática social; 2) maximização do aproveitamento dos segmentos espaciais que se mostrem mais capazes de expandir suas funções regionais; 3) fixação de um escalonamento de espaços de intervenção; 4) considerações, em destaque, da zona semiárida como grande espaço-problema da macrorregião" (SUDENE, 1983b; 136-137). As linhas espaciais reportam-se a ações diferenciadas sobre espaços diversificados e, sobretudo, aos espaços prioritários de intervenção, como por exemplo os semi-áridos. Apoiam-se também numa ampla reestruturação fundiária e permanente participação dos beneficiários no processo de implementação destas linhas de ação.

2.3. Políticas e Instrumentos Setoriais de Ação

Uma terceira equipe de trabalho, tendo sua coordenação sediada na Secretaria de Planejamento da Bahia e formada por mais de 80 pessoas, permanentes ou consultores de diversos segmentos da Sociedade Civil, estudou 15 políticas setoriais para os pequenos produtores e apresentou seus relatórios finais em julho de 1983. Os temas analisados são os seguintes: participação e organização de produtores, ação fundiária, recursos hídricos e irrigação, geração de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, comercialização, crédito e financiamento, fomen-

to à pequena agroindústria, transporte, energia, educação formal e não formal, saúde, saneamento básico, formação e treinamento de pessoal e, finalmente, administração e mecanismos de acompanhamento.

Esses quinze instrumentos de ação são fundamentais na implantação e execução de um programa de desenvolvimento rural integrado. Analisando a realidade nordestina, três nos parecem chave e serão destacados nas próximas páginas. O primeiro é a participação e organização dos produtores, porque, de fato, influencia e permeia as quatorze outras políticas setoriais e deve ser a mola dinamizadora do Projeto Nordeste. Os dois outros são: ação fundiária e recursos hídricos, ou seja, acesso a terra e à água. Este último instrumento é vital numa região ciclicamente atingida por longas secas, provocando fome, miséria e desespero.

2.3.1. Participação e Organização dos Produtores

O documento sobre participação e organização de produtores (SUDENE, 1983c) é, na realidade, mais uma estratégia do que uma política setorial, como são os 14 instrumentos mencionados anteriormente; baseia-se na dialética negação/afirmação dos interesses dos pequenos produtores, a cinco níveis: planejamento, execução e avaliação do programa, capacitação dos recursos humanos (técnicos e pequenos produtores) e processo global de organização. Critica-se o diagnóstico tradicional que falseia não só a realidade do pequeno produtor, quando é considerado como carente, desprezando todas as suas potencialidades, mas também falseia o próprio processo de produção de conhecimentos. Devemos reconhecer que, em vez de simples informantes, os pequenos produtores são agentes de construção da sociedade e agentes de produção de conhecimento; isto implica na produção e transformação da sociedade.

Em vez do diagnóstico tradicional, sugere-se começar o trabalho da intervenção do Estado junto aos pequenos produtores por uma consulta a respeito dos problemas vividos por eles, iniciando assim um processo em que haja um constante confronto de saber entre os técnicos e os produtores. Daí, inicia-se o processo de conhecimento e transformação da realidade, onde diversos saberes são confrontados, se enriquecem e se completam mutuamente, incluindo aqui o saber da comunidade acadêmica. Isto significa que a afirmação dos interesses dos pequenos produtores será assegurada no planejamento, quando a definição de objetivos, metas, prazos, recursos e outros for o resultado de um amplo processo de consulta/confronto entre técnicos e produtores, onde se discute coletivamente o que fazer e que meios utilizar para realizar uma decisão coletiva.

“Admitindo que o processo fundamental da sociedade é a crença/enfrentamento de interesses semelhantes/contrários/antagônicos, e que, no planejamento, se encontram representantes dos mais diferentes interesses e sabendo que são mais fortes os representantes de interesses mais fortes, convém abandonar a neu-

tralidade do planejamento e dar a devida atenção à aliança e enfrentamento de interesses os mais diferentes. Quem trabalha no planejamento deve imediatamente se perguntar: Que interesses quero ajudar a afirmar ou a negar? (SUDENE, 1983c: 11-12).

No que diz respeito à avaliação, deve-se iniciar pelo confronto entre o que se pretende e o que se está conseguindo, devendo ter claramente definidos os objetivos pretendidos e os resultados realmente alcançados. Em síntese, a avaliação é "um processo permanente e contínuo a se realizar durante todo o desenvolvimento das práticas de produção e transformação da realidade com vistas ao esclarecimento e afirmação dos interesses dos pequenos produtores" (SUDENE, 1983c: 14).

Privilegia-se com o processo de capacitação dos pequenos produtores e técnicos, onde o programa é elaborado de forma participativa, ou seja, a partir de um processo de consulta/confronto dos interessados. Durante o processo de capacitação, os conhecimentos e experiências de todos os participantes são confrontados, aprofundados e aproveitados.

No que tange ao processo de organização propriamente dito, o documento frisa que a questão fundamental da organização está no modo participativo de descobrir e realizar o que se deseja, chegando a uma vontade coletiva que, sendo "algo mais profundo do que interesses imediatos, será descoberta e organizada num processo coletivo e contínuo de consulta/confronto a respeito da origem e superação de problemas em todos os campos de atividades dos pequenos produtores" (SUDENE, 1983c: 18). Assim, a organização dos produtores estará surgindo e sendo reforçada, tanto a nível de planejamento, abandonando a aparente neutralidade e dando atenção às alianças e enfrentamentos dos diferentes interesses em jogo, quanto a nível de execução, avaliação e capacitação, exercidas num ambiente de permanente questionamento, chegando, desta forma, ao real desvendamento da realidade.

2.3.2. Ação Fundiária

O documento sobre a ação fundiária (SUDENE, 1983d) mostra que a propriedade da terra é altamente concentrada no Nordeste e que nas últimas décadas existe uma tendência a uma maior concentração e centralização da posse da terra, como vimos na segunda parte.

Com relação às políticas de acesso a terra e às necessidades de centenas de milhares de trabalhadores rurais neste setor, qual foi o resultado da intervenção do Estado através de seus Programas Especiais nos últimos dez anos? Infelizmente, as realizações são mínimas. As ações fundiárias situam-se a dois níveis: *assentamento e regularização*.

No que diz respeito ao segmento *assentamento*, 37.901 famílias foram beneficiadas, sendo 75,0% através do processo de colonização e 25,0% via distribuição de terras. Quando à *regularização*, os dados indicam que a partir de 1976, entre 100 e 110 mil posses foram regularizadas ou estão em processo de regularização. O documento frisa também a pouca utilização de um instrumento previsto na legislação: a desapropriação por interesse social. Além disto um outro instrumento legal, visando basicamente provocar a descentralização da posse e uso da terra, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, não produziu os resultados que alguns esperavam.

Frente a esse quadro, o Projeto apresenta algumas propostas concretas. Em primeiro lugar, nota-se que, na medida do possível, a intervenção fundiária deve preceder outras intervenções estatais, a fim de evitar a valorização das terras e à especulação, que dificultarão uma posterior redistribuição de terras. Isto dito, o documento propõe cinco instrumentos de intervenção fundiária, utilizados conforme a realidade de cada microrregião: discriminação de terras por processos administrativos, desapropriação por interesse social, desapropriação negociada, aquisição de terras através de compra e venda (em caráter limitado e subsidiário comparado aos outros instrumentos) e crédito fundiário.

Três formas de destinação de terras são apresentadas segundo as necessidades e desejos dos beneficiários. Os modelos são: *familiar*; ou seja, distribuição de área incorporada sob forma de unidades familiares; *comunitário*, ou seja, atendendo aos produtores sob a forma de condomínio e *misto*, ou seja, com características dos dois modelos anteriores. O documento prevê o reconhecimento de inúmeras formas concretas de apropriação da terra e privilegia a necessidade da participação e organização dos produtores nas diversas etapas do processo de reestruturação fundiária.

No primeiro quinquênio do programa, a meta do número de beneficiários é de 600.000 famílias, distribuídas em cinco categorias: a) redistribuição de terras: 170.000 famílias numa área média de 30 ha/família, totalizando 5,1 milhões de ha; b) crédito fundiário: 20.000 famílias numa área de 600.000 ha; c) colonização: 20.000 famílias numa área igual à anterior; d) reorganização de minifúndios: 90.000 famílias; e) discriminação de terras, subdividida em dois itens: demarcação/regularização da propriedade de 100.000 famílias e titulação dos imóveis de 200.000 famílias de posseiros.

No período abril 84/março 89, o custo total das ações fundiárias foi estimado em US\$ 860 milhões, sendo que as fontes dos recursos são nacionais e externas.

No segundo e terceiro quinquênio do programa, pretende-se alcançar a maioria dos pequenos produtores nordestinos através do processo de reestruturação fundiária. Essas idéias todas foram longamente discutidas com os produtores e

com os seus legítimos representantes, os quais continuam cétricos, porque, no passado, houve demasiadas promessas governamentais não cumpridas, e porque a reivindicação básica dos trabalhadores rurais é a implantação imediata de uma reforma agrária ampla, massiva e participativa; isto foi muito claramente colocado no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979, patrocinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e continua sendo proclamado não só pela CONTAG como por setores cada vez mais amplos da Sociedade Civil.

2.3.3. Irrigação e Recursos Hídricos

Abordando o documento sobre irrigação e utilização de recursos hídricos (SUDENE, 1983e), constatamos também que, neste setor, as intervenções do estado foram muito aquém das necessidades da população e não corresponderam ao substancial aporte de recursos, como sabemos.

Em termos de proposições para o futuro, o documento formula quatro objetivos específicos: "1) aproveitamento dos recursos hídricos, com vistas a dotar as propriedades rurais de infra-estrutura capaz de garantir o estabelecimento de água para o consumo humano e animal; 2) estabelecimento de infra-estrutura de captação e armazenamento, bem como, aquisição de equipamentos acessíveis ao pequeno produtor rural e indispensáveis ao aproveitamento racional dos recursos hídricos no processo produtivo; 3) instrumentalização e implementação de uma política de manejo e preservação dos recursos hídricos para o semi-árido; 4) definição e estruturação de um sistema organizacional para planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de aproveitamento dos recursos hídricos" (SUDENE, 1983e: 113).

Posteriormente, foram formuladas as seguintes metas para o primeiro quinquênio do programa: a) água para abastecimento humano e animal para 234.000 famílias; b) irrigação privada e pública: 223.000 famílias; c) construção de 82.010 açudes para 90.110 famílias, de 3.600 poços amazonas para 3.700 famílias e 1.446 poços tubulares para 1.590 famílias (SUDENE, 1983g).

3. Formulação e Planejamento do Programa Regional

Em agosto de 1983 foi criado um grupo de trabalho para o Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores do Nordeste. Em primeiro lugar, este grupo conceituou, identificou e caracterizou os pequenos produtores rurais nordestinos, situando a pequena produção no contexto da economia regional e nacional. Em seguida, elaborou a estratégia global de intervenção

do Programa, ponto chave a partir do qual cada Estado pode formular o seu próprio programa de desenvolvimento rural.

Em que consiste essa estratégia de intervenção? Inicialmente, destaca a necessidade de implantar um novo estilo de desenvolvimento na região, baseado na equidade social, eficiência econômica e racionalidade ecológica. O público beneficiário do programa é especificado: os pequenos produtores rurais — pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros — e os trabalhadores assalariados permanentes e temporários.

O núcleo da estratégia é estruturado em torno de duas dimensões: *organização/mobilização* dos produtores e *reestruturação fundiária*. A organização visa a participação dos beneficiários em todas as etapas do processo de planejamento. Como sabemos, a organização não é uma técnica a ser empregada em alguns momentos, mas nascerá e desenvolver-se-á durante todo o processo de planejamento, execução, avaliação e capacitação do programa. A organização é o resultado de um processo coletivo e contínuo que leva a descobrir o que fazer e escolher e a articular os meios para realizar o programado, reorientando permanentemente os objetivos fixados. Por exemplo: pergunta-se sempre, em termos de avaliação, se os objetivos continuam adequados à afirmação dos interesses dos pequenos produtores e se os meios escolhidos estão ainda adequados aos objetivos iniciais e aos redefinidos.

Essa visão da organização levará os pequenos produtores a vivenciar diversas modalidades de ação. A vida dirá em que consistirão os novos arranjos organizacionais de amanhã. Dezenas são possíveis. A título de exemplo, podemos mencionar a possível criação de comissões locais de desenvolvimento rural, dirigidas pelos trabalhadores e assessoradas por técnicos capazes de captar os anseios das bases e de caminhar junto com os produtores. Representantes destas comissões poderiam compor Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, com representantes das Secretarias e entidades governamentais vinculadas ao programa. Finalmente, podemos imaginar um Conselho Regional de Desenvolvimento Rural com representação paritária dos beneficiários de cada Estado e demais autoridades governamentais.

A nível produtivo, a organização dos trabalhadores rurais pode realizar-se através de diversas formas de produção associativas, tipo empresas comunitárias ou cooperativas integrais de reforma agrária com exploração coletiva, onde existe a propriedade coletiva da terra e demais meios de produção, conforme o Estatuto da Terra e o Decreto Lei nº 58.197 de 15 de abril de 1966.

A segunda dimensão, chave da estratégia global de intervenção, é o acesso ao controle dos meios de produção, principalmente a terra. A reestruturação fundiária não só é prioritária, como deve preceder, quando possível, outras inter-

venções estatais na infra-estrutura. Sem ela, será impossível transformar significativamente as relações de produção existentes e os mecanismos de expropriação dos pequenos produtores. A ela devem ser diretamente relacionadas as intervenções do segmento irrigação e recursos hídricos, privilegiando os segmentos terra e água.

A estratégia destaca também a importância da intervenção estatal na área institucional, a fim de alcançar rapidamente a integração dos programas existentes e dos segmentos atualmente implementados. Frisa a importância da integração entre a área rural e a região como um todo e a integração entre o setor primário e o secundário, sugerindo, por exemplo, que certas agroindústrias estejam integradas ao programa.

Em termos espaciais, dois critérios são chaves na escolha de áreas programas: áreas de maior concentração do público-meta e de melhor dotação de recursos naturais para fins de intervenção fundiária.

O trabalho estimula a formulação de programas estaduais descentralizados e desburocratizados e onde a realidade de cada microrregião seja respeitada. Por exemplo: quanto à seletividade de área, segmentos e público beneficiário, adotar-se-á uma intervenção modular que, partindo da heterogeneidade de situações, preconiza módulos não homogêneos de intervenção, adequados às características políticas, sócio-econômicas e culturais existentes, às reivindicações dos produtores da área e às limitações operacionais do programa.

O documento discute também as políticas setoriais prioritárias, privilegiando seis segmentos: ação fundiária, recursos hídricos (água e irrigação), geração e difusão de tecnologia, mercado, crédito e financiamento e, por fim, apoio a pequenas comunidades rurais, ou seja, oferta de infra-estrutura e serviços sociais básicos, como: saúde, educação e estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios não agrícolas, visando a melhoria do emprego e renda das comunidades rurais que administrarão os recursos deste segmento.

Por outro lado, o referido documento ainda frisa a necessidade de ter um eficiente sistema de administração e acompanhamento do programa a nível regional, estadual e local.

Uma outra dimensão de grande relevância é a capacitação dos recursos humanos, tanto os pequenos produtores quanto os técnicos. A capacitação ajuda a desvendar os mecanismos de geração e transformação da realidade, focalizando, em particular, a compreensão das estratégias dos múltiplos interesses presentes nas diversas fases da geração e transformação do real.

No que diz respeito à capacitação dos técnicos, já foi montado um curso chamado "Elaboração e Análise de Projetos de Desenvolvimento Rural", patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo

Banco Mundial e pela SUDENE. A clientela do curso são basicamente os técnicos envolvidos na formulação, planejamento, execução e avaliação do Projeto Nordeste. O curso é de oito semanas, sendo três num trabalho prático de campo. Tem uma carga horária de 300 horas, para um total de 25 participantes cada curso. Diversos cursos semelhantes serão oferecidos no futuro; o primeiro foi realizado de outubro a dezembro de 1983. Além disto, diversos outros tipos de cursos estão sendo previstos, alguns muito mais breves, especialmente os dos agricultores, tendo a significativa colaboração da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), através do seu "Proyecto Regional de Capacitación em Planificación, Programación, Proyectos Agrícolas y de Desarrollo Rural" (PROCADES). Estes fatos ilustram a importância que o Projeto Nordeste dá à capacitação dos recursos humanos. Destaca-se a dimensão multidisciplinar dos assuntos abordados e a origem interdisciplinar dos candidatos.

Quais são as grandes metas do Programa Regional em termos quantitativos? Pretende-se atingir cerca de dois milhões de beneficiários, sendo 1.840.000 famílias de pequenos produtores e 160.000 famílias de assalariados que terão acesso a terra. Os produtores são divididos em três categorias: 790.000 pequenos proprietários, 550.000 arrendatários ou parceiros e 500.000 posseiros⁴. A meta de dois milhões de famílias representa cerca de 75,0% das famílias potenciais ou público - meta do programa, lembrando que existe no Nordeste cerca de 1.840.000 pequenos produtores e 830.000 assalariados (SUDENE, 1983g). Significa que o programa pretende atingir a maioria das famílias de baixa renda da região.

Em termos de ação fundiária, as metas para o período 1984/99 são as seguintes: 500.000 famílias beneficiadas com redistribuição de terras, 100.000 com crédito fundiário, 100.000 com colonização, 400.000 com reorganização de minifúndios, 500.000 com titulação e 400.000 com demarcação/regularização⁵. Em termos de recursos hídricos, o objetivo é atingir 780.000 famílias com água para abastecimento humano e animal e 600.000 através da irrigação privada e pública. Foi também planejado a construção de 270.000 açudes, 12.300 poços amazonas e 4.750 poços tubulares (SUDENE, 1983g e SUDENE, 1983h).

Como dissemos, o período de atuação do Projeto Nordeste é de 15 anos, iniciando-se em abril de 1984. É dividido em três quinquênios. No primeiro, cerca de 600.000 famílias serão atingidas, ou seja, 30,2% do total. Considerando que a capacidade institucional e operacional do programa deverá melhorar progressivamente, no quinquênio 1989/94, espera-se beneficiar 665.000 famílias e, no últi-

(4) Comparado aos dados do Censo de 1980, é de se prever que o total de famílias de algumas categorias possa aumentar até o final da execução do programa. Todas as metas são preliminares e, conseqüentemente, sujeitas a revisões.

(5) Ou ainda 800.000 famílias com demarcação/regularização, se incluirmos nestes segmento as 400.000 famílias da reorganização de minifúndios. Está prevista a discriminação de 60 milhões de hectares.

mo, 735.000.

Do ponto de vista dos recursos financeiros, estima-se um custo total de cerca de US\$ 12 bilhões, calculando um custo médio de US\$ 6.000,00 por família. Destacam-se os recursos para as ações fundiárias que absorvem mais de 23,0% do total dos recursos, ou seja, US\$ 2,86 bilhões. No primeiro quinquênio, o custo do programa é de cerca de US\$ 3,6 bilhões.

As fontes de financiamento são nacionais e externas. As possíveis fontes de recursos nacionais são: os Programas PIN e PROTERRA, o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e a utilização de Títulos da Dívida Agrária (TDA) para financiamento da maioria dos custos com aquisição de terras, nos casos de desapropriação nas ações de redistribuição de terras. Os recursos externos serão basicamente provenientes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outras fontes de financiamento externo como, por exemplo, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas, poderão possivelmente participar do financiamento do Programa.

A primeira vista, o custo total do Programa é de US\$ 12 bilhões, o que pode parecer elevado. Entretanto, mudanças estruturais exigem ações enérgicas e corajosas, as quais necessitam de respaldo financeiro. Numa outra perspectiva, considerando os bilhões de dólares que o Estado investiu em obras gigantescas, beneficiando, sobretudo, o Sudeste, a região mais rica, ou destinou a programas e incentivos em prol de um limitadíssimo número de beneficiários, ligados ao capital monopolista nacional e transnacional, o custo total do Projeto Nordeste não é assustador porque beneficiará cerca de dez milhões de pessoas de baixíssima renda, numa região pobre e num período de 15 anos. Implantando este Projeto, o Estado desempenhará o seu papel de legitimação e favorecerá a rearticulação da pequena produção, o que, em última análise, beneficia também, e muito, o capital.

4. Formulação e Planejamento dos Programas Estaduais

Em maio/junho de 1983, equipes interdisciplinares foram formadas em todos os Estados do Nordeste a fim de iniciar o estudo da realidade estadual, baseado em consultas às comunidades. Começava o processo de formulação e planejamento de dez programas ou projetos estaduais de desenvolvimento rural para pequenos produtores. Em todos os Estados, salvo um, a coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Secretaria de Planejamento e, a vice-coordenação, a cargo da Secretaria de Agricultura.

A nível regional, na SUDENE, foi montada uma equipe encarregada de acompanhar e supervisionar os trabalhos estaduais, sendo concebida por muitos como um instrumento de intenso intercâmbio entre os níveis regional e estadual, a fim

de que o programa regional esteja em constante contato com a realidade estadual e local e, assim, possa ser questionado, avaliado e redimensionado a diversos níveis e vice-versa. Este diálogo, pouco alcançado em 1983, deveria envolver também a classe política, diversos segmentos da Sociedade Civil e a Comissão Interministerial do Programa, culminando na discussão e aprovação do Programa Regional num fórum mais amplo, o do Conselho Deliberativo da SUDENE, assessorado por um Comitê amplamente representativo.

Cada programa estadual é elaborado em três etapas: estudo da realidade, estratégia e programa propriamente dito. A primeira etapa é baseada na elaboração de uma visão sócio-econômica do Estado, onde, entre outros, são analisadas as áreas de maior potencialidade de recursos naturais. Estuda a pequena produção do Estado e caracteriza as suas formas diferenciadas e articulações internas. Indica as demandas e reivindicações dos beneficiários, através de suas diversas formas de organização. Por fim, as áreas-programa do Estado são caracterizadas tanto a nível físico e sócio-econômico quanto a nível dos serviços.

A segunda etapa leva à elaboração, junto com os produtores, da estratégia de implantação do programa. Seleciona: o público-meta inicial, as áreas de intervenção e a forma de intervenção modular. A este nível é também debatida e montada a estratégia de integração dos programas existentes e das instituições, atuando nas áreas-programa escolhidas. Na medida em que novas áreas-programa se agregam, o Estado tem condições de integrar a estas áreas as diversas intervenções governamentais existentes.

A última etapa é a formulação do programa estadual para um período de 15 anos, baseado em objetivos específicos, áreas e ações prioritárias, metas globais e segmentos-chaves. Neste contexto, desenha-se uma administração e coordenação estadual que maximizará os recursos disponíveis. Formula-se um esquema de capacitação de recursos humanos, uma previsão dos recursos financeiros e uma análise dos impactos da intervenção estatal. A programação dos 15 anos destaca os cinco primeiros anos e detalha o primeiro que é primordial para o bom andamento dos anos subsequentes.

Estima-se que alguns programas estaduais estejam prontos no princípio de 1984, iniciando a sua implementação em abril do mesmo ano.

ANÁLISE DO PROJETO NORDESTE

1. Momentum Político e Novos Horizontes

O Brasil e o Nordeste precisam de um novo modelo de desenvolvimento. Mudanças sócio-econômicas são imprescindíveis. Acontece que estas mudanças passam por decisões políticas. Ora, no fim de 1983, o momento político do

Nordeste propiciava a tomada de decisões em favor da mudança. A ampliação dos espaços democráticos favoreceu uma maior conscientização e mobilização da Sociedade Civil. O aumento das contradições globais — aceleradas por uma prolongada seca de cinco anos, que desnudou problemas estruturais — e a abertura política tiveram como conseqüência a intensificação do processo de politização, a nível da Sociedade Civil nordestina, incluindo o corpo dos técnicos, e no próprio âmbito dos governos estaduais, eleitos em novembro de 1982. Conseqüentemente, as lideranças políticas regionais, muitas vezes vítimas das contradições do Regime e buscando uma maior legitimação, não só criticam abertamente as políticas do Poder Central, como exigem mudanças imediatas. Este contexto explica a atual disposição e desejo de aprovar e defender um programa regional novo e ambicioso. Estas lideranças, respaldadas pelo voto direto e, sobretudo, pressionadas pelas reivindicações e clamores de amplos setores da Sociedade Civil, buscam uma ampla legitimação, pensando, por exemplo, nas eleições de 1986. Desta forma, apoiam novas medidas de cunho não meramente assistencialista e conjuntural, mas estrutural.

Este momento político propicia e exige a formulação e implantação de uma verdadeira política de desenvolvimento regional para o Nordeste. As mais diversas lideranças cobram uma definição do Poder Central frente à região e estão dispostas a apoiar uma proposta de política regional a ser negociada a nível federal. Neste pano de fundo, a dimensão rural é de fundamental importância e, por isto, o momento político favorece a formulação de políticas setoriais, implementadas através de estratégias de desenvolvimento tanto rural quanto urbano.

Estas estratégias devem ser totalmente integradas. Por exemplo: as pequenas e médias empresas das cidades do interior têm a obrigação de levar em consideração a política rural e vice-versa. O desenvolvimento rural deve dar mais ênfase do que hoje às atividades não agrícolas nas zonas rurais. As agroindústrias devem ser consideradas como fonte de trabalho e produção rural.

O momento político favorece também o Projeto Nordeste em termos de descentralização. Com efeito, a nível nacional, existem reivindicações de vários setores da Sociedade Civil, de entidades de classes, das administrações estaduais e municipais, do Partido Democrático Social (PDS), partido do governo, partidos da oposição, etc., para que sejam devolvidos aos Estados e municípios o seu poder, usurpado nas últimas décadas. Por exemplo, existem pressões exigindo uma ampla reforma tributária que dê aos Estados e municípios uma fatia muito maior das receitas arrecadadas e controladas pela União. Este quadro, aliado ao desgaste do Poder Central, favorece teses fundamentais do Projeto Nordeste a três níveis: regional, estadual e municipal ou local. Com efeito, para que o Projeto tenha êxito, deveria contar com: a) uma coordenação regional bem estruturada, forte e prestigiada; b) governos estaduais com poder de decisão e recursos para implementar suas políticas; c) um poder municipal expressivo, representando, pelo menos parcialmente, os interesses dos trabalhadores rurais e com instru-

mentos na mão para poder defender estes interesses. Este amplo contexto favorece a descentralização e municipalização do Projeto Nordeste.

Isto tudo realizar-se-á somente quando for respeitado e vivenciado o eixo central da estratégia do programa: participação dos beneficiários a todos os níveis do processo de planejamento do Projeto. Isto exige que haja organização, mobilização e politização dos trabalhadores rurais, discussão dos seus problemas, percepção das contradições do seu universo e de suas relações de trabalho e produção, num contexto onde o espírito crítico e a imaginação criadora estejam estimulados e onde se buscam e se encontram soluções próprias em relação à sua problemática global. Realmente, o programa almeja, pelo menos a nível de sua proposta, dar a seus beneficiários condições objetivas para que possam se organizar, resgatando suas antigas e atuais formas de organização, a fim de tornarem-se sujeitos de si e de sua história e transformarem seu mundo, atingindo o nível da consciência crítica e da ação libertadora.

Esta proposta do programa é respaldada pelo momento político atual, tanto nacional quanto regional, e pelo posicionamento engajado de instituições chaves no Brasil, como a igreja católica e outras igrejas que tomaram posições claras em favor dos mais pobres e dos oprimidos no campo e na cidade. É também baseada numa realidade histórica inegável: as inúmeras lutas passadas dos trabalhadores rurais, comprovando que não são basicamente individualistas, mas sim, solidários e capazes de se organizar. As lutas atuais dos trabalhadores revelam também que, organizados e mobilizados, podem vencer certas batalhas, como aconteceu nas sucessivas greves dos trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata, de 1979 em diante. Segundo um estimulante estudo de Lygia Sigaud (1983), intitulado "Luta Política e Luta pela Terra no Nordeste", estas greves trouxeram benefícios estruturais e não só salariais e conjunturais. Com efeito, a luta por salários, transporte, hora extra, etc., abriu um espaço para a luta pela terra. Os proprietários tiveram que assinar, devido às pressões das greves, dissídios, reconhecendo e forçando a aplicação da "Lei do Sítio", que estabelece a obrigatoriedade da cessão de um lote de terra de até dois hectares para os trabalhadores da lavoura canavieira. Paralelamente, a luta pela terra e a sua conquista efetiva após as greves criaram condições mais favoráveis, para que a classe dos trabalhadores pudesse exercer pressões sobre os patrões através do fundo de greve. Assim, aumentou um pouco a autonomia dos trabalhadores, graças ao plantio de uma área de agricultura de subsistência e diminuiu o poder político dos proprietários devido, em grande parte, à força de mobilização camponesa.

No que diz respeito ao Projeto Nordeste, a ação do Estado será legítima e produzirá efeitos na medida em que houver participação efetiva dos produtores, através de suas entidades de classe, associações formais e informais, comunidades eclesiais de base, etc. Desta forma, o Estado poderia respeitar e, sobretudo, se inspirar da mobilização existente em muitas microrregiões do Nordeste, tendo então uma atitude oposta à do Estado em outras regiões onde tentou e tenta des-

mobilizar grupos populares reivindicando terra para plantar e sobreviver.

Uma outra dimensão do programa a ressaltar é a definição clara do seu público beneficiário: os pequenos e micro-produtores de diversos tipos e os assalariados permanentes ou temporários. O projeto almeja atingir cerca de 75,0% de todas as famílias pertencendo ao público-meta, tornando-o massivo e expressivo.

Um aspecto novo da intervenção do Estado aqui analisada é o seguinte: as soluções estruturais apresentadas. O acesso à posse e uso dos meios de produção, terra e água, é a espinha dorsal das políticas setoriais e permite dar continuidade às ações do Estado. A reestruturação fundiária é imprescindível e será facilitada pela implantação ou consolidação em todos os Estados de Institutos da Terra, aprovados por cada Assembléia Estadual e dando instrumentos e condições legais para apressar o processo de reestruturação. Estes Institutos são assessorados tecnicamente pelo INCRA e pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Devemos destacar, também, que a estratégia abre espaços para exercitar modelos comunitários de posse e uso da terra, conforme a realidade histórica de cada microrregião e de acordo com os desejos dos beneficiários.

Um outro avanço do Programa é a integração a nível de programas existentes e de instituições. Uma renovadora intervenção do Estado exige esta integração, baseada na interação, sempre questionada e redefinida, de todas as instituições envolvidas no processo de transformação da realidade. Exige também que o Estado leve em consideração o Projeto Nordeste quando formula e implanta outros programas e políticas de cunho diferente ou oposto, a fim de diminuir as contradições geradas, que muitas vezes resultam na negação dos interesses dos pequenos produtores e na sua subordinação e expolição pelo capital comercial, industrial e financeiro.

Finalmente, o programa analisado é positivo porque baseia-se em trabalhos multidisciplinares que permitiram formular: a) um planejamento sistematizado; b) uma estratégia inovadora; c) um sistema dinâmico de monitoria, acompanhamento, avaliação e administração; d) uma proposta de capacitação de recursos humanos a curto e médio prazo, baseada no confronto dos interesses contraditórios em jogo e propiciando a interiorização das ações estatais e permanência na zona rural dos múltiplos agentes do processo de mudança. Neste contexto, a colaboração de diversas agências internacionais de desenvolvimento enriqueceu a proposta em termos técnicos, deu respaldo político às intervenções estruturais (como as ações fundiárias) e permitiu viabilizar o programa em termos financeiros.

2. Problemas e Contradições

Partindo da premissa de que o Projeto Nordeste não está solto no tempo e no espaço, ou seja, faz parte de um todo, afetado pela conjuntura sócio-econômico-

política internacional, nacional, regional, estadual e local, podemos inferir que a atual crise econômica brasileira pode gerar recaídas negativas para o Projeto. Com efeito, a política recessiva adotada pelo Poder Central, sobretudo desde 1981, levou a severos cortes nos investimentos do setor público e a um assustador aumento do desemprego. Com uma dívida externa de cerca de US\$ 100 bilhões, o Governo Federal está cada vez mais pressionado por seus credores internacionais para implementar políticas mais recessivas, ameaçando claramente a soberania nacional.

Esses credores utilizam o poder de pressão e acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e exigem um superavit de US\$ 6,3 bilhões na balança comercial brasileira de 1983 e um de US\$ 9,0 bilhões para 1984, em benefício de seus interesses e em detrimento da grande maioria da população, sobretudo das classes assalariadas. Concretamente, isto significa políticas de estímulo às exportações e cortes drásticos no setor das importações, sub-utilizando a capacidade do setor industrial e intensificando a recessão e o desemprego. Os cortes nos investimentos e subsídios estatais indicam que o setor agrícola é e será menos subsidiado, a começar pelo crédito. Uma vez mais, o setor agrícola "paga a conta". O esforço para equilibrar o orçamento da União significa também que os pequenos produtores rurais serão mais taxados em termos de impostos indiretos e que muitos assalariados do campo e da cidade, tendo um reajuste salarial inferior a um índice de inflação já expurgado, serão de novo altamente penalizados pelas políticas implementadas.

Isto tudo afeta, em diversos graus e maneiras, os beneficiários do Projeto Nordeste e desestimula a implementação de programas e políticas de legitimação do Estado em prol dos segmentos da sociedade com menos poder de barganha, como é o caso dos pequenos produtores rurais.

Embora haja uma clara política nacional de recessão, podemos afirmar que não existem estratégias e políticas nacionais consistentes e persistentes. Por exemplo, os empresários industriais e agrícolas se queixam, em documentos muito divulgados, das mudanças constantes de políticas, da fragilidade destas políticas temporárias e sobretudo da não existência de uma política nacional e soberana. Este fato dificulta a elaboração de uma política regional e a torna muito vulnerável, porque não tem uma política global onde se integrar. Ademais, a política regional traçada no contexto do programa prevê uma retomada rumo ao desenvolvimento, enquanto a política nacional intensifica a recessão, o que gera uma violenta contradição.

Uma outra dimensão problemática é a seguinte: os formuladores da política econômica nacional não dão prioridade ao Nordeste, o que pode dificultar a implantação do programa no que diz respeito à aplicação de recursos financeiros e outros fatores. Em termos políticos, o Nordeste — região que mais sustenta o Regime no Congresso Nacional — tem também dificuldade em ser ouvido e em

ter suas reivindicações sócio-econômicas atendidas, como pode ser comprovado pelas afirmações e queixas públicas, não só da classe política em geral, de entidades de classe e amplos setores da Sociedade Civil, como também de praticamente todos os governadores da região, os quais pertencem ao PDS.

O Projeto Nordeste preconiza a descentralização do poder. Para isto, é necessário que existam interlocutores fortes a diversos níveis, a começar pelo regional. Infelizmente, a SUDENE tem muito menos autonomia e força política do que na época de sua criação, perdeu o seu prestígio e, conseqüentemente, se esvaziou técnica e politicamente. Além disto, diversas tentativas de reestruturação interna deram poucos resultados, gerando mais contradições. Isto pode prejudicar o programa, que necessita de uma coordenação regional legitimada, prestigiada e com linhas de ação claras. Essa problemática pode também dificultar a rápida integração de programas e instituições regionais, imprescindível ao deslanche e avanço do Projeto. A SUDENE precisa, após ouvir os Estados e beneficiários, elaborar diretrizes regionais claras que possam orientar os Estados. De outro lado, sem uma coordenação regional forte, os Estados serão muito vulneráveis às pressões de diversos tipos das instituições internacionais que financiam o Projeto e negociam separadamente com cada Estado.

A descentralização deve atingir não só o nível regional, mas sobretudo o estadual e o local. Entretanto, como vimos, os Estados e municípios têm pouca autonomia, porque a União controla a maioria da arrecadação e aplicação dos recursos. Por exemplo: os municípios, mesmo após a mini-reforma tributária de novembro de 1983, continuam recebendo um baixíssimo percentual da receita tributária do país, o que dificulta a descentralização do poder e explica porque exigem, junto com os Estados, uma ampla e significativa reforma tributária. Conseqüentemente, em termos políticos, o poder de barganha dos Estados é muito limitado frente às agências internacionais, tornando-os débeis na hora das negociações⁶. Este fato contribuiu também para reforçar o já significativo poder de pressão destas agências ou bancos internacionais, que controlam cada vez mais, a orientação e decisões a respeito do Projeto. Desta forma, aumenta ainda mais a dependência do Brasil junto a estes bancos e, conseqüentemente, sobram menos espaços para o Estado atuar e implementar decisões "suas", enfraquecendo sua política de legitimação.

A nível dos pequenos produtores, devemos observar que o discurso progressista, em termos de participação e organização, teve, tem e terá suas limitações, o que era de se esperar. Com efeito, devemos lembrar que o processo de abertura está em marcha, mas as liberdades democráticas não foram ainda atingidas em sua plenitude, o que acarreta certas limitações.

(6) Por exemplo, os empréstimos do Banco Mundial para um Estado envolvem dois contratos: um federal e outro estadual.

Ademais, os trabalhadores rurais intensificaram as lutas populares no campo, mas infelizmente continuam bastante excluídos dos pactos e alianças políticas, sendo parcialmente marginalizados pelo próprio movimento de unificação de todas as classes trabalhadoras, como pelos partidos políticos, inclusive os mais reivindicatórios. Os partidos estão a reboque dos movimentos e lutas sociais no campo. Como explica Souza Martins (1981), "as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária. Esse descompasso tolhe as lutas camponesas, cada vez mais numerosas em todo o país, ao mesmo tempo em que empobrece a ação dos partidos políticos".

De outro lado, a mentalidade da tecnocracia e dos técnicos de campo, especialmente os recém formados, se ressentem dos anos de autoritarismo. A democracia não é algo que se impõe de cima para baixo ou se improvisa. Ela é conquistada. As mudanças de mentalidade não são obtidas por decreto, mas sim, a partir de um longo processo de confrontos e lutas, numa praxis de onde brota a transformação da realidade e a paralela conscientização. Isto exige tempo e se aplica tanto aos técnicos quanto aos produtores e as lideranças das classes trabalhadoras e dos partidos políticos.

Esse contexto mais amplo ajuda a entender porque, de fato, os pequenos produtores participaram só parcialmente, e, em algumas áreas, apenas simbolicamente, na formulação e planejamento do Projeto Nordeste a nível regional. De outro lado, na formulação dos programas estaduais houve ainda menos participação dos beneficiários. Os programas foram geralmente elaborados em gabinetes, de cima para baixo, sendo, talvez, um reflexo da pouca participação dos técnicos estaduais na formulação do programa regional que lhes foi em grande parte "comunicado". Em termos gerais, constatamos que os técnicos, oriundos de uma escola alienada e alienante, não souberam realmente consultar e escutar, perceber e decodificar as opiniões dos produtores e mergulhar no seu universo. Técnicos bem intencionados querem "organizar as comunidades" ou impor modelos de organização, sem perceber que, muitas vezes, as comunidades já eram organizadas antes da chegada do Estado. Não sabem resgatar múltiplas formas de organização informal das comunidades. Isto seria uma forma de legitimação do Estado.

Resultado do processo global: o grau de participação dos beneficiários nos três grandes grupos de trabalho e nas diversas etapas da elaboração do Projeto foi muito baixo e aquém das expectativas iniciais. Entretanto, houve uma significativa participação em áreas-chaves da estratégia, como na elaboração dos documentos sobre organização dos produtores, ações fundiárias, assistência técnica e comercialização, onde foram realmente realizadas amplas consultas e debates com os produtores, suas organizações formais e informais e suas entidades de classes.

Nessas consultas e debates apareceram contradições flagrantes. Os pequenos produtores exigiam mudanças profundas na estrutura fundiária da região e do país. Reclamavam uma autêntica participação na posse e uso da terra, através de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata. Este anseio é óbvio, considerando que a questão da terra está inserida na maioria dos movimentos e lutas sociais passadas e presentes do campesinato. Entretanto, o Estado não admite esta possibilidade em termos reais porque o bloco do poder, baseado em alianças e não sendo monolítico, está dividido neste assunto. Embora expressivos setores da burguesia industrial e certos setores mais lúcidos do capital financeiro concordem com a tese da reforma agrária e puguem a necessidade de ampliar o mercado interno, outros setores do bloco do poder, sobretudo os ligados às oligarquias agrárias, defendem o *status quo* ou, no máximo, uma posição reformista, temendo o esvaziamento do seu poder a diversos níveis. Tabus ideológicos vedam a estas oligarquias a percepção do óbvio: do ponto de vista do modo de produção capitalista e na ótica de um amplo processo de acumulação de divisão regional do trabalho, a reforma agrária é desejável e dinamiza qualquer economia de mercado, porque contribui para elevar os níveis de emprego, de remuneração e de consumo da força de trabalho, tanto rural quanto urbana.

Uma outra variável é a ambivalência do Estado. Não só defende os interesses das classes dominantes, através de suas políticas de acumulação, como defende os seus próprios interesses e os de suas empresas. Acontece que os interesses estatais e a própria ideologia do Estado são, na prática, bastante idênticos aos do bloco do poder. É uma "panela" só.

Nesse contexto, os anseios dos trabalhadores rurais são em grande parte frustrados, porque exigem uma ampla reforma agrária, enquanto o Projeto Nordeste oferece somente uma reestruturação agrária onde se fala em titulação e regularização fundiária de 900.000 famílias, instrumentos que, em muitas situações, reforçam a estrutura fundiária já existente. De outro lado, muitos trabalhadores rurais mostram-se céticos frente a um segmento da ação fundiária que ataca a raiz do problema: a redistribuição de terras para 500.000 famílias, utilizando sobretudo o mecanismo da desapropriação. Temem o surgimento de um novo "PROTERRA", ou seja, muitas promessas de mudanças estruturais e poucas realizações. Este fato poderá acontecer se não houver uma identificação, discussão e aliança dos grupos sociais mais progressistas, tanto regionais quanto nacionais, dispostos a opinar e defender mudanças estruturais. Sem isto, o grau de legitimação do programa poderá diminuir sensivelmente.

Esse ceticismo dos trabalhadores tem seus fundamentos, porque o Projeto Nordeste foi, sobretudo, elaborado por um grupo de técnicos do Estado com a contribuição dos acadêmicos, sem a imprescindível participação dos políticos e sem um amplo debate público. O mundo dos técnicos e dos políticos não pode e não deve ser estanque. Sem uma significativa legitimação política, a viabilidade do Projeto Nordeste tornar-se-á muito precária. Caso não haja, no futuro próxi-

mo, um amplo respaldo político ao Projeto, as expectativas geradas serão frustradas, como aconteceu com diversos programas do Estado no passado.

Durante os debates sobre o programa, muitos trabalhadores rurais chegaram à conclusão que o maior inimigo do Projeto Nordeste não é tanto o grande proprietário latifundiário, mas sim o grande capital monopolista nacional e transnacional. Este capital estimula a modernização e industrialização das atividades agrícolas, levando a duas conseqüências diferentes: ou o trabalhador rural é expulso da propriedade e se transforma em proletário na cidade ou no campo, ou se reproduz como pequeno produtor, mas sendo totalmente subordinado ao capital. Neste último caso, produz essencialmente em função do mercado e, conseqüentemente, se monetariza e deve se especializar, dependendo de decisões tomadas fora de seu controle. Se quiser sobreviver, é forçado a se tecnificar, sem no entanto acumular, sendo isto o privilégio do capital comercial, industrial ou financeiro, conforme as situações.

Este tipo de modernização agrícola que se acelerou em todo o Brasil nos anos 70 teve vários efeitos perversos, como revelam diversas pesquisas recentes sobre o assunto, entre outras a de Graziano da Silva e Kageyama (1983). Com efeito, esta modernização resultou no seguinte: maior concentração da propriedade da terra; crescimento da ociosidade da terra; aumento da produção das culturas de exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos, significando uma queda na disponibilidade *per capita* de alimentos, acompanhado de uma rápida elevação de seus preços para o consumidor urbano; proliferação da sazonalidade do emprego agrícola e conseqüente aumento dos níveis de subemprego e desemprego; intensificação da jornada de trabalho, especialmente nos estabelecimentos mais tecnificados e concentração da renda no campo, estimulada pelo aumento do crédito subsidiado. O problema crucial desta modernização conservadora de nossa agricultura se situa a nível da apropriação dos frutos do aumento da produtividade. "No atual quadro político-institucional, os resultados têm se revertido sempre num aumento dos lucros capitalistas, seja do proprietário rural, seja das multinacionais envolvidas na produção de insumos, no processamento dos produtos agrícolas e na sua comercialização. Enquanto isso, a maioria dos trabalhadores rurais continuam a receber ínfimos salários, a ostentar um nível de pobreza alarmante em muitas regiões do país e a submeter-se a uma jornada de trabalho maior do que a legalmente permitida" (Graziano da Silva e Kageyama, 1983:23). Esta modernização é também estimulada pelo processo de internacionalização do capital no setor agrícola que leva a uma intensificação da interiorização dos processos produtivos desenvolvidos nos países capitalistas avançados, processos veiculados pelas empresas transnacionais ligadas ao setor agroindustrial (Sorj et alii, 1982).

Um outro tipo de modernização é desejado pelo Projeto Nordeste, o qual pretende, para este fim, implementar diversos instrumentos de políticas agrícolas: acesso a terra, água, crédito, nova tecnologia, preços compensadores, infra-

estrutura, etc. O programa visa dinamizar a pequena produção e criar condições objetivas para que os trabalhadores possam se organizar e se rearticular para enfrentar o capital. Desta forma, o Estado exerceria uma política de legitimação.

Entretanto, o programa pode esbarrar frente à lógica do capital, que envolve o pequeno produtor numa economia de mercado totalmente controlada pelo capital; assim sendo, o programa poderá ser levado a reforçar, sem querer, as tendências à concentração/centralização do capital e a reproduzir as relações sociais vigentes. Em muitas circunstâncias, a lógica do capital exige do pequeno proprietário tecnificado um sobretabalho e o força a se transformar em assalariado temporário, em certas épocas do ano agrícola, a fim de complementar sua renda, muitas vezes para pagar as dívidas contraídas com o capital industrial ou financeiro. Conforme as relações de produção existentes, o capital pode muito bem transformar o pequeno produtor em um verdadeiro trabalhador para o capital, extraindo deste homem a renda fundiária e o lucro médio, deixando-lhe apenas o estritamente necessário para que possa sobreviver e se reproduzir como força de trabalho (Chaloult, 1980).

A nível do Projeto em si, três considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, embora esteja bastante detalhado do ponto de vista técnico, o Projeto não diferencia nem especifica as políticas que adotará frente às diversas categorias: os pequenos proprietários, donos de meios de produção, os arrendatários, parceiros ou posseiros e, finalmente, os assalariados. Considerando que haverá um período de transição até que as últimas categorias tenham acesso à propriedade da terra e que a maioria dos assalariados da região não terá acesso à terra, precisaria definir melhor a atuação do Estado para cada categoria de trabalhadores.

Em segundo lugar, o Projeto privilegia demais a atuação no semi-árido: "com relação à prioridade espacial, elege-se a região do semi-árido como espaço prioritário de intervenção, pela sua vulnerabilidade às intempéries" (SUDENE, 1983f: 187). Esta colocação contradiz outras partes do Projeto que destacam que as áreas prioritárias são aquelas de maior potencialidades de recursos naturais e maior concentração do público-meta. Ademais, a redistribuição de terra não deve ser feita prioritariamente nas áreas menos férteis, dando o "osso" aos trabalhadores, mas sim nas áreas mais favoráveis para a agricultura, como a zona da mata, por exemplo, embora seja mais complexo em termos políticos.

Em terceiro lugar, os documentos são omissos no que diz respeito ao zoneamento agrícola, que pode proteger a pequena produção e à irrigação pública, que continua contraditória, dificultando a participação dos trabalhadores e beneficiando mais ao capital do que aos produtores. Sendo que a irrigação pública é um fato e co-habitará com o Projeto, caberiam análises e recomendações para reorientá-la de modo a torná-la mais eficiente, participativa e democrática.

Finalmente, uma ameaça externa ao Projeto Nordeste é a existência de intervenções específicas do Estado, através de programas altamente subsidiados que contribuem para reforçar a lógica do capital e entram em choque com a filosofia e estratégia do Projeto, como é o caso do PROÁLCOOL, do Programa de Emergência e do FINOR, que canalizam muito mais recursos financeiros do que todos os programas especiais juntos.

O PROÁLCOOL reforça a modernização e a capitalização da agroindústria açucareira-alcooleira e contribui, ainda mais no Sudeste do que no Nordeste, para a substituição de culturas alimentares pela cana-de-açúcar, provocando não só a expulsão e proletarização do homem do campo, como também maiores dificuldades para o abastecimento de gêneros alimentícios para os trabalhadores das cidades. No Nordeste, onde a monocultura da cana já era frequente em diversas microrregiões, o PROÁLCOOL reforçou esta monocultura e a já distorcida estrutura da propriedade da terra, dificultando ainda mais as intervenções do Projeto Nordeste, no que diz respeito ao segmento reestruturação fundiária e ao acesso à posse, uso e controle dos meios de produção. O Estado deveria reorientar as ações deste programa. Por exemplo: poderia levá-lo a desenvolver e estimular, em certas microrregiões, o plantio da mandioca, cultura da pequena produção, no lugar de estimular a cana-de-açúcar, cultura das grandes propriedades. Além disto, o Estado deveria impedir que grandes empresas utilizassem perímetros de irrigação pública para plantar cana-de-açúcar ou para outros fins que prejudicam os pequenos produtores.

O Programa de Emergência investiu muito mais do que US\$ 1 bilhão nos últimos cinco anos, beneficiando milhões de camponeses e ajudando muitos a, pelo menos, não morrer de fome, embora pague um magro salário mensal de menos de US\$ 25,00. O programa contribuiu para construir e/ou melhorar 50.000 km de estradas vicinais e 1.700 pontes e pontilhões. Suas ações mais importantes foram a construção e ampliação de 102.000 pontos d'água ou açudes (SUDENE, 1983e: 50). O grande problema é o seguinte: a construção de açudes é normalmente feita a nível de propriedades, sobretudo médias e grandes, valorizando estas terras e reforçando a estrutura fundiária existente. Embora haja contratos estipulando que todo mundo poderá ter acesso às águas dos açudes, a prática do dia a dia é diferente, e revela que muitos proprietários, através de cercas ou outros meios, impedem o acesso do povo aos açudes. Além disto, estes açudes aceleram o fechamento das terras via cercas e reforçam o processo de pecuarização já existente, porque ajudam a plantar capim e criar bois. Esta intensificação do processo de pecuarização com os recursos públicos contribui para expulsar os pequenos produtores das propriedades e transformá-los em bóias-frias, dificultando mais as ações do Projeto Nordeste. O Programa de Emergência reforça também o poder econômico e político dos grandes proprietários e propicia a manipulação de favores políticos por certas facções, favorecendo a corrupção. Ademais, a participação dos beneficiários do programa, através dos seus sindicatos e federações, por exemplo, é mínima, no que tange à organização

e coordenação local do programa, sendo uma perspectiva oposta a do Projeto Nordeste. Para resumir, citamos os próprios trabalhadores rurais que, no fim de um encontro sindical onde participaram a CONTAG e sete federações nordestinas dos trabalhadores na agricultura, concluíram: "O Programa de Emergência tem favorecido aos grandes proprietários e reforçado a escalada de expulsão dos pequenos produtores rurais da terra, acentuando a intensificação da pecuária, acelerando o processo de fechamento das terras através das cercas e, conseqüentemente, dificultando cada vez mais o acesso a terra para os pequenos agricultores. Diminui também a criação de animais de pequeno porte. Dessa forma, os parceiros e arrendatários são transformados em bóias-frias. Aumenta a concentração da renda e da terra nas mãos dos latifundiários. Além do mais, apenas uma pequena parcela dos trabalhadores necessitados foram atendidos e, em muitos casos, utilizados para construir açudes em grandes propriedades, sem que pudessem posteriormente ter acesso a terra e à água acumulada com o resultado de seu trabalho, pago com o dinheiro da Nação" (CONTAG, 1981: 3).

Finalmente, teceremos algumas considerações sobre o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), criado em 1974, sendo um mecanismo para canalizar incentivos fiscais para a região. O FINOR, no período 1978/83, transferiu mais de US\$ 1,2 bilhão para o Nordeste, uma significativa parte deste montante indo para seu segmento agropecuário, que nos interessa mais especificamente. Mais de 70,0% dos projetos agropecuários beneficiados tinham como atividade principal a criação de bovinos de corte, embora este tipo de projeto não seja a melhor alternativa de investimento e tenha um custo social muito elevado. Este dado revela que o FINOR acelera o processo de pecuarização em muitas microrregiões, o qual propicia a expulsão dos trabalhadores rurais, porque "grande parte das terras do Nordeste não são tituladas e muitos dos ocupantes não são proprietários. Logo, a implantação desses projetos implica em expulsão dos trabalhadores, com o agravante da não compensação dos investimentos feitos pelos antigos ocupantes" (Gasquez, 1983: 35-6). Assim, o FINOR entra em choque com os objetivos de outros programas especiais que tentam gerar empregos. De um outro lado, muitas vezes um importante percentual dos recursos incentivados não são aplicados na implantação dos projetos, sendo desviado para outros setores da economia por beneficiários ausenteístas. Em termos gerais, podemos afirmar que o FINOR tem um desempenho insatisfatório e é contraditório a diversos níveis. Por exemplo, baseado em muitos dados sobre os projetos financeiros, Gasquez (1983: 39) conclui que: "1) apesar da legislação definir o incentivo em 60% das inversões totais, grande parte dos projetos analisados têm recebido 100,0% ou mais de incentivos para um desempenho insatisfatório (. . .); 2) o FINOR tem um efeito indutor pequeno na transformação da estrutura econômica do Nordeste. Numa amostra de 51 projetos, somente 21 conseguiram passar à classificação de Empresa Rural, os demais continuam como latifúndios de exploração, depois de 10 anos de aprovação do projeto; 3) não se está seguindo com rigor a legislação no que diz respeito à situação legal das terras dos projetos aprovados.

Isto pode estar levando a que *alguns projetos estejam se implantando em áreas de grilagem*. Por outro lado, existem projetos aprovados há cerca de dez anos que ainda não estão cadastrados no INCRA, apesar de terem recebido suas liberações nominalmente”.

Devemos concluir que o FINOR é contraditório, não só porque gera problemas fundiários e estruturais a médio e longo prazo, mas porque, a curto prazo, entra em choque com outras formas de intervenção e de legitimação do Estado, como o Projeto Nordeste. Este propõe freiar a atual expansão da pobreza absoluta através da criação de empregos via redistribuição de terras e outros instrumentos que favorecem uma melhor distribuição da renda, enquanto certos projetos do FINOR contribuem para aumentar a taxa de desemprego e para concentrar ainda mais a renda. O desemprego, a miséria e a fome que o acompanham negam ao trabalhador rural um direito fundamental de qualquer ser humano: o exercício pleno da cidadania.

CONCLUSÕES

Voltando à indagação inicial, perguntamos: o Projeto Nordeste tem futuro? Será um novo PROTERRA? Será mais um programa ou mudará qualitativa e estruturalmente o rumo da intervenção do Estado no Nordeste rural? Será desvirtuado devido às influências e conseqüências concentradoras das ações dos programas em prol dos grandes proprietários e do capital monopolista? É ainda cedo para ter respostas definitivas a estas indagações. A História dirá. Entretanto, alguns fatos gerais esperanças e outros levantam dúvidas.

De um lado, observamos, em termos nacionais, a existência da abertura conquistada e não só concedida. Existe um momento político onde os mais variados setores da Sociedade Civil — desde as igrejas de todas as confissões até um significativo percentual das forças armadas — pregam o fim das políticas recessivas impostas ao país pelo capital monopolista transnacional através de suas instituições. O povo exige a retomada do caminho do desenvolvimento e do pleno emprego, como também a convocação de eleições diretas para escolher o futuro Presidente da República em 1985. São pressões democráticas oriundas das bases.

A nível regional, estadual e local, as insatisfações aumentam e as contradições, exarcebadas por uma longa seca, são, hoje em dia, denunciadas na praça pública pelas governantes que sustentam o Regime. Os trabalhadores do campo e da cidade estão se organizando e, progressivamente, estão se unindo. Quase todos os segmentos da Sociedade Civil nordestina, inclusive significativos setores de um corpo de técnicos cada vez mais conscientizados e reivindicatórios, exigem do Estado uma política regional e rural substancialmente diferente. Setores de algumas agências internacionais de desenvolvimento apoiam este movimento. O Projeto Nordeste poderia preencher os diversos espaços criados, embora as brechas tenham claros limites.

De outro lado, constatamos que, apesar da ostensiva pregação e declaração de princípio do Projeto, no que tange à necessidade de participação a todos os níveis, até hoje os trabalhadores rurais, beneficiários diretos do Projeto, participaram pouco na elaboração do programa regional e ainda menos na formulação dos dez programas estaduais. A nível da classe política e da Sociedade Civil, houve também pouquíssima participação. Falta uma ampla divulgação da idéia do Projeto a diversos níveis como, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa, levando a uma aberta e ampla discussão do Projeto fora da tecnocracia, o que é imprescindível para viabilizá-lo. Por exemplo; a reestruturação fundiária proposta deve ser negociada a nível político, a fim de torná-la factível.

Ademais, os trabalhadores rurais e outros segmentos da sociedade, pedem, através de suas entidades de classe, uma reforma agrária ampla, massiva e imediata, a fim de mudar em profundidade as relações sociais existentes no campo, sobretudo, em termos de poder. Esta reforma daria suporte estrutural ao Projeto Nordeste. Entretanto, o Estado não tem condições objetivas de implementar, atualmente, uma ampla reforma agrária, porque uma boa parte do bloco do poder que o apoia e vice-versa, dificulta a viabilização desta proposta como, nos últimos 19 anos, não permitiu a aplicação ampla do Estatuto da Terra.

Falta ainda, em termos ideológicos, uma identificação clara dos grupos e categorias sociais que, dentro e fora do bloco do poder, são e serão susceptíveis de apoiar o Projeto Nordeste. Por exemplo: em relação ao bloco do poder, podemos dizer que o capital não é uma força homogênea, sem contradições internas. É muito possível que o bloco do poder possa sacrificar os interesses particulares de alguns de seus setores, como a oligarquia agrária, em nome de interesses mais amplos. Tendo em vista a profunda crise em que vive o Brasil hoje em dia, não devemos desprezar a capacidade de setores da burguesia em tentar buscar uma aliança com parcelas das classes trabalhadoras.

Além disto, falta não só uma discussão, mas uma negociação e, sobretudo, uma aliança ampla entre o Projeto e as novas forças sociais que surgem na região. Falta também um debate e uma aliança campo/cidade, além de uma aliança com os partidos políticos a este respeito. Todos os fatos mencionados entravam para a legitimação do Projeto e o próprio papel de legitimação do Estado através do Projeto. Estes fatos dificultam a rearticulação da pequena produção e geram sérias interrogações sobre as iniciativas e políticas do Estado.

O grande aval do Projeto Nordeste e a esperança que pode despertar se baseiam na democracia que está sendo forjada, com avanços e recuos, conquistada de baixo para cima e progressivamente vivenciada por vários setores da Sociedade Civil. A participação popular não só pode levar a uma ampla reformulação e transformação do modelo vigente, como deve levar ao constante questionamento da atuação do Estado através de um permanente processo de reavaliação, redefinição e reformulação de suas políticas e projetos, superando as contradições

existentes e futuras. É participando que o povo unido saberá resgatar valores esquecidos e vencer obstáculos, a fim de construir seu futuro e fazer sua História, onde se inserirão os novos arranjos e rearranjos do poder e das relações sociais e globais da Sociedade brasileira de amanhã.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas, *La Question Paysanne et le Capitalisme*. Paris, Anthropos-idep, 1974.

BRASIL: Brasília, 1982, Portaria Interministerial 159. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1, p. 17.938.

BRASIL: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE. Brasília, SEPLAN, 1982.

CARVALHO, Otamar de. "Desenvolvimento rural integrado: nova estratégia para a redução da pobreza no campo." In: *Revista Econômica do Nordeste*, 10,2: 1979, pp. 431-493.

CHALOULT, Yves. *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Nordeste/Sudeste – 1960-1977*. Petrópolis, Vozes, 1978.

_____. "Questão Agrária e Política do Estado: O Polonordeste". In: *Revista Econômica do Nordeste*, 11, 4, 1980, pp. 527-564.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Encontro Interestadual sobre a Problemática da Seca*. Fortaleza, 27 a 30 de julho. 1981. (mimeo).

DA SILVA, José Graziano & KAGEYMA, Angela A. Os resultados da modernização agrícola nos anos 70. In: *Cadernos do CEAS*, 88, 6, 1983, pp. 25-39.

FIGUEIREDO, Vilma de M. "Dois momentos de iniciativa governamental em relação à questão fundiária", In: *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Agricultura: Saída para a Crise?* Grupos de Discussão. Brasília, SOBER, 1983, p. 63-85.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro (Anos de 1960 a 1983).

_____. CENSO AGROPECUÁRIO – CENSO ECONÔMICO DE 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

- GASQUES, José Garcia. *Relatório de Avaliação do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR)*. Brasília, 1983, (mimeo).
- SIGAUD, Lygia. "Luta política e luta pela terra no Nordeste." In: *Dados*, 26,1: 1983, pp. 77-95.
- SORJ, Bernardo et alli. *Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOUZA MARTINS, José de. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), *A Questão Agrária e a SUDENE*. Recife, SUDENE, 1982a.
- _____. *Termos de Referência para uma Avaliação e Redefinição de uma Política de Desenvolvimento Rural para o Nordeste Brasileiro*. Recife, SUDENE, 1982b.
- _____. *Avaliação, Revisão e Fortalecimento dos Programas Especiais: Conclusões e Recomendações*. Recife, SUDENE, 1983a.
- _____. *Proposta de Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste*. Recife, SUDENE, 1983b.
- _____. *Desenvolvimento Comunitário/Organização de Produtores*. Recife, SUDENE, 1983c.
- _____. *Proposta de um Programa Fundiário para o Nordeste*. Fortaleza, SUDENE, 1983d.
- _____. *Projeto Nordeste: Segmento Utilização de Recursos Hídricos. Relatório Final*. Recife, SUDENE, 1983e.
- _____. *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste*. Salvador, SUDENE, 1983f.
- _____. *Estimativas de Metas e Recursos Financeiros do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste*, Salvador, SUDENE, 1983g.
- _____. *Estimativa de Metas e Recursos para o Programa de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores (1.º Quinquênio)*. Recife, SUDENE, 1983h.
- VON OVEN, Roderich. *Análise Comparativa e Recomendações para os Programas Especiais*. Recife, 1983. (mimeo).

MOVIMENTO OPERÁRIO E LUTA PELA TERRA EM PERNAMBUCO (ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL)*

Clemilda Maria de O. de Sousa **

INTRODUÇÃO

Este artigo inspirou-se em um trabalho nosso que trata das lutas sociais no campo em Pernambuco, e que tomou como base a trajetória do movimento operário e popular na Zona da Mata de Pernambuco, no período entre 1955 e 1964, procurando compreender o sentido da luta travada na época, em prol da reforma agrária e da democratização da propriedade da terra.¹ A questão central, que resumiria nossas preocupações mais gerais e permearia, diríamos, todo o trabalho, é a seguinte: *admitindo que a expansão das forças produtivas do capital, verificada na agricultura brasileira a partir de meados dos anos cinquenta, provocou grandes transformações na agroindústria açucareira em Pernambuco, entre as quais se destaca a expansão do proletariado e do exército de reserva, como se entende a luta da classe operária em prol da reforma agrária? Que sentido teria essa bandeira, se a realidade objetiva ultrapassava a luta pela propriedade privada da terra? Se assim o era, por quais caminhos o movimento operário fez dessa luta sua bandeira política?*

Entendemos que se pode identificar um *sentido político* e um *sentido econômico* na luta pela reforma agrária. Enquanto luta política, ela foi, simultaneamente: a) o próprio conteúdo da aliança entre burguesia e classe operária, fazendo parte da estratégia de revolução democrático-burguesa; b) a materialização da chamada aliança operária-camponesa, que por sua vez constituía-se no fulcro da relação campo-cidade; e c) o meio para chegar ao objetivo específico dos traba-

* O presente texto é uma versão corrigida e adaptada dos capítulos 4 e 5 da Dissertação do Mestrado que, sob o título Movimento Operário na Zona da Mata de Pernambuco (Um estudo das Relações entre Canavial e Usina — 1955/1964), apresentamos, em Setembro de 1982, no Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Campus II — Campina Grande, sob a orientação do Prof. José Cláudio Barriguelli (UFSCar/São Paulo).

** Socióloga, Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Campus II — Campina Grande.

(1) Nos termos em que foi então colocada, reforma agrária significava parcelamento da terra e dos demais meios de produção agrícola ou, o que é a mesma coisa, o estabelecimento dos trabalhadores agrícolas em pequenas propriedades camponesas.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	101 a 121	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

lhadores agrícolas que aspiravam ter acesso à propriedade privada da terra.² Enquanto luta econômica, ela derivou do fato concreto de que a posse da terra era a reivindicação imediata da massa de trabalhadores agrícolas, a quem o desenvolvimento do capital naquele preciso momento, destruindo as relações de morada, expulsava para a periferia das cidades açucareiras.³ Nesse sentido, a luta pela reforma agrária manifestava a consciência imediata das massas e tinha um caráter eminente de luta econômica.

Quando os operários das usinas empunhavam a bandeira da reforma agrária, estava em jogo, principalmente, o sentido político da mesma. Daí porque, por exemplo, o segmento industrial, constituído pelo operariado nas usinas,⁴ defendia-a pelo seu caráter de reivindicação específica dos chamados "aliados camponeses", que eram exatamente os trabalhadores agrícolas dos canaviais. Da mesma forma, quando defendiam a democratização da propriedade agrária e a derrocada do poder dos latifundiários, estavam também, na verdade, pondo em prática a aliança com a burguesia. Esta, supunha-se, iria realizar as várias reformas julgadas naquele momento necessárias à expansão do capital, especialmente a reforma agrária, com a qual se esperava ampliar o mercado interno.

Por outro lado, os trabalhadores dos canaviais — recentemente expulsos dos engenhos, rompidas as possibilidades de acesso aos meios de produção, que anteriormente mantinham enquanto moradores, e se reproduzindo exclusivamente pelo salário — jamais haviam estado tão distantes da condição de camponeses como naquele momento, em que se evidenciavam justamente como o segmento agrícola da classe operária. Se até então estiveram envolvidos na teia das relações de morada, que os cingia na condição de *classe operária que produzia diretamente*

-
- (2) Só se pode compreender, efetivamente, o que foi a luta pela terra nesse período, inserindo-se no quadro sócio-econômico da época. Por outro lado, esse quadro só se torna compreensível quando analisado à luz das estratégias e táticas colocadas no cenário político pelas forças de vanguarda do movimento operário. No nosso entendimento, a estratégia democrático-burguesa direcionou a luta política de então, sendo a reforma agrária uma das bandeiras principais, entre as tantas reformas que foram propostas.
 - (3) As relações de morada correspondiam às relações sob as quais os trabalhadores da produção açucareira produziam a cana-de-açúcar. Cultivavam, num pedaço de chão — o roçado — em terra dos engenhos ou das usinas, parte dos meios de subsistência. Essa concessão obrigava-os a prestar trabalho gratuito, alguns dias da semana, no trato da cana, ou nela trabalhar por menor salário. (Sobre o assunto, ver, entre outros: ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973; CALADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A Revolução sem Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 (2a Ed.); SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).
 - (4) Entendemos por *movimento operário e popular*, no setor açucareiro, o conjunto das lutas dos trabalhadores, seja nos canaviais, seja nas usinas. Entendemos também a *classe operária açucareira* como sendo formada pelo segmento industrial, ou fabril, inserido nas usinas, e pelo segmento agrícola, inserido nos canaviais.

os meios de subsistência, e os fazia uma espécie de "operários potencialmente camponeses", as rupturas naquele momento faziam emergir, plenamente desenvolvida, a sua feição real de classe.

Não é possível ignorar o aparente paradoxo: exatamente quando as forças produtivas do capital, se expandindo, destruíam as ambigüidades e as excrescências que ele mesmo criara no processo histórico, os operários agrícolas reivindicavam se transformar em camponeses. E note-se que nunca reivindicaram com tamanha força como neste período que vai de 1955 até 1964.

Poderíamos arriscar duas suposições. Primeiro, que a reforma agrária, por pressupor um segmento do proletariado aspirando transformar-se em camponeses, mesmo tendo essa aspiração o aval ou o apoio do conjunto dos operários do campo e da cidade, sob a rubrica da "aliança operário-camponesa", significou a *divisão da classe operária* pela base, em dois projetos distintos. Segundo, se a "campesinização" proposta implicava na desconcentração da propriedade agrária enquanto propriedade do capital, ela significava uma tentativa de reverter a realidade da concentração dos meios de produção, o que, além de inexequível, representava, enquanto proposta, um retrocesso histórico. Assim sendo, em nossa opinião, a reforma agrária teria sido uma luta atrasada, não obstante ter-se constituído, efetivamente, numa bandeira de grande poder de mobilização, o que entretanto não lhe alterava o significado.

É nos marcos do quadro acima esboçado que aqui levantaremos alguns questionamentos derivados da nossa pesquisa, referentes às forças que naquele momento direcionavam o movimento operário. Elas tiveram um papel crucial, com respeito à ambigüidade da luta pela terra, no ângulo em que a colocamos: enquanto uma luta de caráter econômico — estribada na expulsão dos moradores e na consciência imediata destes — e enquanto uma luta de caráter político, como tática que consubstanciava a estratégia de revolução democrático-burguesa.

Privilegiaremos, nesta incursão, a proposta do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como objeto de análise, por duas razões: primeiramente, devido à sua hegemonia, na época, entre as forças de vanguarda no movimento operário; depois, porque mesmo as forças que se pretendiam divergentes acabaram, de uma maneira ou de outra, como foi o caso das Ligas Camponesas, incorporando a idéia da reforma agrária enquanto desenvolvimento das forças produtivas do capital, que era, em resumo, a perspectiva do PCB.

Também colocaremos para reflexão algumas questões teórico-metodológicas, acerca do estudo da constituição do proletariado no campo em Pernambuco. O fato substantivo nessa reflexão será a inclusão, como elemento de análise, da produção direta, nos roçados, feita pelos trabalhadores dos canaviais e das usinas, de parte dos seus meios de subsistência. Estes roçados, que somente desaparecem definitivamente nos anos imediatamente anteriores a 1964, fundamen-

tam o desenvolvimento histórico da classe operária e explicam, em grande parte, sua consciência imediata.

Finalmente, é mister assinalar que este trabalho pretende apenas fazer coro com aqueles que lembram a necessidade de pesquisar melhor as classes sociais engendradas pelo modo de produção capitalista no Brasil.

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CLASSE OPERÁRIA

É possível que a especificidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil decorra, como afirma José Cláudio Barriguelli, do fato de que, aqui, o capital não teria necessitado da separação prévia entre produtores e meios de produção para desenvolver as forças produtivas. Essa especificidade resulta exatamente do fato de que, nas Colônias, o trabalho já se realizava tendo tal separação como pré-condição:

“O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não assume as mesmas *formas*, no particular, que ocorrem em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, etc. Se nesses países a evolução das relações capitalistas de produção impunha a destruição (excetuando-se aqui os Estados Unidos) das formas feudais, através do rompimento da unidade existente no *trabalho*, que se configura no trabalhador direto, separando o trabalhador das condições objetivas do trabalho, nas colônias, o trabalho já se realiza, tendo essa separação como pré-condição. A questão que se trata não é a forma jurídica assumida pela relação de trabalho — escravismo — na colônia e sim como o trabalho, ou melhor, a força de trabalho se realiza: como *mercadoria*. Nesse sentido a questão fundamental não é deter-se na *forma particular* (e explicá-la na sua particularidade) enquanto tal, mas procurar na análise, compreender porque essa relação (o trabalho como mercadoria) somente pode dar-se necessariamente assim”.⁵

Esta é, certamente, uma questão básica. Trata-se de apreender o movimento geral de expansão do capital, entendendo como ele gerou, segundo a divisão do trabalho produtivo em escala mundial, diferentes formas de extrair o excedente, nem todas explicitando a condição de mercadoria da força de trabalho, mas todas consistindo, em última instância, na exploração do trabalho pelo capital. Também entendemos, como José Cláudio Barriguelli, que o trabalho escravo é a forma histórica encontrada pelo capital para a realização do excedente. Na essência está demonstrando o próprio movimento — isto é, a força de trabalho

(5) BARRIGUELLI, José Cláudio. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. São Paulo, UFS Cr, 1981, v. 1. pp. 11-12 (grifado no original).

como mercadoria — não obstante, na forma negar-se, aparentemente, o movimento.⁶ Assim, o trabalho escravo no Brasil — trabalhador não livre, em aparência o contrário da força de trabalho na condição de mercadoria — enquanto forma colonial necessária da produção do excedente determinada pela divisão do trabalho na fase mercantil do capitalismo, representaria a base histórica na criação do proletariado.⁷

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, ocorreu no contexto de mudança dos pressupostos da acumulação a nível mundial.⁸ Agora havia uma nova divisão internacional do trabalho, onde a expansão das forças produtivas — a raiz da Revolução Industrial e da passagem da fase concorrencial para a fase monopolista — colocava para a agroindústria açucareira, bem como para todo o Brasil, a necessidade de rebaixar o preço das mercadorias. Para o açúcar nordestino continuar no mercado, sem acompanhar o novo padrão de produção do valor, foi necessário que a burguesia açucareira, além de se associar inteiramente ao Estado, também diminuísse os custos com a força de trabalho.

Nesse processo, o capital não transformou totalmente a força de trabalho em mercadoria, nos moldes clássicos como se havia constituído o proletariado europeu. Ao contrário, desenvolveu uma forma especial de subordinação do trabalho, conjugando o trabalhador com alguns meios de produção, sendo que, não obstante essa conjugação, a condição primeira e essencial desses trabalhadores sempre era reproduzir o capital. Estabelecidos como moradores, foreiros, rendeiros, etc., podia a população a qualquer momento, conforme os requerimentos do capital, assumir a condição de assalariados.

Evidentemente, a ação repressiva do aparelho estatal, contribuiu para tais desígnios, impedindo à força de trabalho de transformar-se numa classe de produtores independentes, e reprimindo quaisquer manifestações nesse sentido. Por outro lado, a propriedade agrária, enquanto propriedade do capital, permitiu aos

(6) "A dicotomia existente entre a forma e o conteúdo, que é essencial no trabalho escravo, sempre está *mascarada como a negação do trabalho livre*. Sendo este último visto de modo abstrato, como forma, e não como o conteúdo que lhe é próprio por produzir o *excedente*, a dicotomia fica deslocada de modo apologetico entre trabalho escravo e trabalho livre". (Cf. José Cláudio Barriguelli, op. cit.).

(7) Sobre essa questão, ver também FIGUEIRA, Pedro A. & MENDES, Claudionel "*Estudo Preliminar*", in: *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo, Grijalbo, 1971, ver também FRANCO, Maria Silva Carvalho M. "*Organização Social do Trabalho no Período Colonial*", in: *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

(8) Nessa fase, como necessidade de redefinir as formas de produzir o excedente, ocorreu a passagem para um novo padrão internacional de acumulação, em que os processos técnicos diminuíram o trabalho necessário e aumentaram a mais-valia relativa. (Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

capitalistas, usineiros ou proprietários, impor diversas maneiras de extrair trabalho excedente, não apenas porque fossem proprietários da terra, mas por esta ser propriedade do capital.

De fato, a conjugação produtor/meios de produção só foi possível devido à forma concentrada da propriedade agrária enquanto propriedade do capital. Realmente, o latifúndio tornou exeqüível a reprodução do capital e dos capitalistas enquanto classe dominante, imprimindo conotações peculiares ao processo de acumulação.

Entretanto, é preciso entender o latifúndio em todos os seus aspectos. Como fator que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que imobilizava os trabalhadores nos limites geográficos da propriedade, cedendo-lhes o uso da terra em épocas de crise do açúcar e impedindo-lhes de se constituir inteiramente em mercadoria, também lhes inviabilizava a possibilidade de se reproduzirem de forma independente, enquanto camponeses: quando os preços subiam, os latifundiários retomavam as terras dos moradores, foreiros e arrendatários, incrementando os dias de trabalho gratuito nas lavouras de cana. Estes dias, aliás, nunca deixavam de ser prestados, mesmo em períodos de crise. Quando os preços baixavam, tornavam a sublocar as terras.

Com isso, reiteravam-se os pressupostos da acumulação e da dominação de classe: *impedia-se o desenvolvimento de uma classe de produtores independentes e garantia-se a condição dessa população enquanto valorizadora do capital, não importa que intermitentemente*. Portanto, não se expandia propriamente a classe operária, pois vegetava à sombra do latifúndio. Entretanto, em nenhum momento ela se libertava de sua condição de valorizadora do capital.

Este aspecto tem sido estudado por Peter Eisenberg. Analisando as relações de trabalho e as condições de vida após a abolição da escravidão, mostra como foi essencial ao capital inviabilizar a transformação dos libertos numa classe de produtores independentes:

“Os salários rurais significavam pouco mais direitos sobre a terra, o capital ou os frutos da produção do que a ração dos escravos. Quando muito, os trabalhadores livres tinham mais direitos sobre a sua própria força de trabalho, desde que podiam recusar-se a vendê-la, mas eventualmente enfrentariam as opções da fome ou do roubo. (. . .) Somente bem poucos indivíduos eram parceiros e menor ainda era o número destes que chegavam a acumular capital suficiente para se tornarem proprietários de terra. (. . .) Mesmos os lavradores, que devido à sua modesta posse de capital podiam ser considerados como uma espécie de classe média rural, também estavam sujeitos a ser despedidos, literalmente, do dia para a noite, pelo senhor de engenho, cujo monopólio de terras assegurava sempre a oferta de muitos trabalhadores sem terras, ansiosos por uma parcela da produ-

ção açucareira".⁹

Reproduzindo intermitentemente o capital, a população não poderia deixar de se constituir em força de trabalho *potencialmente* camponesa, que nos "interstícios" da atividade açucareira formava um exército de reserva. Entretanto, como bem coloca Pedro Figueira, essa população "nunca deixou de se constituir inteiramente em população que reproduzia o capital"; sendo essa, na essência, sua principal característica:

"As novas condições de existência do capital imperialista, que significa elevadíssima concentração industrial e financeira, exigem para sua reprodução, domínio incondicional da classe operária. De fato, aquele exército de reserva só pode tornar viável às novas nações reproduzindo-se em condições infra-humanas. Uma dessas condições consiste em vegetar, em massa excedente numericamente crescente, à sombra da grande propriedade fundiária, recriando simulações de pequena propriedade, produto independente, campesinato e tantas outras modalidades e figuras, que vão desde a recomposição da unidade familiar no campo e na cidade, o vendedor ambulante e o biscateiro. Não há propriamente limites ao aproveitamento de novas figuras, desaparecimento temporário, recriação das antigas e outras articulações em que o capital monopolista pode envolver o exército de reserva".¹⁰

Evidentemente a agroindústria não se conservou exatamente a mesma desde o século XIX até meados do século XX. Sob a determinação do capital financeiro, os engenhos foram substituídos pelas usinas, passando, inclusive, por uma etapa de engenhos centrais. Substituíram-se os meios de transporte animal (carro de boi, jumento e cavalo) por ferrovias, e os equipamentos das usinas passaram por sucessivas modernizações, introduzindo-se técnicas que revolucionaram a fabricação. A crise econômica não significa ausência de nenhuma mudança na composição técnica e orgânica do capital.

Os senhores de engenho enfrentaram as crises decorrentes da oscilação dos preços do açúcar no mercado internacional, reagindo - como aponta P. Eisenberg - de duas formas diferentes e complementares. De um lado, modernizando as forças produtivas, não obstante os longos períodos de estagnação; disso é prova a evolução histórica, do Bangüê para o Engenho Central, e desta para a usina. De outro lado, transferindo as perdas sofridas no mercado exportador para uma força de trabalho com reduzidíssimo poder de barganha, mediante achatamento salarial e mesquinhas condições de trabalho.

(9) EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudanças. A Indústria Açucareira em Pernambuco. 1840/1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 247-250.

(10) FIGUEIRA, Pedro Alcântara. *Reforma Agrária*. São Carlos, USFCar, s/d. (mimeo).

O Estado foi o fator decisivo nesse processo. Em parte porque forneceu os recursos para modernizar a produção agrícola e industrial, inclusive mecanizando algumas fases do trato agrícola, permitindo alargar a acumulação pelo maior volume de meios de produção colocados à disposição das usinas. Ressalta-se, aliás, que graças à disponibilidade de crédito, concedido através do Estado, os usineiros puderam concentrar a propriedade fundiária sem se transformar numa classe de proprietários de terra. Em parte porque o Estado custeava a própria produção, através do crédito para a compra de insumos, fertilizantes, defensivos, etc., adiantando também as despesas com força de trabalho, o que favorecia a racionalização da utilização do trabalho conforme o ciclo produtivo. Posteriormente, o próprio Estado modernizou os transportes, abrindo estradas que encurtavam a chegada da cana à usina, diminuindo, portanto, a perda de sacarose e favorecendo os rendimentos industriais. E, finalmente, porque interviu para conciliar as divergências entre as frações da burguesia, formando com ela uma "aliança" política, que garantiu à mesma manter-se no poder, ao mesmo tempo em que reprimia as manifestações de resistência dos trabalhadores.¹¹

Enfim, não podemos esquecer do fundamental: ao capital interessa a mais-valia e não o açúcar. O açúcar é o caráter efêmero e a essência é a produção de mais-valia. Se as condições parasitárias, segundo as quais o capital se reproduz, não permitem o desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia se associa ao Estado, assumindo a condição de gerente de capital.¹²

A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Um dos argumentos mais fortes, entre aqueles utilizados para caracterizar a massa dos trabalhadores dos canaviais nos anos 50-60 como camponeses, é o fato de que, não sendo totalmente assalariados, produziam, de forma direta, meios de subsistência nos roçados ou sítios. Pensamos que essa questão pode ser analisada introduzindo um elemento a mais. Vejamos o caso dos roçados de subsistência, no setor industrial. Há evidência de que no passado os operários das usinas produziam diretamente parte dos meios de subsistência, em pequenos lotes de terra

(11) A criação do IAA e a garantia que este representou para a manutenção do açúcar nordestino nos mercados, representa um dos fatores que explicam como a burguesia açucareira, embora enfraquecida economicamente, se mantém até hoje como a fração mais importante da classe dominante nessa Região, controlando politicamente a Zona da Mata e, pelo menos parcialmente, o aparelho de Estado.

(12) Sobre o papel do crédito e sobre a transformação do capitalista em mero dirigente, administrador do capital alheio, como uma tendência da concentração do capital, chama atenção MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro 3, v. 6, capítulos XXV e XXVII.

cedidos pelos usineiros, realizando, dessa forma, uma atividade agrícola de caráter complementar à atividade industrial.¹³

Esse hábito, que no passado era comum em algumas usinas, mas que, com o desaparecimento dos roçados, foi substituído pelos biscates, negócios e outras estratégias de sobrevivência, representava um recurso para complementação dos salários, ou mesmo para se defender das conseqüências do desemprego na entressafra. Porém, o que estava em jogo era a proporção entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, significando, portanto, a extensão disfarçada da jornada de trabalho. Aliás, esta é também a versão de José Sérgio Leite Lopes:

“Com efeito, esse trabalho adicional pode ser visto, em certo sentido, como prolongamento da própria jornada de trabalho na usina: o trabalho no contexto da cooperação imposta aos operários e da ‘investigação’, própria à usina, continua, enquanto dispêndio de esforço, embora transformado no contexto totalmente diferente do trabalho familiar ou por conta própria do operário em sua atividade subsidiária. Enquanto cada hora de jornada de trabalho na usina contém um tempo de trabalho necessário para reproduzir o valor equivalente à subsistência do operário, sendo-lhe devolvido sob a forma de salário, e um tempo de sobre-trabalho, apropriado pela usina, esse tempo de sobre-trabalho, apropriado pela usina, esse tempo de trabalho suplementar no roçado dos operários é, ao contrário, todo ele dedicado diretamente à sua subsistência. (. . .) O tempo de trabalho necessário à subsistência do operário, que deveria cumprir-se dentro dos limites da jornada de trabalho, extravasa esta jornada e prolonga-se sobre o tempo livre do operário”.¹⁴

Se o roçado dos operários constituía um trabalho desenvolvido fora dos limites do processo de trabalho industrial, ele permitia, entretanto, um remanejamento da parcela do tempo necessário no valor produzido pelo operário, que para se reproduzir precisava alargar o trabalho necessário para fora da unidade produtiva industrial. Quando o trabalhador produzia diretamente meios de subsistência, estava estendendo a jornada, produzindo fora da unidade produtiva o que, a rigor, deveria estar coberto pela jornada de trabalho. Significava um tempo que prolongava essa jornada e em que o trabalho realizado assumia foros de “necessário” e o produto de “valor de uso”.

Entendemos que este fato deve ser interpretado através do seguinte mecanismo: os baixos salários e seu caráter sazonal induziam os operários a cultivar roça-

(13) Veja-se LOPES J. S. Leite. *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 116-122. Ver também ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Basileense, 1973. p. 119.

(14) cf. LOPES, J. S. Leite, op. cit., p. 120.

dos, prática estimulada pelos usineiros, que dele se aproveitavam de duas maneiras. Primeiro, mantendo imobilizada a força de trabalho e, segundo, reduzindo seu valor (e conseqüentemente seu custo salarial), uma vez que produziam parte dos meios de subsistência socialmente necessários à sua reprodução. Os operários produziam parte do produto necessário nessa extensão disfarçada de jornada de trabalho, permitindo assim a variação das proporções entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente da jornada de trabalho contratual cumprida na usina. Com isso, consumava-se o aumento relativo e absoluto da quantidade de trabalho não pago para ser extraído dos trabalhadores, isto é, da mais-valia relativa. Estava então, por trás de todo esse complexo mecanismo, a super exploração do trabalho pelo capital, conseqüência que, por sua vez, era premissa da continuidade desse mesmo processo, que se retroalimentava no que era um círculo vicioso de super-exploração. Essa é a questão teórica que entendemos deva ser extraída da análise dos roçados.

Evidentemente, a singularidade do caso de operários se reproduzindo parcialmente por outras vias, além do salário, manifestada na realização de um trabalho agrícola que executava junto com sua família, significava a super-exploração da força de trabalho, que acabava arcando com parte da responsabilidade pela sua própria reprodução.

Teoricamente, a questão se reporta às formas pelas quais os meios de subsistência chegam ao trabalhador. Ele pode receber um salário igual ao valor desses meios, ou pode produzir diretamente parte deles, como é o caso quando há roçados. O importante é que a produção direta de meios de consumo em nada modifica o fato de estarem separados dos meios de produção fundamentais, e a produção que realizam no roçado representa um tempo de trabalho necessário que, obviamente, não é coberto pelo salário.

Em resumo, o que se pode concluir do *roçado de subsistência*, por nós caracterizado como um trabalho necessário, realizado fora da jornada de trabalho contratual? Primeiro, sua *natureza evidente de super-exploração do trabalhador*. *Esta é a essência do roçado, embora alguns pensem ainda hoje, que os patrões do passado eram mais humanos e os trabalhadores menos explorados, porque cultivavam um pedaço de chão.*¹⁵ Segundo, o fato de que o roçado permitia a *redução dos custos do capital com força de trabalho*, já que os trabalhadores produziam, eles mesmos, parte dos meios de subsistência que, noutras condi-

(15) Esta crença estaria também na base da luta pelos dois hectares de terra para cada trabalhador, que o movimento sindical reivindica, atualmente, quando exige que se cumpra a "Lei do Sítio". Esta reivindicação retrata, como nenhuma outra, não somente o caráter imediatista que a luta econômica geralmente assume, mas também o tributo que se paga ao ficar na aparência dos fenômenos — que leva a lutar apenas por melhorar as condições de vida — ao invés de penetrar na essência dos mesmos — que conduz à luta contra o sistema mesmo de exploração.

ções, seriam cobertos pelo salário. Terceiro, que o roçado *era simplesmente a aceitação de uma realidade* e nunca uma idealização.¹⁶ Claro que era preferível se esgotar nas horas de folga, ou, o que era mais comum, colocar toda a família para trabalhar no roçado, do que não poder adquirir os gêneros alimentícios de primeira necessidade, seja porque o salário era insuficiente, seja porque estavam parados, na entre-safra. Consumava-se aí, simplesmente, ou a aceitação das regras do jogo, ou a fome e a migração como alternativa.¹⁷ Finalmente, o roçado, por sua própria natureza de extensão da jornada de trabalho, pelo lado do trabalho necessário, *caracteriza a existência*, pelo menos até a década de 50, *de uma grande quantidade de trabalho improdutivo* para o capitalista (isto é, não produtor de mais-valia), embora totalmente subordinado ao capital.

Poderíamos perguntar se há alguma coisa nos roçados dos moradores que seja *essencialmente* diferente do roçado dos operários das usinas. Vê-se que a subordinação do trabalho pelo capital adequava-se à sazonalidade do processo produtivo na indústria e na agricultura e, conforme o andamento da natureza, imprimia uma intermitência na extração do excedente.

O fundamental, nesse processo todo, achamos nós, é entender sua dimensão, enquanto retrata o papel histórico da propriedade fundiária concentrada, capaz de reproduzir, nas *fímbrias* do latifúndio, a relação de trabalho não assalariado, inteiramente subordinada ao capital, e capaz de garantir ao capital a produção da mais-valia. Este trabalho não-assalariado não era, nem poderia ser, portanto, algo independente do capital. O morador somente era morador, só tendo direito à morada desde que trabalhasse no canavial; do mesmo modo, moer a cana, embora fosse, digamos assim, a principal obrigação do operário, não lhe impedia de ser, fora da usina, agricultor.

AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DOS ANOS 50

No geral, as pesquisas sobre a economia açucareira são unânimes em apontar, no quadro das transformações ocorridas após a década de 50, as seguintes tendências:

(16) Como nos dizia um operário: "O roçado nunca enganou ninguém. Tinha aqueles especializados que o próprio usineiro, por força da necessidade, procurava mantê-los, né? Embora naquele regime antigo que nós conhecemos, né? Daquele estilo. Mas não tinha outra coisa a fazer para o próprio operário, né? Tinha que se sujeitar aquilo, porque se saísse dali ia para outro canto e era pior, para outra parte, ali pelo menos era conhecido, o patrão dava valor não pelo valor dele, mas apenas pelo trabalho.(...) O operário era um sinônimo de cativo. (...) Acabou-se a escravidão dos negros. Mas a branca dos operários, a branca dos pobres, ficou". (Entrevista da Pesquisa de Campo).

(17) Diga-se de passagem que a migração interna, na própria zona do açúcar, de uma usina ou de um engenho para outro, atrás de melhores condições de trabalho, foi sempre um fato corriqueiro.

- Expansão da área cultivada;
- Intensificação do trabalho, principalmente nos canaviais, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção do trabalho temporário;
- o volume da produção cresceu, melhorando também os rendimentos agrícolas e industriais, embora se mantenham inferiores àqueles obtidos no Centro-Sul, especialmente em São Paulo;
- a intensificação e o aumento do trabalho temporário foram acompanhados do crescimento de excedente populacional, que não tem condições de ser absorvido na área, por isso tende à migração.
- o processo de expansão da agroindústria açucareira tem sido caracterizado pela elevação das taxas de exploração, na parte agrícola, basicamente através da implantação da "tarefa diária" que nunca pode ser cumprida porque é excessiva, e através da sonegação do pagamento dessas tarefas, ao fim do dia quando, na balança, rouba-se o trabalhador, diminuindo o peso real da cana coletada, ou o capataz contabiliza a menos os trabalhos efetivamente realizados.

Em resumo, aponta-se para a modernização dos latifúndios, a expansão da produção da matéria-prima (do açúcar) e, principalmente, para as mudanças no plano da estrutura de classe.

Para que adquiram sua verdadeira dimensão, esses elementos devem se inserir na conjuntura nacional, no sentido de precisar os fatores que condicionaram as referidas transformações. A questão essencial refere-se aos acontecimentos, a nível nacional, que provocam tantas e tão profundas mudanças na agroindústria açucareira nordestina, a partir da década de 50. Em nossa opinião, elas se relacionam com a expansão industrial no Brasil. Este nexos é bem apontado por José Graziano da Silva:

"É fundamentalmente no período da industrialização pesada que se acelera o processo de industrialização da agricultura brasileira. É por força do processo de industrialização do país que a agricultura deixa de ser um setor "isolado" (. . .) Foi exatamente ao final do período de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, mas também a de fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não poderá mais ser vista apenas no seu papel passivo, como postulavam as análises dualistas: ela irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industriais, quer como comprador de certos insumos, quer como vendedor de outros".¹⁸

(18) SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*, Campinas, Unicamp, 1980, p. 91-92. Tese de Doutorado.

Certamente, a “industrialização da agricultura” não se manifestou por igual, nem no mesmo ritmo em todas as regiões do Brasil, como também, não foi igual para todos os produtos. Entretanto, ela representaria, talvez, o sentido das transformações ocorridas na agroindústria açucareira a partir de 1950, num processo em que a lavoura da cana-de-açúcar acompanhou as diretrizes da expansão do capital monopolista no Brasil.¹⁹

Para garantir o incremento da produção, as usinas necessitavam providenciar o suprimento de cana de boa qualidade, expandindo a atividade agrícola e barateando o custo de cana produzida. Era necessário, desta forma, fazer crescer a taxa de lucro no setor agrícola. A partir da saída de Cuba do mercado internacional, tornou-se vantajosa para o Nordeste a produção de cana também em terras mais distantes, desvantagem compensada pelos ganhos de produtividade aludidos e pelo incremento dos diferenciais de renda, obtidos via melhoria dos transportes e do próprio solo. Garantia-se a apropriação dessa renda pelo capital, através do seu monopólio da terra e da substituição de outras lavouras pela cana.

O que significa afirmar que o latifúndio se modernizou? Primeiro, significa que o capital provou, na prática, que a propriedade fundiária não representava uma barreira a sua expansão na agricultura. A propriedade fundiária concentrada, tal qual existia e existe no Brasil, ao invés de ser entrave, obstáculo, freio ao desenvolvimento do capital, tem sido, ao contrário, fator desse desenvolvimento. Se isso ocorreu é porque a expansão das forças produtivas foi, ao mesmo tempo, concentração do capital, inclusive no campo, e a propriedade fundiária manteve seu papel histórico de síntese dessa concentração. Significa dizer também, contra aqueles que diziam não ser possível conviverem capitalismo e latifúndio, que se expandiram as forças produtivas, concentrando-se ainda mais a terra e outros meios de produção, sem ser preciso criar o mercado interno no campo, ou seja, a concentração fundiária não impediu a concentração de capital e a intensificação do trabalho, pelo contrário, foi veículo importante para a acumulação.

Em resumo, *a modernização do latifúndio nada mais foi que a explicitação de algo histórico no Brasil: o capital há muito resolveu, a seu favor, a contradição clássica com a propriedade fundiária, fazendo avançar as relações de produção pela via do capitalismo e colocando o sistema resultante inteiramente a seu serviço.*

(19) “Em outras palavras, o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a “fabricar” essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido que são elas que potenciam as inovações químicas, físicas e mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da natureza pelo capital à sua imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção” (SILVA, José Graziano da, op. cit., p. 4 (Grifado no original)).

Segundo, a modernização do latifúndio significa que o desenvolvimento do capital, ao manter e expandir a grande propriedade, introduzindo mais e melhores equipamentos, implementos agrícolas, defensivos, adubos, etc., e intensificando a extração de mais-valia, alterou a *forma* do movimento. O trabalho não-assalariado, co-existente com trabalho assalariado, face às novas circunstâncias criadas dentro e fora da agroindústria açucareira, transformou-se em relação de trabalho assalariado. Este é, portanto, um momento de *expansão* do proletariado rural e não de sua criação. Ou, dito de outra forma, o momento em que o trabalhador agrícola e industrial açucareiro passou a produzir unicamente mais-valia.

Para realizar essa modernização, foi necessário alterar as relações de trabalho. O capital acabou com as relações de morada, eliminando o sítio e o roçado, não apenas para expandir a área cultivada com cana, mas para adequar-se às novas condições em que se reproduzia a nível nacional. A determinação do crescimento da produção de insumos agrícolas, fertilizantes, defensivos, etc., e a necessidade de *realizá-los* em todo espaço nacional, impunha à agroindústria açucareira produzir mais matéria-prima *dentro* dos novos critérios, como injunção do movimento da acumulação a nível nacional, e não como decisão individual autônoma dos usineiros e fornecedores.

Interessava ao capitalista, usineiro ou fornecedor, acabar com o sítio e com o roçado, porque interessava-lhe extrair mais-valia nesses sítios e roçados. Por isso a necessidade de incorporá-los, intensificando-se o trabalho conforme o andamento do processo produtivo, ou seja, institucionalizando o trabalho temporário na figura do "clandestino".²⁰

Dentro desse mesmo sentido, interessava ao capital acabar com a "condição" e o "cambão". Veja-se que, em sua lógica, estas relações de trabalho encobriam — como aponta B. Aued — um tempo de trabalho que o trabalhador reivindicava, para si, ao capital. A este interessava amiudar o trabalho gratuito e não apenas extrai-lo por apenas alguns dias, como era o caso do "cambão" e da "condição":

"O cambão, todos dizem, é pagamento da utilização de roçados de subsistência. Quem pagava cambão possuía, quase sempre, dupla atividade no processo produtivo: ora estava ocupado na produção de cana, ora estava ocupado no roçado de subsistência. Duplicidade possível e viável até o

(20) "Dentro desse contexto em que a produção está sendo aumentada com o plantio em área maior e com a elevação da relação capital/produto, com a conseqüente maior monetarização da atividade agrícola e busca incessante de novas terras para a cana — o que vem provocando a derrubada dos restos da área açucareira, frequentemente com a transgressão do Código Florestal — é que a partir da década de 1960 foi intensificada a substituição do morador pelo trabalhador de rua". (ANDRADE, Bonifácio. *As migrações sazonais do Nordeste*. Recife, SUDENE/UFPe, 1979. p. 53).

momento em que o roçado de subsistência, economicamente, começou a se tornar um obstáculo (. . .) Reivindicar o fim do cambão seria, por conseguinte, uma luta favorável ao capital e não ao camponês, pois à medida em que deixa de existir o cambão — força de trabalho disponível — cessa também a exigência de ceder terras aos roçados de subsistências (. . .) Muito mais que ao camponês, interessava ao capital o fim do cambão, pois o que é o cambão senão um tempo que o capital toma do camponês, não permitindo que ele aumente seu roçado, que ele produza e se reproduza — através do seu roçado — como classe? Ele quer ser camponês, o capital não o permite. O que seria do capitalismo, em sua fase monopolista, se ele conseguisse se reproduzir?"²¹

Portanto, a extinção do cambão era condição essencial para intensificar o trabalho, generalizar um tempo diário de trabalho gratuito e expandir o capital. Se aos trabalhadores também interessava o seu fim, isto ficava por conta de que reivindicavam disponibilidade de tempo para trabalhar para si e salário nos dias em que trabalhavam na produção de cana. Traduzindo isso à luz da nossa análise anterior sobre a natureza dos roçados — super-exploração, que na consciência do trabalhador se transfigurava em compensação pelos baixos salários — essa luta pela permanência nos roçados, sem cambão e sem condição, significava a defesa imediata das condições de vida, pelo lado da "campenização". Se interessava também aos proprietários o fim do cambão, não havia paradoxo senão na aparência. Estes precisariam subtrair da força de trabalho todo o tempo disponível, sem que a extração de trabalho gratuito se limitasse apenas a dois ou três dias por semana. Afinal, explorar o trabalho é a única garantia possível de o capital existir e se reproduzir. Para isso é indiferente se o trabalhador está dentro ou fora da terra.²²

O CONTEÚDO DA LUTA EM PRÓL DA REFORMA AGRÁRIA

As transformações na produção açucareira acima analisadas, inclusive as mudanças nas relações de trabalho nos anos 50 e 60, fazem parte de um processo mais amplo, que se deu a nível nacional, de subordinação total da agricultura ao capital. Esse processo, embora não tenha ocorrido no mesmo nível e na mesma intensidade em todas as regiões, representou a consolidação da agricultura como ramo da produção capitalista. Desse modo, a primeira consideração acerca das lutas de classe na Zona da Mata de Pernambuco, é que elas se insiram no processo nacional de expansão capitalista na agricultura, naquele momento, aumentando a produtividade e intensidade do trabalho, ao tempo em que o subordinava inteiramente ao capital.

(21) AUED, Bernadete. *A Vitória dos Vencidos. (PCB e Ligas Camponesas 1955-64)*. Campina Grande, UFPb, 1981. p. 81-82. (Dissertação de Mestrado).

(22) Veja-se AUED, Bernadete, op. cit., p. 22.

Do ponto de vista da reprodução do capital, estava em jogo a necessidade de baratear o preço de produção do açúcar, não só devido à necessidade de competir com o açúcar no Centro-Sul, como também, porque, com a suspensão das tradicionais e significativas compras de açúcar cubano pelos Estados Unidos, após a revolução cubana, abria-se a possibilidade de colocação do açúcar nordestino no mercado Norte-Americano. Era, portanto, uma conjuntura de expansão da produção em que tornou-se vital produzir mais mercadorias com menor valor, e em que, na impossibilidade de aumentar substancialmente a produtividade industrial, o recurso foi a expansão da área cultivada e a transformação nas relações de trabalho agrícola. Ao capital impunha-se destruir os sítios e roçados, acabando assim com a "meia", a "terça", a "condição" e o "cambão". Com isso, assegurava a obtenção de mais-valia relativa, mobilizando a realização de maiores lucros.

À medida em que se expandiu o capital, agudizaram-se as contradições sociais. Para os trabalhadores agrícolas, essa expansão significou, principalmente, a deterioração imediata das condições de vida, não somente pela perda dos sítios e roçados, como também porque o crescimento do exército de reserva permitiu ao capital rebaixar os salários para níveis realmente mínimos. Destarte, recaiu sobre a força de trabalho agrícola, naquele momento mais vulnerável e desorganizada que a força de trabalho industrial, o maior ônus, a parte maior dos custos econômicos e sociais da expansão promovida pelo capital em seu próprio benefício.

A essa violência, os trabalhadores responderam com a luta por emprego, por salários mais justos, por sua contemplação pela Legislação Trabalhista e por acesso a terra. A consciência imediata, estruturada nos elementos da vida material, identificou a fonte da exploração na impossibilidade de ter acesso a terra e dela tirar o sustento. Conseqüentemente, os levou a reivindicar a *posse da terra*. Este seria o elemento objetivo que explica as reivindicações imediatas dos trabalhadores expulsos, sob o qual se baseou a luta pela terra nos anos 50 e 60. A gênese desse comportamento remonta às condições peculiares nas quais se formou e desenvolveu o proletariado na agroindústria açucareira, especialmente à forma tradicional como até então se reproduzia a força de trabalho, gerando ela mesma parte dos meios de sua subsistência.

Mas a violência das transformações não explica porque a questão do acesso a terra foi formulada, politicamente, em termos de reforma agrária, enquanto solução para a exploração. Embora a luta pela terra tenha-se desenvolvido no bojo do processo de expulsão — o que lhe confere o caráter de luta contra a deterioração das condições de vida dos trabalhadores expulsos — ela se revestiu do conteúdo político conferido pelas diferentes forças que dirigiam o movimento de massa no campo, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Lutar por terra correspondeu à forma como emergiu a consciência, nas condições apresentadas. Não pretendemos negar a importância que ela objetiva-

mente teve. É preciso, entretanto, compreendê-la num quadro mais abrangente, que possa explicar, entre outras coisas, por que os trabalhadores lutavam pelo salário e pelos direitos trabalhistas, simultaneamente considerando os latifundiários como sendo os inimigos principais e a Reforma Agrária como sua principal bandeira política, quer como meio de desenvolver as forças produtivas do capital e acumular forças, como a entendia o PCB, quer "radical e na marra" como queriam as Ligas Camponesas e os Julianistas. Em resumo, é fundamental compreender por que ela assumiu muito mais que apenas o caráter de luta imediata, e terminou, no caso do PCB, representando o nexo entre as condições objetivas — destruição das relações tradicionais de trabalho e aparecimento das novas relações — e as ações.

Assim, a luta pela terra foi, politicamente, formulada pelo Partido Comunista Brasileiro em termos de luta em prol de uma reforma agrária (distribuição de terras acompanhada de crédito, assistência técnica, etc.) que atendesse aos camponeses pobres, considerados os aliados do operariado nas lutas em prol das reformas sociais — inclusive, as reformas de caráter urbano, também inseridas na mesma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas do capital. Levando em conta tal formulação, propusemo-nos compreender o sentido que teve a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, para o conjunto dos trabalhadores do canavial e da usina. Partimos do pressuposto de que não basta lembrar e constatar que "os operários da cidade e do campo apoiavam a reforma agrária", mas deve-se ir além dessa afirmação. Afinal, se era uma proposta que direcionava a luta política no campo, o que propunha para o proletariado rural? Se era, como indicam os documentos da época, uma proposta de parcelamento da terra, como se situava os operários face a esse parcelamento?

Em primeiro lugar, pela própria concepção que tinha do desenvolvimento do capital no Brasil, o PCB não relacionava usina e canavial do ponto de vista histórico. Tomava a relação *como ela aparecia*, como *desigualdade* derivada da presença de resquícios feudais, produzindo uma estrutura social formada por camponeses e operários. Diagnosticava, portanto, problemas *no campo*, como resultantes de relações pré-capitalistas na agricultura. Ou seja, estar-se-ia em presença de um outro modo de produção, na figura dos resquícios feudais, convivendo com o capitalismo industrial, e não em presença do desenvolvimento capitalista da agroindústria açucareira como um todo, com suas relações historicamente determinadas, entre usina e canavial.²³

Depois, a concentração fundiária era tida como a grande barreira ao desenvolvimento capitalista e era também considerada a causa da exploração dos

(23) BARRIGUELLI, J. C. op. cit., p. 127 - 143.

camponeses. Barreira por que se entendia que faltava um mercado interno, capaz de absorver os produtos industrializados. A preconizada divisão de terras deveria assim, supostamente, criar essa demanda, razão pela qual supunha-se estar a burguesia interessada nessa desconcentração, e o Estado em apoiá-la. Dentro do mesmo raciocínio, entendia-se que a exploração dos camponeses decorria da coerção extra-econômica, oriunda da remanescência de relações pré-capitalistas; daí a suposição de que o capitalismo nacional, reabilitado pela reforma agrária, poderia ser capaz de garantir aos camponeses a apropriação da renda que lhes sugavam os latifundiários.²⁴

Essa concepção sugeria que não se estaria diante do interesse da burguesia em expandir a renda diferencial, e apropriar-se dela, e, como tal, concentrar ainda mais a terra. Não levava em consideração que o capital há muito resolvera, a seu favor, a contradição clássica com a propriedade fundiária, que não era mais empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas, trilhando, ao contrário, *o caminho da expansão da demanda pelos produtos industriais para a agricultura — fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, tratores, etc. — não precisando então a indústria nacional ampliar o mercado interno de bens de consumo para poder-se desenvolver.* Ao contrário, o desenvolvimento do capital monopolista, objetivamente, “*pedia*” concentrar mais os meios de produção agrícolas, inclusive a terra, expandir o proletariado e unificar os exércitos de reserva urbano e rural — com o patrocínio do Estado.

A reforma agrária, apesar das poucas explicitações e da maneira vaga como era formulada, continha, basicamente, as linhas gerais de ação para uma ampla distribuição de terra aos camponeses pobres, acompanhada de ações de crédito rural, financiamento da produção, assistência técnica, etc. Na forma como era concebida, significava, do ponto de vista econômico, a via para eliminar os resquícios feudais, desenvolver as forças produtivas no campo e criar um mercado interno que desse sustentação à industrialização.

Do ponto de vista político, significava o caminho na luta contra os latifundiários aliados do imperialismo e inimigos dos camponeses, da classe operária, da burguesia nacional progressista e de algumas categorias da pequena burguesia urbana, como os estudantes e os intelectuais. A reforma agrária — tal qual a reforma bancária, a reforma urbana, a reforma da educação, etc. — fazia parte do conjunto de reformas levar a cabo na realização da *revolução democrático-burguesa*, considerada etapa essencial para o desenvolvimento do capitalismo nacional, e na caminhada rumo ao Socialismo.

Colocados os latifundiários, aliados do imperialismo, como fator impeditivo do desenvolvimento, a solução proposta para combatê-los consistia no parcela-

(24) BARRIGUELLI, J. C. op. cit., p. 127 - 143.

mento das terras. Era o meio visualizado para acabar com a propriedade agrária concentrada e desenvolver uma nova forma de propriedade privada agrária. Esta sim, capitalista, desconcentrada, parcelada e chamada, naquele momento, de camponesa. A assistência técnica e financeira do Estado permitiria a criação de um mercado interno e a expansão do capitalismo no campo. A implementação dessa proposta se daria, principalmente, através das transformações econômicas de uma "via" *farmer*, que deveria permitir à burguesia nacional ampliar-se e realizar o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, desalojando o imperialismo do país, acabando com os resquícios feudais e extirpando a coerção extra-econômica, incompatível com o capitalismo. Enfim, todas as classes eram convocadas para alinhar-se na frente de luta contra o monopólio da terra pelos latifundiários, considerado um entrave ao desenvolvimento do capital. Este viria a se expandir, uma vez destruído o latifúndio retrógrado e desenvolvida a propriedade privada parcelária.

Taticamente, a proposta exigia a realização de alianças entre a classe operária, o campesinato e a burguesia, no sentido de estabelecer um capitalismo nacional. Exigia também que a classe operária lutasse por melhores termos de venda de sua força de trabalho, nos marcos das reformas (reforma de base, reforma bancária, reforma administrativa, reforma agrária, etc.). Enfim, dentro do que possibilitasse o avanço da burguesia nacional, considerada vacilante, mas entendida como essencial àquela etapa da revolução brasileira. Portanto, a reforma agrária materializava a aliança operário-camponesa, vista como imprescindível no somatório de força para realizar as transformações capitalistas no campo.

Esse projeto político se assentava na esperança de que a burguesia nacional, supostamente não monopolista, iria cumprir seu papel histórico, libertando-se da barreira da propriedade fundiária e expandindo a pequena burguesia enquanto classe. (Criar-se-ia assim, por um lado, o campesinato enquanto força econômica capaz de dar sustentação ao desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, aprofundar-se-ia a proletarianização dos camponeses pobres, que, libertos das sobrevivências feudais, seriam capazes de se aliar, no futuro, ao proletariado. *Nesses termos era um projeto político cujo caráter se igualava ao que propunha Lenin para a Rússia czarista.*

CONCLUSÕES

Nos termos em que foi concebida a reforma agrária era um projeto político cujo caráter é similar ao projeto que Lenin propunha para a Rússia czarista. Precisando vencer a monarquia e os latifundiários feudais, Lenin assinalava:

"Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. (...) A revolução burguesa é precisamente uma revolução que mais decididamente varre

os restos do passado, os restos do regime de servidão".²⁵

Evidentemente, a luta pela terra, na Rússia de 1905, era o próprio *objeto* da luta política, uma vez que não se tratava de negar o capitalismo, mas sim de expressar as suas mais puras exigências.²⁶ Primeiro porque se tratava de construir a república democrático-burguesa como etapa transitória necessária rumo ao socialismo, derrubando a autocracia e o czarismo, atraindo o campesinato para o nível de consciência do proletariado e transformando-o em seu aliado, a fim de poder consumir a revolução democrático-burguesa. Depois, porque o caminho para construir a democracia, nas condições da Rússia, passava pela "unidade de vontade" do proletariado com o campesinato, que estava, baseada na confluência de interesse estabelecido entre as duas classes, convergindo para derrubar o governo czarista.

Já no caso do Brasil, a classe operária se defrontava com as contradições do capitalismo desenvolvido, embora, devido à sua natureza parasitária, aparentemente atrasado. Tratava-se, portanto, de derrotar o capital em sua forma imperialista para avançar em direção ao socialismo, e não de acabar o imperialismo para desenvolver o capital. Dividir a terra, fazendo dela o objeto da luta política, significava, por conseguinte, um retrocesso.

O importante desse processo todo é que, com a reforma agrária, a mais revolucionária das propostas burguesas para unir a luta do campo com a luta da cidade, o movimento operário andou até onde pode: esgotou o projeto político do Partido Comunista Brasileiro, levado às últimas conseqüências no Governo de Arraes (1962-1964). Ou seja, levou até onde pode a luta econômica do campo e da cidade, cobrando, a partir daí, uma nova perspectiva de unidade, que tende superar as contradições do capital.

Por outro lado, a prática tem demonstrado que a reforma agrária é uma espécie de "tabu" para a esquerda brasileira em geral, e, o que é mais grave, às vezes, até mesmo para os comunistas. Atrever-se a criticá-la, implica em desencadear apaixonadas discussões, nas quais seus defensores sustentam que ela teria representado a força vigorosa, animando o movimento operário e popular nos idos de 1955-1964. O argumento básico, defendido mesmo por aqueles que discordam e criticam a maneira como o PCB formulou e lutou pela reforma agrária, é que ela representou a principal bandeira política de mobilização no campo. Em suma, *ter-se-ia aplicado mal uma política essencialmente correta.*

(25) Lenine, V. I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática", in: *Obras Escolhidas*, São Paulo. Alfa-Omega, 1979, p. 406

(26) Lenin, V. I. *Teoria de la Cuestion Agrária*. México, Cultura Popular, 1978. p. 233.

Exatamente argüindo essas mesmas razões ela é invocada, ainda hoje, no sentido de demonstrar sua necessidade no quadro político atual. Os argumentos apresentam-na revolucionária (os epítetos de "radical" e "na marra" são coisas do passado) pois, primeiro, atacaria aquilo que é mais caro ao capital, o caráter concentrado da propriedade fundiária, e, segundo, abalaria a própria concentração do capital, destruindo a concentração fundiária.

Entendemos que seja desnecessário determo-nos no fato de que a reforma agrária tem um sentido histórico preciso dentro da evolução de todas as sociedades capitalistas. Cabe sim, perguntar aos defensores da reforma agrária atual, o seguinte: o que ajuda à derrocada do capitalismo é a desconcentração de meios de produção ou é a luta pela superação das contradições sociais? Se a agricultura é esfera de acumulação tanto quanto a indústria, e se a concentração é o dado essencial, tanto num quanto noutro setor, a luta pela desconcentração da propriedade privada do meio de produção-terra não será uma *desconversa*? Tanto quanto seria a utopia pela divisão real das fábricas entre os operários? O contra-argumento de que os trabalhadores na agricultura não possuem o mesmo elevado nível de consciência política dos operários urbanos não parece justificção suficiente para içar bandeiras tão equivocadas, controvertidas e de duvidosos efeitos revolucionários.

Além da reforma agrária escamotear o socialismo, uma vez que divide a sociedade em dois projetos distintos (campo e cidade), ela também é incapaz de favorecer a unidade da luta política de todos os segmentos da classe operária. Chegamos a essa conclusão, ao longo da nossa pesquisa, após refletir os impasses que a proposta de reforma agrária levou para dentro do movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco, em razão da divisão política e ideológica que provocou, caracterizada pela seguinte dicotomia: uma parte do operariado, o operariado agrícola, coloca em seu horizonte estratégico *o objetivo principal de se transformar em "camponeses"*, enquanto que a outra parte, o operariado das usinas, apoiava essa perspectiva por considerá-la correta para a *outra classe*, a classe "dos camponeses".

Dessa maneira, no caso concreto da Zona da Mata de Pernambuco, mesmo tendo representado uma bandeira política de grande envergadura e de forte respaldo popular, *a reforma agrária significou, principalmente, a divisão da classe operária naquilo que tem de mais essencial: a sua identidade basilar, de classe "em si"*. Isso sem falar nas conseqüências adversas no nível do projeto político do operariado e no nível da consciência de classe.

REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE REPRODUÇÃO ENTRE ASSALARIADOS (Um Estudo Regional – O Estado da Paraíba)*

Paola Cappellin Giuliani**

INTRODUÇÃO

Neste estudo, partimos do pressuposto segundo o qual as formas em que os assalariados agrícolas e industriais incorporam-se ou integram-se no processo de proletarização, podem ser consideradas como uma das chaves explicativas da problemática complexa das relações de classe. Para tanto, torna-se necessária uma análise das transformações nas posições de classe dos produtores, à luz das formas de emprego. Este procedimento nos obriga a considerar as modalidades concretas, sob as quais se estabelece a vinculação dos trabalhadores, à relação de assalariamento. Somente assim nos parece possível alimentar com novos elementos empíricos os princípios básicos da teoria da proletarização, muitas vezes reduzida a uma mecânica definição da separação entre meios de vida e meios de produção e da dupla liberação por parte do trabalhador dos meios de produção e dos vínculos extra-econômicos.

Preocupados em compreender as formas através das quais a trajetória ocupacional contribui na passagem de um setor de classe a outro, e, querendo detectar os limites do processo que leva a unificar ou a segmentar os assalariados agrícolas e industriais, nós colocamos as seguintes questões:

- quais são as representações e o universo simbólico destes trabalhadores, com relação ao emprego assalariado e às outras formas de trabalho?
- na construção do projeto de reprodução dos trabalhadores assalariados, o passado/presente rural, consolidado pelo vínculo à terra, pode ainda ser considerado como um elemento inibidor à formação da identidade de classe proletária?

* Este trabalho foi redigido para o Simposio "Formes de mobilisation salariale et théorie du salariat" realizado AMIENS (France) em março de 1985. Desejamos agradecer às colegas Giselia F. Potengy e Regina Celia Reyes Novais pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas durante a revisão final do trabalho.

** Professora do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPb – Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	123 a 140	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

Em outras palavras, questionamos se a heterogeneidade das experiências de emprego, acumuladas ao longo da vida produtiva, torna o trabalhador *Disponível* à proletarização via assalariamento, ou ao contrário, se se apresentam, como justificadas a eles, outros projetos de reprodução em contraste ao assalariamento.

CRISE E DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE EMPREGO — UM ESTUDO REGIONAL, A PARAÍBA

As transformações do processo de proletarização constitui-se como temática da investigação realizada no Estado da Paraíba.¹

A estrutura econômica da Paraíba se caracteriza por ter de um lado um setor industrial fortemente vinculado à transformação de matérias primas agrícolas, constituído, na maior parte, de pequenas e médias unidades espalhadas em centros urbanos de frágil e precário desenvolvimento. De outro lado, por ter uma estrutura fundiária que articula o minifúndio à grande propriedade e por ter um sistema de organização da produção onde se sobrepõem relações capitalistas às formas não capitalistas de produção. Pelo que se refere à agricultura, as modificações recentes parecem acelerar a reorganização da estrutura fundiária (uso e propriedade da terra), assim como as formas de incorporação da mão de obra, nas diversas regiões do Estado da Paraíba. No sertão a dominação da relação contrato de parceria se combina sempre mais com formas mistas e irregulares de assalariamento. No litoral o acesso a terra via aforamento e arrendamento é sempre mais substituído pela contratação de mão de obra assalariada. Estas modificações tendem a cristalizar-se em uma configuração de mercado de emprego que representa uma ruptura em relação ao caminho percorrido anteriormente. Deriva disto um quadro relativamente novo, pelo que se refere às confrontações sociais e políticas, nas quais três atores ganham espaço principal: os grandes proprietários, os trabalhadores sem terra e o Estado.

Anteriormente, nas áreas de cultura de algodão, no Sertão, a base organizativa da produção fundava-se predominantemente na unidade de produção familiar. Os parceiros, arrendatários e pequenos proprietários trabalhavam segundo a capacidade produtiva familiar. O próprio contrato de acesso à terra, para os dois primeiros, dependia da composição e da quantidade de pessoas ativas na família

(1) A investigação foi realizada pela autora no anos 1980/1983, como parte das linhas de pesquisa do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Este estudo constitui um resumo das principais conclusões da tese de Doctorat de 3^{eme} Cycle en Sociologie Rurale, defendida na Universidade de Natterre, Parix X, em janeiro de 1984, do título "Relations agriculture — industrie et marché du travail dans l'Etat de la Paraíba, Nordeste do Brasil".

do trabalhador. Os acordos de parceria e arrendamento, sempre verbais, incluíam a concessão de terra (seja para cultura comercial, seja para formação de culturas destinadas ao consumo familiar) e o compromisso de "dar" dias de trabalho ao proprietário. Assim, a relação de parceria obrigava o trabalhador a entregar os 50% da produção agrícola comercial ao proprietário de terra; dava a este último o direito de vender a produção agrícola comercial e a parte da produção de subsistência e, às vezes, a utilizar a própria terra do roçado como área de pastagem para seu gado. Finalmente, obrigava o parceiro a trabalhar como diarista para o proprietário da terra.

O pequeno proprietário também estava subordinado ao latifundiário. Este lhe financiava a lavoura na base do "fornecimento" e sucessivamente com o dinheiro que ele obtinha a juros subsidiados pelo Estado e que lhe repassava a juros bancários correntes.

Estes tipos de relações, entram em crise nos anos 70, quando, a partir da modernização na agricultura e na indústria (inovação nas sementes de algodão, introdução de novos métodos e técnicas de cultivo, renovação da tecnologia industrial, mais precisamente no Centro-Sul do Brasil, tornam-se desfavoráveis à utilização industrial da fibra do algodão oriunda do Nordeste. A crise devida à concorrência econômica do Centro Sul acelera a desestruturação do parque industrial do setor têxtil regional. Esta crise agrava-se com o prolongamento do período de seca, que volta a ocorrer em todo o Nordeste semi-árido em 1970, e que retorna com maior intensidade nos anos entre 1978 e 1983.

A crise neste setor da classe proprietária na região do Sertão (dos usineiros e do empresariado industrial têxtil) leva à reorganização das relações de trabalho, que se modificam a partir da expansão de outra atividade econômica importante na região: a pecuária. Neste processo, restringe-se drasticamente o acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais. Aqueles que residem nas propriedades (os moradores) se vêem compelidos a abandonar as fazendas e o antigo contrato de parceria, transformando-se em assalariados, na maior parte diaristas. Ao modificar o contrato de trabalho e ao transferir suas residências da propriedade para a periferia dos centros urbanos, estes trabalhadores encontram-se obrigados a reorganizar completamente a reprodução familiar. Novos e mais elevados custos se impõem como obrigatórios: a alimentação, antes auto-produzida pelo acesso a terra (roçado), passa a ter que ser adquirida na base mercantil; a residência deve ser alugada, a água, a lenha e a luz devem ser pagas. Todo o orçamento doméstico-familiar deve ser assim reorganizado.

Frente ao processo de substituição regional das culturas e à crise ecológica (a seca), os produtores que conseguem manter o vínculo a terra (arrendatários e pequenos proprietários), se vêem forçados a desmembrar a unidade de trabalho familiar e a transformar em trabalhadores assalariados vários membros da família. A tradicional complementariedade entre auto-produção e salário, de prática

eventual se transforma em estratégia de permanente pluralidade de atividades, a qual passa a caracterizar a trajetória ocupacional de mais membros da família camponesa.

Nesta conjuntura de reestruturação, as modalidades do trabalho assalariado na agricultura continuam mantendo suas características fundamentais: nível de remuneração muito baixo, instabilidade e a irregularidade no fluxo de demanda de mão de obra. Tudo isto concorre para que os trabalhadores se tornem *Disponíveis* para qualquer outra atividade não agrícola no setor da construção civil, na indústria, e no setor informal urbano (trabalho autônomo ou artesanal). Em certos casos, o abandono da agricultura resulta também no abandono da zona rural de residência e na emigração para os grandes centros urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília) a procura de empregos.

No mercado de emprego da agricultura, a organização agro-industrial da cana de açúcar, na região do litoral do Estado da Paraíba, não escapa às profundas alterações das relações de trabalho e, conseqüentemente, das condições de vida dos trabalhadores rurais. Após o aumento do preço do Petróleo, o Programa Nacional do Álcool implantado no Brasil, em 1975, incentiva a transformação do uso da cana de açúcar para a produção de álcool, como fonte energética alternativa aos derivados do petróleo.

O Estado elaborou nestes anos um amplo programa de assistência técnica e implementou projetos de apoio financeiro para propostas agro-industriais, que visassem a implementação ou modernização de destilarias de álcool, incentivando ao mesmo tempo a renovação da base produtiva das propriedades agrícolas, voltadas a produzir cana de açúcar. O Programa Nacional do Álcool, dirigido ao conjunto heterogêneo dos produtores rurais, foi quase que monopolizado pelo setor da classe proprietária/empresarial, que já liderava a produção e transformação da cana em açúcar e/ou aguardente.² Em princípio, o Programa não visava criar novas unidades agroindustriais, mas principalmente incentivar o processo de modernização das existentes, no intuito de reduzir a distância que separava a capacidade e o ritmo de produtividade da agricultura, com a capacidade e o ritmo de transformação industrial. Na realidade, acabou influenciando profunda-

(2) Mesmo considerando que a expansão agroindustrial canavieira na Paraíba mantenha padrões de produtividades inferiores a outros estados do Brasil, nos anos 1974/1980 registra-se um aumento considerável na capacidade de transformação agroindustrial. A título de exemplo, a área colhida de cana entre 1974/1980 na Paraíba passa de 52.000 ha a 110.000 ha, quando no Estado de São Paulo neste mesmo lapso de tempo passa-se de 720.000 ha a 1.060.000 ha. No que diz respeito a evolução da transformação industrial na Paraíba, passa-se de 1.846.523 sacas de açúcar a 2.632.384 e de 1.391.800 litros de álcool a 74.337.139. Ver FIBGE, 1980 citado por G. F. Potengy "Les plans de modernization de la production de la cane à sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil, le cas du Brejo Paraibanoa". These de Doctorat de 3^{ème} cycle, Nanterre, Paris, 1984.

mente nas relações de dependência do minifúndio ao latifúndio e na configuração do mercado de emprego, agindo como um extraordinário fator de aceleração do processo de expulsão e expropriação dos pequenos produtores rurais, que vinham utilizando a terra como meio de reprodução da unidade doméstico/familiar. Com efeito, a expansão do cultivo da cana invadiu as culturas de subsistência e incentivou o processo de assalariamento e proletarização dos trabalhadores rurais.

A pluralidade das atividades não é característica exclusiva dos assalariados rurais. Mesmo com modalidades distintas, a reprodução dos operários urbanos vem se viabilizando pela sobreposição de relações de trabalho assalariado e não assalariado.

Compelidos pelos baixos salários das empresas³, onde dificilmente a remuneração da mão de obra não qualificada supera o salário mínimo, e pela contínua desvalorização do salário real, estes operários procuram articular diversas atividades remuneradas que precedem e/ou sucedem ao horário de trabalho fabril. Os ateliers artesanais, a extensão de atividades domésticas com fins remunerados, o pequeno comércio ambulante, a criação de animais nos quintais das residências, as pequenas hortas, o trabalho como diaristas na agricultura e na construção civil, são as mais freqüentes alternativas que se apresentam aos operários para completar a precariedade dos salários nas indústrias.

Em muitos casos, estas atividades não só são exercidas para cobrir a depreciação salarial, mas também para substituir o emprego fabril, dada a freqüente instabilidade do vínculo de trabalho nas fábricas. Com efeito, várias empresas, além de utilizarem formas de contratação ilegal, praticam uma alta rotatividade da mão de obra. Assim, o salário, enquanto forma mercantil da reprodução familiar, não só é insuficiente, mas é, em muitos casos, irregular. O emprego assalariado nas fábricas, na trajetória profissional de muitos operários, é um emprego transitório, que se alterna a longos períodos de desemprego.

Podemos, portanto, afirmar que a comparação entre assalariados rurais e das indústrias ressalta diferenças no processo de pauperização, porém, ao mesmo tempo permite aproximá-los frente à modalidade da instabilidade do emprego. O temporário assalariamento dos produtores rurais, a precariedade do nível de

(3) O parque industrial da Paraíba em 1970 era composto de 2.552 empresas, das quais 50% no ramo alimentar, 11% na extração de minerais, 7% mobiliário, 6% metalúrgico e mecânico, 4% bebida e 2,3% têxtil. Em 1980 temos 3.526 empresas, das quais 34% no ramo alimentício, 21% na extração mineral, 9% no ramo têxtil, 8% no mobiliário. No que diz respeito a mão de obra, em 1980 havia na Paraíba 843.166 pessoas ativas das quais 48% na agricultura, 8% na indústria de transformação, 5% na construção civil, 7,8% no comércio de mercadorias, 10,5% nos serviços, 3,6% na administração pública. Ver resultados do Censo Industrial IBGE, 1980.

remuneração dos assalariados agrícolas, a descontinuidade dos empregos na indústria, são todas características que fomentam à pluralidade das atividades, quer dizer a não exclusividade da relação salarial.

INTEGRAÇÃO OU SIMPLES INCORPORAÇÃO AO MERCADO DE EMPREGO CAPITALISTA?

Tratar do processo de proletarização supõe considerar as formas sob as quais se cristaliza o distanciamento do trabalhador da produção de valores de uso e do controle dos meios de produção/reprodução, bem como a transformação do mesmo produtor em livre vendedor de força de trabalho no mercado de emprego capitalista.

A mediação entre a teoria da proletarização e a realidade torna-se complexa diante do fato de que o assalariamento não exclui, a priori e definitivamente, a manutenção de outras relações de trabalho e de outras formas de reprodução. Neste sentido, se faz necessário o aprofundamento das múltiplas dimensões do processo de expropriação, da compreensão do papel exercido pela relação salarial, como relação exclusiva de emprego e da capacidade da forma salário de viabilizar a reprodução do trabalhador e de sua família. Finalmente, deve-se considerar as diversas expressões ideológico-políticas que acompanham as relações sociais de produção. Temos que incluir na análise o estudo das contradições de classe e seus diversos encaminhamentos na ação política: os conflitos, as plataformas de reivindicação e as lutas entre empregadores e trabalhadores. Este conjunto de dimensões elucida, ao nosso ver, a caracterização do processo de proletarização, enquanto processo de formação e contínua transformação da classe proletária. Este processo se estende ao longo da história de vida do trabalhador, tendo como base as suas mais diversas experiências de emprego.

Procurando detectar as ambigüidades e as contradições deste processo, acompanhamos os itinerários percorridos por 150 trabalhadores, reconstruindo a trajetória ocupacional até chegar à incorporação capitalista no emprego assalariado⁴.

(4) O estudo da trajetória ocupacional dos assalariados recupera a análise de 150 questionário e 40 entrevistas, partes do material da pesquisa de campo desenvolvida em 1982 na Paraíba. As áreas geográficas foram os municípios de Rio Tinto, Campina Grande, Condado, São Mamede e Pombal. Cada um destes municípios se incorporam na nossa análise sobretudo como exemplos da transformação histórica ocorrida no mercado de emprego agrícola e industrial deste Estado do Nordeste. Ver Paola Cappellin Giuliani (1984) pag. VII

Observamos que, entre esta amostra de trabalhadores, hoje assalariados, a maioria se aproximou ao emprego assalariado após mudanças de ocupações nos mais diversos setores econômicos, muitos deles já vivenciaram práticas de trabalho autônomo ou formas não capitalistas de produção; sendo que um terço entre os operários e a metade entre os assalariados rurais, ainda hoje, mantém uma vinculação intermitente com o mercado capitalista de emprego. A metade de todos os entrevistados, durante os nove meses do último ano de trabalho, mantiveram mais que um vínculo de emprego. Estas observações nos levam a supor que a prática de emprego assalariado não é, por si mesma, definidora da posição de classe proletária.

Ademais, estes dados nos levam a repensar a divisão do tempo de trabalho como distribuição entre o tempo dedicado à prática produtiva capitalista e o tempo utilizado na produção de valores de consumo. Quer dizer, pensamos ser necessário avaliar sob quais formas se constroem os limites sociais entre a exploração capitalista e o tempo de reprodução.

Por último, a pluralidade dos empregos no presente e no passado ocupacional e os diversos períodos de desemprego, intercalados com períodos de emprego, nos ajudam a decodificar também os aspectos ligados ao reconhecimento jurídico/social do trabalho assalariado. Com efeito, há trabalhadores cuja inserção consegue imprimir o significado de plena *integração* ao "status" de proletário, mas há trabalhadores cuja inserção se configura simplesmente como periódica *incorporação*, sem ter nenhuma implicação no "status social" do proletário. O balanço entre as obrigações e os direitos adquiridos pela prática produtiva como assalariados oferece pistas para compreender o caráter das avaliações feitas pelos trabalhadores com respeito a este tipo de relação. Por outra parte, a análise das modalidades com que o vínculo de trabalho assalariado sempre se mantém à margem das normas da legislação trabalhista, não leva somente à constatação da ilegalidade do contrato de emprego. Ao nosso ver, permite revelar o caráter mais específico do significado da relação de assalariamento. Para isto, várias hipóteses explicativas podem ser consideradas.

A primeira, de cunho mais estrutural, levaria a enfatizar a incapacidade da organização produtiva de integrar definitivamente estes trabalhadores, dada a precariedade da estrutura econômica geral do Estado da Paraíba. Conseqüência desta orientação, também válida para caracterizar o desenvolvimento dependente do Brasil, seria a possibilidade de solucionar o problema através do desenvolvimento das forças produtivas.

Uma outra hipótese privilegia o mercado de emprego, como sendo uma situação de confrontação social e política entre compradores e vendedores da força de trabalho. A simples incorporação sem integração no assalariamento expressaria uma estratégia de alguns segmentos da classe proprietária. Com efeito, inserin-

do precariamente a mão de obra, os empregadores estariam garantindo a exploração e o controle autoritário da reprodução dos trabalhadores.

Por último, poder-se-ia pensar que atrás da dupla modalidade de inserção produtiva (capitalista e não capitalista) se esconde uma tentativa, desta vez dos trabalhadores, de procurar formas alternativas de integração ao mercado de emprego que lhes permitam fugir da necessidade da exclusividade do vínculo assalariado. Em outras palavras, poder-se-ia entender que a persistência do exercício de atividades autônomas da produção direta de valores de consumo significa a ocupação de espaços econômicos, deixados ainda livres pelo capital e aproveitados e geridos pelos trabalhadores. Poder-se-ia também supor que estas formas de reprodução foram reconquistadas pelos trabalhadores numa perspectiva de luta contra a sujeição capitalista via assalariamento.

Assim, a resposta geral de nossa investigação, segundo a qual, na configuração do mercado de emprego, o assalariamento não é dominante aprioristicamente pelo poder inelutável dos capitalistas sobre os trabalhadores, nos leva a considerar o conjunto dos conflitos e das lutas que os diversos atores sociais travam dentro das relações de produção. Pelo que se refere aos trabalhadores, nos interessa particularmente compreender sua percepção da instabilidade e da não definitiva integração na relação de trabalho assalariado.

Eles conseguem entrever no assalariamento a relação que pode recompor sua identidade social e político/ideológica de classe?

Eles têm diferentes estratégias de luta quando assalariados e quando produtores independentes?

A DEFESA DO EMPREGO: AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES NO PROJETO DE REPRODUÇÃO

Poder-se-ia supor que os elementos da fragilidade do conjunto econômico do Estado da Paraíba fossem os responsáveis pela forma incompleta e continuamente reversível da expansão do assalariamento. Nosso estudo procura mostrar como o movimento de proletarização é um processo contraditório, cuja base econômica é revitalizada pela participação dos atores sociais, como esta participação, torna-se ela mesma ambígua, devido a oposição de classe que estes atores têm vivido no passado, experimentam no presente e, finalmente, pelas propostas de mudanças que eles desejam para o futuro.

É possível assim afirmar que a instabilidade e a reversibilidade contínua do assalariamento depende de um complexo jogo entre os mecanismos da estrutura econômica, as propostas elaboradas e as estratégias praticadas pelos diversos agentes sociais. Em outras palavras, para se entender a dinâmica contraditória deste

movimento é preciso entender também quais são as dimensões a partir das quais tanto os proprietários/empresários como os trabalhadores se tornam *disponíveis* para a relação de produção capitalista e quais as dimensões que, ao contrário, os levam a instaurar outras relações produtivas e outras formas de reprodução social.

As dimensões contraditórias expressas pela prática de trabalho assalariado são mais claras. De um lado, esta prática rompe com o passado das relações sociais que a precederam e cria para os trabalhadores as condições para a elaboração de um projeto alternativo de emprego. Ao mesmo tempo, porém, as características sob as quais dá-se hoje esta relação de emprego são fortemente questionadas pelos agentes que a vivem. Com efeito, na agricultura, o assalariamento não liquida definitivamente a parceria, a morada e produção familiar, mas é posto continuamente em concorrência com estas formas no plano das condições de reprodução dos trabalhadores.

Na indústria, tampouco esta relação consegue unificar as formas de recrutamento, incorporação e gestão do contingente ativo, de tal forma que a definição do contrato de emprego fica em aberto, a mercê das relações de força entre compradores e vendedores de força de trabalho.

Frente a esta situação, é evidente que cada grupo nos dois setores se coloque diante de uma série de questões e elabore suas avaliações a respeito das diferentes formas de disponibilidade no mercado de emprego, tanto em termo de justificação das rupturas com o passado, quanto em termos de crítica sobre a situação presente ou sobre os projetos propostos para o futuro. Assim, a expansão do assalariamento torna-se para os empresários/proprietários uma fonte de contínuas avaliações de maior ou menor conveniência deste, com respeito a outras formas de absorção da mão de obra; enquanto para os trabalhadores, torna-se sobretudo o marco de referência, a partir do qual, são avaliadas as práticas de outros empregos, a proposta de emigração e sucessivamente discutidas as reivindicações e os programas de lutas sindicais.

Este conjunto de avaliações, inserido no sistema das representações ideológicas dos agentes sociais, faz parte das dimensões que compõem o processo não linear do avanço da relação do assalariamento.

Com relação à natureza e ao conteúdo das contradições, podemos tentar responder às questões formuladas no início deste trabalho, sobretudo a questão se o passado/presente rural, expressado pelo vínculo a terra pode ser considerado como freio na construção da identidade de classe proletária.

Para responder a esta questão é preciso considerar as estratégias dos proprietários/empresários em utilizar a mão de obra assim como o universo simbólico dos trabalhadores.

A análise das contradições entre os setores de classe devem manter distintas as relações sociais na agricultura e na indústria, dado que existe manifestações diferenciadas que opõem os atores sociais. Torna-se porém necessário ressaltar as dimensões que os imbricam, às vezes combinando-os, às vezes contrapondo-os, dado que, nas experiências dos agentes, estes dois setores (agricultura e indústria) encontram continuamente uma referência.

Na indústria, o mercado de emprego flutuante e a abundante oferta de mão de obra permitem aos empresários impor uma política de recrutamento e uma gestão do trabalho na forma que mais satisfaça seus interesses imediatos, isto é, através de mecanismos que possibilitem o maior aproveitamento do trabalho com o menor custo possível. A flutuação contínua da demanda de mão de obra, produzida tanto pela periodicidade não racionalizada da produção (nos períodos de escassa produção se liberam trabalhadores, para reassumí-los nos períodos de intensificação da produção) como pela falta de planejamento empresarial, não encontra nenhum obstáculo no mercado de emprego, onde a oferta de trabalho é sempre abundante. A dispersão e a situação de não concorrência entre as empresas deixam aos empresários uma vasta margem de escolha entre os pretendentes operários. Ademais, esta situação é usada pela classe empresarial como instrumento inibidor de uma negociação contratual feita pela via do sindicato, e até para obstacular a própria constituição deste nos municípios onde ainda não existe.

Assim, a prática do empresário encontra na instabilidade da demanda de emprego o expediente mais eficaz da exploração do trabalho, permitindo-lhe exercer um controle social sobre a mão de obra. Porém, deve-se reconhecer que ao mesmo tempo em que esta flutuação do emprego, gerada pela própria estrutura industrial e fortemente acentuada pela prática empresarial de controle e exploração, é diretamente contraditória com outros interesses que os empresários freqüentemente apontam, quer dizer, o interesse em poder dispor de uma mão de obra qualificada e com uma sólida tradição industrial.

Pelo lado dos trabalhadores, estes se aproximam ao emprego na indústria com uma forte expectativa de que sua vinculação à indústria signifique finalmente a superação da precariedade que tem caracterizado sua anterior vinculação à agricultura. Empregam-se no setor industrial, convencidos de que deixarão para trás o modelo de submissão econômica e política, as relações personalizadas que os mantinham subordinados aos proprietários rurais, seus ex-empregadores. Quando porém se tornam operários, eles tendem muito mais a sublinhar nas avaliações das relações de trabalho todos os limites desta relação do que expressar um sentimento de emancipação. O passado rural se torna assim a referência que os operários utilizam para verbalizar sua não satisfação com o assalariamento industrial na Paraíba. Uma série de diversos elementos entram na avaliação da mudança de vida, sofrida a partir desta modificação do emprego.

Em primeiro lugar, a exigüidade do salário e sua exclusividade como forma de remuneração tornam extremamente precária e difícil a reprodução do núcleo familiar e os faz lamentar a separação da terra como perda da possibilidade de uma produção agrícola/alimentar que possa complementar o salário. Esta nostalgia com respeito ao vínculo a terra pode ser amenizada pela imagem de uma certa emancipação que o trabalho fabril parece dar, tanto no sentido de limitar o poder do empregador no âmbito restrito da fábrica, como no sentido de oferecer-lhe um reconhecimento social de seus direitos de assalariado. A desilusão da nova situação de emprego na fábrica torna-se ainda mais forte após uma experiência emigratória em unidades maiores, em centros urbanos mais desenvolvidos, sobretudo no centro-sul do país. Estas experiências fazem com que as expectativas de caráter emancipatório do trabalho industrial não encontre correspondência no mercado de emprego na Paraíba. Nas fábricas deste Estado, as relações de emprego recolocam o trabalhador frente ao poder personalizado do empresário, à precariedade do contrato de emprego e à ausência do reconhecimento dos direitos trabalhistas, isto é, não chegam a superar algumas das condições de submissão típicas da relação entre trabalhadores e proprietários de terra.

Neste processo, os operários não vêem mais grandes diferenças entre o trabalho na indústria e o trabalho no campo. As contínuas referências aos direitos não respeitados pelos empregadores, não somente sublinham a falta de um árbitro capaz de conciliar os interesses divergentes, mas também, exprimem o sentimento de decepção em não dispor de proteção ao trabalho e em constatar a debilidade do sindicato na negociação com os empregadores. Assim, a passagem ao emprego industrial representa, para os operários uma mudança de relações sociais de produção, porém, não no sentido por eles desejado.

Agora sua nova posição lhe permite perceber a vinculação entre estratégias de subordinação e compreender que tanto o empresário como o proprietário rural fazem parte da classe dominante. Os dois segmentos desta classe utilizam as mesmas formas de autoritarismo como modalidade de gestão e de controle da mão de obra. É a partir destas avaliações que as propostas de mudança dos trabalhadores ressaltam o interesse em romper a correlação de forças internas à relação de emprego assalariado.

Em primeiro lugar, eles pedem a presença efetiva do poder público como árbitro que possa impor o respeito das normas de incorporação ao trabalho e de gestão da mão de obra. E em segundo lugar, demandam que o monopólio dos poucos empresários sobre o mercado de emprego local seja reduzido através de uma política que incentive o desenvolvimento de novas e diversificadas fontes de emprego. Ao lado destas, há outras propostas de mudanças que os operários formulam e que muitas vezes foram interpretadas como desejos de ascensão social e aspirações pequeno-burguesa, típicas dos trabalhadores de origem rural. De um lado o emprego nos grandes centros urbanos, nas empresas do Estado, de outro, a reforma agrária.

A nosso ver o conteúdo destas propostas, embora contenham uma dimensão de "mobilidade social individual", podem expressar também a formação de uma consciência coletiva. Não podemos esquecer, antes de tudo, que a proposta de emigração aos grandes centros se insere numa nova problemática, vinculada às desigualdades regionais do mercado de emprego inter e infra-regional. Seu conteúdo poderia expressar a assimilação da ideologia desenvolvimentista elaborada pela classe dominante nos anos 50/60 para viabilizar a mobilidade da mão de obra; mas também pode significar a assimilação de uma proposta ressocializante da identidade social e política da cidadania de proletário. Com efeito, foi abundantemente demonstrado como os trabalhadores que migram de uma região rural para os grandes centros urbanos industrializados, adquiriam (quando não tinham) ou conservavam sua identidade de classe, contribuindo substancialmente aos movimentos sociais urbanos. Hoje como ontem, a emigração pode significar a busca de integração à um novo contexto de relações sociais, onde finalmente uma diferente correlação entre os antagonismos de classe pode incentivar uma mudança das condições de vida e de trabalho para a classe dos trabalhadores. Assim o deslocamento do rural para o urbano não expressaria automaticamente a recusa por parte do trabalhador, no engajamento político reivindicativo, mas poderia representar seu interesse em se integrar em um novo contexto de contradições de classe onde, passado, presente e futuro se dinamizam reciprocamente. E mais, o conteúdo da contradição de classe, vivenciada no passado rural, se estende agora para a realidade urbana. Discordamos assim da imagem simplista que considera a emigração rural-urbana como uma negação ao engajamento nos conflitos sociais na agricultura, assim como nos parece apressada a conclusão de que o passado rural freia, na consciência de classe dos trabalhadores, a visualização destes conflitos no presente urbano-industrial.

Mesmo a proposta do retorno a terra, que muitas vezes foi interpretada como uma aspiração regressiva e nostálgica (pequeno burguesa), fruto da falta de consciência de classe proletária, assume neste contexto um conteúdo que pouco tem a ver com estas interpretações. Esta proposta, com efeito, é renovada por um tipo de reivindicação do acesso a terra que pressupõe certas condições básicas, algumas voltadas à transformação das relações sociais (a garantia social da posse da terra, a reestruturação econômica da inserção da unidade familiar no conjunto das relações de produção e comercialização), outras que diretamente questionam as relações de poder.

Todas as avaliações, propostas de mudança e aspirações dos trabalhadores não são desconhecidas pelos empregadores. É possível entender como as políticas por eles elaboradas tendem a se precaver dos efeitos "perturbadores" destas aspirações. Segundo os próprios empresários, as estratégias de gestão da mão de obra visam conter o absentéismo, educar os operários a uma disciplina no trabalho (frutos da aparente falta de uma tradição industrial) e a freiar a mobilidade contínua por parte dos trabalhadores. De fato, as modalidades de recrutamento

e de absorção revertem-se na própria negação das aspirações que os empresários desejariam, ou seja, as condições que permitem manter níveis elevados de exploração do trabalho produzem, finalmente, uma alta rotatividade por parte dos trabalhadores, sua não qualificação profissional e seu persistente desejo de retornar a terra.

Deve-se notar que a força praticada por esta aspiração de recuperar o vínculo a terra deriva do fato de não ser um simples sonho nostálgico por parte dos trabalhadores, mas de ser uma efetiva possibilidade que os proprietários de terra sempre deixam aberta, dada suas políticas de absorção de mão-de-obra. Esta aspiração é gerada também pela flagrante violação das leis trabalhistas praticadas pelos empresários, contra a qual os operários não encontram meios eficazes para se defenderem. Os instrumentos e os canais institucionais que deveriam protegê-los frente a estes abusos, encontram-se atrofiados pelo poder dos empregadores e pela ausência dos sindicatos nos municípios ou, enfim, pela precária legitimidade que os operários atribuem ao sindicato. Assim a ausência de negociação nas relações de trabalho nas fábricas questiona o caráter *público* da gestão dos conflitos de trabalho e protela o confinamento dos conflitos no interior das relações de poder *privadas*.

À luz destes elementos, podemos observar que as contradições que se desenvolvem no mercado de emprego não se manifestam automaticamente na luta aberta entre Capital e Trabalho, porém criam as condições que agudizam as oposições de classe.

Dever-se-ia aprofundar as causas de uma manifesta contradição interna aos trabalhadores da indústria. No decorrer dos contatos mantidos com os operários, constatamos que as reivindicações sobre as condições de trabalho buscam o reconhecimento jurídico/social que tornaria *pública* a cidadania do proletário. Deveríamos assim nos perguntar por que, na busca de satisfazer um objetivo especificamente social, os trabalhadores evitam utilizar o canal, em princípio, o mais apropriado: o sindicato, e utilizam os meios de luta típicas de uma confrontação *privada*. Neste sentido, precisaríamos reconstruir a história das relações entre o Estado, seus mecanismos de controle, e o sindicato; analisando mais profundamente, seja a organização atual dos sindicatos nas realidades municipais da Paraíba, seja seu papel nas relações conflitivas entre o Estado e as classes sociais.

Enquanto na indústria as contradições de classes entre operários e empresários dizem respeito à construção da identidade social de proletário, tendendo a questionar os limites e a abrangência das relações conflitivas no mundo da fábrica, no mercado de emprego da agricultura, a natureza do confronto de classe propõe outras direções.

Os proprietários de terra na Paraíba mantêm uma política de demanda de emprego salarial que resulta não homogênea, por ser esta acompanhada por uma

série de alternativas que viabilizam formas diferentes de absorção da mão de obra. Com efeito, a não eliminação definitiva da parceria, do arrendamento e da morada, que permanecem ao lado do assalariamento, respondem ao interesse de renovar as condições de absorção da mão de obra, porém a partir de sua fragmentação. O objetivo desta segmentação parece se respaldar sobre avaliações entre vantagens e as desvantagens tanto em termos de custo social do trabalho como em termo de controle político. Além destas argumentações, extraídas do discurso dos proprietários, não podemos esquecer que a escolha entre alternativas de segmentação, é influenciada também por outros elementos de natureza mais objetiva. Estes dizem respeito ao grau e tipo de organização econômica da propriedade e ao contexto econômico e social prevalecente na região.

Para os proprietários, a super-posição dos trabalhadores residentes aos trabalhadores "de fora" representa, ainda hoje, não somente duas maneiras diferentes de remunerar o trabalho, mas também duas formas de manter o controle extra-econômico.⁵ A estratégia consiste em poder "jogar" com estas várias alternativas em função das conjunturas econômicas e políticas, nas quais proprietários de terra atuam como detentores do poder local. Nesses últimos anos, na Paraíba, o prolongado período de seca, o ano eleitoral, a ativação e a paralização do programa de Emergência, os incentivos do Estado e a primeira campanha salarial promovida pelos sindicatos dos trabalhadores rurais representam um conjunto de situações que, por razões diferentes, inibem os proprietários em se lançarem numa política homogênea de contratação, seja no sentido de conservar e reproduzir as relações tradicionais, seja no sentido de modificá-las completamente. Torna-se evidente que, frente a estas conjunturas de natureza das mais variadas, para os proprietários, a definição de quais devam ser as modalidades mais convenientes de absorção de mão de obra representa um problema de escolha, mas não de rápida e definitiva solução. Não podemos esquecer que neste cálculo as determinações econômicas se justapõem a uma complexa rede de elementos políticos e sociais, suportes para o exercício e conservação do poder.

Estas alternativas de emprego aparecem ainda mais claramente se forem consideradas do ponto de vista dos vendedores da força de trabalho. Para conhecê-las é suficiente analisar como os assalariados rurais avaliam suas trajetórias de emprego e compreender o projeto de reprodução elaborado por eles.

A condição de assalariado rural resulta de um processo que passa pela ruptura das relações sociais entre os proprietários e os parceiros-moradores, assim como por um processo descontínuo que alterna a condição de assalariado com a de produtor agrícola. Este conjunto diversificado que constitui a experiência ocupacional antes do último emprego reforça a comparação entre o passado e o presente rural.

(5) Esta interpretação é apontada por Lygia SIGAUD (1979) quando estuda as transformações das relações sociais na zona da Mata no estado de Pernambuco na década dos anos 70.

As mudanças ocupacionais e seu caráter, em geral compulsório, determinam em grande parte o conteúdo negativo atribuído ao regime de moradia e a superestimação do caráter de liberdade atribuído ao emprego assalariado. Este último vínculo de emprego é considerado positivamente, pelo fato de representar o caminho pelo qual pode-se reduzir o poder do empregador, tanto pela separação entre o local de trabalho do local de residência, como pela maior mobilidade de emprego atribuída à condição de assalariado. Para estes trabalhadores, a emancipação se reflete na possibilidade de diversificar as fontes de emprego e de se subtrair à exclusiva dominação de um único patrão que controla de forma total a reprodução físico-social do próprio trabalhador e de toda sua família. Estas imagens acompanham o trabalhador durante o período imediatamente sucessivo ao abandono da moradia na fazenda, porém são rapidamente redimensionadas por diversos fenômenos que começam a minar a nova experiência de assalariado.

Para o ex-parceiro, as possibilidades de trabalho como assalariado volante que mora fora da fazenda se demonstram sempre mais precárias, visto que a reconversão das propriedades, sobretudo na região do sertão, reduz a demanda de emprego permanente. O tempo de trabalho e sua remuneração devem agora suportar o tempo de desemprego sem poder recorrer aos laços de lealdade com o empregador e nem tampouco ter a possibilidade de complementar a ausência do salário com o acesso à produção do roçado familiar.

Estas mudanças profundas nas modalidades de reprodução agravam a percepção negativa do caráter aleatório do emprego assalariado e fortalecem a convicção de que a proposta de um projeto futuro de reprodução tem que passar pela reaproximação a terra, sob a condição de alguns pré-requisitos que possam estabilizar o acesso a este meio de produção. É interessante observar que o projeto que alguns operários industriais formulam no sentido de abandonar a cidade e o emprego industrial, expressam as mesmas avaliações positivas e negativas com relação a uma possível volta à agricultura.

Para quem, entre os assalariados rurais, chega a este emprego após outras experiências de trabalho não agrícola (experiência esta entre os trabalhadores, sobretudo da região do litoral da Paraíba), a insatisfação se agudiza ainda mais porque o processo de incorporação no emprego assalariado significou o afastamento da família de origem; a residência em outras regiões; condições de trabalho que comportam um profundo desgaste físico; uma baixa remuneração e a desproteção legal dos direitos.

Para os assalariados rurais que já passaram pela experiência do trabalho industrial, torna-se claro que a mobilidade que caracteriza a proletarização (tanto inter-setorial como inter-regional), nega a convicção de que o abandono da agricultura comporta automaticamente um melhoramento das condições de vida e desmistifica a idéia de que a realidade urbano/industrial leva mecanicamente à liber-

dade e a ascensão social. Todas estas avaliações os orientam para a elaboração de um projeto de vida futura que tem como centro de referência a reivindicação do acesso a terra. Nestes termos, o passado e o presente rural é fortemente renovado pela experiência industrial que os leva a querer, não simplesmente a terra, mas que se proteja socialmente a estabilidade deste vínculo e que se ponha à disposição do produtor uma estrutura econômica de apoio que possibilite o desenvolvimento da produção familiar.

Entre os projetos de reprodução dos trabalhadores rurais, há também uma proposta que questiona as "vantagens" da institucionalização jurídico/social do assalariamento. Alguns segmentos dos trabalhadores clandestinos da zona canavieira (sobretudo no litoral), criticam a perspectiva de estabilidade do trabalho assalariado na agricultura. Isto é, quando os direitos trabalhistas são percebidos como elementos que impõem uma única forma de remuneração (o salário), a obrigatoriedade de um só vínculo de emprego e a exclusividade de um único patrão, percebe-se um frágil engajamento na luta reivindicatória dos direitos delimitados pela legislação trabalhista. É nesta perspectiva crítica, a exclusividade da forma de emprego salarial, que se deve interpretar, na nossa opinião, a reavaliação por parte dos trabalhadores que propõem a volta à morada nas fazendas, certamente, não como desejo de voltar a ser "protegido" pelo proprietário rural, mas como uma estratégia que compreende a possibilidade do acesso a terra.

A todas estas ambigüidades e indefinições de um único projeto de reprodução dos trabalhadores, agregando-se o peso dos mecanismos de submissão ao proprietário, ainda presente no universo simbólico dos atuais assalariados rurais, torna-se compreensível que o processo de construção da identidade política de classe e a aproximação às organizações sindicais resultem fortemente inibidas, e que seja freqüentemente procurada a ação conciliadora ou mesmo a renúncia a qualquer conflito aberto diretamente contra o proprietário.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A análise apresentada nos leva às seguintes reflexões:

1. A configuração atual do mercado de trabalho regional na Paraíba evidencia uma tendência ao desenvolvimento do assalariamento que, não somente mantém viva outras formas coercitivas de relações de trabalho, mas também ela mesma contém os mecanismos de coerção que, em teoria, deveria eliminar. Os empresários e proprietários rurais conseguem reproduzir as práticas de absorção do trabalho ainda baseadas na gestão e no controle *privado* das relações de produção e das condições de reprodução dos trabalhadores, conseguindo realimentar a perspectiva entre os trabalhadores em não assumirem o assalariamento como forma estável, irreversível e progressiva, graças sobretudo à combinação contraditória e

ambígua entre a demanda de emprego na agricultura e a da indústria. Com efeito, se os empresários industriais conseguem incorporar a mão de obra somente quando precisam, aumentando arbitrariamente ou diminuindo o contingente ativo, segundo os interesses conjunturais de expansão ou retração do mercado; se tem força de impor normas quase pessoais na gestão da mão de obra, se podem manter salários abaixo do mínimo definido por lei; se chegam, com relativa facilidade, a desmobilizar as ações reivindicativas dos operários, deve-se muito ao fato de que os proprietários rurais deixam abertas as portas, para que certas condições de reprodução sejam asseguradas ao contingente dos trabalhadores insatisfeitos ou expulsos do emprego assalariado na indústria.

Quando nem proprietários rurais nem empresários da indústria conseguem mais realizar este inconsciente apoio mútuo, o *Estado*, com suas políticas de emprego (as frentes de trabalho, por exemplo), intervém, procurando racionalizar uma situação que a cada dia demonstra mais toda a sua irracionalidade econômica e social, além da força de seu autoritarismo.

2. A reconstrução do projeto de reprodução dos trabalhadores assalariados nos permite também avaliar se a hipótese da unificação do mercado de emprego, apresentada por alguns autores, pode ser válida no espaço regional da Paraíba.⁶ Na verdade, esta hipótese, lançada para traçar as formas de transformação da agricultura, guarda algumas características sobre as repercussões da modernização na configuração do mercado de trabalho não qualificado no Estado da Paraíba.

A unificação entre empregos rurais e urbanos para os assalariados resalta alguns traços comuns entre as formas de reprodução dos trabalhadores: a monetarização da reprodução, a alternância de empregos rurais e urbanos e a determinação dos custos de reprodução sobre a base do setor urbano.⁷

A tendência à unificação do mercado de trabalho para a mão de obra ativa e de reserva não pode ser mecanicamente aceita como guia interpretativo das transformações do Nordeste e muito menos da Paraíba. Ao nosso ver, esta seria válida só se a observação se restringisse à mobilidade dos trabalhadores entre as atividades agrícolas e urbanas, sem se perguntar se atrás desta incorporação existe um processo de unificação das diretrizes de um projeto de reprodução comuns entre assalariados. A especificidade regional aponta muito mais a perspectiva de manter um diálogo intersetorial do mercado de emprego, sem com isso escamotear as diferenças e as ambigüidades que perpassam o caminho à proletarização, apontando para um processo de construção da identidade proletária.

(6) Ver: DA SILVA, José Graziano (1981 e 1982) e SORJ, Bernardo, (1980), entre outros.

(7) Ver: DA SILVA, José Graziano, (1981), p. 139.

Contudo, outras características parecem manter uma diferenciação regional entre o Nordeste e Sul do País, nos aspectos ligados aos mecanismos sociais da expansão do assalariamento na agricultura. Com efeito, o grau de desintegração das relações guarda uma profunda predominância das formas de controle e de subordinação política sobre os mecanismos econômicos.

3. Finalmente, a especificidade regional pode ser útil para orientar a análise política. Com efeito, se a tendência à proletarização no plano estrutural não é questionada, este mesmo processo aponta, nas formas em que se desenvolve, dimensões contraditórias. Os avanços, as resistências e as adesões por parte dos agentes sociais envolvidos no processo de proletarização, obrigam a uma reflexão sobre a abrangência das reivindicações dos trabalhadores/produtores sobre as táticas e estratégias de confrontação entre as classes, sobre as formas e os mecanismos viabilizados pelas políticas públicas do Estado e sobre as estratégias econômicas dos empresários/proprietários dos meios de produção.

4. O estudo das transformações das relações sociais sugere, enfim, repensar sobre o impasse presente no debate atual sobre a teoria do assalariamento: a preocupação com as fronteiras disciplinares entre economia, sociologia e ciências políticas. Sublinhar a necessidade da interdisciplinariedade para a compreensão das transformações recentes da agricultura corresponde a sublinhar o óbvio. Porém é preciso se manter vigilante a respeito da sedução que cada campo disciplinar exerce, na busca de detectar a essência dos fenômenos sociais. Com efeito, não é só a "teoria econômica da proletarização" que está num impasse. É toda e qualquer reflexão que não problematiza o princípio da determinação econômica sobre a social ou política na análise das formas atuais do assalariamento, da concretização da proletarização, e, conseqüentemente, do capitalismo na agricultura.

As diversas modalidades que suportam o processo de proletarização são partes integrantes da tendência a unificação capitalista das relações sociais entre agricultura e indústria. Neste sentido, as mudanças detectadas nas diferentes esferas do real (econômica, social e política) sugere ao pesquisador a tarefa de analisar a expansão capitalista como um fenômeno em contínuo movimento, onde as múltiplas dimensões nem sempre fazem transparecer a uniformidade, a linearidade e a predominância das dimensões propriamente econômicas.

FRENTES MODERNIZANTES NA AGRICULTURA PARAIBANA (UMA PRIMEIRA ABORDAGEM)*

René L. de Carvalho e Eulália E. Cardoso**

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E DINÂMICA DO CAPITAL AGRO-PECUÁRIO NA PARAÍBA

Não é possível estudar e compreender as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo agro-pecuário (como em qualquer outro processo produtivo) sem explicitarmos o quadro de relações econômico-sociais no qual se movem essas inovações, que é o que lhes dá intelegibilidade, o que precisa os determinantes de sua adoção, generalização e esgotamento e o que altera as relações que os homens estabelecem entre si no processo produtivo.

Entenderemos pois, aqui, as inovações tecnológicas em seu quadro mais geral, que compreende novos instrumentos de trabalho e todas as alterações, visando aumentar a produtividade do trabalho humano, agindo sobre a terra e sobre as espécies animais e vegetais, como elemento dinâmico de ação do capital, como forma de ação principal do capital em sua dominação sobre o processo produtivo.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas não estão soltas no ar. Não têm seu movimento determinado pela evolução das idéias, do pensamento e da pesquisa científica. Ao se inserirem na relação capitalista de produção são um elemento da valorização do capital; são suscitadas, elaboradas, introduzidas no processo produtivo e nele generalizadas ou não, na medida em que expressam a busca do lucro máximo.

É pois a lógica de valorização do capital quem determina o ritmo; as características, o alcance e as conseqüências da introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo agro-pecuário. Essa lógica de valorização do capital, no que diz respeito às atividades agro-pecuárias, não é apenas a do capital agro-pecuá-

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no I Seminário Nacional de Política Científica e Tecnologia, realizado na UNICAMP (Campinas, São Paulo) de 30.11 a 3.12.1983.

Este estudo faz parte da pesquisa *Frentes Modernizantes na Agricultura Paraibana*, do NESPPO, financiada pelo CNPq.

** Professores do Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia e pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Científica e Tecnológica (NESPPO), da Universidade Federal da Paraíba, Campus II — Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	141 a 153	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

rio. Esta forma de existência do capital determinou, em muitos processos históricos, total ou parcialmente, o processo de inovações tecnológicas na produção agro-pecuária. Essas inovações inseriram-se no processo de valorização dessa forma de capital, instaurando, desenvolvendo e aprofundando a dominação direta desse capital sobre o processo produtivo. No entanto, essa não é a única forma de dominação do capital sobre a produção agro-pecuária. Em função das próprias características desse processo produtivo, que podem ser resumidas de forma simplificada na afirmação do peso que o fator natural ainda desempenha nessa produção, o domínio do capital é nela menos completo do que na indústria. E no processo de desenvolvimento capitalista, o capital agrário é uma forma menos dinâmica de existência do capital e pode chegar a ter seu movimento — e às vezes mesmo sua existência — subordinado aos interesses do capital industrial.

Assim, inovações tecnológicas podem ser suscitadas e introduzidas pela lógica de valorização de capitais outros que o agro-pecuário; sua adoção e generalização dando lugar ou reproduzindo relações sociais diferentes da relação capitalista. E mesmo assim, inserindo-se na lógica de dominação do processo produtivo pelo capital. Só que essa dominação não é mais direta: o capital suscita essas inovações sem entretanto organizar diretamente a produção. Essas inovações não serão capital. O adiantamento de dinheiro necessário a sua aquisição e funcionamento não necessitará ser "recompensado" pelo lucro. Sua introdução, entretanto, é parte componente, integrante do processo de valorização dos capitais que subordinam a agro-pecuária: capital industrial processador de matérias primas agro-pecuárias e o capital em geral, na medida em que os alimentos são a componente fundamental da remuneração da força de trabalho, e seu preço, por conseguinte, regulador da taxa de lucro.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA

A análise das características e da dinâmica das inovações tecnológicas no processo produtivo agro-pecuário é pois, em suas determinações principais, o estudo da implantação, desenvolvimento e aprofundamento da dominação direta e indireta do capital sobre esse processo produtivo.

Um dos elementos característicos, entretanto, da produção agro-pecuária brasileira é o caráter tardio e lento da implantação do capital no campo. Pode parecer paradoxal, já que, em nosso país, a produção mercantil é característica constitutiva da produção agro-pecuária e sua principal forma de expressão é a grande propriedade agro-exportadora ou de pecuária. No entanto, a passagem da produção mercantil complexa à produção capitalista foi muito lenta. Ela se processa ainda, sob nossos olhos, após um longo período de transição de pouco menos de um século, quando foi definitivamente extinta a produção baseada no trabalho escravo.

Nos países onde o modo de produção capitalista origina-se no interior do feudalismo, a relação é clara e límpida entre o desenvolvimento da mercantilização da produção e a implantação do domínio do capital sobre o agro. No caso brasileiro, entretanto, a produção colonial foi desde o início uma produção mercantil, mas baseada no trabalho escravo, que durou três séculos. E a ela sucedeu um longo processo de transição baseado em formas de produção não capitalistas: essencialmente a parceria, o colonato e a moradia (a renda-trabalho e a renda-produto), embora complementadas por trabalho assalariado e permeadas por elementos monetários de remuneração.

Pode-se pois dizer que, até os anos 50, é a propriedade da terra que determina a organização do processo produtivo rural. E, ainda hoje, o capital divide com a propriedade fundiária a direção dessa produção.

A explicação para esse processo não pode ser encontrada apenas na análise da dinâmica do capital agro-pecuário. As atividades agro-pecuárias passam a se constituir em campo de aplicação do capital, em local onde este pode valorizar-se, na medida em que se desenvolve o processo geral de acumulação de capital.

É o crescimento da demanda de produtos agro-pecuários que cria as condições de valorização para os capitais aplicados nesse setor. Através do desenvolvimento da indústria e, por via de consequência, da urbanização amplia-se a procura de produtos agro-pecuários. Essa ampliação da demanda leva à ocupação de novas terras e, uma vez estas esgotadas, à passagem à produção intensiva. Onde antes apenas a fertilidade natural da terra era utilizada para a produção, além de instrumentos pouco elaborados, agora é necessário investir capital. E a partir daí o capital começa a impor sua lógica ao processo produtivo, a dominá-lo, ou seja, a ordená-lo, organizá-lo, conforme a lógica da reprodução ampliada.

Se considerarmos o processo de industrialização brasileiro, veremos que ele demorou a repercutir essa dinâmica para o agro. Em verdade, desenvolvendo-se em presença de uma oferta abundante de terras, e também de uma remuneração extremamente baixa da força de trabalho, esse aumento da demanda só por volta dos anos 60 determina a passagem à produção intensiva no setor rural.

É verdade que esse próprio processo de acumulação de capital industrial é originário da expansão da agricultura de exportação e que esta mantém uma importância decisiva na obtenção de divisas que financiam a industrialização. Em que medida, então, essa agricultura de exportação podia transformar-se em agricultura capitalista?

Os principais produtos agrícolas de exportação do país sempre se caracterizaram pela forma extensiva de seu processo produtivo. As inovações tecnológicas neles introduzidas disseram respeito, na grande maioria dos casos, ao processo de transporte e beneficiamento no produto e só raramente ao processo produtivo

direto. E, nestes casos, foram pontuais: não repercutiram sobre o conjunto da produção e não alteraram as características do processo de trabalho. Não imprimiram pois uma dinâmica de transformação, de submissão da agricultura ao modo de produção capitalista.

Do que resulta o que pode, a primeira vista, ser considerado um paradoxo: a agricultura de exportação sempre se constituiu em campo fértil para aplicação de capitais, sempre foi um "excelente negócio", mas apenas muito lentamente tornou-se um espaço para o desenvolvimento do capital enquanto relação social. O processo produtivo foi dominado pela propriedade fundiária e não pelo capital agrário.

A acumulação realizada nesse setor pelos donos do capital comercial e financeiro e pelos detentores da propriedade fundiária, alimentou o processo de industrialização. Seu re-investimento na produção, no entanto, assumiu como forma principal a compra de novas terras, reproduzindo de forma ampliada a produção, mas baseada nas mesmas técnicas produtivas e nas mesmas relações sociais vigentes nas outras terras. Mesmo na cana-de-açúcar, onde se moderniza a industrialização do produto e onde se processa, na passagem do engenho para a usina, uma enorme concentração de capitais, o processo produtivo agrícola não vê sua base técnica alterada.

A captação de margens significativas do excedente pela intermediação comercial financeira é um elemento explicativo, mas não é o mais importante. Essa "descapitalização" sofrida pelo organizador da produção agrícola nunca impediu os grandes proprietários de investirem capitais fora da agricultura (compra de títulos, atividades comerciais, etc.).

No quadro de conjunto de suas remunerações, a renda diferencial internacional que percebiam e a renda fundiária pré-capitalista (extraída das relações de colonato, moração ou parceria) — que dependiam exclusivamente da propriedade da terra, de sua fertilidade e condições climáticas — eram mais vantajosas que o lucro produtivo que aufeririam se passassem à produção intensiva de cunho capitalista. A renda-trabalho, a renda-produto, e a renda diferencial I, que dependiam exclusivamente da propriedade fundiária e da exploração do trabalho, predominaram amplamente sobre o lucro e a renda diferencial II (que correspondem essencialmente à aplicação de capital no processo produtivo).¹

Deve-se acrescentar também que as freqüentes oscilações dos preços internacionais desses produtos e a política governamental de defesa dos preços interna-

(1) A renda diferencial I não é exclusiva do modo de produção capitalista. Seu pressuposto essencial é a mercantilização da produção. Em nosso caso, trata-se de produtos dirigidos ao mercado mundial capitalista, mas produzidos de forma não-capitalista.

cionais e de compra da produção interna (total ou de quotas determinadas) reforçaram essa situação: a primeira, ao criar condições de risco elevado para o investimento de capitais na produção agrícola e, sobretudo, ao reforçar o elemento especulativo das remunerações de maneira completamente independente das características do processo produtivo direto. A segunda, ao determinar as condições internas de concorrência de forma que mesmo a produção em terras marginais propiciasse uma elevada taxa de retorno.

Dadas essas características, a produção agro-exportadora sempre foi — em que pese a importância do excedente captado pela intermediação comercial-financeira e pelo Estado — a produção agrícola mais rentável. Por isso impôs seus determinantes econômicos ao conjunto da produção agrícola. É apenas a partir de um certo grau de industrialização e de urbanização que a agricultura voltada para o mercado interno passa a determinar a dinâmica da produção agrícola. E mesmo assim, ela, às vezes, continua sendo obrigada a sofrer, embora parcialmente, suas determinações, como é o caso atual do país.

O CASO DA REGIÃO NORDESTE NO BRASIL

As condições de valorização da agricultura nordestina, como campo de ação do capital, obedeceram à mesma lógica, só que significativamente agravada. No centro-sul do país a acumulação de capitais na agro-exportação propiciou o processo de industrialização. O mesmo não ocorreu no Nordeste, em função das posições marginais em que ficou no mercado internacional. No processo de passagem da realização externa para a realização interna, a agro-pecuária regional inseriu-se de forma subordinada na divisão nacional do trabalho rural.

Na ausência de diferenciais de produtividade natural significativos, capazes de compensar sua distância dos centros principais de acumulação do capital industrial, com a progressiva perda de posições dos produtos agrícolas exportáveis no mercado internacional, e sem a presença de um forte processo de industrialização regional, os impactos sobre o agro-regional originários dos setores não agrícolas são limitados em forma global e lentos em seu ritmo.

Nesse sentido, pelo menos de forma geral, o agro-regional é um campo secundário de valorização de capitais dentro da agro-pecuária brasileira. Isso determina o ritmo lento de desenvolvimento do capital agro-pecuário e de seu domínio direto sobre o processo produtivo.

A ação do capital assume nele prioritariamente a forma de enclaves e bolsões, de lenta generalização para o conjunto da produção agro-pecuária. Nesses bolsões, a dinâmica ainda é constituída por condições especiais de fertilidade natural ou climática, como no caso do abacaxi (produto de exportação), das frutas tropicais industrializáveis e do álcool (que substitui importações). Na ausência de

uma base industrial, o processo de generalização da produção capitalista no agro se dá de forma extremamente lenta. A própria dinâmica da acumulação do capital industrial suscita no centro-sul a produção de matérias primas que substituem as produzidas no Nordeste e que anteriormente eram "importadas".

O processo de urbanização e de proletarização da força de trabalho na região poderia constituir-se em forte estímulo à valorização do capital que atua na produção de alimentos. No entanto, seu impacto tem sido limitado pela fraqueza da industrialização e pelo peso do desemprego, do sub-emprego e dos baixos salários.

DINÂMICA DO CAPITAL AGRO-PECUÁRIO E POLÍTICAS ESTATAIS

As observações anteriores, centradas na análise da influência da acumulação industrial sobre a produção agrícola, podem dar a impressão de que subestimamos a dinâmica concreta dos agentes econômicos agro-pecuários. Na realidade, o que buscamos indicar é em que medida o agro, e no caso, o agro paraibano, se transforma em um campo de valorização para a ação direta do capital. É nesse quadro objetivo que centramos a análise por considerarmos que é essencial à compreensão da dinâmica dos principais agentes econômicos rurais.

Parece-nos claro, pois, que esse quadro mostra as dificuldades do lucro produtivo constituir-se em categoria determinante, organizadora do processo produtivo agro-pecuário. Ele não assumiu ainda a posição de destaque, o papel determinante: é ainda muito grande o peso das várias formas de renda fundiária.

Por um lado, durante um longo período ele sofreu a "concorrência" das diversas formas de renda fundiária pré-capitalista. Enquanto foi possível baixar o nível de remuneração do parceiro ou do morador, passando para estes o risco da atividade produtiva, o espaço para as relações assalariadas foi limitado e predominou a tendência à limitação dos adiantamentos monetários por parte dos grandes proprietários.

Mesmo no quadro da passagem ao trabalho assalariado, o lucro produtivo não assumiu ainda sua independência completa da renda fundiária. E aqui é necessário acrescentar também a componente especulativa da compra de terras. As repercussões dessa situação são claras:

- prioridade à compra de terras sobre os investimentos produtivos;
- crescimento das aplicações de capital ligadas aos componentes patrimoniais, em detrimento da compra de máquinas e equipamentos;
- aumento do peso das aplicações de capital fora da agricultura;
- reforço da tendência ao aumento do lucro através da extensão da jornada de trabalho (empreitada, carteiras não assinadas, aumento do trabalho fe-

minino e das crianças) prioritariamente ao crescimento da produtividade do trabalho.

A política estatal intervém sobre essa realidade essencialmente através do barateamento do capital produtivo, por meio dos subsídios creditícios às compras de máquinas e insumos de origem industrial. Dizendo de forma simplificada, é como se o Estado "doasse" capital aos proprietários fundiários, visando reforçar sua transformação em efetivos capitalistas agrários.

Essa política traz, é verdade, resultados palpáveis. Com todas as limitações já apontadas, processa-se — particularmente em certos produtos — uma mudança da base técnica da produção.

Os subsídios tornam mais lucrativa, às vezes, a modernização da produção, incorporando esse novo patamar técnico à lógica econômica da grande produção. Mas o fazem de forma perversa: essas inovações tecnológicas não são, em sua maior parte, elementos autônomos de valorização do capital agro-pecuário. Permanecem subordinadas aos diferenciais de preços criados pelos subsídios. Por isso, seu custo social e inclusive seu custo econômico têm sido desproporcionais a seus resultados em produtividade e produção.

A passagem para a forma capitalista de produção na agro-pecuária paraibana não revolucionou o valor dos produtos. Em sua dinâmica atual, para o produtor capitalista, uma via preferencial para aumentar sua lucratividade consiste em baixar os salários reais (trabalho por tarefa, carteiras não assinadas, crescimento no número de mulheres e crianças na força de trabalho agrícola) ou agir frente ao governo visando obter melhores condições de crédito ou de preços, do que investir mais na esfera produtiva mobilizando recursos próprios. As rendas de situação e a extração de mais-valia absoluta primam sobre a extração de mais-valia relativa.

No Brasil — como na maioria dos processos de desenvolvimento capitalista da agricultura — não se realizou a separação entre o capital e a propriedade fundiária. O capital produtivo se desenvolve ligado à propriedade fundiária, e ainda sob sua direção. A mercadoria terra sofre um processo de elevação de seu preço, com uma forte componente especulativa, que tendencialmente a torna cada vez mais atrativa enquanto alternativa ao investimento de capitais na produção.

A política estatal para a agricultura reforça esse movimento especulativo. No quadro da agro-pecuária nordestina pode-se dizer que somam-se os comportamentos "rendeiros" da propriedade fundiária e do capital agro-pecuário.

A AGRO-PECUÁRIA PARAIBANA NOS ANOS 70

Uma análise sistemática das informações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (1970 e 1975) e do Instituto Nacional de Re-

forma Agrária — INCRA (1972 e 1978) confirma as linhas gerais da argumentação anteriormente apresentada.

Na medida em que nosso objetivo era obter uma fotografia da ação do capital no agro paraibano, privilegiámos inicialmente as informações estatísticas, relativas ao capital existente na atividade agro-pecuária e aos novos investimentos. Considerando, num primeiro momento, que na base desses dados estatísticos o capital produtivo pode ser medido pela subtração, ao valor total dos imóveis, do valor da terra nua e das casas de moradia e instalações recreativas, algumas observações indicam as principais tendências:

- o capital produtivo agro-pecuário na Paraíba, seja em sua dimensão total, seja medido por hectare cultivado, situa-se bem abaixo da média brasileira e apresenta resultados pouco significativos em confronto com outros estados nordestinos;
- sua distribuição no estado é extremamente concentrada. Apenas algumas Micro-regiões Homogêneas apresentam resultados significativos. Quatro dentre elas (Litoral, Agropastoril, Depressão do Alto Piranhas e Cariris Velhos) totalizam 70% do capital agro-pecuário do estado. Mesmo nestas micro-regiões, a distribuição do capital não é homogênea: alguns poucos municípios concentram a quase totalidade do capital;
- o preço da terra nua e instalações não-produtivas representa em média ainda entre 30 e 40% do valor total dos imóveis.

Na realidade, o capital agro-pecuário não apenas é pouco presente no processo produtivo (caráter ainda extensivo da produção) como também concentra-se em algumas poucas regiões e municípios. Seu campo de ação é pois ainda bastante limitado.

O estudo da magnitude e da distribuição dos investimentos agro-pecuários confirma essas tendências, quando não revela seu agravamento. Com efeito, apenas duas micro-regiões (Litoral e Depressão do Alto Piranhas) totalizam 70% dos investimentos agro-pecuários realizados por particulares no estado no ano de 1978. Mais do que isso, apenas um município (Pedras de Fogo, situado no Litoral) foi o local de aplicação de 1/5 dos investimentos da Paraíba.

Tudo parece indicar pois para a fraqueza atual do capital agro-pecuário: pouco capital investido por hectare cultivado, distribuição geográfica extremamente concentrada do capital e dos novos investimentos, pouca capacidade de expansão das áreas onde o capital se encontra investido, caráter ainda esporádico dos novos investimentos agro-pecuários.

Essas informações são, é claro, ainda precárias. Em particular, devido a seu grau de agregação, que é muito elevado. Ao serem calculados segundo uma área administrativa (micro-região, município), os resultados tendem a nivelar “por baixo” os empreendimentos mais tecnificados, pois os diluem num quadro geral

em que predominam culturas pouco exigentes em técnicas avançadas. Apenas com a realização de pesquisas de campo específicas e com metodologia adequada é que essas distorções poderão ser corrigidas. No entanto, a existência de empresas agro-pecuárias extremamente tecnificadas e capitalizadas apenas se agrega às tendências já descritas que apontam exatamente para esse caráter localizado da ação do capital no processo produtivo agro-pecuário.

Pensamos que a análise anterior ainda superestima a força do capital agro-pecuário. Com efeito, as estatísticas brasileiras não permitem distinguir com bastante precisão a componente realmente produtiva dos bens incorporados aos imóveis rurais, nem tão pouco separar o que é capital investido do que é renda da terra cristalizada.

Em relação ao primeiro ponto, a análise da decomposição das benfeitorias é bastante esclarecedora. Comparando a composição dos bens incorporados aos imóveis em 1970 e 1975, chama particularmente a atenção a pouca importância relativa do item máquinas e equipamentos. Para todo o estado, em 1970 ele representava 4,3% do valor dos bens e em 1975, chegava aos 6,6%.

Este é, entretanto, o item mais relevante dos investimentos produtivos, aquele mais diretamente ligado às mudanças que o capital imprime à base técnica do processo produtivo. Apenas numa micro-região, a do Litoral, as máquinas e equipamentos representaram em 1975 mais de 1/4 do valor dos bens incorporados aos imóveis (27%).

Os itens mais significativos do capital agro-pecuário, conforme a nomenclatura do censo, permanecem sendo: as instalações e outras benfeitorias (40% em 1970), os animais de reprodução e de tração (18,5%) e as novas culturas permanentes e florestas plantadas (11,7%). Sua evolução entre 1970 e 1975 permite algumas importantes observações (infelizmente, as informações do INCRA de 1978 não desagregam os bens incorporados aos imóveis). Com efeito, nota-se um nítido deslocamento da utilização do capital para o aumento do rebanho (de 18,5 para 22,7%) e em particular para novas culturas permanentes e florestas plantadas (de 11,7 para 17,7%). Esses dois movimentos se fazem em detrimento do peso relativo de "instalações e outras benfeitorias".

Esses números indicam claramente um aumento da componente diretamente produtiva dos capitais investidos (aumento do rebanho e novas culturas permanentes). Mas é necessário explicitar que esse aumento não representa uma alteração da base técnica produtiva, uma introdução de inovações tecnológicas.

A lógica que preside a organização dessas informações estatísticas não permite, entretanto, uma análise mais precisa. Com efeito, a composição orgânica do capital agro-pecuário varia muito segundo os produtos. Assim, a pecuária apresenta normalmente uma alta composição orgânica, na medida em que pesam o valor do rebanho e o das instalações básicas necessárias a seu manejo. As cultu-

ras permanentes por sua vez apresentam também níveis significativos de capital constante, se comparadas com as culturas temporárias. Essas variações podem existir sem ligação com a base técnica real da produção. Ao mesmo tempo, uma evolução lenta das técnicas produtivas não será imediatamente perceptível através da análise da composição do capital agro-pecuário. Uma última observação pode ser feita: o conceito de capital agro-pecuário, conforme pode ser extraído das estatísticas brasileiras, agrupa sob a mesma denominação investimentos reais de capital e o que pode ser chamado de renda da terra cristalizada. Assim, se temos a plantação de um algodão através de parceiros, ou a formação de um rebanho através da "sorte", estes terão o mesmo significado estatístico que a formação de um canavial através do trabalho assalariado. No caso do canavial, entretanto, há efetivamente desembolso de capital (máquinas, salários, etc.), enquanto que nos dois primeiros casos, o adiantamento de capital foi quase totalmente substituído pela cessão temporária de terra para a subsistência dos trabalhadores diretos. Essa diferença tem especial importância no que se refere à análise da dinâmica do capital. É verdade que essa renda cristalizada pode "transformar-se" em capital sendo explorada por trabalhadores assalariados. Mas, o que ocorre com maior frequência é que quando chega o momento de replantar as culturas permanentes, faz-se de novo apelo a formas de trabalho não assalariadas. O caso da plantação de capim através da parceria é o mais eloquente exemplo nesse sentido: o manejo do gado é feito por meio de trabalho assalariado, mas a formação do capinzal volta sempre a ser feita através da parceria.

Por isso, é importante confirmar as observações anteriores através do estudo de alguns indicadores como o da Despesa Agro-pecuária, onde modificações de menor valor financeiro são mais facilmente perceptíveis.

A análise da estrutura das despesas agro-pecuárias nos anos 1970 e 1975 não parece indicar notáveis alterações nas técnicas de produção. Com efeito, o peso relativo dos gastos com adubos e corretivos sofre apenas um ligeiro aumento nesses cinco anos. As despesas com sementes e mudas compradas sofre uma queda significativa. No que se refere à pecuária, crescem as despesas com medicamentos mas caem as relativas à ração adquirida. No total, as compras de insumos industriais pela agro-pecuária paraibana vêm decrescer sua participação no total das despesas de 22 para 16%.

Em que pese a influência de outros fatores sobre o montante e a composição das despesas agro-pecuárias (em particular o crescimento das despesas bancárias e de outras despesas) e a possível alteração dos preços relativos, não se pode dizer que esse período tenha se caracterizado por uma significativa transformação da estrutura dos gastos agro-pecuários.

A mesma tendência pode ser observada no referente aos gastos com a força de trabalho. Assim, os gastos com salários passam de 1/3 para 1/4 da despesa total. Entretanto, a parcela correspondente à quota parte dos parceiros mantém inalterada sua participação relativa.

Por último, caberia analisar a evolução da mecanização da agricultura. As taxas de crescimento do número de tratores em serviço e da área cultivável por trator são extremamente significativas. Em números absolutos, entretanto, a Paraíba ainda se situa numa posição modesta no cenário brasileiro. A distribuição do parque de tratores é também concentrada. No Litoral situam-se quase 1/3 dos tratores (29,7%). As mesmas quatro micro-regiões homogêneas que concentravam 70% das benfeitorias, concentram também 69% dos tratores em uso, conforme os dados do IBGE para 1980.

A PROLETARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Para permitir uma comparação precisa do número de horas de trabalho efetivamente realizadas em cada relação de trabalho, transformamos os dados censitários relativos ao número de trabalhadores em número de equivalentes homens/ano de trabalho.

Em seu quadro geral, a força de trabalho familiar permanece sendo a principal na agro-pecuária do estado. Os dados do IBGE mostram que seu peso relativo mantém-se inalterado entre 1970 e 1975 (74,0 e 74,4%, respectivamente). A partir das estatísticas cadastrais do INCRA, relativas a 1978, embora ainda mantenha a predominância, seu peso diminui sensivelmente.

A força de trabalho constituída por parceiros e trabalhadores de outra condição, em 1970, representa 8,7% das horas trabalhadas. Em 1975, sua participação sofre uma ligeira queda, passando a 8,3%. A força de trabalho diretamente dirigida pelo capital mantém-se por volta de 17,3% do total. O trabalho temporário é sua parcela mais significativa e crescente (12,3 a 13,1%). Os dados do INCRA, relativos a 1978, mostram também um peso maior do trabalho assalariado, em particular o temporário.

Mesmo levando em consideração as diferenças de base de cálculo entre os dois órgãos e a importância da força de trabalho assalariada não declarada, o processo de proletarização das horas trabalhadas parece significativo na região, em particular a partir de 1975. Duas observações entretanto devem ser feitas. A primeira, de que o processo de proletarização das horas trabalhadas, embora significativo, não envolve ainda a maioria da força de trabalho agro-pecuária. A segunda, de que o movimento de proletarização parece ser mais amplo e expressivo que o de mudança da base técnica da produção. A passagem ao trabalho assalariado não é, pois, exclusivamente motivada por introdução de novas técnicas produtivas. A elevação do preço da terra, é um elemento também corrosivo das relações sociais baseadas na renda-trabalho e na renda-produto. Nas regiões úmidas essa força de trabalho foi já quase completamente substituída pelo trabalho assalariado. Por outro lado, a formação de um exército rural de reserva e a possibilidade de financiar, via crédito subsidiado, os adiantamentos de capital variável, reforçam a ten-

dência à proletarização das horas trabalhadas, mesmo quando não há alteração significativa das técnicas produtivas.

Esse movimento, entretanto, é bastante irregular no estado. Ele segue claramente a direção Leste-Oeste, partindo das regiões de maior pluviosidade, mais férteis e de tradição em culturas comerciais. Sua força é bem menor na maioria do Sertão paraibano. É importante notar que combinam-se, também, desenvolvimento do trabalho assalariado temporário e permanência da parceria (Catolé do Rocha, Sertão de Cajazeiras e Depressão do Alto Piranhas). O movimento é pois bastante seletivo, acompanhando produtos determinados, encontrando ainda resistências extremamente fortes nas áreas de predomínio do algodão arbóreo (consorciado à pecuária) e das principais culturas alimentares.

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

As medidas de produtividade apresentam, no período, uma evolução favorável. A produtividade do trabalho sofre, entre 1970 e 1975 um crescimento de 1/3. Essa produtividade cresce paralelamente na produção agrícola e na pecuária.

Essa base de cálculo, entretanto, é monetária. Quando a análise se faz por produto, em bases físicas, os resultados são bem menos entusiasmantes: queda de rendimentos para o algodão arbóreo, algodão herbáceo, agave, feijão, milho. Melhoria de rendimentos para a cana-de-açúcar, banana, batata. A capacidade de suporte da pecuária e a produtividade do gado leiteiro e de corte sofreram muito poucas alterações na sua evolução.

A evolução favorável notada para o conjunto do estado parece pois originar-se essencialmente de uma melhora dos preços relativos (pelo menos no período 1970/1975). Não seria pois diretamente a produtividade do trabalho que teria aumentado significativamente e sim sua rentabilidade: a evolução dos preços dos produtos agrícolas sendo superior à dos salários reais.

CONCLUSÃO

Definimos frentes modernizantes pela existência de transformações do processo produtivo ocasionadas pela incorporação de inovações tecnológicas. As notas acima esboçadas indicam o caráter ainda parcial das modificações identificadas na agro-pecuária paraibana e, pois, a limitada presença de frentes modernizantes.

A modernização do processo produtivo assume, como vimos, a forma de manchas. Encontra-se presente em certas micro-regiões e municípios e, em particular, em determinadas culturas. E, o que é interessante assinalar, mostra-se extremamente heterogênea dentro de uma mesma cultura. A coexistência de

produtores camponeses e capitalistas e, entre estes, de pequenos, médios e grandes produtores, permite explicar parcialmente as diferentes técnicas produtivas encontradas. É, ao mesmo tempo, indicativa de um grau ainda limitado de dominação do capital sobre o processo produtivo. No entanto, essas diferenças são encontradas também — e são significativas — entre os grandes proprietários que se dedicam ao cultivo de um mesmo produto dentro do estado, e muitas vezes dentro de uma mesma micro-região.

Sem negar a importância de outros fatores, nosso objetivo era apenas indicar um caminho para o aprofundamento da reflexão, o pano de fundo dessa situação: em que medida a acumulação de capital no país cria condições de valorização para os capitais investidos na agro-pecuária, em particular nas regiões mais afastadas do centro da acumulação. E como, em decorrência, estruturam-se lógicas particulares de ação econômica por parte dos capitais aí investidos.

CRISE AGRÍCOLA E SINDICALISMO RURAL NA POLÔNIA*

Jean-Charles Szurek**

A AGRICULTURA FAMILIAR, A ESPECIFICIDADE DE UMA ECONOMIA SOCIALISTA

Não é muito fácil explicar porque não houve, como na maioria dos países socialistas (exceto a Jugoslávia), coletivização das terras na Polônia. Um conjunto de obstáculos criou, desde o evento do regime, uma relação de forças desfavorável às investidas coletivizadoras. De início, o poder comunista, oriundo da resistência, sob a direção de Gomulka, tinha proclamado sua adesão à propriedade camponesa. Quando o mesmo foi afastado do poder em 1948 e seus sucessores se propuseram a tarefa da coletivização, esse processo se aparentou mais a um discurso do que a uma realidade: por mais que os dirigentes tentassem introduzir a luta de classe no campo, impor entregas obrigatórias de produção, incitar — muitas vezes pela força — os camponeses a aderir ao setor socialista (fazendas de Estado e cooperativas de produção), este apenas passou de 6% das terras, em 1946, a 18%, dez anos mais tarde.¹ Se este número não é desprezível, ele não pode, no entanto, ser comparado com seu equivalente húngaro, tchecoslovaco ou alemão oriental: nestes países a coletivização estava largamente adiantada, enquanto que a agricultura polonesa permanecia majoritariamente familiar.

A aliança do campesinato com a Igreja Católica, que desempenhava aqui o papel de um partido de oposição, assumindo a continuidade nacional, contribuiu, sem dúvida, para freiar a política do partido. Finalmente, o surto operário de 1956, reclamando "Pão e Liberdade", que suscitou uma greve das entregas obrigatórias da produção por parte dos camponeses, pôs fim à política de coletivização. Gomulka, de volta ao poder, autorizou a dissolução das cooperativas de produção. Das dez mil cooperativas agrícolas criadas durante o período 1948-56, nove mil optaram espontaneamente pela sua auto-dissolução.

* Este trabalho é o texto base de um dos debates realizados na Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, quando da missão de pesquisa e colaboração aí efetuada em maio de 1982, nos marcos de acordo que vincula (no quadro do convênio CAPES — COFECUB) os Mestrados em Sociologia e em Economia de Campina Grande - UFPb, ao grupo de Sociologia Rural de Nanterre (CNRS).

** Sociólogo, Encarregado de Pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), membro do *Groupe de Recherches Sociologiques* sediado na Universidade de Paris X (Nanterre), França.

(1) SZUREK, Jean-Charles. *Aux origines paysannes de la crise polonaise*. Paris Ed. Actes Sud, 1982.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	155 a 165	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

A agricultura familiar pôde então deslanchar com uma força nova. Beneficiando-se de preços favoráveis e de entregas obrigatórias de produção diminuídas, bem como de novas leis, proibindo o parcelamento das explorações, ela aumentou sensivelmente sua capacidade produtiva.

Se Gomulka no início foi imensamente popular no campo, comprovou-se, no entanto, após alguns anos, que um mal entendido havia se infiltrado entre os camponeses e ele. A direção gomulkista era hostil à coletivização *forçada*, porém não ao próprio princípio de uma agricultura coletiva. Como seus antecessores, Gomulka continuou a dotar em importantes meios de produção as P.G.R. (estabelecimentos agrícolas de Estado). Finalmente, ele manteve as entregas obrigatórias da produção, corveia socialista, em que os preços dos produtos agrícolas "vendidos" ao Estado eram três vezes inferiores aos do mercado livre. Propôs aos camponeses uma "socialização" gradual da agricultura por meio dos círculos agrícolas. Esses círculos, espécies de cooperativas de compra de material agrícola para os agricultores, controlados pelo Estado², nunca foram suficientemente abastecidos em máquinas. Tanto que esta forma de "coletivização doce", longe de suscitar o interesse dos camponeses, agravou as desilusões e sobretudo o êxodo rural. Seguindo um movimento nascido desde 1950 com a industrialização, os trabalhadores do campo continuaram a afluir às cidades, preferindo um salário assegurado de antemão, em condições consideradas menos difíceis que as do campo.

Antes de seu afastamento em 1970, Gomulka tinha deixado uma agricultura ainda familiar, porém sujeita às entregas obrigatórias de produção, incapacitada, por isso, de por em valor seus próprios recursos. Ela continuava, além disso, extremamente parcelada, na medida em que 3 milhões de famílias compartilhavam entre si, invariavelmente, desde 1950, 15 milhões de hectares de superfície agrícola útil, ou seja, um estabelecimento familiar em média para cada 5 ha.

A esta estrutura agrária "estagnante", acrescenta-se uma evolução inquietante: o envelhecimento da população agrícola, resultado direto da política pró-industrialista dos dirigentes poloneses. No limiar dos anos 70, um chefe de cada três estabelecimentos agrícolas tem mais de 60 anos, 18% tem menos de 40 anos e os de menos de 30 anos não ultrapassam os 5%³.

(2) Em 1959, a direção gomulkista criou um Fundo de Desenvolvimento da Agricultura. Este fundo devolvia ao setor agrícola individual, pelo intermédio dos círculos e com uma finalidade de mecanização, a diferença entre o preço das entregas obrigatórias e os preços livres.

(3) SZEMBERG, Anna (Coordenador): *Rolnictwo indywidualne w latach siedemdziesiątych* (Agricultura individual nos anos 70). Warszawa, Ed. Książka i Wiedza, 1980, p. 56.

O QUENTE E O FRIO: A POLÍTICA DE GIEREK (1970-80)

Gierek quis oferecer à Polônia um consumo de estilo "ocidental". Ele concedeu à agricultura familiar certas possibilidades de expansão e um lugar que pareciam fazer dela um sócio pleno do sistema econômico. Em 1972, extinguiu as entregas obrigatórias de produção e introduziu a assistência médica gratuita aos agricultores. Simultaneamente, os preços do produto foram consideravelmente aumentados (21% para o porco) e créditos a longo prazo, com juros baixíssimos, largamente aplicados. A agricultura camponesa, estimulada por esses incentivos, obteve em poucos anos resultados que nunca voltará a alcançar. Entre 1971 e 1973, a produção mercantil da agricultura individual aumentou de 30%, o rebanho bovino passou, entre 1971 e 1975, de 10,8 milhões de cabeças a 13,2 milhões, o rebanho suíno de 13,4 a 21,5 milhões. Em cinco anos, a produção de carne cresceu tanto quanto durante os vinte anos anteriores. O consumo de carne, que era de 53 kg por habitante ao ano, em 1970, atingiu os 70 kg, em 1975.

Não obstante, em dois anos (1974-76), o impulso inicial vai brutalmente sofrer um recuo rápido, e os "anos de ouro" da agricultura polonesa serão seguidos de longos "anos pretos". Os cartões de racionamento, introduzidos em 1980, sobretudo para os gêneros animais, melhor simbolizam esta ruptura.

Há várias causas para esta reviravolta, menores e maiores, mas sua acumulação precipitou a catástrofe. Entre as primeiras, houve certamente dois anos de quebras de safra (1974 e 1975), notadamente para o trigo e as batatinhas, ou seja, para "matérias primas" indispensáveis à pecuária. O preço elevado do trigo no mercado livre constituiu, portanto, uma primeira desvantagem para os criadores. Em boa lógica, o Estado deveria então ter aumentado suas importações de alimentos para o gado de forma a compensar a perda. Porém, foi o contrário que aconteceu. Ao manifestarem os primeiros sinais da crise geral (dificuldade de penetrar nos mercados internacionais, necessidade de reembolsar os credores), a equipe Gierek decide reduzir o consumo. As importações de cereais caem de 1,7 milhões de toneladas em 1974, a 1,4 em 1975.⁴ Principalmente que este alimento para o gado, a partir de 1975, não é mais cedido generosamente, como antes, a todos os setores da agricultura, mas em prioridade aos P.G.R. Assim, a agricultura familiar que, em 1974, obtinha ainda 6.919 milhares de toneladas de alimento, só conseguiu 3.656 milhares de toneladas em 1976. A diferença foi maciçamente transferida ao setor de Estado (*estabelecimentos agrícolas de Estado, cooperativas de produção, círculos agrícolas*)⁵ que se encontrou ainda mais bem dotado do que antes.

(4) *Rocznik Statystyczny Rolnictwa Gospodarki Żywnościowej 1978* (Anuário estatístico da agricultura e da indústria alimentar-1978), p. 387.

(5) Vale frisar que os *círculos agrícolas* tinham mudado depois da época gomulquista: de início, foram reagrupados em "cooperativas de círculos agrícolas", sob a base de uso de máquinas, cujo diretor era nomeado pelo Estado; depois, seu papel se estendeu à produção: os *círculos agrícolas* podiam cultivar terras e praticar a pecuária. Sua evolução traduz a estatização da agricultura iniciada em 1974.

TABELA 1
 VENDA DE ALIMENTOS PARA GADO POR SETORES
 (em milhares de toneladas)

	1975	1976	1975/1976
Nº total	7.580,0	6.961,4	91,8
Estabelecimentos agrícolas de Estado – P.G.R.	2.191,6	2.303,7	105,1
Cooperativas de produção	365,8	534,5	146,1
Círculos agrícolas	364,0	467,1	128,3
Estabelecimentos individuais	4.688,6	3.656,1	78,4

FONTE: ZEGAR, J. "Zaopatrzenie rolnictwa w srodki produkcji w latach 70-tych" (O abastecimento da agricultura nos anos 70), In: *Wies Wspolczesna*, nº 10/1977, pp. 56-57.

Essas medidas significavam claramente que uma política anti-camponesa tinha sido iniciada. As razões para tanto não são bem estabelecidas, pois os dirigentes nunca explicitaram sua reviravolta, porém os fatos falam por si. Enquanto as autoridades tinham aberto o mercado fundiário aos camponeses a partir de 1971, elas voltavam a fechá-lo em 1975 (90.000 ha vendidos em 1973, mas apenas 16.000 em 1975 e 19.000 em 1976). Reintroduziu-se a "compra administrativa de trigo", vasculhando-se as casas dos camponeses, pois supunha-se que eles escondiam seu trigo para fins especulativos.⁶ A ação anti-camponesa se acompanha de uma coletivização dissimulada: entre 1970 e 1980, a agricultura individual perdeu 10% de sua superfície (935.000 ha), quando o setor agrícola de Estado comprou 840.000 ha.

A que filosofia uma tal mudança pôde ter obedecido? Pode-se avançar a hipótese de que os dirigentes poloneses nunca quiseram realmente estabilizar a exploração familiar. Precisaram dela para fazer deslanchar a economia em 1971.

(6) KUCZYNSKI, Waldemar, *Po wielkim skoku* (Depois do grande pulo). Warszawa. Ed. Panstwowe Wydawnictwo Ekonomiczne, 1981. p. 64.

O dogma pró-industrialista somado ao da suposta superioridade da grande produção coletiva tinha, provisoriamente, suplantado a flexibilidade tática, clássica agora nas diversas equipes do poder na Polônia, favorável à exploração familiar.

De fato, segundo certas declarações semi-públicas de diversos responsáveis pela parte agrícola,⁷ a estratégia preconizada para a agricultura devia seguir parcialmente o "modelo francês", isto é, criar uma camada de produtores dinâmicos e concentrar as terras, sobretudo em proveito do setor estatal, e liquidar a pequena produção.

Este plano foi efetivamente aplicado. Criou-se uma camada de agricultores considerados pilotos, os "especialistas", polarizando-se sobre uma monoprodução (principalmente animal), com grande dependência das importações para seu abastecimento, puderam beneficiar-se, em razão de sua especialização, de vantagens desconhecidas pelos outros (crédito, impostos e sobretudo, prioridade na aquisição de meios de produção). A liquidação da pequena produção devia tomar uma forma "social", pois numerosos agricultores, particularmente entre os estabelecimentos sem herdeiros, querendo aceder à aposentadoria, davam em troca suas terras ao Estado. Este movimento se alastrou muito, notadamente entre os pequenos agricultores, assumindo posteriormente um compasso mais lento, quando novas condições (1977/78), ligadas a uma sobrecarga produtiva, acompanharam o direito à aposentadoria.

Em relação a 1970, onde detinha apenas 24% das terras, a agricultura estatal tinha passado a 31,6% em 1978, enquanto que a agricultura camponesa regredira de 75,1 a 68,4%.⁸ Durante a década anterior, a concentração de terras foi igualmente perceptível nos estabelecimentos familiares, pois as grandes explorações cresceram, principalmente em detrimento aos estabelecimentos médios. Os pequenos estabelecimentos (0,5 - 2 ha) cresceram, mas se trata quase exclusivamente de camponeses-operários.

(7) WOS, Augustyn. *Rolnictwo w gospodarce narodo wej do 2000 roku* (A agricultura na economia nacional até o ano 2000), relatório do Instituto de Economia Agrícola de Varsóvia.

(8) *Rocznik statystyczny, 1979* (Anuário Estatístico - 1979).

TABELA 2
ESTRUTURA AGRÁRIA DOS ESTABELECEMENTOS FAMILIARES
(% dos estabelecimentos)

	0,5 - 2 ha	2 - 5 ha	5 - 7 ha	7 - 10 ha	10ha e mais
1970	26,9	32,2	14,4	14,1	12,6
1978	30,5	30,2	12,9	12,7	13,7

FONTE: *Rocznik statystyczny, 1979* (Anuário Estatístico 1979), Warszawa, Ed. GUS.

Se esta tendência tivesse seguido uma progressão gradual, satisfatória para todas as partes interessadas, talvez tivesse permitido uma real "reconstrução" (termo consagrado pelos responsáveis agrícolas poloneses) da agricultura. Mas o plano sofreu uma correção brutal, amplificada pelas más safras e pela crise.

Os resultados não se fizeram esperar. Em 1976, a produção bovina *baixa* em 400.000 cabeças (3%) e a produção de suínos, essencial na Polônia, em 2,5 milhões de cabeças (12%).

Surge a crise de junho de 1976, com o anúncio da alta dos preços dos produtos alimentícios e sua anulação.

Para satisfazer as reivindicações operárias, os dirigentes decidem reconstruir a pecuária, acentuando sua ajuda à agricultura de Estado e aos "especialistas", o que contribuiu para exasperar mais ainda o campesinato. Ao fim de três anos, essa reconstrução estava terminada e a produção animal reencontrava seu nível de 1976, porém não se localizava mais, desta vez, nos estabelecimentos familiares.

TABELA 3
CONCENTRAÇÃO DA PECUÁRIA NA AGRICULTURA SOCIALIZADA
E NOS ESTABELECEMENTOS DE MAIS DE 10 ha (1970-1978) em %

	1970	1978
bovinos	41,3	53,4
suínos	39,3	56,2
ovinos	47,2	63,6

FONTE: STRUZEK, Boleslaw, "Przemiany w gospodarce chlopskiej w latach 70-tych" (As mudanças na agricultura camponesa nos anos 70), In: *Wies Wspolczesna*, n.º 11/1980.

A reconstrução se realizou, além do mais, a um custo exorbitante. O setor de Estado é guloso em alimentos para o gado e foi preciso ampliar as importações de trigo e de alimentos (2 milhões de toneladas em 1970, 7 milhões em 1977, 9 milhões em 1979). Ele é, sobretudo, esbanjador. Em 1978, para produzir um kg de carne, as cooperativas dos círculos agrícolas precisavam de 8,5 kg de alimentos, sendo respectivamente 4,2 kg para os estabelecimentos agrícolas do Estado (P.G.R.) e 3 kg para os estabelecimentos familiares. Esses dados são mais eloqüentes ainda quando se sabe que o setor de Estado dispõe de 52% do parque de tratores e absorve 300 kg de adubos/ha, contra 150 kg/ha no setor individual.

No fim dos anos 70, as condições especificamente "agrárias" de uma crise maior estavam bem reunidas. A agricultura pesava sempre mais na balança de pagamentos (o que não era o caso no início), sem poder atingir globalmente seu nível produtivo dos anos 1971-75, enquanto que a pressão sobre o consumo não cessava de aumentar.⁹

A IRRUPÇÃO SINDICAL

A concentração dos meios de produção a favor do setor Estatal e dos "especialistas" foi, a justo título, ressentida pelos camponeses como uma iniquidade social e uma irracionalidade econômica. Ela excluiu a maior parte deles (dois milhões e meio de camponeses) do crescimento da produção animal, o qual se revelou tanto mais caro que foi preciso edificar rapidamente construções para a pecuária na agricultura socializada, quando as explorações pequenas e médias, pontas de lança do salto para frente de 1971-1973, já possuíam esta infraestrutura.

Incerto quanto a seu futuro, abalado na sua identidade econômica e social, depois que lhe despertaram a esperança para posteriormente lhe intimidarem com ameaças, o campesinato reagiu violentamente. Desde julho de 1978, criavam-se aqui e acolá, "comitês de auto-defesa camponesa", seguidos por 300.000 camponeses que se recusavam a pagar suas taxas do seguro-velhice.

Desde o nascimento do "Solidariedade (*Solidarnosc*), o campo exigiu a criação de um sindicato especificamente agrícola. Greves e manifestações campone-

(9) Uma especulação crescente reforçava este processo em decorrência das diferenças entre os preços de produção e os preços de varejo, bloqueados pelo veto operário. A partir de 1976, a equipe dirigente quis por altas de preços à produção, reincitar os camponeses, sem, não obstante, ceder-lhes os meios de produção reclamados. Os camponeses compravam, então, gêneros na cidade, utilizando-os freqüentemente como alimento para o gado.

sas, apoiadas pela Igreja, multiplicaram-se com este fim durante todo o segundo semestre de 1980. O poder, particularmente hostil ao sindicalismo agrícola, acabou cedendo e, pela assinatura (20 de fevereiro de 1981) dos acordos de Ustrzyki Dolne e de Rzeszów — equivalente “camponês” dos acordos de Gdansk — admitiu de fato a existência de uma expressão autônoma dos produtores familiares. *O sindicato independente e autogerido dos agricultores individuais “Solidariedade”* (NSZZ RI “Solidarnosc”) nasceu oficialmente em 12 de maio de 1981.

Além de um reconhecimento do fato sindical, os acordos de Ustrzyki Dolne — Rzeszów constituem uma verdadeira revolução para o mundo rural, o oposto de todas as políticas agrárias levadas até aquele momento na Polônia Popular. Mencionemos as principais disposições:

- a) Garantia da existência da exploração familiar e do caráter durável, igual ao de outros setores da agricultura individual.
- b) Liberação do mercado fundiário (até concorrência de 100 ha, como prevê a lei polonesa).
- c) Igualdade de tratamento (dotações e créditos) entre todos os setores agrícolas, inclusive os “especialistas”.
- d) Programa de ajuda à agricultura individual.
- e) Repartição, por assembleias aldeãs, do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura.
- f) Nivelamento progressivo dos direitos sociais dos agricultores sobre os das demais categorias sócio-profissionais, notadamente o da aposentadoria de acordo com o mínimo social.
- g) Melhoramento da rede escolar.
- h) Desenvolvimento de creches e escolas maternas rurais, adaptadas à especificidade do trabalho agrícola.
- i) Distribuição, a partir de 1982/83, de novos manuais escolares, a fim de “apresentar, da melhor maneira, a verdade histórica no ensino da história”.¹⁰
- j) Desenvolvimento dos locais de culto (possibilidade notadamente de criar creches e escolas maternas confessionais).

Estes pontos dos acordos — entre dezenas de outros de menor importância — traduzem não apenas reivindicações econômicas, mas também políticas e culturais. O sindicalismo agrícola polonês fez questão de expressar, de seu ponto de vista, sua adesão à renovação geral da sociedade, recusando-se a constituir apenas um simples grupo de pressão da categoria. Ele representou maciçamente aqueles camponeses que não queriam ser excluídos nem da vida econômica nem da Na-

(10) *Protokol porozumienia w sprawie związków zawodowych rolników indywidualnych* (Protocolo de acordo referente aos sindicatos de agricultores individuais), Rzeszów-Ustrzyki Dolne, 18-20 de fevereiro de 1981, Ed. INZZ, 1981, p. 12.

ção. De imediato, o sindicato dos agricultores individuais proclamou seu apego às tradições agro-populistas dos movimentos camponeses de antes da guerra, bem como as dos "Batalhões Camponeses" contra o ocupante alemão. Ele também lembrou discretamente que o Partido Camponês de Mikolajczyk tinha sido a principal formação política de oposição ao poder "popular" em 1945-48. Assim, indicou claramente que os camponeses eram a Nação, subentendendo a ilegitimidade de seus adversários, representantes de interesses estrangeiros. A exigência de manuais escolares mais conformes à história nacional, bem como a presença de sindicatos, destacando-se nos acontecimentos simbólicos desta história (volta das cinzas do General Sikorski, comemorações da independência polonesa de 1918 etc.) participam dessa vontade de reapropriar uma memória coletiva e uma personalidade política, negada durante 35 anos.

O sindicato dos agricultores independentes "Solidariedade" também quis destacar sua participação na *modernidade* do Estado socialista (segundo sua própria terminologia) indicando o caráter positivo do estabelecimento familiar nesse tipo de sistema. Numerosos discursos sindicais, embora lançando sobre o poder a responsabilidade do fracasso da política agrícola, interiorizavam de fato as censuras de improdutividade dirigidas globalmente à agricultura polonesa. Os produtores familiares, pela voz do sindicato, nunca deixaram de reivindicar sua responsabilidade e seu lugar no Estado, afirmando que a agricultura familiar constituía uma oportunidade para a sociedade: "Nutriremos sozinhos a nação", "Não lhes faltará nem pão nem manteiga" — tais foram suas palavras de ordem durante todo o ano de 1981, dirigidas tanto à população quanto às autoridades.¹¹

Os interesses do sindicalismo agrícola e do "Solidariedade" têm constantemente convergido, superando os ressentimentos populares contra os camponeses, acusados de alimentar cronicamente a especulação. "Cada ataque contra o sindicato dos agricultores individuais é um ataque contra o "Solidariedade", afirmou L. Walesa, e o sindicato agrícola respondia com coletas de gêneros para as usinas ocupadas. Frente à ineficiência crescente dos circuitos de abastecimento e de distribuição, os dois sindicatos chegaram a impulsionar, em várias regiões, relações econômicas paralelas. Certas empresas encaravam a possibilidade de vender diretamente aos camponeses meios de produção industriais¹², enquanto estes criavam cooperativas de serviços e de troca independentes das redes oficiais. Prefigurando talvez a sociedade de amanhã, estas relações permaneceram, não obstante, limitadas.

(11) *Rola*, nº 1 (primeiro boletim do sindicato), que expressa a tendência União dos Produtores Agrícolas.

(12) *Rola*, nº 3, pp. 12-13, "Queremos distribuir os tratores pelo intermédio de Solidariedade Rural", declaração de Zbigniew JANAS, presidente do sindicato *Solidariedade* das fábricas de tratores URSUS.

Ligados num combate comum contra o poder, não há certeza, no entanto, de que divergências entre o sindicato operário e agrícola não tivessem aparecido em certo momento. Claro que isto é apenas hipótese e especulação. Porém, orientações ideológicas diversas começavam já a caracterizar os dois sindicatos. Certos líderes sindicais agrícolas não viam com bons olhos a evolução autogestionária do "Solidariedade", no qual percebiam a influência do socialismo democrático.

Essas rachas, perceptíveis no próprio seio do "Solidariedade", talvez poderiam igualmente ter emergido no sindicato agrícola. De fato, este último representou a ideologia agrária (agrarienne) clássica, com todas suas ambigüidades, porém adaptada à situação específica polonesa. O golpe de 13 de dezembro de 1981, pondo fim à renovação, também acabou com a evolução política ainda incerta do sindicato dos agricultores.

A ideologia do movimento sindical agrícola é tanto mais difícil de identificar, que o mesmo se constituiu, desde o início, de três tendências diferentes, porém com discursos similares: *Solidariedade Rural*, *União dos Produtores Independentes e Solidariedade Camponesa*. A existência desses três agrupamentos se explica pela ebulição dos campos logo após a criação do "Solidariedade". Espontaneamente, os agricultores se reagruparam em diversas regiões, criando, a cada vez, um sindicato. Essas três tendências se unificaram em 8 de março de 1981, em Poznań, durante um congresso constitutivo, assistido por L. Walesa, para formar o Sindicato independente e autogerido dos agricultores individuais "Solidariedade". Apesar de sua semelhança, é, no entanto, possível esboçar grosseiramente a especificidade de cada corrente.

Solidariedade Rural foi a organização mais numerosa e mais combativa. Nela encontram-se agricultores dinâmicos (muitos horticultores), marcados pelas tradições políticas do Sul polonês. É no Sul que nasceram, no início do século, os movimentos camponeses dos mais politizados. É no Sul que tiveram lugar as grandes greves camponesas de 1937; e é no Sul, finalmente, que foram assinados os acordos de Ustrzyki-Dolne e Rzeszów. A *União dos Produtores Independentes* representou mais os interesses da categoria da "boa agricultura" ("especialistas", grande produção) do Centro-Oeste. Quando à *Solidariedade Camponesa*, ela expressou sobretudo o campesinato tradicional (pequeno e grande) disperso em algumas províncias (województwa).

Na direção do sindicato unificado NSZZ RI, encontraram-se, portanto, majoritariamente, agricultores dinâmicos, mais acostumados ao mercado do que à autarquia camponesa, e sua presença, ali, pôde causar admiração, mas os "especialistas" tinham sido mimados pelo poder. De fato, seus benefícios reais também foram relativos: no decorrer dos anos 1979-1981, no contexto geral de crise, numerosos "especialistas" tinham sido abalados pelos preços desfavoráveis e, sobretudo, pela falta generalizada de meios de produção. Sua reação foi à altura

de seu medo. Tendo sofrido riscos financeiros e políticos importantes, durante a década anterior, eles se viram bruscamente ameaçados tanto quanto a pequena produção, porém com possibilidades de recuos bem inferiores a esta. As condições de unidade do campesinato foram assim criadas.

No decorrer do tempo, cisões mínimas afetaram o sindicato NSZZ RI. Uma fração de *Solidariedade Camponesa*, e a seguir outra de *Solidariedade Rural* se separaram, cada uma voltando a sua sigla e se fazendo reconhecer pelas autoridades que viam aí um meio fácil de dividir o movimento sindical, quando não o tinham suscitado (o caso de *Solidariedade Camponesa* em Lublin). As razões invocadas pelos autores das cisões — oposição ao centralismo do sindicato no caso de *Solidariedade Camponesa*, vontade de incluir os assalariados agrícolas do setor socialista nas fileiras no caso de *Solidariedade Rural* — não parecem muito sérias, tal é a importância dos cacifes presentes nessa segunda metade do ano de 1981. As ambições pessoais e as manipulações não foram estranhas a essas divisões, mas são coisas normais numa sociedade que se abre ao pluralismo.

Tanto quanto *Solidariedade* “representou a sociedade”, o sindicalismo agrícola, fortalecido pelo apoio da Igreja e do concurso de seus méritos, expressou bem um campesinato que quis se reapropriar de sua voz no discurso dos negócios. Os longos anos estalinistas e depois pós-estalinistas, caracterizados pelo mito do operário progressista oposto ao camponês retardatário, não puderam impedir que ambos se encontrassem do mesmo lado da barricada nos momentos decisivos.

Tradução de Ghislaine Duqué

O PROCESSO DE MUDANÇA SÓCIO-ECONÔMICA DO CARIRI PARAIBANO

Ghislaine Duqué
José Grabois
Maria Cristina Marin
Maria de Jesus N. Aguiar
Ramón Peña Castro

Nas páginas seguintes apresentamos ao leitor um conjunto de três artigos relativos a um projeto de pesquisa multidisciplinar que vem se desenvolvendo desde 1983 nos marcos dos Mestrados de Sociologia Rural e de Economia Rural de Campina Grande.

Os artigos *Estrutura Fundiária e Pequena Produção*, de Ghislaine Duqué, *Migração sem Urbanização*, de Maria Cristina Marin, e *Política de Reflorestamento no Semi-Arido Paraibano*, de Ramón Peña Castro, nasceram do relatório da primeira fase da pesquisa: *Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba — O Cariri da Paraíba* (Campina Grande, UFPb, nov./83), realizada durante o ano de 1983 com financiamento do CNPq. Dela participaram também os pesquisadores José Grabois e Maria de Jesus Nogueira Aguiar, que se encarregaram do estudo de Geografia Agrária, definindo as características físicas e produtivas da região, e da sua relação com o processo de capitalização do latifúndio tradicional; pela sua natureza e extensão não foi adaptado para integrar esta publicação.

O trabalho conjunto de pesquisadores provenientes de diferentes áreas acadêmicas (Antropologia, Economia, Geografia e Sociologia), baseado numa visão histórico-estrutural da realidade, teve como objetivos principais: a) definir as características gerais da economia e da sociedade da região, e b) tentar uma interpretação totalizante das mudanças em curso e seus vínculos com a conjuntura da seca prolongada e as políticas daí decorrentes.

Assim, o artigo sobre a estrutura fundiária trata da dinâmica da sociedade rural e da importância relativa da pequena produção. O artigo sobre a urbanização trata das relações campo-cidade e dos movimentos migratórios, questionando o conceito de "urbano" aplicado a Serra Branca. O artigo sobre a política de reflorestamento avalia a importância econômica e os efeitos sociais mais relevantes deste instrumento de política agrária para a concentração fundiária e para a intensificação do processo de pecuarização das grandes propriedades.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	167 a 211	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

Finalmente, é preciso ressaltar que a pesquisa vem continuando no sentido do aprofundamento de questões levantadas nesse primeiro contato com a região, com o intuito de avançar na consecução dos grandes objetivos acima descritos.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PEQUENA PRODUÇÃO. (UM ESTUDO DE CASO NO CARIRI PARAIBANO)*

Ghislaine Duqué **

INTRODUÇÃO

A pesquisa, cujos resultados são apresentados aqui, se desenvolveu ao longo de 1983, como etapa de um projeto a longo prazo, assumido por uma equipe interdisciplinar, com o objetivo de analisar e acompanhar o *Processo de mudança sócio-econômica na região semi-árida da Paraíba*.

O que mobilizou a equipe e a levou a se interessar por essa região, especialmente desolada e pouco povoada, foi a forte suspeita de que a seca é um fenômeno tanto social quanto climático. Ou, mais exatamente, que o fenômeno climático tem conseqüências sociais tão dramáticas por razões também sociais, porque a vulnerabilidade dos pequenos produtores aos efeitos da seca não é tratada de forma adequada, mas, pelo contrário, mantida e até reforçada.

O Cariri Paraibano foi escolhido por representar o Semi-Árido por excelência. Aí, o fenômeno da seca assume dimensões paradigmáticas.

O estudo interdisciplinar fez convergir para esse objeto a geografia, a agronomia, a economia, a antropologia e a sociologia. Nossa contribuição específica foi de tentar entender *o dinamismo da sociedade rural no Cariri paraibano*, ou seja, descobrir em que direção e de que forma está se transformando – ou se firmando – a estrutura de classes na região, com uma atenção particular à pequena produção e a seu lugar nessa dinâmica. Esse estudo implica questões subjacentes

* Versão revista e ampliada da comunicação apresentada na 8ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em Águas de São Pedro (SP), 23-26 de Out. de 1984 (financiamento parcial do CNPq).

** Professora do Dept.º de Sociologia e Antropologia e do Mestrado em Sociologia, UFPb, Campus II, Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	168 a 196	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

bastante relevantes, tanto a nível teórico quanto prático: a questão da natureza de classe do campesinato, dos rumos de sua diversificação, das possibilidades de sua organização, do caráter de classe do Estado etc.

Vale frisar que os resultados aqui apresentados se referem a uma primeira etapa da pesquisa na região, tendo um caráter ainda preliminar. Neste primeiro tempo, demos ênfase aos fenômenos internos à sociedade local, grifando a oposição e interação entre latifúndio e pequena produção. Isto não significa que a sociedade abrangente esteja ausente de nossas preocupações. Na etapa seguinte, pretendemos abordar esses temas mais amplos (papel do capital financeiro, comercial e industrial) e estudar especialmente os efeitos das intervenções do Estado, tão presente na área, além de aprofundar certos aspectos mais complexos já tocados aqui.

A pesquisa se realizou dentro de um contexto de docência, com limites específicos a esse quadro (especialmente de tempo), mas com elementos estimulantes, tais como o constante questionamento mútuo entre teoria e dados de campo. Ela se desenvolveu em duas vertentes: estudos de dados secundários e pesquisa de campo. Esta se realizou em diversas estadas de duração variada, utilizando-se a observação e diversos tipos de entrevistas, especialmente histórias de vida e entrevistas semi-dirigidas. As viagens se davam geralmente com a participação de todos, ou quase todos os membros da equipe. Um procedimento muito proveitoso foi de discutir em equipe, toda noite, antes da elaboração do diário de campo, os dados colhidos durante o dia. Essa discussão costumava se prolongar informalmente nos dias e nas semanas seguintes, de tal forma que um quadro conjunto interpretativo foi elaborado aos poucos, integrando a participação de todos. O resultado se configura num relatório comum, com quatro capítulos assinados individualmente, porém onde a contribuição de todos é embutida em tudo.¹

Quero, portanto, agradecer muito especialmente cada um desses colegas, e estender esses agradecimentos ao CNPq, que financiou parcialmente a pesquisa.

A comunicação aqui apresentada é uma versão retrabalhada do Capítulo II do relatório citado acima, que corresponde a nossa contribuição específica.

(1) AGUIAR, Maria de Jesus Nogueira; CASTRO, Ramon Peña; DUQUÉ, Ghislaine; GRABOIS, José e MARIN; Maria Cristina de Melo. *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba — O Cariri Paraibano*. Campina Grande, UFPB/CNPq. Relatório de Pesquisa, 1983.

O CARIRI PARAIBANO: QUADRO GERAL²

A região onde se situa nosso estudo não é uma área "habitual". É um caso extremo: pelas condições naturais e pelas condições sociais. Pela interdependência entre os dois aspectos, precisamos iniciar nossa apresentação, desenhando o quadro geral onde se dá a dinâmica da pequena produção.

Situado na parte Centro-Sul da Paraíba, o Cariri representa uma vasta porção do território do Estado — cerca de 25% — ocupando aproximadamente 15.500 km²; ele conta com uma população de apenas 290.000 habitantes, com forte predominância da população rural (72,6%), e numa densidade particularmente fraca: menos de 19 hab/km² (média do Estado: 49 hab/km²) (IBGE 1980. Censo Demográfico).

A região do Cariri Paraibano é a mais seca do Brasil. O clima regional caracteriza-se por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 25°), fracas amplitudes térmicas anuais, chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares, o que provoca fortes déficits hídricos. Essas características são particularmente acentuadas em Cabaceiras, onde evidencia-se a extrema secura do clima: o total anual de chuvas é de 290,9 mm (média de 62 anos), com 11 meses secos. Essas condições hostis se atenuam progressivamente para o oeste.

Ligado à irregularidade da distribuição das chuvas durante o ano acrescenta-se o drama da seca, que se constitui essencialmente da seqüência de vários anos deficientes em precipitações — de volume insuficiente ou mal distribuídas — frustrando as possibilidades de plantio ou de maturação das culturas.

A vegetação é constituída pela caatinga, a mais xerófila. Ela se apresenta geralmente com fisionomia de estepe arbustiva, deixando aparecer, durante a estiagem, um solo geralmente desnudo — sem recobrimento herbáceo — e, portanto, não passível de incorporar matéria orgânica. Não são raros os trechos pedregosos, juncados de seixos, onde a erosão em lençol é acentuada.

A estrutura fundiária da região é bastante concentrada. A ocupação revela a predominância do latifúndio, onde se pratica principalmente a pecuária hiperextensiva. A criação de bovinos, atividade de maior expressão econômica, do-

(2) Para mais detalhes sobre o quadro natural, as principais atividades econômicas e os sistemas de produção da região, ver os estudos de nossos colegas de equipe, José Grabois e Maria de Jesus Nogueira Aguiar, especialmente: "O Cariri Paraibano": Um estudo de geografia agrária regional — Primeira aproximação., in: *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba — O Cariri Paraibano* (op. cit.) e "Os Sistemas Agrícolas Tradicionais e os Elementos de Modernização no Sertão Ocidental da Paraíba" in: *inter-Facies*, São José do Rio Preto. UNESP/IBILCE, 1980 n.º 22. Este capítulo se inspira diretamente da contribuição desses dois pesquisadores.

mina a agricultura, pois leva a ocupar os melhores solos — vales úmidos, terras de vazantes dos açudes — com plantas forrageiras. Ela também transforma o sentido da cultura tradicional do algodão arbóreo, plantado, hoje, menos para a fibra (cujo preço é particularmente instável) do que como pastagem ou para a torta que serve de ração.

O rebanho caprino e ovino — o maior do Estado — em forte crescimento nos últimos anos, está grandemente ligado à pequena produção (pequenos proprietários ou moradores das fazendas). Menos exigentes do que os bois, cabras e ovelhas aproveitam melhor a caatinga como pasto natural e não necessitam de ração complementar.

Enquanto a criação se dá nos interflúvios — terrenos secos, de solos mais pobres e freqüentemente pedregosos, recobertos pela caatinga, os vales são áreas agrícolas: algodão, milho, feijão e palma (de forma consorciada ou não) nas vertentes; capineiras, fruteiras e algumas culturas alimentares nos baixios e nas várzeas. Nos períodos de seca, as capineiras ganham espaço, revelando claramente a importância da pecuária, o predomínio do alimento bovino sobre o alimento humano. Na seca prolongada dos últimos anos, o algodão regrediu muito, enquanto a palma se expandiu consideravelmente, junto com as capineiras e com as plantações de algaroba. Esta árvore, de crescimento rápido, produz vagens utilizadas como ração. O reflorestamento com algaroba é financiado, a fundo perdido, através do IBDF, por um valor calculado em ORTN, superestimado e equivalente a mais de dez vezes o preço da terra na região. O financiamento só é concedido para empresas e projetos que suponham áreas maiores de 100 ha, excluindo desse benefício a maioria esmagadora dos proprietários.

O sistema de produção tradicional na região é baseado no consórcio pecuária/algodão³ e na força de trabalho dos "moradores". Estes são trabalhadores sem terra, admitidos na fazenda de gado para nela plantar algodão na base da "meia". Entre os pés de algodão também é praticada a cultura de milho e feijão, e, às vezes, o proprietário cede também pequenas parcelas de baixio para outras culturas alimentares.

Assumir a cultura do algodão, malgrado sua baixa remuneração (instabilidade dos preços no mercado e partilha do produto com o proprietário), constitui, portanto, para o morador, a forma de ter acesso à terra para plantar culturas alimentares e assegurar sua subsistência.

(3) "Consórcio" porque o algodão serve mais para o gado (pastagem e torta) que para a fibra, e porque o algodão permite ter na fazenda uma mão de obra disponível para trabalhos eventuais necessitados pela criação. Não se trata portanto de duas atividades paralelas mas profundamente integradas.

A crescente pecuarização promove sistematicamente a expulsão disfarçada desses moradores, na medida em que a cultura do algodão — sua principal razão de ser na fazenda tradicional — e a agricultura de subsistência tem que ceder espaço às plantas forrageiras.

A seca então serve como um excelente álibi (mais do que como causa) para a eliminação dos moradores, antes que estes venham reivindicar eventuais direitos. Assim se acentua o êxodo rural, esvaziando mais ainda a região.

Apesar do caráter dominante dos sistemas extensivos, encontram-se, embora de forma pontual, importantes lavouras comerciais irrigadas, com caráter nitidamente intensivo: alho e cebola, tomates, hortaliças. São, na maioria, pequenos plantios feitos por pequenos produtores em "associação" com um financiador capitalista, geralmente da cidade.

A existência de tais sistemas intensivos assume particular importância no sentido de apontar para possibilidades alternativas, demonstrando a viabilidade da região sem que seja necessariamente na linha de sua propalada "vocação" pastoril.

O CASO ESTUDADO: SERRA BRANCA

Era impossível abordar o estudo da sociedade rural no Cariri sem situar a pesquisa num espaço limitado, pois a análise de fatos sociais exige uma certa intimidade com seus protagonistas.

Optamos, como passo inicial, pelo município de Serra Branca, situado bem no centro da região. Pela avaliação de nosso colega geógrafo, ele marca provavelmente a transição entre dois "Cariris" bastante diversos: um Cariri oriental, de relevo aplainado, muito seco, pouco povoado, em oposição a um Cariri ocidental, dotado de amplos vales, e por isso, dispondo de água e de manchas de solos férteis, com concentrações mais importantes de população.

Por essa posição intermediária, como também por ser bastante extenso, esse município nos pareceu constituir uma amostra bastante significativa da região como um todo, pelo menos para uma primeira etapa da pesquisa, de caráter bastante exploratório.

Situado a 110 km de Campina Grande, o município de Serra Branca tem uma área de 1.034 km² e uma densidade demográfica de 14,82 hab/km², correspondendo a uma população de 15.319 hab. (IBGE, 1980), a maior parte rural: 9.637 hab (62,9%) na zona rural, 5.682 hab. (37,1%) na zona urbana distribuídos entre a pequena cidade (4.548 hab.) e as sedes dos três demais distritos (1.134 hab.).

Os municípios vizinhos são: São João do Cariri, ao Leste; São José dos Cordeiros, ao Norte e ao Oeste; Sumé, ao Sudoeste; e Congo, ao Sul.

A região foi ocupada a partir da instalação de fazendas de gado no início do século XIX e, até hoje, a pecuária domina a região. Porém, Serra Branca esperou até 1960 para obter seu estatuto definitivo de cidade. Sua independência municipal se deve a uma divisão territorial entre duas famílias rivais, fato que aponta para a importância da oligarquia local e de suas histórias pessoais na História do município.

A cidade vive essencialmente em função de alguns serviços oferecidos à zona rural: rede bancária, órgãos de assistência técnica, etc. Não possui cinema, jornal, rádio nem estádio. A zona urbana termina abruptamente no meio das roças, sem "ponta de rua" nem favela nem outro índice — tão habitual em outras cidades — de uma certa atração exercida sobre uma população em busca de trabalho e de serviços. O que Serra Branca pode oferecer é tão pouco que os eventuais migrantes procuram imediatamente um lugar mais dinâmico. O resultado se configura na existência de bairros inteiros semi-vazios. Apenas as poucas ruas do centro conhecem uma certa animação.

A mesma impressão de vazio impressiona quem percorre a área rural do município. Isto se deve essencialmente à estrutura fundiária e à forma de ocupação do espaço que passamos agora a analisar.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

As características da região, retratadas sinteticamente na primeira parte deste trabalho, encontram, em Serra Branca, sua perfeita ilustração. O primeiro desses traços se refere à concentração fundiária e ao predomínio do latifúndio dedicado à pecuária extensiva. Alguns dados numéricos ilustram estas afirmações:

- As grandes propriedades (acima de 500 ha) ocupam 45,7% da área cadastrada do município, embora só representem 2,4% dos imóveis;
- As pequenas propriedades (assim classificadas até 100 ha na região semi-árida) constituem 88% dos imóveis, mas dispõem de menos de 25% da área total;
- Os imóveis de 100 a 500 ha (que, nas condições da região semi-árida, podem ser considerados como médios) são menos de 10% do total, dispondo de 29,2% da área. (Para mais detalhes ver Anexo nº 1).

Esses dados, embora relativos ao início da década de 1970 (INCRA, Cadastro de 1972), foram mais do que comprovados pelo trabalho de campo de 1983, ou melhor, este indicou um grau mais forte ainda de concentração da estrutura fundiária. Encontrou-se, por exemplo, uma propriedade de uns 12.000 ha, quando em 1972, não se revelava nenhum imóvel acima de 5.000 ha. Por outro lado, verificou-se a existência de vários imóveis pertencentes a um único proprietário

ANEXO 1
 ÁREA TOTAL, ÁREA APROVEITÁVEL E ÁREA EXPLORADA POR CLASSE DE ÁREA
 MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – 1972

Classes de Área (ha)	Nº Imóveis	%	Área Total		Aproveitável *		Explorada *	
			ha	%	ha	%	ha	%
0 – < 10	402	35,54	1.896,1	2,58	1.687,1	2,54	1.512,8	2,68
10 – < 50	504	44,56	10.651,5	14,47	9.128,2	13,74	7.631,2	13,49
50 – < 100	90	7,96	5.814,5	7,90	4.966,5	7,48	4.035,2	7,14
100 – < 200	54	4,77	6.643,1	9,02	5.603,1	8,43	4.622,6	8,17
200 – < 500	53	4,69	14.902,4	20,24	13.284,0	19,99	11.710,0	20,71
500 – < 1.000	15	1,33	10.423,3	14,16	9.344,6	14,06	8.491,1	15,01
1.000 – < 2.000	09	0,80	12.683,0	17,23	11.965,0	18,01	10.286,0	18,19
2.000 e +	04	0,35	10.598,0	14,40	10.468,0	15,75	8.264,0	14,61
Total	1.131	100	73.611,90	100	66.446,5	100	56.552,9	100
Dados inconsistentes	30		7.264,3		2.963,4		1.161,9	
Total Geral	1.161		80.876,2		69.409,9		58.169,8	
Sub-Totais			Sub-Totais					
0 – < 100	996	88,06	18.362,1	24,94	15.781,8	23,76	13.179,2	23,31
100 – < 500	107	9,46	21.545,5	29,27	18.887,1	28,42	16.332,6	28,88
500 e +	28	2,48	33.704,3	45,79	31.777,6	47,82	27.041,1	47,81
Total	1.131	100	73.611,9	100	66.446,5	100	56.552,9	100

* Dados disponíveis para 1.124 imóveis (e não 1.131). Faltam 03 imóveis na faixa de 2 a 5 ha, 3 na faixa de 10 a 25 e 01 na faixa de 100 a 200 ha, pelos quais os dados são inconsistentes.

Fonte: INCRA – 1972

ou uma família. Um levantamento dos proprietários de mais de 500 ha pela relação de contribuintes de ITR de 1983, no escritório local do INCRA, se reduz a 15 nomes, num total de mais de 1.300 imóveis.

É provável que a concentração fundiária seja mais acentuada ainda na zona da mata, onde a importância econômica da cana sustenta o monopólio da terra. Porém, no Cariri e no Semi-Arido em geral, onde a grande propriedade tampouco deixa de possuir atrativos, a impressão visual dos vastos espaços vazios torna, sem dúvida, chocante a constatação do encurralamento dos minifúndios intensivamente ocupados. Esta impressão de "vazio" se deve ao predomínio da pecuária extensiva. Dados sobre a ocupação do espaço revelam claramente esse fato:

- Áreas dedicadas ao gado: 69,31% do espaço aproveitável, dividido entre:
 - . "pastoreio temporário" (caatinga): 45,95%.⁴
 - . "pastagem" (capim plantado para pisoteio e capineiras): 23,36%.⁵

"Terras que não permitem a formação de pastos permanentes devido às condições físicas impróprias (solos muito ruins e estação seca prolongada, superior a 8 meses ao ano, ou alagamento sistemático, superior a 6 meses ao ano).

NÃO CONFUNDIR COM ÁREAS INAPROVEITÁVEIS que são terras que nunca permitem o pastoreio". (Manual de preenchimento).

"Pastos formados, utilizados para a criação de animais (. . .) tanto os naturais e melhorados como os plantados, incluindo as terras cultivadas com forrageiras para consumo do gado". (Ibid.).

- Área de culturas: 14,39%, discriminando-se:
 - . culturas permanentes (essencialmente o algodão): 12,92%.
 - . culturas temporárias (alimentares): 1,45%.
 - . hortigranjeiros: 0,02%.
- Outras: 16,3%, assim distribuídas:
 - . extração vegetal e/ou florestal: 0,11%.
 - . áreas aproveitáveis não exploradas: 16,19%.⁶ (INCRA 1972).

(4) "Terras que não permitem a formação de pastos permanentes devido às condições físicas impróprias (solos muito ruins e estação seca prolongada, superior a 8 meses ao ano, ou alagamento sistemático, superior a 6 meses ao ano). *Não confundir com áreas inaproveitáveis* que são terras que nunca permitem o pastoreio" (Manual de preenchimento)

(5) "Pastos formados, utilizados para a criação de animais (...) tanto os naturais e melhorados como os plantados, incluindo as terras cultivadas com forrageiras para consumo do gado". (Ibid.).

(6) Incluindo a reserva legal de floresta.

As culturas alimentares aparecem, portanto, de forma pontual. A pecuária, sem dúvida nenhuma, domina a paisagem. Esta afirmação tem mais força ainda se tomarmos em consideração que as culturas permanentes — no caso essencialmente o algodão — geralmente são plantadas em função do boi. Portanto, podemos avaliar que as áreas destinadas ao rebanho talvez atinjam perto de 80% do espaço aproveitado.

Esse predomínio da pecuária no espaço, corresponde ao predomínio do grande proprietário sobre a pequena produção (minifundiários, posseiros etc.). Grande e pequena produção constituem uma complementaridade contraditória.

De 1972 (data de nossos dados)⁷ até hoje, a pecuária se expandiu consideravelmente, em decorrência do impulso dado pelos incentivos oficiais em favor dessa atividade, supostamente capaz de aliviar o peso das importações de carne (estas tinham passado, de 1946 a 1974, de US\$ 298.000 para mais de 50 milhões de dólares⁸ ou aumentar as exportações. A título de exemplo, a maior parte do crédito do Proterra foi dedicada à pecuária, linha de crédito essa que canalizou aproximadamente a metade do crédito total do Nordeste de 1971 a 1977.⁹

A expansão da pecuária tem significado uma substituição gradativa dos tipos de culturas: perto de fontes de água, capineiras irrigadas, nas vertentes e tabuleiros: capim de pisoteio e palma. Quanto à algaroba, encontramos vastas plantações em fase de implantação tanto nos baixos quanto nas vertentes e nos tabuleiros. Isto resulta num recuo das agriculturas de subsistência e do algodão, e portanto numa expulsão disfarçada da população que sobrevive destas culturas.

A pecuária extensiva, a atividade principal do latifúndio, constitui uma atividade poupadora de mão de obra. O quadro seguinte demonstra, com a maior clareza, a relação entre o aumento do rebanho bovino, de 1972 a 1978, e a diminuição da mão de obra, durante o mesmo período:

(7) Os dados de 1978 não são liberados pelo INCRA, pelo menos a nível de Municípios.

(8) SORJ. B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 85.

(9) *Ibid.* p. 103. Assim, observa SORJ, um programa que se orientava originalmente para a distribuição de terra (o PROTERRA) dedica a maior parte de seus recursos a um programa de modernização agrícola que termina expulsando a população rural já estabelecida.

PROPRIEDADES E PROPRIETÁRIOS: EVIDÊNCIAS E DÚVIDAS

1. O Latifúndio

Vimos que, no caso específico de Serra Branca (e esse caso não é excepcional), perto da metade do espaço é monopolizado por um punhado de grandes proprietários. Pode suscitar admiração esse fascínio exercido pela terra numa região tão desolada. Mas o monopólio da terra se assenta em benefícios não desprezíveis.

A terra assegura, em primeiro lugar, uma produção que, embora pouco intensiva, se torna lucrativa, uma vez que, no sistema tradicional baseado na mão de obra de moradores-parceiros, os custos com insumos e força de trabalho são mínimos.

A terra também serve de garantia para obter crédito subsidiado — que nem sempre será aplicado na produção agrícola — ou mesmo recursos financeiros a fundo perdido — como os do IBDF, já mencionados acima. Perpetua-se, desta forma, a situação denunciada em obra famosa¹⁰, relativa à “captura” dos privilégios do Estado pela oligarquia fundiária. Vale frisar que a importância do monopólio da terra leva, não raramente os latifundiários a ampliar ainda mais suas propriedades, fazendo pressão sobre os minifúndios, sempre mais encurralados.

A grande propriedade permite ainda distribuir “favores”, como autorização de tirar água de seus açudes, o que assegura a constituição de uma clientela política. Esta, por sua vez, é instrumento de barganha na negociação entre o poder local aliado ao latifúndio e o governo estadual e federal. Não é por acaso que os maiores latifundiários do município têm nomes ligados à política estadual e nacional. A clientela se constitui assim em alicerce do mecanismo de pressão para obter, das autoridades estaduais e federais, repasse de fundos públicos, decisões administrativas favorecendo a região, ou favores que servirão, por sua vez, para reforçar o clientelismo.

Devíamos verificar, no decorrer da pesquisa, que os grandes proprietários, na sua maioria, também dominam os outros setores da vida econômica local, especialmente o comércio. Alguns proprietários importantes são também altos funcionários dos órgãos oficiais ligados ao financiamento ou à extensão rural. Bom número deles, mesmo exercendo responsabilidades na administração local, residem fora do município: Campina Grande, João Pessoa, ou mesmo Rio de Janeiro e Brasília.

Suas fazendas estão entregues a administradores, cuja qualidade principal não é o diploma profissional, mas sim, a competência adquirida na prática e, sobretudo, a confiança neles depositada pelo proprietário.

(10) OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1977.

**EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO REBANHO BOVINO
E OS INDICADORES DE ABSORÇÃO DE MÃO DE OBRA RURAL
NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA, DE 1972 a 1978.**

Indicadores	1972	1978	Diferença (%)
Rebanho bovino (cab.)	5.252	7.603	44,8
Dependentes do proprietário trabalhando	1.139	792	- 30,5
Assalariados permanentes	249	87	- 65,1
Imóveis com parceiros	80	48	- 40,0
Área sob parceria (ha)	1.467	722	- 50,8

Fonte: INCRA. Cadastro de 1972 e Sistema de Análises Preliminares do Cadastro DP/1978.

Quando o latifúndio se "moderniza", isto não significa uma intensificação de suas atividades. A pecuária permanece e se afirma na sua forma extensiva, ocorrendo apenas uma certa modificação na alimentação do rebanho: a caatinga continua servindo de "pastagem natural" e fornece o essencial da ração "no verde"; porém o "recurso" na estiagem e o complemento alimentar não são mais supridos pelo algodão ou pela torta do algodão, mas pelas capineiras irrigadas ou pelas vagens de algaroba. A tecnificação se manifesta na forma dos motobombas e aspersores para irrigação e da máquina forrageira que tritura o capim.

Este tipo de mudança, embora limitada, acentua mais ainda a compressão de mão de obra. Esta opção do latifúndio se justifica por motivos tanto políticos quanto econômicos. Trata-se, para o grande proprietário, de reorientar suas atividades de forma a evitar os inconvenientes causados por uma mão de obra que começa a se organizar para reivindicar os direitos que a lei lhe assegura. Não é apenas a instabilidade dos preços do algodão que explica sua substituição progressiva por capineiras e algaroba¹¹.

(11) Serra Branca teve, até outubro de 1983, 28 projetos de reflorestamento com algaroba aprovados, com um total de 4.460 ha, área considerável se comparada às áreas de culturas alimentares ("culturas temporárias"): 1.007 ha. (dados extraídos do estudo de nosso colega, Ramón Peña Castro, sobre a política de reflorestamento. In: "O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba - Cariri Paraibano", op. cit.).

Existe, portanto, um confronto real e bastante direto (embora disfarçado) entre grandes proprietários e população trabalhadora (mesmo aquela que não trabalha na propriedade mas precisa de terra ou trabalho). Ou seja, o monopólio da terra, exercido pelos grandes proprietários, e o caráter que dão à sua exploração privam a grande massa da população trabalhadora de seu trabalho ou do acesso a esse meio de produção e de subsistência indispensável que é a terra.

Observa-se ainda que, ao optar por atividades poupadoras de mão de obra, o latifundiário entra em contradição com sua postura tradicional de "coronel", cujo poder de barganha assenta-se sobre a importância de sua clientela. Acreditamos que esta modificação acompanha o declínio progressivo do caminho "coronelístico" provocado pela intervenção direta do Estado via projetos e obras. As influências políticas não perderam totalmente sua importância, mas elas estão sempre mais subordinadas aos interesses diretamente econômicos. A oligarquia local perdeu sua autosuficiência e tece alianças com o novo poder tecnocrático. A nível local, o melhor exemplo é o do Gerente do Banco, cuja influência é marcante.

2. A média propriedade: uma interrogação

A média propriedade situada entre o latifúndio e o minifúndio, é numericamente minoritária: 9,46% dos imóveis se situam entre 100 e 500 ha, ocupando 28,42% da área aproveitável (anexo 1).

A situação dos proprietários desta faixa nos parece exigir certos cuidados quanto a sua caracterização. Os médios proprietários se destacam, a primeira vista, por sua "vocaçãõ" de empresários rurais, pois eles detêm, em princípio, terra suficiente para poder fazer de sua propriedade um "negócio" produtivo. Eles constituem, por exemplo, o estrato que mais se beneficiou dos recursos canalizados pelo Projeto Sertanejo. À diferença dos latifundiários, quase sistematicamente ausentes da fazenda, os médios proprietários muitas vezes gerem eles mesmos a produção e as atividades são compartilhadas pelos membros da família. Encontramos, para nossa surpresa, vários chefes de exploração dessa categoria cuja história de vida revela antecedentes ligados ao minifúndio ou mesmo à moradia na grande fazenda. Porém, esta imagem do sucesso deve ser relativizada.

Enquanto os minifundiários, na sua maioria, apenas contam com seu esforço de trabalho e dele mal sobrevivem, e os grandes proprietários assentam sua prosperidade sobre atividades extensivas, porém absorvendo recursos fartos e a fundo perdido (como os do IBDF), os produtores deste estrato parecem (tendência indicada pelo trabalho de campo) os que mais aplicaram recursos na modernização de sua estrutura produtiva, chegando hoje — pelo menos alguns deles — a uma situação de endividamento, agravada ainda pela conjuntura da seca e pelas condições bem menos favoráveis do crédito agrícola¹². Suas dificuldades (que

(12) Os custos de produção podem ser importantes (infraestrutura, insumos, combustíveis para irrigação). Os riscos são altos e os preços de comercialização nem sempre compensadores, de forma que os produtores mais dinâmicos muitas vezes encontram-se penalizados.

lembram a vida esforçada dos colonos modernizados do Sul) questionam também a própria política de modernização induzida na região. Um estudo mais aprofundado desse estrato nos parece importante, não só para entender sua situação de classe, mas também para verificar a coerência da proposta oficial de promover, nessa faixa, uma camada média de agricultores capitalizados e avaliar os efeitos dessa política comparada aos privilégios dos latifúndios menos produtivos.

3. *A importância da pequena propriedade e seu caráter heterogêneo*

A importância da pequena propriedade se expressa em primeiro lugar pelo grande número de produtores que esta categoria congrega. Em Serra Branca, 88% dos imóveis se enquadram na faixa de área de menos de 100 ha; 80,1% na faixa de menos de 50 ha. Portanto (mesmo tirando os proprietários donos de mais de um imóvel), podemos afirmar que, ao tratarmos da pequena propriedade, estamos falando da grande maioria dos produtores proprietários.

Além do mais, a pequena propriedade se torna notável pelo volume de mão de obra que ela absorve e pela importância de sua produção.

Vejamos primeiramente o papel do pequeno imóvel na absorção de mão de obra. Com exceção de uma única categoria — a dos parceiros (categoria aliás a menos numerosa) que aparecem em proporção levemente superior nas médias e grandes propriedades — todas as demais formas de trabalho — familiar, assalariado permanente e assalariado temporário — encontram-se em proporção muito maior nas propriedades de menos de 100 ha, e especialmente na faixa de 10 a 50 ha. (Ver anexo 2). Mais na frente, pretendemos tecer alguns comentários sobre as características desta força de trabalho. Contudo, vale desde já observar que a presença relativamente importante do trabalho assalariado nos minifúndios chama a atenção e comprova a heterogeneidade deste, assunto sobre o qual voltaremos mais abaixo.

Por enquanto, vale frisar que, numa região que dá origem a um fluxo importante de migrações, a maior parte da mão de obra ocupada só encontra trabalho nas propriedades menores. Isto constitui, sem dúvida, um argumento a ser considerado nos debates sobre política agrícola e concentração fundiária.

A importância da pequena propriedade aparece também do ponto de vista de sua produção. Vários elementos devem entrar em consideração.

Constata-se, de início, que a pequena propriedade é aproveitada de forma muito mais intensiva que a média e a grande para a agricultura. Este fato se relaciona evidentemente com a maior absorção de mão de obra. As pequenas propriedades até 100 ha. tem 31,33% de sua área aproveitável ocupada por culturas

ANEXO 2

MÃO DE OBRA OCUPADA POR CATEGORIAS E CLASSES DE ÁREA.
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1972

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Dependentes do Proprietário		Assalariados Permanentes		Assalariados Temporários		Parceiros	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - < 10	402	354	31,66	21	9,72	422	23,34	02	1,56
10 - < 50	504	503	44,99	55	25,46	749	41,42	20	15,63
50 - < 100	90	142	12,70	29	13,43	139	7,69	16	12,50
100 - < 200	54	47	4,20	30	13,89	120	6,64	12	9,38
200 - < 500	53	43	3,85	36	16,67	177	9,79	27	21,09
500 - < 1.000	15	21	1,88	19	8,80	113	6,25	26	20,31
1.000 - < 2.000	09	01	0,09	15	6,94	31	1,72	13	10,16
2.000 e +	04	07	0,63	11	5,09	57	3,15	12	9,37
TOTAL	1.131	1.118	100,00	216	100,00	1.808	100,00	128	100,00
INCONSISTENTES	30	21		33		33		44	
TOTAL GERAL	1.161	1.139		249		1.841		172	
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	996	999	89,35	105	48,61	1.310	72,45	38	29,69
100 - < 500	107	90	8,05	66	30,56	297	16,43	39	30,47
500 e +	28	29	2,60	45	20,83	201	11,12	51	39,84
TOTAL	1.131	1.118	100,00	216	100,00	1.808	100,00	128	100,00

FONTE: INCRA - 1972

(Ver anexo 3). Este percentual vai baixando à medida que o tamanho do imóvel cresce, atingindo apenas 7,72% da área aproveitável nas propriedades de mais de 500 ha.

Daí decorre uma concentração das áreas cultivadas nos pequenos imóveis (Ver anexo 4). Mais da metade das superfícies plantadas em todo o município de Serra Branca (51,51%) encontram-se nas propriedades de menos de 100 ha. A este respeito, a faixa de 10 a 50 ha. se revela particularmente importante, apesar de corresponder a apenas 13,74% da área aproveitável, ela concentra 31,16% de toda a área cultivada do Município.

Os resultados estão aí: a maior parte da produção agrícola provém da pequena propriedade.

Vejam os exemplos do algodão e do feijão (anexo 5): respectivamente 72% do volume do algodão produzido, 81,5% do feijão, provém das propriedades abaixo de 100 ha. Se considerarmos apenas os minifúndios abaixo de 50 ha. (16,28% da área aproveitável), observamos que eles são responsáveis, apesar de seu espaço reduzido, por nada menos do que 64,29% da produção de algodão e 73,69% da de feijão.

Esta produção é conseguida graças a uma intensa aplicação de trabalho, o que também significa um grau agudo de esforços e cansaço.

Frente a este quadro, uma conclusão parece se impor, mas digamos logo que essa conclusão seria enganosa. Parece existir uma espécie de divisão dicotômica das tarefas entre pequena propriedade de um lado, média e grande do outro: para as pequenas, essencialmente as culturas permanentes; para as grandes e médias, a pecuária extensiva e as culturas temporárias (alimentares) dos parceiros. Porém a realidade é outra, pois mesmo a própria pecuária encontra-se bastante bem representada na faixa dos pequenos imóveis. Em 1972, em Serra Branca, um terço da pecuária bovina e perto da metade (46,38%) do rebanho ovino e caprino provinham dos imóveis de menos de 100 ha.

Desde então, as médias e grandes propriedades conheceram um crescimento importante de seu rebanho bovino, graças aos incentivos oficiais dos quais se beneficiaram exclusivamente. Quanto aos pequenos proprietários, vários deles nos contaram histórias relativas ao "fechamento das cercas", quando os latifundiários começaram a cercar suas terras e a proibir a criação de gado pelos moradores e pequenos proprietários da vizinhança. Os entrevistados situaram esta versão moderna do "cercamento" nos primeiros anos da década de 70.

Finalmente, a importância do pequeno imóvel se revela ainda pelo valor da produção (anexo 7). Todas as reservas expressadas sobre a idoneidade desses dados não impedem de afirmar que as menores propriedades têm uma produção de valor relativamente importante. Esse fato tem sua explicação lógica, pela intensa aplicação de trabalho demonstrada anteriormente e complementada pelo uso de irrigação nos minifúndios de menos de 10 ha. (onde a presença da água é mais do

ANEXO 3
DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM CULTURAS PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E HORTIGRANJEIROS ,
PROPORCIONALMENTE À ÁREA APROVEITÁVEL EM CADA CLASSE DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA -- 1972

Classes de Área (ha)	Total Área Aproveitável (ha) (= 100%)	Culturas Permanentes		Culturas Temporárias *		Hortigranjeiros		Total Culturas	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
0 - < 10	1.687,1	885,9	52,51	67,5	4,00	15,0	0,89	968,4	57,40
10 - < 50	9.128,2	2.803,5	30,71	188,0	2,06	—	—	2.991,5	32,77
50 - < 100	4.966,5	960,9	19,35	24,5	0,49	—	—	985,4	19,84
100 - < 200	5.603,1	813,1	14,51	69,0	1,23	—	—	882,1	15,74
200 - < 500	13.284,0	1.033,0	7,77	288,0	2,17	—	—	1.321,0	9,94
500 - < 1.000	9.344,6	831,0	8,89	256,0	2,74	—	—	1.087,0	11,63
1.000 - < 2.000	11.965,0	595,0	4,97	66,0	0,55	—	—	661,00	5,52
2.000 e +	10.468,0	670,0	6,40	34,0	0,32	—	—	704,00	6,72
TOTAL	66.446,5	8.592,4	12,93	993,0	1,49	15,0	0,02	9.600,4	14,44
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	15.781,8	4.650,3	29,47	280,0	1,77	15,0	0,09	4.945,3	31,33
100 - < 500	18.887,1	1.846,1	9,77	357,0	1,89	—	—	2.203,1	11,66
500 e +	31.777,6	2.096,0	6,60	356,0	1,12	—	—	2.452,0	7,72
TOTAL	66.446,5	8.592,4	12,93	993,0	1,49	15,0	0,02	9.600,4	14,44

* De fato, uma parte importante das culturas temporárias (ou seja o milho e feijão plantado entre os pés de algodão) não aparece no quadro, pois as instruções de preenchimento do cadastro mandam: "Se você planta cultura temporária intercalada com cultura permanente, declare apenas a área de cultura permanente. Exemplo: voce planta milho dentro do cafezal. Declare só a área do café."

FONTE: INCRA 1972

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM CULTURAS PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E HORTIGRANJEIROS POR CLASSE DE ÁREA, COMPARADA COM O PERCENTUAL DA ÁREA APROVEITÁVEL NAS MESMAS CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1972

Classes de Área (ha)	Área aproveitada em cada classe (%)	Culturas Permanentes		Culturas Temporárias		Hortigranjeiros		Total Culturas	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
0 - < 10	2,54	885,9	10,31	67,5	6,80	15,0	100	968,4	10,09
10 - < 50	13,74	2.803,5	32,63	188,0	18,93	—	—	2.991,5	31,16
50 - < 100	7,48	960,9	11,18	24,5	2,47	—	—	985,4	10,26
100 - < 200	8,43	813,1	9,46	69,0	6,95	—	—	882,1	9,19
200 - < 500	19,99	1.033,0	12,03	288,0	29,00	—	—	1.321,0	13,76
500 - < 1.000	14,06	831,0	9,67	256,0	25,78	—	—	1.087,0	11,32
1.000 - < 2.000	18,01	595,0	6,92	66,0	6,65	—	—	661,0	6,89
2.000 e +	15,75	670,0	7,80	34,0	3,42	—	—	704,0	7,33
TOTAL	100,00	8.592,4	100,00	993,0	100,00	15,0	100	9.600,4	100,00
INCONSISTENTES		374,5		14,0		—	—	388,5	
TOTAL GERAL		8.966,9		1.007,0		15,0		9.988,9	
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	23,76	4.650,3	54,12	280,0	28,20	15,0	100	4.945,3	51,51
100 - < 500	28,42	1.846,1	21,49	357,0	35,95	—	—	2.203,1	22,95
500 e +	47,82	2.096,0	24,39	356,0	35,85	—	—	2.452,0	25,54
TOTAL	100,00	8.592,4	100,00	993,00	100,00	15,0	100	9.600,4	100,00

FONTE: INCRA 1972

* Ver nota do anexo 3.

ANEXO 5
 PRODUÇÃO DE ALGODÃO E FEIJÃO, POR CLASSE DE ÁREA
 MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – 1972

Classe de Área (ha)	Área Aproveitável (%)	Algodão		Feijão	
		Quantidade (ton)	%	Quantidade (ton)	%
0 – < 10	2,54	319	26,74	340	31,84
10 – < 50	13,74	448	37,55	447	41,85
50 – < 100	7,48	92	7,71	84	7,86
100 – < 200	8,43	59	4,94	55	5,15
200 – < 500	19,99	88	7,38	63	5,90
500 – < 1.000	14,06	116	9,73	42	3,94
1.000 – < 2.000	18,01	29	2,43	09	0,84
2.000 – < 5.000	15,75	42	3,52	28	2,62
TOTAL	100,00	1.193	100,00	1.068	100,00
INCONSISTENTES		50		62	
TOTAL GERAL		1.243		1.130	
SUB-TOTAIS					
0 – < 100	23,76	859	72,00	871	81,55
100 – < 500	28,42	147	12,32	118	11,05
500 e +	47,82	187	15,68	79	7,40
TOTAL	100,00	1.193	100,00	1.068	100,00

FONTE: INCRA – 1972

ANEXO 6
EFETIVO PECUÁRIO: DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA — 1972

Classes de Área (ha)	Área Total %	Bovinos e Búfalos		Ovinos e Caprinos	
		N.º Cabeças	%	N.º Cabeças	%
0 — < 10	2,58	277	5,56	781	9,63
10 — < 50	14,47	1.031	20,71	2.131	26,29
50 — < 100	7,90	372	7,47	848	10,46
100 — < 200	9,02	383	7,70	669	8,25
200 — < 500	20,24	1.037	20,83	1.726	21,29
500 — < 1.000	14,16	566	11,37	720	8,88
1.000 — < 2.000	17,23	422	8,48	602	7,43
2.000 e +	14,40	890	17,88	630	7,77
TOTAL	100,00	4.978	100,00	8.107	100,00
SUB-TOTAIS					
0 — < 10	24,94	1.680	33,74	3.760	46,38
100 — < 500	29,27	1.420	28,53	2.395	29,54
500 e +	45,79	1.878	37,73	1.952	24,08
TOTAL	100,00	4.978	100,00	8.107	100,00

FONTE: INCRA — 1972

ANEXO 7

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR CLASSE DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – 1972 *

Classe de Área (ha)	Área Explorada (ha)	Valor da Produção		Valor/ha (Cr\$)
		Cr\$ 1.000	%	
0 – < 10	1.361,5	165	13,33	121,19
10 – < 50	6.526,7	382	30,86	58,53
50 – < 100	3.428,9	105	8,48	30,62
100 – < 200	4.263,6	80	6,46	18,76
200 – < 500	10.755,0	177	14,30	16,46
500 – < 1000	7.146,1	185	14,94	25,89
1000 – < 2000	6.541,0	58	4,68	8,89
2000 e +	8.264,0	86	6,95	10,41
TOTAL	48.286,8	1.238	100,00	25,63
INCONSISTENTES	2.912,7	102		
TOTAL GERAL	51.199,5	1.340		
SUB-TOTAIS				
0 – < 100	11.317,1	652	52,67	57,61
100 – < 500	15.018,6	257	20,76	17,11
500 e +	21.951,1	329	26,57	14,98
TOTAL	48.286,8	1.238	100,00	25,63

* Se os dados estatísticos em geral devem ser considerados com uma certa cautela, insto se verifica particularmente no caso presente, quando as declarações podem ter sido adulteradas para fugir dos impostos. Portanto, podemos aceitá-los apenas como razoáveis indicadores de tendências.

FONTE: INCRA – 1972

que provável: sem esta, tais propriedades deixariam de existir).

A comparação entre, de um lado, o latifúndio sub-explorado, porém monopolizando perto da metade do espaço, e de outro, o minifúndio, produzindo um valor bem superior ao ha., embora reduzido a um espaço limitado, demonstra o caráter antieconômico da estrutura fundiária e do uso do solo.

A nível social, o caráter pernicioso desta estrutura é óbvio. O segmento mais produtivo, absorvendo a maior parte de mão de obra, é o das pequenas propriedades. Mas não há retribuição satisfatória para a população aí ocupada. Esta afirmação ressalta claramente do que se pode constatar das condições de vida desses pequenos produtores.¹³

Por outro lado, um punhado de grandes proprietários monopoliza perto da metade do espaço, com atividades pouco produtivas, porém lucrativas!

O trabalho de campo evidenciou esta diversidade. Aí observamos pelo menos três categorias de pequenos proprietários. A maioria se constitui de produtores que podemos qualificar de tipicamente "camponeses": eles trabalham a terra pessoalmente, geralmente com ajuda de seus familiares, sua tecnologia é rudimentar, e sua produção (culturas de subsistências, algodão, palma) visa diretamente — ou indiretamente via mercado — prover a família de alimentos e bens de consumo imediato. Para eles, plantar algodão e palma é uma forma de conseguir os recursos necessários para comprar roupa, óleo, sal e outros bens que eles não produzem diretamente. O apelo por força de trabalho assalariado é eventual e não tem outro sentido, a não ser complementar a mão de obra familiar, quando esta se torna insuficiente.

Ao lado destes produtores camponeses, existem também alguns grandes proprietários disfarçados de pequenos, uma vez que são donos ao mesmo tempo de uma ou várias pequenas parcelas, ao lado de uma ou várias grandes propriedades. As pequenas propriedades em mãos de grandes proprietários — pelo menos as que identificamos no campo — situam-se na proximidade de uma fonte de água, permitindo, portanto, culturas irrigadas, e as que encontramos geralmente eram de capim. Em um caso pelo menos, identificamos o apoio do Projeto Sertanejo. É óbvio que estes proprietários não trabalham pessoalmente a terra. Eles apelam para mão de obra de assalariados ou parceiros e usam uma tecnologia mais desenvolvida. De qualquer forma, estas pequenas propriedades constituem uma minoria, nem que seja porque seus donos (grandes e médios proprietários) também constituem uma minoria.

Finalmente, encontramos uma terceira categoria (e um trabalho de campo mais demorado talvez pudesse indicar maior variedade ainda). Trata-se de pe-

(13) Pretendemos, na continuação da pesquisa, promover uma verificação contável desta hipótese.

quenos produtores cujas culturas são essencialmente comerciais — tomates, alho, cebola, etc. — e que utilizam, como a categoria anterior, tecnologia aprimorada — técnicas de irrigação, insumos etc. Eles foram levados a esta opção — talvez provisória — pela seca que aniquilou suas culturas tradicionais.

O que é original, nos casos encontrados, é que esses pequenos proprietários, por falta de recursos financeiros próprios, se submetem a um empresário urbano. Este financia a produção, colocando à disposição o equipamento de irrigação e adiantando os recursos para insumos, combustível e mão de obra eventual. Na safra, os adiantamentos são descontados e os lucros divididos igualmente entre empresário e proprietário-trabalhador, segundo o sistema da meia. Trata-se, portanto, de meeiros trabalhando na sua própria terra. Neste caso, a parceria é uma estratégia utilizada para compensar a falta de recursos e possibilitar o uso de uma tecnologia mais desenvolvida (irrigação) como alternativa para as culturas tradicionais frustradas. Esta opção, aparentemente empresarial (tecnologia, uso de força de trabalho assalariada) é forçada por circunstâncias conjunturais (a seca) e será provavelmente abandonada logo que as culturas "de chuva" puderem ser reativadas, pois é provável que a expropriação dos benefícios mediante "meia" seja tão considerável que as culturas tradicionais apareçam como mais vantajosas pela maior margem de autonomia que permitem ao produtor.¹⁴

Nos relatos dos pequenos proprietários entrevistados no campo, encontramos também várias histórias de empobrecimento crescente, onde as divisões por herança têm papel importante: quando o minifundiário tenta comprar as partes de seus co-herdeiros (sua própria parcela sendo inviável por si só), nisto investe seus poucos recursos, trabalhando anos e anos sem conseguir dotar sua propriedade de uma infraestrutura (açude, poços, conjunto de irrigação) que lhe permita resistir à seca e aumentar sua produtividade.

A seca então é percebida como a grande causa do processo de empobrecimento. Mas de fato, ela só faz é revelar a fragilidade do pequeno produtor. Este, num ano "bom", é capaz de conseguir uma produção por ha. bem superior àquela do latifundiário (conforme os dados estatísticos de 1972 que citamos), mas, "na seca", não dispõem nem de reservas suficientes (considerando o grande número de famílias que dependem da pequena propriedade) nem de tecnologia adaptada às condições peculiares do clima.

Os pequenos proprietários, tragicamente empobrecidos, tentam remediar a insuficiência de suas terras, aproveitando-se das necessidades eventuais de mão-de-obra das grandes fazendas, e aí ocupam o lugar dos antigos moradores, trabalhando, ora como diarista, ora por tarefa, ou mesmo na base da parceria, (quando passam a se autodenominar de "rendeiros").

(14) Aparece mais uma vez a necessidade de promover estudos de contabilidade desses produtores na continuação desta pesquisa.

Outra estratégia desses pequenos produtores é a migração, que não se dirige mais às cidades vizinhas, mas procura logo os centros urbanos mais dinâmicos.¹⁵ A existência da propriedade, por pequena que seja, os liga à terra, onde ficam alguns membros da família, e para onde geralmente voltam (diferentemente dos ex-moradores, trabalhadores sem terra cuja saída da área tende a ser definitiva).

As remessas feitas de fora pelos parentes emigrados ajudam a unidade familiar a se manter nos períodos de crise, permitindo, inclusive, a um ou outro de aceitar o baixo salário oferecido nas fazendas pelos trabalhos eventuais. Por outro lado, a indústria urbana dos grandes centros, cujos salários proporcionam essas remessas (possibilitadas, aliás, pelas baixíssimas condições de vida às quais esses trabalhadores se submetem) se beneficia, por sua vez, da força de trabalho no período mais produtivo do ciclo da vida — entre 18 e 40 anos — deixando à família camponesa os encargos de preparar essa mão de obra (criação dos filhos) e de recebê-la de volta em caso de doença ou após o período produtivo.

Portanto, se as migrações aparecem, num primeiro momento, como uma estratégia familiar que permite a manutenção da pequena produção na propriedade, elas também se constituem num mecanismo de articulação entre o campo e a cidade, proporcionando o rebaixamento do custo da força de trabalho, tanto na grande fazenda, quanto na indústria dos grandes centros.¹⁶

Mas hoje, a crise sendo geral, as oportunidades de trabalho no Sul também diminuíram. Os migrantes, jogados na estrada pela necessidade, retornam, pela mesma necessidade, em idas e voltas repetidas que só expressam a dificuldade em encontrar uma solução para sua subsistência.

A Emergência aparece então como último refúgio. Esse mesmo Estado que deu força ao latifúndio e facilitou sua dominação, aparece então como única salvação para suas vítimas.

A POPULAÇÃO TRABALHADORA

A caracterização da população trabalhadora é delicada, tendo em vista a complexidade das formas assumidas pelas relações de trabalho. Sua quantificação é quase impossível, pois os mesmos trabalhadores passam sucessivamente por diversas categorias, ou vivenciam simultaneamente formas diversas de emprego e/ou acesso à terra.

(15) Ver estudo de nossa colega de equipe, Maria Cristina de Melo Marin: *"Migração sem urbanização — O caso da cidade paraibana de Serra Branca"*, neste mesmo número.

(16) Ver MENEZES, Marilda Aparecida: *Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para Paraíba. Migração, família e reprodução de força de trabalho*. Tese de Mestrado em Sociologia, UFPb, Campina Grande, 1985.

1. Os Minifundiários

Antes de abordar a análise das diversas categorias de trabalhadores totalmente separados do que se convencionou chamar de "meios de produção", precisamos lembrar que a categoria numericamente mais importante da população trabalhadora é constituída da maioria dos pequenos proprietários e de seus familiares (Anexo 2), exceção feita dos "grandes proprietários disfarçados de pequenos" dos quais falamos acima.

Estes minifundiários, na sua grande maioria, "não constituem uma classe social de proprietários, isto é, ociosa e vivendo do trabalho dos outros, mas vivem de seu trabalho e até fornecem um sobre-trabalho".¹⁷

Além do mais, vimos também que estes pequenos proprietários, empobrecidos, muitas vezes complementam seu orçamento familiar, alugando seus braços nas grandes propriedades da região. Outros compensam a superfície por demais reduzida de suas terras, arrendando uma parcela em outra propriedade, por um valor pré-fixado ou na base da parceria. Trata-se, portanto, de uma categoria tão heterogênea quanto a própria propriedade.

Gostaríamos ainda de questionar o conceito de "meio de produção", atribuído generosamente à pequena propriedade camponesa. Esta é meio de vida do produtor: não tem nenhuma relação com a "propriedade burguesa", visando lucro e servindo de base para extração de mais-valia. É portanto, sem nenhum sofismo que podemos negar a qualidade de "pequeno burguês", muitas vezes atribuída ao pequeno camponês, simplesmente porque é juridicamente proprietário de sua parcela.

2. Os moradores-parceiros

O sistema tradicional ainda predominante na área estudada é baseado na mão de obra dos moradores, hospedados dentro das grandes fazendas. Na maior parte de seu tempo dedicado à produção, seu contrato (raramente escrito) é de parceria. Eles, porém, se autodenominam de moradores, em oposição aos "rendeiros" que moram fora da propriedade.

O número reduzido de "parceiros" revelado estatisticamente (ver anexo 2), pode, portanto, causar admiração. Isto explica-se pelo fato de que os moradores-parceiros estão escondidos, nas estatísticas do INCRA, entre os "assalariados temporários" pois assim são classificados, quando o plantio do algodão (ou de

(17) JOLLIVET, Marcel : "O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular", p. 12. In *Raízes*. Campina Grande, UFPB, Mestrados em Economia e em Sociologia, Jul/Dez 1982, nº 1.

outras culturas) é assumido diretamente pela fazenda, utilizando-se a mão de obra dos moradores sob forma de assalariamento (por tarefa ou diária), estratégia do proprietário visando evitar o "direito à raiz".

Não podemos cair na armadilha de considerá-los como simples assalariados, ainda menos se tivermos na memória o exemplo-padrão do operário urbano. As relações entre o latifundiário e seus moradores — mesmo quando provisoriamente assalariados — não têm nenhuma semelhança com o modelo das relações burguês-proletário do mundo industrial. Voltaremos a esta diferença ao tratar do "rendeiro".

Sem dúvida, o número de moradores-parceiros está em diminuição, mas é difícil quantificar esta tendência com precisão. Vale lembrar primeiramente que não podemos ter uma aproximação a partir da categoria "assalariados temporários", pois esta inclui outros trabalhadores, inclusive pequenos proprietários que alugam ocasionalmente seus braços.

No trabalho de campo, realizado durante a "seca", encontramos muito mais casas de moradores fechadas do que abertas e todos os entrevistados foram unânimes em confirmar o esvaziamento das fazendas, pelas razões já explicadas.

É provável que, com a volta das chuvas, um certo número de moradores tenha sido reintegrado. A retomada do trabalho de campo em 1984, após o fim da seca, verificou o recuo da palma e a implantação de numerosas roças de milho, bem como a reintegração de alguns moradores. Precisar-se-á verificar a consistência desse movimento na próxima etapa da pesquisa. Porém, não há dúvida de que certas transformações ocorridas durante a seca determinam definitivamente o afastamento dos moradores, como, por exemplo, a plantação de grandes áreas com algaroba, inclusive nos baixios. Isto indica uma orientação sem retorno e revela a nova estratégia dos grandes proprietários, ainda mais poupadora de mão de obra do que no passado.

Portanto, a reprodução desses pequenos produtores nas grandes fazendas parece se tornar cada vez mais difícil. Para substituí-los nos trabalhos eventuais (construção ou conserto de cercas, de barreiras, etc.), o latifundiário sempre se vale mais da mão de obra dos pequenos proprietários vizinhos.

3. Os assalariados

Não é de estranhar se esta categoria também é marcada pela maior heterogeneidade, como as demais estudadas até aqui. Vale distinguir, de início, entre assalariados permanentes e temporários.

Os *assalariados permanentes* representam uma minoria. Paradoxalmente (para quem não está familiarizado com a economia do semi-árido), a categoria corresponde a uma "elite" de empregados especializados: são eles os gerentes das grandes fazendas, às vezes técnicos agrícolas, mais frequentemente, porém simples vaqueiros. Eles assumem e interiorizam a ideologia dos grandes proprietários, che-

gando a defender fielmente seus interesses. Sua posição de classe lembra, todas as proporções guardadas, a de certas camadas de "colarinhos brancos" ou tecnocratas do setor industrial que, embora não proprietários dos meios de produção, se promovem pessoalmente como auxiliares indispensáveis dos proprietários.

Porém, a presença de assalariados permanentes nos pequenos imóveis (ver anexo 2) revela um tipo de assalariamento mais próximo ao modelo clássico, porém, que, mais uma vez, não pode ser confundido com ele. Com efeito, nas pequenas unidades, intensamente cultivadas e geralmente orientadas para o mercado ou para a pecuária, encontra-se um tipo de assalariamento que poderia ser considerado como tipicamente capitalista, se o trabalhador não fosse também geralmente, um morador!

Quanto aos *assalariados temporários*, eles recobrem todas as demais categorias:

- pequenos proprietários, alugando eventualmente seus braços (bem como seus dependentes);
- moradores-parceiros, pagos por diárias ou tarefas, para implantação das culturas ou para trabalhos de infra-estrutura nas grandes fazendas.

Identificamos, isto sim, uma diversificação desse assalariamento temporário. Nas pequenas propriedades, o assalariamento temporário tem a feição de uma forma de ajuda mútua. O proprietário que usa eventualmente força de trabalho assalariada pretende apenas complementar a mão de obra familiar, insuficiente em certas épocas; ele pode apelar por um vizinho ou parente, e ulteriormente alugar seu próprio braço ao mesmo vizinho ou parente, em circunstâncias semelhantes..

Já no caso de grandes ou médias propriedades, ou mesmo daquelas pequenas propriedades cujo donos são grandes proprietários, ou cujos donos se dedicam a culturas comerciais, o assalariamento, mesmo temporário, se assemelha mais à relação tipicamente capitalista.

Mesmo assim, não encontramos, em Serra Branca, o típico "boia-fria", morando em "ponta de rua" nos subúrbios da cidade e sobrevivendo de trabalhos assalariados.

Acreditamos que isto se deve à forma peculiar que a "modernização" assumiu na região, combinada com a estrutura fundiária dominante; ou seja, a pecuarização das grandes fazendas e a conseqüente transformação das atividades agrícolas, com fartos subsídios oficiais, provocaram a expulsão da mão de obra. A conjuntura de seca acelerou o empobrecimento das pequenas propriedades, porém o êxodo rural se deu entre os "sem terra" de forma mais rápida e nítida do que entre esses pequenos proprietários empobrecidos, que passaram então a substituir os antigos moradores das fazendas nos trabalhos eventuais. Isto fez com que a exploração camponesa familiar tendesse a superar a proletarização, recobrando todas as categorias antes existentes.

ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA HETEROGENEIDADE

Encontramos, portanto, pequenos proprietários temporariamente assalariados, e que, por sua vez, chegam a contratar parceiros; ou "rendeiros", que empregam, como assalariados, os filhos dos proprietários vizinhos, e assim por diante. Pode se perguntar se esta variedade de situações onde as categorias mais diferentes se cruzam e superpõem, não criaria um tecido tão imbricado de inter-relações ao mesmo tempo antagônicas e solidárias que freasse qualquer polarização conflitual. A fraqueza das manifestações de classe (sobretudo se comparadas, por exemplo, com a vitalidade de certos movimentos sindicais na zona da mata) parece confirmar esta hipótese. O trabalho de campo deu algumas indicações sobre as dificuldades específicas de elaboração de uma consciência de classe unificada.

O pequeno proprietário, mesmo posto na obrigação de se empregar temporariamente para complementar sua renda, não perde suas características de camponês. Afirmar que ele não passa de um proletário, é ignorar a profunda diferença ideológica entre proletário e camponês. O primeiro, por estar totalmente desmunido de meios de produção, dependendo inteiramente de um patrão, "mandado" em todos os momentos do processo de trabalho, desenvolve uma estratégia de "resistência passiva", poupando esforços quando pode, como forma de escapar do grande proprietário. O camponês, pelo contrário, tem como primeira finalidade manter seu patrimônio e transmiti-lo a seus filhos, e se dedica de corpo e alma a esse objetivo. A qualidade do esforço que ele fornece o distingue profundamente do proletário e transparece também nas suas horas de empregado. Esse empenho total ao trabalho faz, aliás, com que ele consiga oferecer um produto a baixo preço, pois ele não toma em conta, no cálculo de seus custos, o preço de sua própria mão de obra nem de seus familiares. A visão que ele tem do grande fazendeiro também é diferente. Mesmo que identifique seus privilégios, tende a ter uma certa "compreensão" por suas exigências e "dificuldades".

Esta diferença ideológica se explicita com particular clareza na *oposição entre morador e rendeiro*. Como vimos anteriormente, os dois trabalham na grande fazenda, e, muitas vezes, segundo o mesmo contrato de parceria. Porém, se o pesquisador tentar reduzir essas duas categorias à única de parceiro, os próprios interessados resistem a esse reducionismo, recusando o termo de "parceiro" e se auto-denominando de "moradores" ou "rendeiros". A diferença provém do local de residência desses trabalhadores, o que significa uma forma diferente de relação com a fazenda. O morador, por sua condição de residente na fazenda, é sujeito às exigências mais diversas do proprietário. Vivendo sob os olhares do capataz, ele não tem espaço para se afirmar nem para discutir seus problemas com iguais. O rendeiro, seja ele pequeno proprietário ou mesmo trabalhador sem terra, reside "na rua" ou pelo menos fora da propriedade. A própria forma como ele se distingue do morador, falando do mesmo com um ar de comiseração, testemunha da importância dessa diferença.

Finalmente, o que importa não é a forma de pagamento ou remuneração (porcentagem da colheita ou salário) mais sim a natureza da relação entre as duas partes: uma relação de trabalhador ao patrão (no caso do morador) ou uma relação de camponês ao proprietário (no caso do rendeiro). Poderíamos avançar uma hipótese para exemplificar as duas relações. No caso do morador, tratar-se-ia de uma espécie de extração de mais-valia, por um trabalho que seria pago com um percentual da safra. No caso do rendeiro, a relação seria de cobrança de uma renda pelo uso da terra, renda paga igualmente em percentual da safra. No segundo caso, existiria um contrato implícito entre duas partes supostamente iguais: doador e tomador de terra; enquanto que, no primeiro caso (do morador), a relação seria nitidamente desigual. Isto explicaria também a insistência dos "rendeiros" em não serem confundidos com moradores. Pretendemos aprofundar esta reflexão na continuação desta pesquisa.

De qualquer modo, parece-nos bastante claro que a rarefação da categoria "morador" e sua substituição por pequenos proprietários-redeiros não pode deixar de marcar a tonalidade das relações entre grandes fazendeiros e trabalhadores. A dominação é menos aberta, porém, não é menos real. O conflito declarado talvez se afaste, e o tecido de inter-relações complexas que descrevemos acima provavelmente cristalice essa tendência. Porém, o pequeno produtor não deixa de ser claramente subordinado aos interesses econômicos e políticos dos grandes proprietários.

A natureza de classe do Estado, verdadeiro ator social, fica evidenciada especialmente nas atribuições de créditos e de subsídios a fundo perdido, que favorecem as maiores propriedades. Mesmo as políticas assistenciais dirigidas aos trabalhadores flagelados da seca são recuperadas em proveito dos latifundiários: as "Frentes de Emergência" constroem açudes em grandes fazendas, em troca de um compromisso do proprietário em respeitar a finalidade comunitária da obra, compromisso que dificilmente será cobrado; e o pagamento dos alistados abaixo do salário mínimo implica também o rebaixamento das diárias pagas pelos patrões. Além do mais, esta política cria uma dependência extrema dos trabalhadores aos recursos gerenciados pelo Estado. As campanhas de solidariedade aos flagelados criam a ilusão de uma união de classes numa conjuntura provocada apenas pelos caprichos da natureza, onde o mesmo Estado aparece como representante do bem público, acima de qualquer interesse particular.

Finalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se projeta como intermediário, negociando acordos e desmobilizando possíveis lutas coletivas. Seus esforços de mobilização culminam no aliciamento de aposentados, que formam a maioria de seus membros.

Nesse quadro, é difícil imaginar, a curto prazo, a possibilidade de um confronto aberto. Chegamos, inclusive, a nos perguntar se o próprio conceito de "classe" que constituía nosso marco de referência, quando da elaboração de nosso projeto de pesquisa, pode dar conta de tal realidade. Se mantido, ele deve ser aplicado

de forma bastante flexível, tomando em conta, por exemplo, que a linha de demarcação que separa os interesses antagônicos não se situa principalmente em função da propriedade, ou não, da terra, mas de seu tamanho e de sua destinação. A propriedade camponesa não pode ser confundida com a propriedade burguesa, que sustenta uma classe ociosa, vivendo dos trabalhos dos outros.¹⁸

As oposições antagônicas se dão em vários níveis que se cruzam. A nível local, sem descartar a submissão que sofrem os pequenos produtores em relação ao capital comercial e financeiro (e o papel desempenhado pelo Estado nisso tudo), temos que admitir que o antagonismo imediato, direto e constante, se dá com os grandes proprietários que, de um lado, exploram a mão de obra dos moradores-parceiros, dos assalariados e rendeiros, e de outro lado, monopolizam a terra, acentuando sua pressão quando surgem programas e projetos vantajosos, baseados na propriedade do solo. Neste antagonismo, os pequenos proprietários semi-proletarizados se situam do mesmo lado que os parceiros, rendeiros e assalariados em geral, enquanto que alguns administradores assalariados têm interesses solidários com os dos grandes proprietários, no outro polo antagônico. Falta lembrar ainda que os interesses principais dessas grandes proprietários, muitas vezes, se situam fora da agricultura, situação bastante coerente com a problemática mais global da submissão da agricultura aos interesses industriais.

A realidade de Serra Branca coloca, portanto, para nossa reflexão um desafio com amplos desdobramentos teóricos.

Campina Grande, abril de 1985.

(18). Segundo a expressão de Jollivet, op. cit.

MIGRAÇÃO SEM URBANIZAÇÃO – (O CASO DA CIDADE PARAIBANA DE SERRA BRANCA)*

Maria Cristina de Melo Marin **

INTRODUÇÃO

Serra Branca é uma cidade do interior paraibano que reflete, de maneira bastante marcante, as condições e características da região semi-árida em que está situada, a saber: *relativa escassez populacional (o município tem uma densidade demográfica de 14,82 h/km²); ausência de dinamismo e pouca modernização na produção; hostilidade climática, associada a um tipo de atividade econômica que tende a agravar a situação; implementação de políticas governamentais, formuladas externamente à região e que pouco correspondem às necessidades reais da maioria dos produtores; centralização por parte de algumas cidades (como Campina Grande, da qual dista 110 km, e, em menor escala, Caruaru) que polarizam a região e, com isto, diminuem ou esvaziam o conteúdo funcional das outras cidades da região.*

O município de Serra Branca, com uma área de 1.034 km², tem uma população de 15.319 habitantes (1980), assim distribuída: 37,1% na zona urbana (5.682 hab) e 62,9% na zona rural (9.637 hab). A sede do município (4.578 hab) sofreu, a partir de 1975, uma considerável expansão física (aumentou, em relação à década anterior, cerca de 75% de sua área construída) graças à iniciativa da Prefeitura em fazer doações de lotes e material de construção.

TIPOS DE MIGRAÇÃO

A migração rural-urbana tem sido explicada como resultado de mudanças tecnológicas da produção agrícola e industrial, e de simultâneas transformações nas relações de produção, fazendo com que o campo expelisse trabalhadores que eram absorvidos pela crescente industrialização urbana.

Embora se saiba que este tipo de processo migratório há muito está esgotado, o fenômeno da migração, como expulsão de trabalhadores de uma determinada estrutura produtiva, permanece até os dias de hoje com características as mais diversas. Um exemplo disto é a situação encontrada em Serra Branca, onde verifi-

* Este trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa interdisciplinar, realizada em 1982-1983, com financiamento do CNPq. Da equipe, fizeram parte também os professores Ghislaine Duqué, José Grabois, Maria de Jesus N. Aguiar e Ramón Peña Castro, a quem agradecemos pela valiosa colaboração, assim como ao Prof. Elbio Troccoli Parkman, pelas suas observações na revisão deste trabalho.

** Antropóloga, Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Centro de Humanidades, Campus II – Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	197 a 203	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

camos, por um lado, uma migração de trabalhadores sem o simultâneo deslocamento de trabalho; por outro lado, um crescimento espacial do número de moradias da cidade, sem ser acompanhado de um aumento proporcional do número de habitantes, uma vez que as casas construídas sob o patrocínio da Prefeitura permanecem em sua maioria desocupadas. O presente artigo constitui precisamente uma tentativa de descrição e explicação deste processo.

Há várias formas de mudança na produção e/ou relações de produção, além do citado anteriormente, que levam a um deslocamento populacional e ao deslocamento de grupos sociais na estrutura das relações de produção. Na região estudada, os processos de migração *sazonal, definitiva* e, de outro ângulo, para "pontas-de-rua", têm ocorrido de forma bem específica e com consequências peculiares, como veremos a seguir.

Migração sazonal — Em outras regiões ocorre nas famílias de pequenos produtores, cujos recursos produtivos não são suficientes para manter a família ocupada durante todo o ano, mas necessitam de todos os membros trabalhadores nos períodos da safra e de plantio. Sai, então, temporariamente, uma parte da família para procurar emprego em outro local. Na região de que estamos tratando, este tipo de deslocamento raramente se dá para as cidades próximas, uma vez que estas não oferecem possibilidades de ocupação remunerada. Além disto, a seca que se tem prolongado desde 1978 pode ter transformado em definitiva uma migração que, de início, era apenas provisória, fazendo famílias inteiras se mudarem em busca de melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Isto geralmente ocorre com pequenos produtores, sejam estes proprietários, rendeiros ou moradores. Daí talvez o grande número de famílias (mulheres e crianças) "abandonadas" que se encontram na região, cujos "chefes" foram para o "Sul" nos últimos anos e por lá ficaram.

Um outro aspecto da questão, e que merece uma investigação mais profunda, é o fato de que, cada dia menos, as grandes cidades são uma alternativa real de emprego para os trabalhadores rurais que a elas afluem complementando os recursos obtidos no local de origem. Em relação a isto, é importante destacar o fato de que, embora as condições de sobrevivência na região tenham piorado, no quadro de recessão em que se encontra o país, a pouca remuneração recebida nas "frentes de emergência" é uma alternativa mais viável do que o emprego no "Sul", mesmo para aqueles que iam para lá quase todos os anos. As consequências econômicas e ideológicas desta transformação de trabalhadores em "mendigos", a dependerem dos favores de um Estado paternalista, ainda estão para ser verificadas.

Migração definitiva — É mais freqüente nas famílias de pequenos produtores cujos recursos não se expandem, na medida do necessário, para atender ao crescimento do número de membros. Este fenômeno ocorre em vários momentos. Ao aumentar o número de filhos em idade adulta, alguns saem temporária ou definitivamente até que se casam e/ou se engajam de maneira permanente em

outro tipo de atividade, o que — como já dissemos — só raramente se dá na cidade de que estamos tratando. Saem também aqueles que se casam e que não podem, como em outras épocas ou em outras regiões, continuar morando e produzindo na propriedade dos pais. E, finalmente, no caso de morte do “chefe” da família, dono da terra, tem ocorrido que, para evitar a partilha e consequente inviabilização da atividade produtiva, um dos herdeiros entra em acordo com os outros e, vendendo uma parte da criação, compra as suas partes, o que só é possível na medida em que o preço da terra na região é muito baixo. Os que vendem sua parte da herança procuram estabelecer-se em outra atividade, muitas vezes na própria região.

Nestes casos, Serra Branca dá oportunidade a que o migrante compre (ou receba da Prefeitura) um lote, construa uma casa, estabeleça um pequeno negócio ou continue a trabalhar em atividades agrícolas como rendeiro. Isto tem sido possível, principalmente a partir de 1975, quando a Prefeitura desapropriou e loteou terrenos urbanos para serem doados a “pessoas carentes”. Embora com isto a cidade tenha crescido, a oferta de empregos não cresceu proporcionalmente.

Que efeitos tem este tipo de deslocamento populacional sobre a cidade? Do ponto de vista da Prefeitura, os recursos sobem, tanto pelo aumento da renda proveniente dos impostos, quanto pelo aumento da quota municipal de recursos estaduais e federais, como também pelo aumento da importância política da cidade. Em relação ao efeito desta migração sobre as transações comerciais, é difícil supor que provoquem um aumento substancial, a não ser num primeiro momento. Isto se explica pelo fato de que os grupos que para lá transferiram sua moradia não se inseriram na estrutura produtiva urbana, e seu relacionamento com o mercado continua sendo praticamente o mesmo que mantinham na situação anterior à imigração.

Migração para “pontas-de-rua” — É a que traz trabalhadores de grandes propriedades rurais para cidades próximas, em cuja periferia passam a morar. Continuam, porém, a trabalhar na mesma atividade produtiva, embora sob outras condições e relações de produção (caso típico do “trabalhador volante” ou “bóia-fria”). Este tipo de migração, que dá às cidades receptoras de trabalhadores uma fisionomia bastante característica, não ocorre em Serra Branca, devido, provavelmente, ao pouco dinamismo da atividade produtiva rural, baixa capitalização da produção e pouquíssima utilização de trabalhadores assalariados em caráter permanente.

MIGRAÇÃO EM SERRA BRANCA

Os tipos de migração até aqui descritos, com exceção de um dos casos da migração definitiva, não explicam o processo migratório de Serra Branca.

A migração mais característica da região estudada e que pode explicar, em

boa medida, o crescimento físico urbano, é a que envolve principalmente os aposentados pelo FUNRURAL — (Fundo Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural) e seus netos. Com a aposentadoria dos trabalhadores rurais, a cidade passou a receber (na mesma época em que se fez a doação de lotes urbanos) trabalhadores que já saíram da idade produtiva e que, vendendo uma parte ou toda a criação (de caprinos e ovinos), tiveram possibilidade de transferir sua moradia para a zona urbana, onde, inclusive, podem ajudar seus filhos e “educar a família”. Desta forma, faz-se uma drenagem da população improdutiva na zona rural, transferindo-se os velhos e as crianças para a cidade. O mesmo acontece com os trabalhadores que, movidos pela mesma disponibilidade de escolas oferecidas pela cidade, ali se instalam, continuando, porém, a produzir na zona rural.

Este processo pode levar, a longo prazo, a um maior despovoamento rural e até mesmo urbano da região, uma vez que tende a criar, nos futuros trabalhadores expectativas relacionadas com a vida urbana e a um afastamento físico e afetivo da zona rural de origem. Como as cidades locais não oferecem condições de satisfazer estas expectativas (por exemplo continuação dos estudos além do 2º grau), uma forte tendência será a procura, por parte dos filhos dos trabalhadores, dos centros maiores, onde têm a possibilidade — ao menos teoricamente — de realizar seus planos de aprimoramento educacional e melhor inserção econômico-social.

A URBANIZAÇÃO DE SERRA BRANCA — AUSÊNCIA DE “PERIFERIA”

Este tipo de migração, combinada com a doação de terrenos por parte da prefeitura, deu à cidade uma *fisionomia diferente* da maioria das cidades do Estado: ausência de aglomerados de habitações em estado precário que a literatura tem definido como “favelas”, “pontas-de-rua”, “áreas deterioradas”, “aglomerados sub-normais” ou periferia”, conforme o aspecto que se quer enfatizar.

Para que possamos entender em profundidade a ausência de aglomerados populacionais precários na cidade em questão, achamos importante a análise a partir do seu relacionamento com a zona rural, rejeitando a colocação superficial e simplista que atribui este fato à eficácia administrativa de um ou outro prefeito. Mesmo porque conhecemos outras cidades (como Alagoa Grande e Ingá, por exemplo) em que, apesar de nelas também ter havido doações de terrenos, não se evitou a formação de “pontas-de-rua”. Três aspectos não podem deixar de ser levados em conta, como veremos adiante, em uma análise mais aprofundada: a estrutura produtiva da zona rural, que libera os trabalhadores; a da zona urbana, que os recebe; o tipo de migração daí decorrente e a posse do solo urbano.

O que são as chamadas “pontas-de-rua”? São concentrações de *trabalhadores rurais* que estabelecem moradia nas cidades, aonde chegaram expulsos das propriedades rurais em que *moravam e trabalhavam*. Como as transformações que levaram à sua saída não implicaram também na diminuição do número necessário de trabalhadores à atividade agrícola, o resultado foi a aglomeração dos

ex-moradores rurais na periferia das cidades, em habitações tão precárias (do ponto-de-vista da construção, infra-estrutura urbana e posse do solo) quanto a sua relação de trabalho: em geral, convertem-se em diaristas que renovam solidariamente seu contrato de trabalho. Este é feito com um patrão inatingível e invisível, pois o vínculo imediato é estabelecido com um empreiteiro intermediário que não é proprietário da terra em que emprega os trabalhadores. Além disso, com a perda da moradia na propriedade, afastaram também a possibilidade de produzirem para seu sustento o que — juntamente com as despesas adicionais geradas pela vida na cidade — tornou-os totalmente dependentes do mercado (e de uma renda monetária) para a satisfação de suas novas necessidades. A precariedade de suas habitações é apenas o retrato exposto de suas condições de existência na cidade, e não, como alguns pretendem, um sintoma de uma presumida falta de adaptação à vida urbana (sendo o fato da afluência à periferia urbana tomado como mais um indicador do “apego ao mundo rural”).

Ora, sabemos que as “periferias urbanas” não são categorias estáticas nem podem ser definidas por si mesmas. Constituem-se em periferia por oposição a um centro urbano definido historicamente, no sentido temporal e sociológico. Portanto, não podem ser analisadas como sendo uma categoria apenas espacial, pois mantêm como o centro relações específicas que fazem delas o que são: periferias. Um bom exemplo disto são as favelas (não só as das grandes cidades, mas também as de cidades de porte médio, como Campina Grande), que passam a ser vistas como problemas social e administrativo, nos marcos do sistema político — institucional, hoje vigente, quando as áreas em que estão localizadas deixam de ser periféricas. Isto é, os terrenos que ocupam começam a valorizar-se no mercado imobiliário, isto pela viabilidade de servir para a localização das residências da população de outros estratos sociais e pela instalação de infra-estrutura urbana. Passa, então, a “opinião pública” (isto é, das classes dominantes) a marginalizar (transformando em marginais) aqueles trabalhadores (urbanos e rurais) que, por conta da instabilidade e/ou montante de sua renda familiar, não têm condições de comprar um lote urbano ou instalar-se em outro local, nem mesmo de participar da vida urbana que é, em quase todos os aspectos, monetarizada. No caso das favelas ocupadas por trabalhadores urbanos, novas zonas de periferia não obtêm sucesso e, pelo contrário, terminam por garantir a posse dos moradores das áreas já ocupadas. A instalação de infra-estrutura e a proximidade das fontes de renda para as famílias de trabalhadores (geralmente serviços pessoais e domésticos) terminam por levar a uma transformação qualitativa das habitações e do local em geral, que de favela passa a ser considerado como bairro proletário. A causa da mudança é, então, menos uma evolução na mentalidade dos moradores — no sentido de uma maior integração à vida urbana — do que fruto das novas condições oferecidas pela cidade no sentido de integrá-los.

Em Serra Branca, com exceção do funcionalismo público e de construção civil (incrementada até pela própria expansão física urbana), não há em número significativo, trabalhadores urbanos assalariados morando na cidade, o mesmo

ocorrendo com trabalhadores rurais. A saída de trabalhadores das fazendas, quando acontece, dá-se diretamente para centros urbanos extra-regionais, pois a cidade não tem condições de absorvê-los. Atualmente muitos deles, mesmo sem condições, mas sem a alternativa de poder emigrar para as grandes cidades, cujos índices de desemprego aumentaram consideravelmente nos últimos anos, permanecem na região, empregando-se na maior parte do ano nas "frentes de emergência" e trabalhando como diaristas esporádicos nas grandes propriedades.

Quanto aos que se mudam para a sede do município, como já vimos anteriormente, ou continuam ocupados na produção agrícola como rendeiros e/ou com familiares, ou não estão em idade de produzir, como é o caso dos velhos e das crianças, e aproveitaram-se das condições vantajosas oferecidas pela Prefeitura para instalarem-se, de forma mais estável e até definitiva, na zona urbana. A questão da posse ilegal da terra aí não existe, nem o caráter provisório da moradia: o lote foi doado pela Prefeitura, assim como parte do material de construção, em zonas que contam já com infra-estrutura urbana. Daí a inexistência de "pontas-de-rua" e de favelas, tão habituais em outras cidades.

SERRA BRANCA E A REGIÃO

Serra Branca não tem, assim, uma característica tipicamente urbana: a de ser um centro organizativo e definidor de relações sociais dentro de uma área dada, determinando a distribuição dos bens e serviços aí produzidos. Seu conteúdo e estruturas funcionais são basicamente resultado da lógica de reprodução da zona rural, assim como, de determinações advindas do exterior da região.

Os produtos comercializados na feira semanal, com exceção daqueles oriundos da pecuária, são produzidos fora do município e, em sua maioria, chegam por intermédio de Campina Grande. Esta cidade é também a principal receptora dos produtos agro-pastoris da região, de Serra Branca inclusive. O mesmo se pode dizer em relação ao resto do comércio local, que se abastece naquela cidade e redistribui para a população local e de povoados menores próximos.

Embora a cidade de Serra Branca aparente uma certa variedade e até modernidade em suas instalações comerciais, além dos estabelecimentos atacadistas, há dois supermercados, várias farmácias, lojas de calçados e de roupas, bares, restaurante, além de um hotel ligado à rede turística estadual (Pbtur). Não se pode dizer que estes empreendimentos sejam fontes significativas de emprego para a população. A ausência de uma demanda em expansão torna desnecessário empregar um número de trabalhadores superior ao fornecido pela própria família proprietária. São, então, pequenos negócios que funcionam com força-de-trabalho familiar, mesmo que voltados para o mercado monetarizado.

Os bancos e instituições governamentais que ali foram instalados — com exceção da agência da Caixa Econômica Federal, que está relacionada com a construção dos conjuntos habitacionais — estão diretamente envolvidos com as formas de intervenção do poder público na produção agropecuária local. É o caso das

agências da EMATER, CIDAGRO, Projeto Sertanejo, Banco do Brasil e Banco do Estado da Paraíba. Do ponto de vista do nível de ocupação, nenhuma destas agências financeiras ou de assistência técnica representa uma expansão real da oferta de empregos urbanos para os trabalhadores locais. A grande maioria dos cargos, especialmente aqueles que requerem um nível elevado de qualificação proporcional, são definidos nas matrizes e são preenchidos por pessoas de fora do município.

Tais instituições são, antes de mais nada, agentes repassadoras de recursos e tecnologia definidos pelo governo central, com o objetivo declarado de capitalizar a produção local e assim promover socialmente a população. Isto não significa que os benefícios não sejam apropriados quase que exclusivamente pelas classes dominantes locais, até mesmo se direcionando os financiamentos de acordo com seus interesses. Em síntese, nenhuma das políticas implementadas pelo Estado nasceu de um equacionamento das necessidades de todos os segmentos da população local. Acrescenta-se a isto o fato de que ultimamente o número, que sempre foi reduzido, de produtores que se integram aos projetos vem diminuindo: de um lado, faltam verbas; de outro, faltam chuvas.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Assim, para os pequenos produtores rurais (proprietários, moradores e rendeiros), sem condições de sobreviverem apenas com os recursos proporcionados pela parcela de terra a que têm acesso, e para os poucos trabalhadores assalariados, dentro do quadro de piora incessante das condições de trabalho e de vida, há praticamente duas opções. A primeira, migrarem para fora da região, pois não há possibilidade de engajamento em atividades produtivas nas cidades próximas nem de se manterem como assalariados na própria zona rural. Sabemos, no entanto, que as grandes cidades não estão mais absorvendo os trabalhadores que para lá se dirigem, nem mesmo no chamado "setor informal". Resta, assim, a segunda opção, que é a "emergência". Se esta não tem resolvido o problema da produção, e muito menos o da sobrevivência dos trabalhadores (dentro dos padrões socialmente esperados), por enquanto teve a eficácia de ser a única saída para estes setores da população. O término da estiagem não deverá mudar muito o quadro exposto, já que a seca é um fenômeno social complexo que depende mais de variáveis estruturais do que propriamente de condições climáticas.

A ausência de favelas e a expansão do espaço residencial só aparentemente significa uma relativa prosperidade. Na realidade, trata-se de um crescimento sustentado por não — trabalhadores (principalmente aposentados) e por parte de trabalhadores rurais que apenas mudam sua residência para a cidade, aproveitando-se dos incentivos da Prefeitura.

Talvez seja justamente pela intervenção do Estado, que a cidade de Serra Branca tem se atrofiado, enquanto um setor das classes dominantes capitaliza-se, beneficiando-se dos recursos que deveriam beneficiar a todos.

A análise da migração e da evolução recente de Serra Branca é prova marcante destas conclusões.

A POLÍTICA DE REFLORESTAMENTO NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO

Ramón Peña Castro *

INTRODUÇÃO

A cobertura vegetal da região semi-árida do Cariri — caatinga — vem sendo gradativamente destruída pelo super-pastoreio e pela derrubada de árvores e arbustos em quantidade superior a seu ritmo normal de renovação.

Essa destruição da base física da atividade agropecuária implica uma desvalorização absoluta da terra, que ameaça a própria razão de ser da grande propriedade: a obtenção de rendas e lucros através da produção agropecuária.

Face a essa situação, o Governo Federal implementou uma política de incentivos financeiros especiais para promover o reflorestamento de terras de propriedade privada do Nordeste, com plantios de algaroba (*Prosopis Juliflora* (SW/DC) fundamentalmente em superfícies mínimas de 100 ha; solução “técnica” adequada ao contexto sócio-econômico da região.

Aqui analisamos a importância dos projetos de reflorestamento aprovados para a região do Cariri, descrevemos a organização institucional da política de reflorestamento e tentamos uma interpretação da sua lógica, no contexto da estratégia de desenvolvimento agrícola brasileiro.¹

O REFLORESTAMENTO NO CARIRI PARAIBANO²

O reflorestamento que, incentivado com financiamentos oficiais a fundo per-

* Professor Adjunto do Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia Rural da UFPb — Campina Grande.

(1) Os aspectos geográfico e sociológico do desenvolvimento da região foram analisados por nossos colegas Ghislaine Duqué, José Grabois, Maria de Jesus N. Aguiar e Maria Cristina de Melo Marin, membros da equipe interdisciplinar da UFPB- Campina Grande, que fez esta pesquisa.

(2) A região do Cariri, a mais seca do Brasil, é uma área de clima semi-árido acentuado e sub-desértico que, junto com a região do Curimataú e a parte oriental do Seridó, compõe a Diagonal Seca da Paraíba. A população do Cariri — 290 mil habitantes — representa 10,5% do total da Paraíba (Censo 1980).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	204 a 211	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

dido, vem sendo realizado no semi-árido paraibano, consiste, basicamente, em plantios de algaroba e, numa proporção irrelevante, de cajueiro.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, em nove municípios do Cariri e um da região vizinha, do Curimataú³, o reflorestamento comporta um total de 87 projetos, de 100 a 200 hectares cada um, perfazendo um total de 14.070 hectares, distribuídos assim:

	Projetos	Hectares
Algaroba	83	13.800
Cajueiro	4	270

Esses projetos beneficiam apenas a 33 grandes proprietários, e sua abrangência equivale a 2,9% da área total dos municípios considerados. A situação dos projetos, em nov.-dez./83, era a seguinte:

74, com um total de 11.470 ha, em implantação
13, com um total de 2.600 ha, implantados.

A relação entre o valor médio do financiamento da área reflorestada e o preço médio da terra na região é, aproximadamente, de 10 para 1.⁴

O impacto desta política de reflorestamento a fundo perdido manifesta-se na capitalização fundiária, o que se reflete de forma perceptível no preço da terra. Do ponto de vista da economia como um todo, o preço da terra pode-se considerar função da taxa de lucro da economia (basicamente da taxa de juros), da renda fundiária e da subvenção implícita no financiamento dos projetos de reflorestamento. Tudo isto pode ser representado na fórmula seguinte:

$$P_t = \frac{1}{x} (R + S)$$

Onde: P_t = preço da terra

r = taxa de juros real

R = renda da terra

S = Subvenção capitalizável do reflorestamento.

(3) Cabeceiras, Congo, Gurjão, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Desterro (Cariri) e Pocinhos (Curimataú).

(4) A estimativa foi feita considerando um valor médio do financiamento de 38 ORTN/ha, que multiplicado por Cr\$ 5.898,00 (valor em Cr\$ da ORTN em Out/83) dá Cr\$ 225.000,00 por ha. O preço médio da terra na região era de 20-25 mil cruzeiros/ha. A relação entre as duas grandezas é a grosso modo, de 10/1.

TABELA 1 - PROJETOS DE REFLORESTAMENTO NO CARIRI PARAIBANO (NOV. 83)

Municípios	Projetos Aprovados		Situação dos Projetos			Imóveis e áreas dos municípios.		Relação entre áreas de de reflorestamento e área total dos imóveis rurais.
	Nº	Empresa Beneficiada Nº	Área Total Ha	Em implantação Ha	Implantados	Imóveis Nº	Área Ha	%
Cabaceiras	03	01	600	400	200	460	36.531	1,6
Congo	01	01	200	200	-	343	19.314	0,5
Gurjão	08	05	1.300	1.100	200	588	41.383	3,1
São João do Cariri	14	07	2.130	1.530	600	846	83.595	2,5
São J. dos Cordeiros	02	02	200	200	-	755	38.108	0,5
Serra Branca	28	11	4.460	3.660	800	1.103	65.051	7,0
Sumé	12	05	2.150	1.550	600	600	57.791	3,7
Taperoá	12	05	1.930	1.930	-	774	62.517	3,0
Pocinhos*	06	03	1.000	800	200	718	54.427	1,8
Desterro	01	01	100	100	-	818	23.878	0,4
Total	87	41**	14.070***	11.470	2.600	7.005	482.595	2,9

* O município de Pocinhos corresponde à região do Curimataú.

** De fato são 38 empresas, pois uma mesma empresa pode atuar em diferentes municípios. O número de proprietários é de 33, porque um mesmo proprietário pode ter mais de uma empresa. Uma empresa apresenta geralmente mais de um projeto e possui vários imóveis.

*** Cajueiro: 270Ha; Algaroba: 13.800 Hectares.

FONTE: Pesquisa e IBDF - João Pessoa.

Tentando um exercício de representação aproximada da realidade, podemos supor:

$$r = 10\%$$

$$R = \text{Cr\$ } 2.000$$

$$S = \text{Cr\$ } 220.000$$

e, subsequentemente, $P_t = \text{Cr\$ } 22.000$.

Os dados levantados junto à Delegacia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em João Pessoa, e as entrevistas realizadas em Serra Branca evidenciam que o reflorestamento incentivado pelo Governo exerce uma influência fundamental da capitalização das grandes propriedades, no processo de concentração da propriedade e da produção pecuária.

O reflorestamento, utilizado como o instrumento técnico-empresarial de modernização mais adequado ao contexto sócio-econômico, é completamente inoperante na solução dos problemas sociais. Ele exclui totalmente os pequenos agricultores, porque a área mínima considerada "adequada" para plantio de algaroba é de 100 hectares. Por outro lado, os programas especiais destinados a tornar auto-sustentáveis as pequenas unidades agrícolas, tais como o Projeto Sertanejo, não oferecem oportunidades comparáveis. Assim, das 248 solicitações registradas até 1983 pelo Núcleo do Projeto Sertanejo de Serra Branca, para obter mudas e Cr\$ 3.000,00 — a fundo perdido — por hectare reflorestado, somente foram atendidas três, ou seja, apenas 3 pequenos agricultores, dos 248 inscritos inicialmente, conseguiram efetivar seus projetos e reflorestar, em conjunto, 3 hectares.⁵ "A falta de chuvas para aguardar as mudas" — argumento expresso para justificar esse alto nível de desatendimento, não deve ter tido tanto peso como a *falta de poder de barganha* para conseguir capital subsidiado. Isto se torna evidente quando comparamos com os dados anteriores, os Cr\$ 3.000,00, auxílio previsto em 1983 para cada hectare de reflorestamento dos pequenos, com o custo do desmatamento — Cr\$ 60.000,00 por hectare (cálculo do IBDF) e, sobretudo, com o montante do financiamento global obtido pelos grandes proprietários — Cr\$ 225.000,00/ha.

O tratamento dispensado pela política de reflorestamento aos pequenos e grandes proprietários não pode ser mais desigual. É demonstrativo de que a solução técnica adotada conflita brutalmente com a solução econômica-social.

O tipo de reflorestamento aplicado na região — plantio de algaroba — favorece o processo de pecuarização que acompanha a capitalização das grandes unidades.

(5) O Programa REPEMIR — Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais — da Secretaria da Agricultura, ficou praticamente no papel. Foram apresentadas 15 demandas para projetos de reflorestamento de pequenas áreas, 12 foram selecionados em 1982, mas nenhum deles foi implantado, "devido à seca..." (da entrevista na EMATER, setembro/1983).

No semi-árido a autosuficiência na alimentação animal não pode ser conquistada só com plantio de pastos perenes e de palma forrageira. A vagem da algaroba representa um alimento de boa qualidade e de baixo custo (dado o tipo de financiamento atual) que garante a base alimentar da pecuária ovino-caprino e também do gado bovino, quando ela é misturada com outros componentes. Isso explica o interesse dos grandes proprietários nos projetos de reflorestamento e o declínio do interesse por manter roçados de algodão consorciado, fato que contribui para intensificar a expulsão de arrendatários e moradores das grandes fazendas, porque a pecuária extensiva depende cada vez menos do restalho do algodão e mais da algaroba, junto com as pastagens plantadas e a palma forrageira, culturas que utilizam, períodos curtos do ciclo produtivo, trabalhadores temporários assalariados.

A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE REFLORESTAMENTO

O quadro legal que embasa a política de reflorestamento é o novo Código Florestal, instituído por Lei nº 4771, de 15/09/65, cuja filosofia é garantir a utilização racional, a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento florestal do país.

O Código Florestal atribui à interferência estatal um caráter auxiliar para o caso de omissão dos proprietários privados: "Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou reflorestamento, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário" (Art. 18).

Os incentivos fiscais e financeiros são o principal instrumento utilizado pelo Governo para estimular a preservação e renovação florestal por parte do setor privado: "As florestas plantadas ou naturais ficam isentas de qualquer tributação" (Art. 38). Igualmente "se exime de tributação a renda da produção florestal (Art. 38, I) e "as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda" (Art. 38, II).

Para instrumentalizar a filosofia preservacionista e desenvolvimentista dos recursos naturais foi criado, em 28/02/67, o IBDF. Sua missão é "formular a política florestal, bem como a de orientar, coordenar e executar, ou fazer executar, as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação de recursos naturais renováveis e o desenvolvimento florestal do país" (Decreto-Lei nº 289).

Além das Florestas e Parques Nacionais geridos pelo IBDF, este organismo federal promove o reflorestamento em terras de propriedade privada, exclusivamente através de subvenções que objetivam minimizar os custos de produção da empresa agrícola e capitalizar a grande propriedade fundiária.

Uma série de Decretos-Lei e Portarias Normativas do IBDF regulamentam a atual política de reflorestamento. Assim o Decreto-Lei nº 1134, de 16/11/70,

estabelece uma dedução de até 50% do Imposto de Renda para aplicação em projetos de reflorestamento. O Decreto-Lei nº 1376, de 12/12/74, que instituiu o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), Fundo para o Desenvolvimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET), tem especial importância para o Nordeste. (Este Decreto foi complementado pelo Decreto-Lei 1.419, de 11/09/75, Decreto-Lei 1.478, de 26/08/76, e Decreto-Lei 1.563, de 29/07/77).

O FISSET, instituído por esses Decretos, consta de três contas separadas para incentivo do turismo, da pesca e do reflorestamento. O FISSET-reflorestamento tem um orçamento anual centralizado que é proposto pelo IBDF ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e aprovado pelo Presidente da República.

O montante do FISSET-reflorestamento assim como o volume e número de projetos aprovados, dependem da disponibilidade de recursos financeiros do Governo Federal, o que torna muito errática a política de reflorestamento.

Os recursos integradores do FISSET-reflorestamento provém:

- a) dos incentivos fiscais;
- b) das subscrições pela União de quotas inconvertíveis em ações;
- c) subscrições voluntárias por pessoas físicas de quotas do FINOR.

Até 50% dos recursos globais do FISSET são destinados à área da atuação da SUDENE.

O Decreto nº 88.207, de 30/03/83, e a Portaria-Normativa nº 195 IBDF/DR, de 09/06/83, são os últimos instrumentos que regulamentam a política de reflorestamento.

Estes instrumentos fixam em 100 hectares a superfície mínima para projetos incentivados de algaroba. A máxima é de 500 hectares para algaroba e de 75 para cajueiros.

Os projetos aprovados na região muito raramente ultrapassam 200 hectares, limite em que a empresa não está obrigada a investir recursos próprios. Para projetos de mais de 200 a 1.000 hectares, a participação da empresa deve ser de 5%, entre mais de 1.000 e 3.000 ha, de 10% e, de mais de 3.000 ha, a parte dos recursos próprios deve ser de 15% (artigo 8 do Decreto 88.207/83). O mesmo Decreto define as *prioridades atuais*, marcadas pela "necessidade de compatibilizar as exigências crescentes de florestamento e reflorestamento com um volume decrescente de recursos disponíveis". O objetivo é consolidar os empreendimentos já aprovados (em especial os do Nordeste) para garantir "O mais rápido retorno dos recursos investidos". Na prática, isto implica um bloqueio da expansão florestal.

O limite global dos projetos de florestamento e reflorestamento para 1983 é de 200.000 hectares, não podendo ser aprovados projetos de uma empresa que ultrapassem a área aceita para a mesma no ano anterior.

A concessão dos incentivos fiscais pelo IBDF para empreendimentos florestais está sujeita ao processo seguinte:

- a) Constituição da empresa de reflorestamento e registro da mesma perante o IBDF;
- b) Apresentação de um projeto-tipo, preparado por escritórios especializados (o principal dos quais tem sede em Brasília), a um custo relativamente elevado (3% do valor do projeto), acompanhado de uma série de comprovantes e de uma carta-consulta, todos devendo ser protocolados na delegacia do IBDF do Estado correspondente, no caso, em João Pessoa;
- c) O IBDF realiza as vistorias necessárias para verificar a consistência dos projetos e das áreas em que se pretendem implantar;
- d) A carta-consulta é examinada por uma Comissão especialmente designada pelo Presidente do IBDF (Art. 22 da Portaria Normativa nº 195/IBDF/DF);
- e) Para receber o financiamento, a empresa deve ter concluído a primeira fase de implantação, que inclui os trabalhos de desmatamento e limpeza do terreno. A segunda fase de implantação inclui o plantio das mudas. Ao concluir as duas fases de implantação, a empresa recebe aproximadamente 2/3 da subvenção total, recebendo o restante na fase das manutenções.

A POLÍTICA DE REFLORESTAMENTO E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA.

A política de reflorestamento reflete a principal linha de desenvolvimento agrícola: a capitalização das grandes propriedades, consequência lógica de uma correlação social e política definida. Essa estratégia não se propõe alterar a estrutura fundiária concentradora, porque considera que a grande unidade fundiária é superior, no sentido técnico-econômico, à pequena exploração de base essencialmente familiar. Daí a prioridade outorgada as grandes propriedades e a subsequente discriminação das pequenas, na distribuição dos incentivos e benefícios econômicos oficiais.

Os principais instrumentos de política agrícola (crédito subsidiado, política de preços, programas especiais para o Nordeste, etc.) visam desenvolver a base técnica para capitalizar as grandes explorações e, desse modo, torná-las rentáveis e concorrenciais. Ao mesmo tempo, omitem qualquer preocupação com a mudança das estruturas de propriedade da terra e dos outros meios de produção. Assim se explica o fato de que um enorme volume de recursos financeiros públicos seja transferido para as grandes propriedades, contribuindo para a concentração fundiária e das rendas agrícolas, tanto em termos individuais como setoriais.

Como demonstra a prática do reflorestamento na região em estudo, a grande propriedade funciona como pré-condição para receber os favores financeiros do Governo. Isto porque as camadas superiores de proprietários e os grupos econômicos que controlam os circuitos agro-industriais, dispõem de poder decisório na distribuição dos recursos alocados pelo governo, através dos organismos de

desenvolvimento do Nordeste. O bom relacionamento das elites rural-urbanas (da região em estudo) com os organismos que executam as políticas agrícolas no Nordeste (SUDENE, DNOCS, IBDF, etc.), parece ter um peso decisivo na distribuição das subvenções, como mostra a presença de tantos nomes da classe política regional entre os titulares das empresas de reflorestamento, as quais foram — diga-se de passagem — especialmente criadas para receber esses benefícios.

Desde o ponto de vista da economia como um todo, a estratégia de modernização do latifúndio não se tem mostrado eficiente. O enorme volume de recursos financeiros injetados pelo governo no segmento superior das unidades agropecuárias não melhorou o problema do abastecimento do mercado interno, nem contribuiu para deter a inflação. Ao contrário, piorou o desempenho rural, levou à contínua alta dos preços agrícolas e à inadequação da estrutura da produção agrícola para a demanda interna.

O alto custo econômico e a baixa rentabilidade social das políticas agrícolas justificam seu questionamento. A própria noção de desenvolvimento da agricultura nordestina deve ser revisada. As possibilidades de correção de seu rumo atual são mais do que duvidosas, quando nada indica existir uma vontade política de interferência nas causas.

Com as prioridades atuais, voltadas para soluções de curto prazo do desequilíbrio nas contas do país com o exterior, não podem existir políticas econômicas de médio e longo prazos. O que hoje existe são improvisações e medidas casuísticas que, de fato, criam mais problemas do que soluções. E a política de reflorestamento, tal como vem sendo aplicada na Paraíba, é exemplo disso.

Campina Grande, abril de 1985

POSIÇÕES ATUAIS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

César Garcia*

O SIGNIFICADO DE REFORMA

A reforma agrária já foi posta em prática em muitos países de economia capitalista. No Brasil, ela tem recebido apoio de diversos segmentos da sociedade, até mesmo fora das camadas populares. Representantes da burguesia industrial e seus órgãos de imprensa têm deixado isso evidente em diversas ocasiões. É claro que esse apoio significa muito pouco, pois cada segmento tem sua versão do que deveria ser a reforma agrária. Não pretendo examinar todas essas versões, mas gostaria de defender uma delas, procurando distingui-la de algumas outras.

Preliminarmente, creio necessário chamar a atenção para o significado da palavra reforma. Quando emprego este vocábulo, estou falando de mudanças que não atingem o essencial. Em qualquer sociedade, o essencial é seu modo de produção. E a reforma agrária não substitui um modo de produção por outro. Em nenhum país capitalista a reforma agrária socializou a propriedade dos meios de produção. Nesses países, a economia, ou melhor, o modo de produção continuou sendo capitalista e, se tivesse se transformado em modo de produção socialista, não teria ocorrido apenas uma reforma agrária e sim uma revolução, que seria restrita às atividades rurais. Assim entendo o significado da expressão reforma agrária: uma maior distribuição da propriedade dos meios de produção — a terra em particular — posta em prática pelo Estado capitalista, visando criar condições para que os trabalhadores rurais, sob a forma de pequenos proprietários, juntamente com seus familiares, passem a trabalhar mais, com técnicas mais produtivas, produzindo muito mais do que necessitam para sobreviver. Com quem fica este excedente, é uma questão a ser resolvida fora dos limites da reforma agrária. Os capitalistas situados na indústria, no comércio e nos bancos tratam de arrancá-lo das mãos dos agricultores — coisa que já fazem em relação a seus empregados, embora por outros meios. Do seu lado, os agricultores tratam de se defender, associando-se em cooperativas e sindicatos, reivindicando do governo uma melhor administração dos preços. Em outras palavras, lutam para conseguir ficar com algo mais que a remuneração do trabalho da família.

AS DIVERSAS POSIÇÕES:

Dentre os mais sinceros batalhadores pela reforma agrária no Brasil há alguns que afirmam que *esta não é a reforma agrária que interessa aos trabalhadores rurais*. Segundo esta interpretação, esses trabalhadores não lutam pela propriedade de uma pequena área de terra e sim pela liberdade de cultivar o solo e ficar com o produto resultante do seu trabalho.

* Engenheiro agrônomo, Técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPe).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	213 a 216	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

‘Aos que defendem esta tese proponho as três seguintes reflexões:

Nas áreas mais distantes dos grandes mercados, onde a propriedade de terra ainda não está inteiramente consolidada, os pequenos posseiros podem praticar essa agricultura itinerante. Para continuar assim, terão fatalmente que afastar-se cada vez mais, pois em nenhuma sociedade capitalista a propriedade privada da terra foi até hoje abolida. A medida em que a propriedade se consolida nessas áreas mais afastadas, aos posseiros só resta uma forma de garantirem seus direitos: reivindicar a propriedade da terra que cultivam. Só a propriedade formal vai lhes dar alguma garantia de que não serão facilmente expulsos. É mais fácil conseguirem a propriedade, através da intervenção do Estado, que a liberdade de cultivo, que significaria a abolição da propriedade privada da terra, uma utopia no capitalismo. Esta utopia foi sonhada pelos economistas que pretendiam eliminar a renda fundiária encarada como obstáculo aos empreendimentos capitalista no campo. Se com esse objetivo nada se conseguiu, não serão os trabalhadores rurais da categoria de posseiros que irão conseguir. Para o capitalismo, extinguir a propriedade privada da terra é um risco grande demais, já que a propriedade privada dos meios de produção é peça fundamental de sua estrutura. Parece mais seguro deixar a agricultura com seus obstáculos e concentrar os investimentos nos demais setores.

Nas áreas de exploração antiga, mais densamente povoadas e mais próxima aos grandes mercados, a liberdade de cultivo é ainda mais impensável. A propriedade da terra aí já existe há muito tempo e não é através de uma *reforma* que ela vai desaparecer. Até mesmo em situações revolucionárias, a extinção da propriedade privada da terra tem prioridade duvidosa. As grandes propriedades são, evidentemente, expropriadas, mas a propriedade camponesa é tolerada.

A consolidação da propriedade familiar, seja através da titulação de posseiros, seja pela distribuição da propriedade entre arrendatários, parceiros ou até mesmo assalariados, é uma reivindicação legítima dessas categorias e, além disso, compatível com as tendências do capitalismo atual.

Por outra parte, entre os que lutam pela reforma agrária, há também aqueles que são *contra a distribuição da terra, visando a constituição de propriedades familiares*, pois esta seria a reforma agrária que “*interessa ao governo*”. Não chegam a explicar que tipo de reforma desejam, mas poder-se-ia interpretar que defendem a distribuição de terra entre cooperativas ou associações, as quais evitassem a dispersão dos trabalhadores e a fragmentação das áreas de cultivo.

Estou de pleno acordo com essas vantagens que a organização pode trazer aos trabalhadores, mas se o governo põe em prática um programa de distribuição de terra, limitado ou não a determinadas áreas, os trabalhadores rurais não recusarão seus benefícios. Evidentemente continuará sendo necessário que os trabalhadores se organizem em associações, cooperativas e sindicatos. O fato de se tornarem pequenos proprietários, longe de dispensar essa organização, pelo contrário,

vai torná-la ainda mais necessária. Portanto, não creio que a reforma agrária que distribua a terra em forma de propriedades familiares seja contra o interesse dos trabalhadores. Desvantajoso para os trabalhadores é enfrentar seus adversários de modo individual e desorganizado. Desde que eles se unam em entidades legítimas e livres, conseguirão melhores condições de luta por seus direitos e vantagens.

Há quem diga também que a distribuição da terra servirá para comprar a consciência dos trabalhadores, formando uma aliança espúria entre as classes dominantes e os novos pequenos proprietários. Na verdade existe risco cada vez que os trabalhadores, rurais ou urbanos, são atendidos em suas reivindicações. Nem por isso seria correto deixar de apoiar as reivindicações populares. Na prática, aliás, os trabalhadores não param de reivindicar. No caso dos trabalhadores rurais, suas reivindicações vão muito além da distribuição de terra, pelo simples fato de que, mesmo como proprietários de suas pequenas áreas, não deixam de ser explorados nas suas vinculações com os mercados. São explorados não mais pelo latifundiário, que lhes cobrava renda, mas pelo grande capital instalado no comércio de insumos e produtos, assim como nas agro-indústrias. Portanto, não passa de um preconceito afirmar que os beneficiários de uma reforma agrária que distribua a terra são necessariamente acomodados, do ponto de vista político.

Algumas correntes, por razões diferentes, se opõem à distribuição de terra. Uma primeira que acredita na *superioridade técnica da grande exploração* e no interesse que a agricultura pode despertar entre os grandes investidores. A unidade produtiva do tipo familiar seria assim um entrave à modernização e estaria condenada a desaparecer por não poder concorrer com a grande empresa. Já uma segunda corrente, que pensa a mais longo prazo, sustenta que, *se no capitalismo a pequena propriedade é um entrave, no socialismo ela será incompatível com os princípios do regime.*

No primeiro Programa Agrário do Partido, aprovado no Congresso de Marselha em 1882 e ampliado dois anos mais tarde no Congresso de Nantes, os socialistas franceses enfrentaram este problema teórico e apresentaram propostas que mereceram duras críticas de Friedrich Engels. O programa continha "uma argumentação teórica, dirigida a demonstrar que, nos princípios do socialismo, está implícito que se deve proteger a propriedade dos pequenos camponeses contra a ruína, que significa para ela o modo de produção capitalista, ainda que se compreenda perfeitamente que essa ruína é inevitável".¹

A crítica de Engels concentrou-se sobre o compromisso que o Partido assumiu de defender a propriedade individual da terra dos camponeses:

"Não podemos prometer aos camponeses, pequenos proprietários, nem agora nem nunca, conservação da propriedade individual e da exploração individual da terra contra a corrente avassaladora da produção capitalista. A única coisa que

(1) DA SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p. 64 e 65.

podemos prometer-lhes é que não vamos nos intrometer com violência em seu regime de propriedade contra a sua vontade".²

Ele achava que os socialistas, uma vez no poder, deviam convencer os camponeses, ainda não proletarizados pelo capitalismo, a participarem de um "regime cooperativo":

"Nossa missão em relação ao pequeno camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual a sua propriedade privada para regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo, proporcionando auxílio social com esta finalidade".³

Engels tinha razão quando criticava a incoerência dos socialistas franceses. Se a ruína dos camponeses era inevitável, por que proteger suas propriedades individuais? E acreditava que os camponeses terminariam reconhecendo a irracionalidade de seu sistema e as vantagens de produção socializada em grande escala.

UMA PROPOSTA PROMISSÓRIA OU UMA LINHA REALISTA

Estas reflexões de Engels parecem-se altamente profícuas e merecedoras de maior atenção. Decorrido, no entanto, quase um século, desde aquele debate, há incógnitas claras que levam a levantar dúvidas sobre a previsão de que a propriedade de pequenas parcelas no capitalismo está "fatalmente destinada a desaparecer". Acho procedente dar mais atenção a alguns autores que vêm constatando que aquela previsão não está se cumprindo e que, até mesmo em regimes socialistas, podem existir razões para que pelo menos alguns ramos da agricultura continuem entregues a produtores individuais. Engels e os socialistas franceses certamente reformulariam suas posições ao tomarem conhecimento, não apenas da permanência dos "pequenos camponeses" em economias capitalistas, como também, mudariam de opinião ao verem o Estado capitalista realizando reformas que distribuem a terra e consolidam a propriedade de pequenas parcelas. Em muitos países, nem sequer foi necessário que o Estado interviesse. O capital, reconhecendo as desvantagens de assumir a direção do empreendimento agrícola e percebendo as vantagens de se instalar a montante e a jusante da produção rural, deixou a agricultura nas mãos dos produtores de escala familiar. Evidentemente, esses produtores tiveram que se adaptar aos objetivos do capital, e a essa adaptação se dá o nome de *modernização da agricultura*.

Este me parece ser o caminho dentro dos limites do capitalismo. Esses produtores familiares que hoje reivindicam a propriedade da terra decidirão mais adiante sobre seu futuro. Serão aliados da classe operária, na medida em que perceberem que, embora por meios diferentes, são também explorados por um adversário comum: o capital. Quanto mais cedo isso acontecer, mais cedo poderão romper os limites que hoje lhes são impostos.

(2) DA SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p. 75. Veja-se ENGELS, F. "La question paysanne en France et en Allemagne", in: MARX, K. & ENGELS, F. *Oeuvres Choisies (em 3 volumes)*, Moscou, Progres, 1970, tomo III, p. 50.

(3) Idem, p. 73.

**ABSTRACTS DAS DISSERTAÇÕES
DEFENDIDAS NO MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPb)
CAMPUS II – CAMPINA GRANDE ***

1 - EM BUSCA DA DIALÉTICA (Apontamentos acerca do Conceito de Modo de Produção) 1979, 120 pp..

Autor: RÔMULO DE ARAÚJO LIMA

Orientador: Pedro de Alcântara Figueira

O Autor visa através deste trabalho teórico levantar questões pertinentes a uma leitura inovadora da obra de Karl Marx. Segundo ele, o conceito de modo de produção tem servido, para muitos, apenas como forma de designar determinados períodos do processo histórico. Todavia, as reflexões de Marx eram mais profundas, para quem o conceito de modo de produção referia-se à própria forma do social, permitindo sua compreensão. Por outro lado, o conceito de modo de produção não se refere apenas à base econômica da sociedade como alguns adeptos de Marx defendem. O conceito de modo de produção engloba toda a estrutura da sociedade. Neste sentido afirma, é necessário volver os olhos para raiz de onde surge o conceito de modo de produção, isto é, para o ato produtivo. A estrutura deste ato, que se dá entre o homem e a natureza, permite perceber que a infraestrutura e a superestrutura da sociedade resultam constantemente da prática produtiva dos homens. Aí reside a dialética social. Desta sorte, infraestrutura e superestrutura não se imbricam como uma relação de causa e efeito, mas como forma e conteúdo do social. No curso da produção e reprodução de sua vida material, o homem estabelece relações de produção que representam a base material de toda a sociedade. Todavia, lembra o Autor a interpretação mecanicista da realidade social deve ser afastada: o econômico não é o único fator determinante da História. Por outro lado, a superestrutura não consegue sobredeterminar a sociedade. A dialética social somente pode ser percebida se a sociedade é entendida como um todo multifacetado e contraditório. A contradição não implica instâncias distintas da sociedade mas permite perceber de que forma a praxis social humana se expressa e se organiza.

Compilação, padronização e redação final dos *abstracts* aqui apresentados a cargo do Prof. Josemir Camilo de Melo, membro do Comitê de Redação de RAÍZES.

Trata-se da apresentação, por ordem cronológica, de todos os trabalhos de Dissertação defendidos desde dez/1979 – data da primeira defesa – até maio/85, quando foi fechada esta Sessão da revista.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	217 a 228	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

2- ARRENDAMENTO E CAPITALISMO (Um Estudo sobre a substituição do trabalho ao Capital). *1981, 103 p*

Autor: WILMA GROSSMAN

Orientador: Octávio Ianni

A Autora se propõe a estudar as condições específicas da penetração do capitalismo na agricultura brasileira, no tocante à recriação de relações não-capitalistas de produção. Para isto, considera o arrendamento, dentro de uma realidade concreta historicamente determinada, o município de Bom Jesus, na Micro-região Agreste do Rio Grande do Norte. O arrendamento tornou-se, segundo sua análise numa tentativa de sobrevivência, dentro da fase de transição que o município viveu, saindo da lavoura algodoeira para a pecuária leiteira, o que provocou uma sensível modificação na estrutura fundiária pela sub-repartição das terras. Para verificar como e quem se apropria do sobre-trabalho dos arrendatários, a Autora se valeu de entrevistas de campo, sobre as características do arrendamento, bem como sobre as formas de posse e uso da terra, além de coleta de dados sobre créditos à produção e a circulação comercial em si. Estas situações aliadas ao emprego acessório levaram a Autora a apreender a dinâmica dessa relação de produção que tem conduzido esse segmento da classe trabalhadora à proletarianização real.

3- IDEOLOGIA DOMINADA, IDEOLOGIA DOMINANTE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: Um Estudo sobre Comunidades Eclesiais de Base. *1981, 242 p.*

Autor: LÚIZ GONZAGA MELO.

Orientador: Charles Michel M. J. Beylier

O objetivo deste trabalho é oferecer subsídios para uma reflexão sobre as Comunidades Eclesiais de Base, especialmente quanto aos seus aspectos ideológicos. A área estudada compreende os Municípios de Aratuba, Mulungu, Capistrano de Abreu, Itapiúna, Quixadá, Quixeramobim e Canindé, do Estado do Ceará. Os dados utilizados provêm de fontes secundárias e de um trabalho de campo realizado nas Comunidades escolhidas, duas em cada Município, através do uso da técnica de amostragem aleatória simples. O estudo feito revela como uma fração do campesinato, das comunidades estudadas, foi levada a refletir sobre suas próprias condições de vida, por força das relações de produção vivenciadas em seu meio e que interesses comuns a levou a um tipo de coesão, através de um trabalho comunitário, tendo a Igreja como elemento catalisador. O trabalho conclui que: 1) a Igreja, como elemento catalisador, incentivou os camponeses a que se reunissem em comunidade, pela defesa de seus interesses; 2) a partir daí, o "status quo" se vê ameaçado e provoca as reações advindas das classes dominantes e 3) daí os conflitos entre a ideologia burguesa e a ideologia relacionada com as classes populares.

4- A VITÓRIA DOS VENCIDOS (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas — 1955-64) — (1981), 201 p.

Autora: BERNADETE WRUBLEVSKI AUED

Orientador: José Cláudio Barriguelli

A reconstrução do papel social das Ligas Camponesas é o objetivo central desta dissertação, em que a Autora tenta analisar a totalidade social em que elas estiveram inseridas, questionando o seu discurso para ver se elas se opuseram ou contribuíram para o surgimento do socialismo. A análise parte do estágio de concentração a que tinha chegado o capitalismo no campo, na área canavieira nos anos 50/60, em que as relações de produção foram alteradas em busca de uma redefinição do valor da mercadoria. A Autora diz que a contradição se operava entre proprietários e camponeses, e não propriamente entre capital e trabalho, uma vez que o enfoque dado à questão da terra, da propriedade diz respeito à garantia da propriedade do capital em si, já que a terra está vinculada ao capital sob a forma de renda. A Autora interpreta o fenômeno das Ligas Camponesas como uma determinação maior que foi, no caso, o Partido Comunista, e suas vinculações ideológicas, verificando assim as proposições reformistas e/ou revolucionárias dentro daquele contexto histórico.

5- MOVIMENTO OPERÁRIO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO (Um estudo das relações entre canavial e usina — 1955-64)

Autora: CLEMILDA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA

Orientador: José Claudio Barriguelli

A Autora se propõe a discutir o crescimento do movimento operário e popular na zona da mata de Pernambuco, sob o ponto de vista das propostas políticas que subsidiaram esse crescimento, particularmente a bandeira da reforma agrária. Questiona a validade histórica desta bandeira, contrapondo-a à proletarização crescente que vinha se operando na lavoura canavieira daquele Estado. A problemática é maior, pois na composição das forças operárias estavam tanto o trabalhador rural como o industrial. Isto faz com que a Autora veja dois segmentos no movimento com suas alianças, pela reforma agrária. Enquanto luta política, significou o conteúdo da aliança entre burguesia e classe operária, contendo a própria estratégia democrático-burguesa e significou também a materialização da aliança operário-camponesa, que, por sua vez, constituía-se no fulcro das relações campo-cidade. Como luta econômica, ela derivou da destruição das relações de morada e da destruição das formas tradicionais de reprodução da força de trabalho agrícola. Daí, pergunta a Autora se a bandeira de reforma agrária não teria significado a divisão da classe operária, já que projetava transformar um segmento (o trabalhador rural) em camponês e, se isto não representava um retrocesso histórico, já que a "campe sinuação" desconcentrava os meios de produção.

6- A REDENÇÃO NECESSÁRIA (Igreja Católica e Sindicalismo Rural, 1960/64). 1982, 137 p.

Autor: DALCY DA SILVA CRUZ

Orientadora: Regina Célia Reys Novaes

O intuito do Autor, neste trabalho, é dirimir dúvidas concernentes às interpretações que têm sido feitas sobre o papel da Igreja no movimento sindical rural do Rio Grande do Norte, através da FETARN ou como manifestação própria da Igreja. Para isto, procede ele uma investigação histórica sobre o movimento da organização rural no Estado, tentando ver a atuação da Igreja na disputa, da hegemonia do processo, com o Partido Comunista Brasileiro. Introduce algumas questões quanto ao papel da Igreja enquanto Instituição, bem como em relação ao papel do sindicato, como órgão representativo da classe, objetivando fornecer alguns esclarecimentos de como essa história vem sendo escrita. Para tanto, o Autor privilegia os relatos dos seus atores, da classe dominada, esperando ter dado uma contribuição às suas lutas.

7- O VELHO/NOVO PROCESSO DE PRODUÇÃO – A PESCA ARTESANAL. 1982, 82 p.

Autora: MARLÚCIA SALES DE MORAIS

Orientadora: Ghislaine Duqué

Poucos são os estudos dedicados à pesca artesanal. A maioria dos trabalhos existentes é produzida por órgãos governamentais, ligados diretamente a essa atividade, com o objetivo de subsidiar programas e projetos oficiais. Quanto ao debate teórico desenvolvido no quadro acadêmico, ele se limita a poucos estudos que tratam basicamente de levantar os processos de produção, tendo como quadro de referência os efeitos do desenvolvimento capitalista após os anos 60. Tanto os segundos estudos quanto os primeiros situam geralmente a pesca artesanal em oposição ao processo industrial, caracterizando-a pelo baixo padrão tecnológico, este sendo responsabilizado pelas condições sócio-econômicas dos pescadores artesanais. Esta abordagem leva geralmente a um tratamento essencialmente descritivo do tema. Esta tese – estudo de caso situado no Município de Lucena/Pb – não deixa de descrever também, e minuciosamente, a pequena produção pesqueira nas suas diversas etapas (pesca, conservação, comercialização). Mas a autora, trabalhando os conceitos de submissão formal ou real do trabalho ao capital, tenta situar as relações de exploração e dominação que opõem os envolvidos no processo. As distintas formas de produção são discutidas como especificidades da expansão do modo capitalista de produção. O papel do Estado também é analisado, enquanto elemento viabilizador da expansão do capital. Trata-se portanto de mais um estudo sobre as articulações entre formas não capitalistas de produção dominante, que tem o mérito de jogar luz num setor pouco estudado, contribuindo assim de maneira original para o aprofundamento da reflexão sobre a pequena produção.

8- DIREITO E SOCIEDADE (O Direito Social e a Lei de Salário Mínimo no Estado Vargasista, 1930-1940) 1983, 91 p.

Autora: IRMA NORA PEREZ VICHICH

Orientador: Guilherme Raul Ruben

Teorizar sobre o Direito é o primeiro passo que a Autora dá, no intuito de situá-lo dentro do Modo de Produção Capitalista, como pertencente ao domínio da superestrutura ou ao campo reflexo da base econômica. Evitando cair em qualquer das duas variantes, a Autora se pretende distanciar sua análise daquelas duas reduções, evitando ao mesmo tempo a compreensão do Direito, como "ciências puras". Para ela, o Direito, como categoria histórica e social, se modifica e desenvolve-se com essa estrutura, permeando toda a sociedade. Assim, ela envereda pelo estudo do jurídico, como normas reguladoras das relações entre capital e trabalho, e suas consequentes determinações sociais a partir das práticas políticas das diferentes classes e frações de classe. Só assim, a apreensão será totalizadora, o que levará o Direito a ser tratado como categoria histórica e, ao mesmo tempo, dentro de sua própria especificidade.

9- MODERNIZAÇÃO TARDIA E DESIGUAL (O Processo Histórico das Inovações Tecnológicas na Agricultura Brasileira). 1983, 283 p.

Autor: SEVERINO JOSÉ DE LIMA

Orientador: Jurandir Antonio Xavier.

O Autor se preocupa em investigar as transformações recentes verificadas na agricultura, em termos de mecanização, quimificação e biologização e as causas dessa modernização tardia e desigual, na agricultura brasileira, como resultado visível do processo de acumulação mundial do capital. Intenta visualizar o processo histórico das relações agricultura e acumulação e as contradições surgidas, circundadas ou superadas nas diversas esferas do capital em geral. Procura ainda, o Autor, estudar as relações hierárquicas entre agricultura e indústria, no plano interno e externo, a partir de um quadro geral de relações entre o processo de acumulação mundial e a industrialização no Brasil e suas repercussões na agricultura. Por fim, mostra a industrialização tardia como manifestação da divisão internacional do trabalho e seus efeitos na agricultura brasileira, como resultante do conjunto das contradições engendradas no processo de acumulação, reprodução e valorização do capital, sob a égide de firmas multinacionais.

10- O HOMEM OU O BOI, O ROÇADO OU O CAPIM – (1983) 146 pp.

Autora: GITANA MARIA FIGUEIREDO LIRA

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Este trabalho trata das transformações que vêm ocorrendo, especificamente, nas relações de trabalho, na produção da pecuária bovina paraibana, diante do

processo de expansão da cultura do capim em detrimento das culturas de subsistência. Tal processo expulsa o trabalhador-morador, provocando o êxodo para a periferia urbana, que passa à categoria de trabalhador-diarista. A Autora procura, através de técnicas qualitativas e de entrevistas semi-estruturadas, dar a visão tanto do proprietário-pecuarista como do trabalhador, com ênfase nas relações e conexões que se estabelecem entre os polos opostos, trabalho e capital.

11- O TRABALHO ASSOCIATIVO: UTOPIA E/OU MUDANÇA SOCIAL (Um estudo de Caso de Uma Cooperativa Agrícola e de uma Comunidade), 1983, 117 p.

Autora: MIRIAN SIVINI FERREIRA

Orientador: Charles Michel M. J. Beylier

Verificar o efeito do cooperativismo e das Comunidades Eclesiais de Base, como processo de educação da consciência dos trabalhadores, é o que pretende a Autora, no contexto da sociedade brasileira, com o intuito de observar a prática do movimento associativo na luta para introduzir mudanças na sociedade. Toma, então, como campo de pesquisas a Cooperativa Mista de Esperança, Paraíba, e o trabalho comunitário desenvolvido na Comunidade do Fernandes, em Aratuba, Ceará; deduz, a partir dos estudos aí desenvolvidos, que a utopia cooperativista foi destruída para atender aos interesses do capitalismo emergente e que as Comunidades Eclesiais de Base têm fugido à institucionalização para poder concretizar sua utopia de libertação. Dos dois movimentos, a Autora conclui, apenas o comunitário tem contribuído para a educação da consciência do trabalhador, enquanto o trabalhador cooperado permanece em sua condição de alienação e subordinado aos interesses dos detentores do poder.

12- O CRÉDITO RURAL: AS AMBIGUIDADES DA MODERNIZAÇÃO (Uma Avaliação Sócio-Política e Econômica). 1983, 129 p.

Autor: GERALDO TARGINO DA SILVA

Orientador: Rômulo de Araújo Lima

O objetivo central deste trabalho é investigar e explicitar os efeitos da aplicação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na Paraíba, através de informações de órgãos oficiais (INCRA, IBGE, Banco Central, EMATER/PB), no intuito de detectar se o processo tem sido de modernização e/ou especulação. O Autor dá ênfase às características da estrutura fundiária no tocante à distribuição e posse da terra, bem como de sua utilização, dentro do binômio latifúndio/minifúndio, enfocando ainda a modernização da produção agro-pecuária, por Regiões Administrativas e por produtos. Conclui que a produção agrícola estadual não tem correspondido ao volume de crédito aplicado, cuja concentração tem-se dado na produção para a economia de mercado (cana-de-açúcar e abacaxi), onde o retorno econômico justifica a introdução de nova tecnologia.

13- PEQUENA PRODUÇÃO NA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB. 1983, 79 p.

Autora: ROSA DE LOURDES PEREIRA BRANDÃO

Orientador: Edgard Afonso Malagodi

A base desse estudo é a pequena propriedade fornecedora de cana que contribui em 30 por cento para a produção da Usina Santa Rita. A Autora procurou verificar as relações de dependência a que estes proprietários, arrendatários e posseiros são submetidos no processo de fornecimento de matéria-prima à Usina, chegando em alguns casos a vender sua própria força de trabalho. A submissão ao capital industrial vem degradando as condições de vida dos fornecedores de cana, através do aumento de sua jornada de trabalho, junto com a família, tanto como, em alguns casos, da ocorrência de plantios para a subsistência, como macaxeira, milho e feijão. Estas atividades são partes do mesmo processo de exploração capitalista, na medida que reduz o valor da força de trabalho investida na produção canavieira, aumentando o trabalho excedente explorado pelo capital industrial.

14- ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE UMA REGIÃO DE PRODUTORES DE ALHO DO CARIRI PARAIBANO. 1983, 82 p.

Autora: MARIA DO SOCORRO PEREIRA DOS SANTOS

Orientador: Walter José Oliveira da Veiga Pessoa

Este estudo surgiu da necessidade de conhecer com maior precisão o trabalho associativo desenvolvido na Cooperativa Mista Agrícola de Cabaceiras-Pb., segundo a Autora, que teve a preocupação de verificar os motivos de sua fundação, eficiência sócio-econômica e o grau de participação dos associados. Partindo de técnicas qualitativas e entrevistas, tenta analisar a gênese do cooperativismo e a validade de sua institucionalização, como sonho dos cooperados ou instrumento de serventia a determinados interesses classistas dominantes. Procurou a Autora conhecer na Empresa Cooperativista como se processa a educação da consciência dos associados frente aos problemas gerados pela dinâmica das relações sociais.

15- PEQUENOS PRODUTORES E CRÉDITO RURAL NUMA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA POLONORDESTE: O Caso do Município de São Mamede do Seridó Paraibano 1983, 135 p.

Autora: FRANCISCA BEZERRA MARQUES

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O objetivo desta dissertação é analisar a participação de pequenos produtores de algodão no componente crédito rural do Programa POLONORDESTE, no Município de São Mamede do Seridó Paraibano. O problema surgiu após a avaliação do primeiro ano de vigência do referido Programa em São Mamede (1977), quando se verificou uma participação deficiente do público a ser beneficiado. O

período estudado corresponde aos meses de abril/1977 a março/1983, tempo de duração do Programa. Os dados aqui analisados são provenientes, de fontes secundárias e de um trabalho de campo complementar. A Autora demonstra através da pesquisa que o afastamento do pequeno produtor foi a razão maior do uso deficiente do crédito subsidiado. O grau de intensidade de reações contrárias à adoção do referido crédito será tanto maior quanto mais carente for a camada de produtor a ser beneficiada. A resistência às técnicas modernas orientadas para o cultivo do algodão, apresenta-se bem mais forte nas subcategorias de produtores em que a finalidade da produção é atender às necessidades básicas de subsistência, face sua vulnerabilidade ao risco. Conclui a autora, que não basta orientar e que a concessão do crédito subsidiado não é suficiente: o importante é propiciar condições reais ao produtor de poder realizar as práticas de modernização da agricultura, pois, é o termo de enfrentar o risco o que mais bloqueia o pequeno produtor a adotar algumas inovações e de buscar mais os benefícios do crédito.

16- DA PARAÍBA PRÁ SÃO PAULO E DE SÃO PAULO PRÁ PARAÍBA (Migração, Família e reprodução da força de trabalho). 1983, 176 p.

Autora: MARILDA APARECIDA DE MENEZES

Orientadora: Ghislaine Duqué

O universo empírico desta tese corresponde a uma área do Sertão da Paraíba e outra Região Metropolitana de São Paulo, através das quais a Autora pesquisou um mesmo grupo de famílias, segmentadas entre o campo (os pais) e a cidade (os filhos). A migração é analisada através das manifestações concretas e específicas do desenvolvimento capitalista sobre a reprodução dos trabalhadores, na década de 70 e até 1983. Para a Autora, o desenvolvimento do capitalismo no campo depauperava as unidades de produção familiar, do qual tentam fugir pela migração de alguns filhos. No entanto, ela mostra que na cidade o mesmo processo capitalista deteriora as condições de vida dos assalariados, (através de empregos temporários, subempregos e desempregos). A saída passa a ser a migração para o campo, já que suas famílias lá permanecem. Desta forma, conclui a Autora, a análise mostra que a migração expressa a interdependência existente entre a reprodução das unidades de produção familiar no campo e da força de trabalho assalariada na cidade.

17- EM BUSCA DO TRABALHO: Estudo sobre os egressos do Ensino Técnico Agro-pecuário da Paraíba – 1974-1984. 1984, 159 p.

Autora: ANA LÍGIA C. B. ARAÚJO

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

O estudo visa detectar a relação escola/trabalho na situação específica do Curso Técnico Agropecuário, curso profissionalizante a nível de 2º grau na Paraíba, através de levantamento da situação profissional dos egressos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e Colégio Agrícola Assis Chateaubriand. Estes es-

tabelamentos de ensino são responsáveis pela formação de mais de 90% dos técnicos agropecuários deste Estado. Mereceu destaque especial a caracterização dos egressos e a situação profissional em que eles se encontram e quais possibilidades de ingressar no mundo do trabalho. Chegamos a conclusão que embora a maior parte dos egressos esteja trabalhando, apenas relativamente pequeno percentual labora em sua área de formação (45,9%), porque os demais trabalham fora dessa área (23,3%) exercendo as mais variadas funções, (22,9%) deles estão desempregados.

Verificamos que as principais causas apontadas por esses Técnicos motivando seu afastamento de sua área de formação estão voltadas para o fato de que eles não conseguiram emprego pela limitação do mercado de trabalho.

18- O MIMETISMO DA REALIDADE NOS DISCURSOS DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL . 1984, 227 p.

Autor: VALDIR DE CASTRO OLIVEIRA

Orientador: Antonio Fausto Neto

O objetivo do autor é mostrar como se dá a "construção", nomeação e interpelação do rural através dos discursos dos meios de comunicação voltados para o desenvolvimento rural no Brasil. Escolhe a Rádio Guarani Rural de Belo Horizonte, dos Diários Associados, mas arrendada ao Governo do Estado de Minas Gerais, que vem desenvolvendo uma experiência de emissão voltada exclusivamente para o meio rural. Como método, usa o modelo sócio-semiológico de Verón para analisar o discurso radiofônico em conotação com o contexto estrutural da sociedade, inferindo que a emissora mimetiza o real histórico pela presença constante de um real ideologizado, próximo às concepções da classe dominante. Além disto, o Autor diz que os conteúdos e planos de expressão veiculados se apresentam muito mais como uma maneira de abrandamento do real do que mostrar os aspectos conflituais, dando ênfase ao entretenimento e questões anódinas, bem como selecionar e emitir textos das cartas dos ouvintes em função dos interesses do emissor.

19- PEQUENA PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO: Efeitos da Modernização na Estrutura do Pequeno Produtor na M. R. do Sertão do São Francisco. 1984, 145 p.

Autora: SEVY DE BARROS MADUREIRA FERREIRA

Orientadores: Charles Michel M. J. Beylier e Elimar P. do Nascimento

Este estudo pretende entender a dinâmica da pequena produção no Sertão sanfranciscano e as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura da sociedade rural, no que tange à organização familiar dos pequenos produtores, face ao recente processo de modernização na área. Para isto a Autora utilizou um método comparativo entre o padrão de consumo e a divisão do trabalho, dentro de uma tipologia previamente estabelecida a partir do grau de incorporação da tecnologia e da utilização da mão-de-obra assalariada. Tomando os municípios pernambu-

canos de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista como campo de pesquisa, a Autora trabalhou com amostras de 60 unidades produtivas, através de entrevistas e observação, verificando que as alterações mais contundentes se dão no padrão de consumo familiar, que vem empobrecendo, independente do aumento da área cultivada e da diversificação da produção. O emprego da força de trabalho tem-se alterado, extrapolando a Unidade Produtiva Familiar e fazendo a mulher dar um sobretabalho em multiplicidade de tarefas. A Autora conclui que a pequena produção se mantém e se expande concomitante ao grande capital na agricultura, tendo como suporte a reprodução da parceria e do trabalho assalariado.

20- JARU, COLONIZAÇÃO E CAMPESINATO (Política de Colonização e Sobrevivência da Produção Camponesa no Estado de Rondônia), 1984, 185 p.

Autor: JOSÉ PINTO DA SILVA

Orientadora: Ghislaine Duqué

O Autor tenta uma análise sobre o processo de formação e reprodução física e social da produção camponesa, dentro de uma formação social capitalista, tomando o município de Jarú, em Rondônia, como campo de pesquisa. Para este estudo sobre fronteira agrícola, ele parte de uma concepção de campesinato que difere da interpretação clássica uma vez que se trata de uma contradição política do Estado, no que concerne à colonização daquela área. A intervenção do Estado, visando à reprodução do capital, inclui ações que extinguem e recriam, simultaneamente o campesinato, dado que a colonização não tinha uma base real. O Estado, por sua vez, redimensiona suas ações para preservar a instalação do campesinato, pois só através dele é possível a reprodução do capital. O Autor verificou que as culturas ali exploradas, são inviáveis para as empresas, devido ao nível tecnológico exigido e à escassez de mão-de-obra, obrigando assim a uma integração das produções camponesa e industrial. A quase socialização dos meios de produção levou o Autor a buscar o real significado da propriedade desses meios de produção por camponeses e empresários percebendo que a propriedade formal dos meios de produção é uma estratégia que o capital utiliza para valorizar a agricultura. Para esta compreensão, o Autor sugere que o modelo clássico do desenvolvimento do capitalismo no campo deve ser tomado como uma abstração, já que é ao nível do concreto que se tem de buscar o entendimento para as diversas formas de expressão do capital na agricultura, como o exemplo de Jarú.

21- SECA: E SOCIEDADE CIVIL: O CASO DE PATOS 1985, 221 p.

Autora: YARA REGINA CANDELÁRIA DA ROCHA

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento.

Esta dissertação trata do estudo específico das representações do fenômeno da seca na Sociedade Civil sertaneja, para o qual a Autora escolheu a cidade paraibana de Patos, aplicando 135 entrevistas, num levantamento de todas as instituições político-sociais, para estabelecer uma tipologia de organização social, com

relação às classes dominante e dominada. Ela tenta detectar na sociedade civil durante a seca (1977-1982), a capacidade de denúncia de alguns setores representativos, algum poder de barganha com relação ao poder local, bem como o germe de um movimento consciente, a nível local. Por outro lado, a Autora tenta captar a ideologia da seca (sua representação), revelando que a representação extranatural é muito pequena (1,5%) enquanto a de fenômeno natural atinge a 91% e apenas 7,4% a vê como social. No cômputo geral, a maioria dos entrevistados responsabiliza o Governo Federal pela repercussão de políticas errôneas, enquanto o Poder Municipal é visto como o que possui melhor atuação. Isto leva a Autora a crer que existe um interlocutor para a Sociedade Civil, no caso de Patos, e uma crescente conscientização popular sobre a relação entre o natural e o social, no caso da seca.

22- O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOVIMENTO OPERÁRIO: 1880 – 1930. *1985, 157 p.*

Autora: CARMEM DULCE DINIZ VIEIRA

Orientador: Fernando Silveira Massote

Este trabalho tem o objetivo de recuperar os termos do debate sobre a questão agrária, travada no movimento europeu entre 1880 e 1930. Para tanto a Autora se vale das clássicas discussões, desde uma visão determinista que alguns autores fazem sobre as leis tendenciais elaboradas por Marx, passando pelo catastrofismo de Kautsky e buscando respaldo em Lênin sobre a questão agrária. A Autora reforça seus estudos com as abordagens de Gramsci sobre o surgimento do capitalismo na Itália e a manutenção do "bloco agrário", utilizando-se da "Questão Meridional" e "Cadernos do Cárcere". Conclui, admitindo como Gramsci, que a liberação da sociedade passa pela auto-liberação da classe operária.

23- O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA: Descontinuidade e Recriação. 1889-1945. *1985, 351 p., 2 vols.*

Autora: ELIETE DE QUEIROZ GURJÃO SILVA

Orientadores: Charles Michel M. J. Beylier e Waldomiro Cavalcanti da Silva

Esta dissertação analisa a estrutura de poder no Estado da Paraíba no período 1889-1945, enfatizando a configuração oligárquica e os mecanismos de sua preservação e redefinição. Para isso, primeiramente descreve a configuração inicial do espaço nordestino e o papel desempenhado pela produção de açúcar e algodão no processo de regionalização do Nordeste, e enfatiza a estrutura de poder como instrumento da intervenção do Estado nesse mesmo processo, do qual o coronelismo e as oligarquias constituem a base social e ideológica de realização. A Autora toma o período 1889/1930 para estudar como ocorre a consolidação e a crise do poder oligárquico na Paraíba. Faz, uma análise comparativa entre as mudanças econômicas que se efetuaram neste período e a renovação do poder das tradicionais oligarquias, enquanto explicita, ao mesmo tempo, a dinâmica

dos movimentos sociais nesta fase de apogeu do coronelismo e da dominação oligárquica. O trabalho busca, enfim, definir o conteúdo e as conseqüências da crise das oligarquias o processo de reorganização das oligarquias paraibanas no período 1930-1945. Mostra a relação entre a crise da economia local e seus reflexos sobre o poder oligárquico que abre espaço para a mobilização da classe dominada, produzindo incontinenti, forte e contundente reação conservadora. Finalizando, analisa como as forças políticas organizadas transformam o confronto em conciliação, conseguindo, assim, a reiteração do poder das oligarquias.

24- A CONDIÇÃO CAMPONESA: Aparência e Realidade no Capitalismo.

Autora: LAURA SUSANA DUQUE-ARRAZOLA. 1985, 344 p.

Orientador: João Bosco Guedes Pinto.

Neste estudo tenta-se mostrar que, no estágio atual do desenvolvimento do capitalismo, nas formações latinoamericanas, para se compreender o processo de constituição em classe do campesinato (classe-para-si) é necessário apreendê-lo em sua determinação e pertença de classe (classe-em-si). Portanto, não é bastante mostrá-lo como "grupo doméstico de cultivadores rurais", produtor rústico em pequena escala, como economia ou modo de vida peculiar a determinadas sociedades (sociedades camponesas), que diferem das sociedades mais envolventes. Sua existência, empiricamente reconhecível e constatada, não será explicada, com ignorá-lo ou desprezá-lo. Para se apreender seu ser social real faz-se mister, portanto ir mais além de sua 'forma de aparecer' que é sua condição camponesas. Concebe-se o camponês como subsumido pelo capital: de forma semelhante ao operário real, ele é transformado em valor de uso para o capital, no processo geral da produção deste. Em conseqüência, apesar de sua forma contraditória de ser, o camponês, não apenas gera mais valia, como contribue também para a valorização do capital, o que faz dele um determinado trabalhador produtivo para o capital. O estudo busca mostrar como o camponês é de fato um trabalhador e só aparentemente um proprietário dos meios de produção. Em outras palavras ele é um determinado ser proletário que se reproduz sob uma condição camponesa. À guisa de conclusão, a Autora busca recolocar o processo de constituição em classe do campesinato, lado a lado com o proletariado, como uma das forças que, na sociedade capitalista são "portadoras do futuro".

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A QUESTÃO AGRÁRIA E A SUDENE
2. INFLAÇÃO E RECESSÃO
3. MARXISMO ABIERTO
4. A LAVOURA CANAVIEIRA E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO BRITÂNICO EM PERNAMBUCO

GARCIA, César; AGUIAR FILHO, Hermes Ferreira de; MOREIRA FILHO, José de Castro & SEARA, Miriam Arruda: *A questão agrária e a SUDENE*. Recife, SUDENE-POLONORDESTE, 1984 (2ª edição parcialmente atualizada), 98 p.

Não podia ser de maior atualidade a reedição deste breve estudo, cujo sub-título bem poderia ser "Porque nunca se fez a reforma agrária no Nordeste". Em linguagem simples e direta, os autores conseguem fazer chegar ao leitor sua interpretação da atual problemática agrária nordestina e suas propostas de solução.

Um primeiro capítulo, extremamente didático, versa sobre a questão da sobrevivência da pequena produção camponesa sob o capital e de seu papel no processo de acumulação capitalista. A evolução desta produção camponesa se dá de forma complexa e diversificada, conforme os diversos ramos de produção agropecuária: reprodução do campesinato na produção de alimentos e também em ramos subordinados estreitamente a unidades industriais; expulsão e proletarização dos trabalhadores do campo na produção comandada diretamente pelo grande capital.

Desta análise, aliás não isenta da utilização de conceitos controvertidos (como por exemplo a tese da retenção do equivalente ao salário por parte dos produtores camponeses autônomos), os autores concluem da existência, no Brasil, de situações diversas que justificariam a distinção de pelo menos três categorias. A primeira, dos camponeses proprietários, ameaçada pela expansão dos ramos que interessam ao grande capital, luta para conservar sua condição. As duas outras, a daqueles que trabalham no interior da grande propriedade e dos posseiros, representam os principais interessados na reforma agrária, através da qual poderiam converter-se em proprietários.

Embora os trabalhadores das três categorias sejam explorados, os autores estimam que os não-proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros) estão em situação pior, pois sem amparo legal e sem uma Justiça Agrária, enfrentam resistência violenta quando lutam pelo cumprimento das leis trabalhistas (o Estatuto da Terra, em particular). Os pequenos proprietários, embora também vejam uma parte de sua produção apropriada por outros setores, pelo menos conseguem reter uma parte de sua produção para a própria subsistência, o que lhes dá um mínimo de segurança. Daí porque a bandeira da reforma agrária exerce tal atração sobre todos os trabalhadores sem terra própria.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	229 a 232	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

Aliás, no capítulo seguinte, ao analisarem o processo histórico de formação da pequena produção (enquanto resultado do latifúndio) e sua situação atual, os autores frisam o caráter economicamente absurdo da dicotomia minifúndio-latifúndio: o primeiro superpovoado, contribuindo de forma expressiva para o total da produção alimentar, que está quase totalmente absorvida pela população interna das propriedades, isto é, sem condição de oferecer excedentes; o segundo ocupando a maior parte do espaço e largamente ocioso. É este "perfil agrário tão perverso" que, conforme os autores, uma "reestruturação agrária séria" deveria corrigir, mediante o agrupamento dos minifúndios e a divisão dos latifúndios, com a orientação dos excedentes populacionais principalmente para as regiões de fronteiras. Entendem ainda, no espírito colocado no capítulo precedente, que uma reforma agrária talvez seja o único caminho capaz de levar a uma maior estabilidade da força de trabalho rural, assim como a "uma elevação de seu padrão de vida", ao mesmo tempo que "favorece a transferência de excedentes para os setores que comandam a acumulação de capital" (p. 16). Em suma, uma medida capaz de agradar ao mesmo tempo aos trabalhadores e aos capitalistas. Esta análise — acreditamos — bem mostra o caráter ambíguo de uma reforma agrária que se limite à distribuição de terras, sem outras ações capazes de modificar as relações de força na sociedade e, em particular, entre o capital e os pequenos produtores do campo, e entre estes e os latifundiários.

Os autores não deixam de atentar para este problema, denunciando, por exemplo, a falácia das cooperativas enquanto instrumentos de união e assistência para os camponeses. Porém, estimam que, na qualidade de proprietários, os pequenos produtores poderão lutar por novas conquistas e, a nível jurídico, terão condições de ver seus direitos respeitados de forma um pouco mais segura que os sem terra.

Estas opiniões são, sem dúvida, bastante polêmicas, ao igual que alguns conceitos aí usados (por exemplo "extração da mais-valia do parceiro"). Basta lembrar que o cumprimento das leis depende, em boa medida, da determinação do Estado, expressão, por sua vez, da correlação de forças entre as classes. E quem pode afirmar, dentro da conjuntura que estamos vivendo, que os camponeses poderão constituir um segmento social unido e forte de maneira mais eficiente que, por exemplo, os trabalhadores sem terra? E qual seria o sentido disso? São, obviamente, perguntas de difícil resposta.

Precisamente os capítulos seguintes (3 a 5), ao evidenciar, de um lado os conflitos no campo, do outro as políticas dirigidas aos pequenos produtores, demonstram a pouca determinação que até então teve o Estado em resolver a questão agrária, bem como a desigualdade do confronto atual entre as diversas categorias sociais do campo.

Os autores agrupam os conflitos em torno da posse da terra, segundo os adversários que os camponeses enfrentam, em três tipos: 1) os mais comuns nas zonas de expansão da fronteira agrícola (Maranhão e Bahia), 2) os habituais em áreas

onde convivem há muito tempo a pequena produção de alimentos e a exploração pecuária, e 3) aqueles pouco numerosos mas muito importantes pelo número de famílias que atingem (por exemplo o caso das grandes barragens ou de grandes sistemas de irrigação). Dando continuidade, analisam os diversos programas elaborados pela SUDENE para a solução dos problemas agrários no Nordeste: nada de novo, talvez, mas esta apresentação tem o mérito da síntese clara e honesta, que acaba traçando um quadro impressionante dos resultados do confronto que mencionávamos acima.

O que se lê entre as linhas é o diagnóstico de uma enorme agitação, supondo esforços consideráveis dos escalões técnicos, consumidos em grande parte no círculo fechado da própria máquina burocrática, e que, a efeitos da reestruturação fundiária, não dão em nada. Entendemos que, em essência, esses programas envolvem os elementos seguintes, esboçados no trabalho resenhado: 1) acumulação obsessiva de estudos preparatórios para qualquer determinação de objetivos, estudos estes muitas vezes precedidos de esforços para a capacitação de pessoal especializado, treinado especificamente para este fim; 2) elaboração de estratégias sofisticadas, envolvendo a orquestração de ações simultâneas nos mais diversos níveis: pesquisa, infra-estrutura básica, assistência técnica, ações de alcance social etc.; 3) adoção de medidas de sincronização complexa de intervenções das instituições as mais variadas, a nível nacional, regional, estadual e local; e 4) isto tudo (estudos, objetivos, estratégias) constantemente colocado em questão e retrabalhado — a cada plano diretor quando não a cada exercício — em nome de uma maior eficiência... futura.

Em resumo, uma preparação cada vez mais aperfeiçoada para um desenlace que nunca chega, um luxo de precauções preparatórias a uma ação que aborta apenas esboçada. As intenções e/ou proclamações ambiciosas se reduzem a metas acanhadas e, mesmo assim, as modestas ações iniciadas são corroidas e deformadas sob a pressão de interesses dominantes.

O que fazer então, nos marcos do atual sistema sócio-político-econômico vigente e que o trabalho não questiona nem cogita a possibilidade de sua remoção? No sexto e último capítulo, intitulado "Propostas de intervenção ampliada" — que julgamos ser a contribuição mais interessante do livro — os autores apresentam recomendações valiosas: um grande programa de regularização fundiária e de distribuição de terra através de uma ampla reforma agrária, com massiva participação popular na formulação e execução de políticas, redirecionamento do crédito rural e da assistência tecnológica à unidade produtiva familiar, mudanças dos atuais mecanismos de comercialização e abastecimento, e reformulação da política de irrigação. Finalmente, para que tudo isto dê certo, os autores consideram indispensável a organização dos produtores, principalmente através de cooperativas.

Estas orientações, fruto da reflexão baseada no diagnóstico anterior, nos parecem providas de uma boa dose de bom senso que raramente é aplicado neste

campo. Elas se opõem aos velhos vícios capazes de derrubar as melhores propostas, tais como: o desprezo pelas experiências dos produtores e por suas práticas, a apropriação de parte de sua produção a nível de mercado, as exigências burocráticas que costumam sobrecarregar o crédito rural, etc.

Temos que, infelizmente, nos identificar com os autores num pequeno reparo feito na "Apresentação". Nela o leitor é informado que várias idéias desse estudo foram aproveitadas pelas diversas equipes que participaram da elaboração inicial da proposta do Projeto Nordeste (do qual ainda não se falava quando a primeira edição do estudo foi publicada, como mimeo, em 1981). Porém, como dizem os autores, "à medida em que os documentos (do Projeto Nordeste) vão sendo detalhados e vão-se aproximando da execução, as idéias mais inovadoras, mais capazes de modificar a realidade, vão sendo censuradas pois vão passando por instâncias cada vez mais próximas ao poder. Em consequência, algumas metas são eliminadas, outras são reduzidas bem como seus respectivos recursos financeiros. Por tudo isso, as idéias contidas na primeira edição continuam fundamentalmente válidas e foram conservadas".

Isto confirma nossa preocupação quanto à importância do fator político na questão fundiária — cuja solução não pode se limitar a medidas de ordem técnica — e mais especificamente à relação de forças no confronto entre classes. É dessa correlação de forças, na sociedade e, em particular, em cada caso concreto, que dependerá o caráter dessa reforma agrária que já se pronuncia, mostrando em que medida o poder conseguirá cumprir o objetivo de — como bem apontara Kautsky e que os autores aqui reproduzem — "subordinar a produção agrícola aos interesses do capital sem que para tanto seja necessário realizar a concentração da propriedade da terra e dos demais meios de produção (...)" (p. 10). Eis a grande questão colocada pelo livro resenhado: a do caráter de uma eventual reforma agrária.

Os autores, na sua justa preocupação pelos pequenos produtores — porém, talvez um pouco unilateral, na medida em que não mostra interesse similar por outras categorias de trabalhadores, principalmente os assalariados rurais — não podem se satisfazer com as medidas que até então vinham sendo tomadas. É que elas — e é bom destacá-lo — não ultrapassam os estreitos limites do sistema vigente e afinam com ele. Revelam-se assim, na sua verdadeira dimensão, as condições e implicações de uma reforma agrária.

Ghislaine Duqué
Elbio Troccoli

2. INFLAÇÃO E RECESSÃO

PEREIRA, L.C.B. e NAKANO, Y. *Inflação e Recessão*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Um livro importante. Pela primeira vez, em língua portuguesa, uma sistematização das diversas teorias explicativas da inflação. Uma apresentação didática e original, que culmina na análise da "nova inflação", a inflação do "sistema monopolista" ou do "capitalismo tecnoburocrático".

Em aberto confronto com a "teoria quantitativa de moeda", os autores afirmam a possibilidade de autonomia das variações de preços frente à quantidade de moeda em circulação, com base no poder de mercado que hoje possuem os diversos agentes econômicos (principalmente os sindicatos e as empresas).

"Neste quadro, a inflação se transforma em um mecanismo de transferência de renda para os setores economicamente mais fortes ou politicamente mais poderosos. (...) na medida em que os sindicatos se fortalecem (...), eles tenderão a exigir aumentos de salário acima do índice de preços mais o índice de produtividade. Neste momento, ante a ameaça às taxas de lucro (e na medida em que as empresas têm poder de mercado-MLM), estará também desencadeada a inflação." (pp. 30-31).

É com base na verificação deste "conflito constante e direto" que Bresser afirma que as expressões da "luta de classe(...)" estão diretamente na base da inflação". (p.32). A partir desta constatação, a natureza e as funções do Estado passam a assumir papel determinante, tanto na sanção e impulso dos acréscimos de preços como na solução do processo inflacionário.

As divergências com a "teoria quantitativa da moeda", assim como as características do Estado, são os eixos norteadores da análise. Entretanto, é precisamente na teoria do dinheiro e na do Estado que situam-se os pontos fracos deste trabalho.

Com base na apresentação de dados empíricos, afirma-se que os "preços declinantes desapareceram do quadro histórico". (p.15, grifo-MLM). No entanto, em nenhum momento esta tendência histórica foi relacionada com as transformações históricas do dinheiro, deixando transparecer que o dinheiro do período mercantilista ou dos primórdios do capitalismo e o de sua fase monopolista tem as mesmas características. As distinções entre o dinheiro metálico puro, o papel moeda conversível e o papel moeda não-conversível, parecem não jogar papel de relevância nas especificidades da "nova inflação", quando, na realidade, esta inflação característica do capitalismo monopolista, tem como fundamento uma elevação original do nível de preços *sancionado* pelo governo e pelo sistema bancário.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	233 a 235	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

“Diante da redução generalizada de liquidez (em função do aumento do nível de preços-MLM) e da iminência de crise, as autoridades monetárias serão obrigadas a emitir e também liberar o crédito, se o próprio sistema bancário não o fizer por sua própria conta”. (p. 20).

É evidente que sob o domínio do dinheiro metálico puro ou do papel moeda conversível, o exercício destas práticas é impossível ou rapidamente neutralizado.

Assim, esta “tendência histórica” deve ser relativizada, situando-a no pós segunda grande guerra e, principalmente, no período que vai de 1971 até os nossos dias; período no qual o dólar foi, de direito, desindexado do ouro. Embora nossos autores utilizem o período indicado (pós 2ª GG) em seus quadros e estatísticas, fazem-no *apenas considerando a nova estrutura monopolista do mercado e em total inobservância das características do dinheiro que permitem a especificada atuação das autoridades monetárias e do sistema bancário*: o dinheiro poderia ser mera convenção neoclássica-monetarista ou o dinheiro-mercadoria de Marx, o que em nada alteraria as conclusões de Bresser e Nakano/

Os reflexos desta concepção eclética do dinheiro podem ser melhor observados na indefinição sobre a natureza do Estado e, conseqüentemente, sobre as políticas econômicas por ele implementadas.

Explicitamente, credita-se ao Estado a “características fundamental de estar a serviço da acumulação capitalista” (p.32) ou, em outras palavras, de ser o Estado do capital. De forma ainda mais incisiva, define-se o caráter do Estado e os limites de suas políticas econômicas, afirmando-se que “os controles do Estado não podem violentar a lei do valor”. (p. 36). Entretanto, na página 35, como que “cercada” pelas duas declamações de princípios acima citadas, aparece sorrateiramente, a concepção de Estado neutro e acima das classes, a qual permeia todo o texto: o Estado aparece como administrador de preços desinteressado, substituindo-se à lei do valor e considerando todos os agentes econômicos em igualdade de condições:

“Na verdade, o Estado, enquanto administrador de preços, tem um papel todo especial. Geralmente sua função é segurar os preços, *é substituir-se ao mercado* (violentar a lei do valor, portanto-MLM) como única alternativa de controle de preços em uma economia dominada pelo sistema de planejamento. Esta administração de preços por parte do Estado é fundamentalmente uma administração de lucros, salários e ordenados. É, portanto, uma política de rendas. Ao administrar os preços das mercadorias, o Estado pretende controlar os lucros das empresas; ao controlar os salários, os lucros das empresas e os salários dos trabalhadores; ao controlar os juros, os lucros dos bancos e as rendas dos rentistas financeiros; ao controlar os aluguéis, as rendas dos rentistas imobiliários” (p. 35).

Assim, sem compromissos com nenhuma classe social — ou aliança de clas-

ses — o Estado é o administrador da riqueza social, *compromissado apenas com a sociedade em abstrato*. Trata-se, sem dúvida, da concretização do “Estado tecnoburocrático”, noção desenvolvida em outra obra de Bresser Pereira e de aplicabilidade tanto aos países capitalistas quanto aos que realizaram a revolução socialista.

Muitas outras questões polêmicas poderiam ser levantadas. Apenas como exemplo, poder-se-ia citar a necessidade de “legitimidade” do governo, reclamada por Bresser (p. 39), como condição necessária ao combate à inflação. Seria a legitimidade para melhor servir à “acumulação de capital”? Neste caso, a legitimidade seria fornecida pelos capitalistas, por uma minoria. Sem colocarmos em questão a validade desta “legitimidade”, não há dúvidas que somente com base nela poder-se-ia afirmar que a “única forma coerente de contê-la (a inflação-MLM) é controlando os preços” (p. 128). Em nome de uma *coerência integral* acrescentaríamos — com a permissão dos autores — “da força de trabalho”.

Para terminar, duas características interessantes deste livro precisam ainda ser apontadas. Primeiro, o fato da obra ser composta por artigos assinados, permitindo ao leitor observar as divergências e sutis diferenças de concepções entre os dois autores. Isto tanto no que concerne à criatividade e ilustração do pensamento de Bresser Pereira quanto à tacanhez tecnocrática de Nakano. Por último, a impossibilidade de largarmos o texto antes da última página ser virada. As contradições do trabalho, sua construção eclética e maleável, provocam uma interminável e rica série de reflexões sobre a temática estudada.

Manoel Luiz Malaguti

3. MARXISMO ABIERTO

MANDEL, E. *Marxismo Abierto*. Barcelona, Crítica, 1982.

Neste livro, apreciamos uma interessante entrevista concedida por Ernest Mandel a Johannes Agnoli. Não é, entretanto, uma entrevista comum, pois tanto entrevistado como entrevistador são renomados marxistas e ativistas políticos com firmes posicionamentos teóricos e práticos, os quais, em muitos casos, apresentam-se em franca oposição. Estas características fazem passar, por todo o texto, um clima de confrontação e "duelo" intelectual que obriga o leitor a tomar partido, estimulando a reflexão e o pensamento crítico.

Classificando-se (Mandel) como um discípulo de Trotsky e Luxemburgo, as passagens críticas sobre o socialismo "real" não poderiam faltar, dominando (se assim podemos nos expressar) o conjunto do texto. Uma das passagens mais interessantes incide sobre o paradoxo de se admitir a existência de Estados Socialistas e dizer-se, ao mesmo tempo, marxista: "Se recordas os escritos de Marx e Engels, inclusive os escritos de Lenin, não encontrarás nenhuma passagem (...) absolutamente nenhuma, que fale de um 'Estado Socialista'. O Socialismo como primeira fase do comunismo, não é compatível na ortodoxia marxista, (...), com a existência de um Estado. O processo histórico foi o seguinte: se partiu de um dogma não marxista, de um dogma politicamente induzido, segundo o qual existe um 'Estado Socialista' (...). Imediatamente tentou-se vender este dogma como ortodoxia marxista, até fazê-lo aparecer como evidente por si mesmo" (p. 13-14).

Com relação às conotações de religiosidade, de fé ou dogma, atribuídas ao marxismo, pode-se observar, ainda, a preocupação com o "totalitarismo burocrático" ou socialismo "real". Explica que, em geral, os detratores polemizam "com uma interpretação do marxismo inventada por eles e não com a teoria formulada pelo próprio Marx" (p.37). No entanto, atenuando as deficiências (ou culpas) dos detratores, ressalta que "a ideologia estalinista, que se apoia em Marx e no marxismo, ostenta uma inclinação pronunciadamente dogmática acientífica, semi-religiosa ou proto-religiosa" (p. 39), e que, identificar esta ideologia com o marxismo, seria o mesmo que "responsabilizar os mandamentos ou o Sermão da Montanha pelas cruzadas, a inquisição ou as guerras de religião" (p.43).

A diversidade dos temas é uma das qualidades mais arrebatadoras do livro, passando da psicologia individual à ecologia, com todo o desembaraço de quem domina e aplica um método de interpretação da realidade coerente e científico.

Na área da Psicologia, ao responder sobre o atribuído desprezo dos marxistas pela "estrutura instintiva do homem", responde com a astúcia de uma in-

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	237 a 238	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

teligência privilegiada frente a um falso problema: "declaramo-nos culpados. O marxismo não tem, em absoluto, a pretensão de solucionar a totalidade dos problemas humanos. Sem dúvida não tem receita para uma terapia individual apta para a totalidade dos indivíduos humanos. Não tem a desfaçatez de prometer um 'paraíso sobre a terra'. Suas pretensões são muito mais modestas" (p.45).

Com a mesma agilidade pronuncia-se, de forma polêmica, sobre algumas tendências do movimento ecologista europeu: "Fascistas é um pouquinho exagerado, mas corporativista-reacionárias, sim" (p. 59).

Destacam-se ainda, como temas de discussão, as peculiaridades e características das organizações operárias e dos partidos, em suas mais diversas concepções. Surge uma curiosa divergência com o entrevistador, quando Mandel tenta sustentar a teoria do partido leninista e recuperar algumas teses do centralismo democrático. Com base na deturpação burocrática deste conceito, procura explicar, em parte, o fracasso dos partidos comunistas oficiais (são visíveis as lacunas desta argumentação).

O livro é escrito numa linguagem simples, quase coloquial, onde as passagens irônicas ou de humor são inevitáveis. Entretanto, o espírito científico, em nenhum momento é abandonado: tanto a atuação do entrevistado, Professor de Economia da Universidade de Bruxelas e dirigente da IV Internacional, quanto a do entrevistador, professor da Universidade Livre de Berlim Ocidental, pautam-se pelo esforço de oferecer esclarecimentos sérios e rigorosos sobre alguns dos mais controversos temas da atualidade.

Manoel Luiz Malaguti

4. A LAVOURA CANAVIEIRA E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO BRITÂNICO EM PERNAMBUCO

MELO, Josemir Camilo de, *A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco*, Recife, Curso de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 1978, 250.

Ao contrário do que se observa em relação à transição capitalista ocorrida no Centro-Sul, e, especialmente, sobre as origens da indústria em São Paulo e Rio de Janeiro, os estudos acerca da capitalização da agricultura nordestina e, em particular, do processo de industrialização no Nordeste, ainda são muito escassos. E, se restringirmos nossa constatação à área dos estudos históricos, essa indigência torna-se mais clamorosa. A tese de Mestrado defendida por Josemir Camilo de Melo. *A Lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco*. (Recife, Curso de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 1978, 250 p.), ainda pouco divulgada, tem assim o mérito de contribuir vigorosamente para trazer, a público, algumas questões de grande importância ao entendimento do intrincado tema das transformações capitalistas da agricultura nordestina e dos primórdios de sua industrialização. Se Camilo de Melo não resolve, de maneira satisfatória, todas as questões colocadas, tem ao menos a louvável iniciativa de instaurá-las como pontos de partida para futuras investigações.

Como sustenta o autor na parte central do seu trabalho, o processo de implantação dos *Engenhos Centrais* em Pernambuco configura *uma etapa a mais de industrialização do açúcar*, que haveria se iniciado em 1817, com a introdução da tração a vapor nos antigos "banguês". Neste sentido, a questão do surgimento dos *Engenhos Centrais* nos introduz diretamente na mesma problemática das origens da indústria pernambucana, e, mais precisamente, na da acumulação do capital industrial-produtivo, aplicado à agricultura canavieira. A este respeito, a dissertação do nosso autor plantea uma questão fundamental: *por que fracassaram as primeiras tentativas de separação entre as fases do cultivo e da industrialização da cana-de-açúcar, representadas pelos Engenhos Centrais, apesar de estarem estes sob o controle do imperialismo inglês e amparados pelo Estado?*

A conclusão apresentada por Camilo de Melo, que segue os passos da própria documentação consultada, em essência, desemboca em explicações, tais como: má administração dos empresários ingleses, não incorporação de capitais em tempo hábil, superdimensionamento dos salários de membros da diretoria, atraso ou mau aproveitamento da tecnologia disponível, desonestidade dos incorporadores, etc.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	239 a 241	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

Conquanto, esta ordem de razões não deva ser desprezada na compreensão do fracasso da experiência industrializante dos Engenhos Centrais, ela é, contudo, insuficiente para dar cabal e profunda conta das vicissitudes do desenvolvimento capitalista, que se acham na base do insucesso daquelas primeiras tentativas. É nossa convicção que a análise do fracasso da implantação dos *Engenhos Centrais* em Pernambuco passa necessariamente pela *identificação tanto dos grupos econômicos dominantes, ao nível da circulação e das relações de trabalho vigentes na esfera da produção, como das relações de interdependência, mantida entre o cultivo da cana e a fabricação do açúcar*. Estes dois aspectos, enquanto elementos elucidativos relevantes, merecem maior atenção, e por isso passamos a aprofundá-los.

Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que o grau de subordinação da incipiente agro-indústria açucareira nordestina ao imperialismo foi, incomparavelmente, maior que o da economia cafeeira sudestina. O controle exercido pelos ingleses sobre a circulação de dinheiro e mercadorias no Nordeste, durante esse período (final do século XIX), propiciou-lhes a apropriação do excedente econômico gerado na colônia, até então apropriado pelo capital mercantil holandês. Em outras palavras, mesmo depois da Independência, o Nordeste continuou a sofrer um processo de espoliação de seu excedente econômico, por meio da intermediação comercial-financeira inglesa, a qual desbordou, inclusive, para a esfera da produção industrial do açúcar. Essa expropriação do excedente econômico gerado na colônia, até então apropriado pelo capital mercantil holandês. Em outras palavras, mesmo depois da Independência, o Nordeste continuou a sofrer um processo de espoliação de seu excedente econômico, por meio da intermediação comercial-financeira inglesa, a qual desbordou, inclusive, para a esfera da produção industrial do açúcar. Essa expropriação do excedente no âmbito da circulação tinha, como contrapartida, uma fraca dominância do capital na esfera da produção. Essa supremacia se expressava, sobretudo, pelo conjunto das relações de trabalho através das quais era extraído o excedente: o trabalho escravo, o morador de "condição" e o trabalho assalariado. Ao contrário do que geralmente se pensa, as relações de trabalho pré-capitalistas, em vez de proporcionarem a extração de uma quantidade ilimitada de excedente, pelo menor custo, representaram outras alternativas, todas elas de maior custo, seja pela menor produtividade apresentada, seja pela maior dificuldade em se reproduzir. Fugindo ao capital, o estrito controle das condições de reprodução, tanto do escravo como do morador, impunha-se-lhes assim duas alternativas: ou bem o custo de reprodução da força de trabalho torna-se muito alto (era o caso da importação de alimentos), ou bem a força de trabalho não se reproduzia adequadamente, ao se definir, como vítima de um processo brutal de exploração da capacidade de trabalho que levava o trabalhador a produzir, por meio de uma dilatada e exaustiva jornada de trabalho, não só produtos para o dono da terra, mas os próprios meios de subsistência. Em suma, essas formas de subordinação (for-

mal) do trabalho, onde o trabalhador é obrigado a produzir seus próprios meios de subsistência, mediante jornadas variáveis de trabalho, representam essencialmente uma frágil dominância do capital produtivo, tendo como resultado a apropriação final do excedente pelos agentes da circulação, e, conseqüentemente, a transferência da acumulação para essa esfera. Essa apropriação verificou-se por meio de vários mecanismos, entre os quais o monopólio de compra e venda de mercadorias que não desempenhou um papel menor.

Em segundo lugar, é necessário ainda apontar para o surgimento dos problemas acarretados pela divisão do trabalho — instaurada à raiz do aparecimento dos Engenhos Centrais — entre a agricultura canavieira e a fabricação do açúcar. Tal separação, em vez de ter se traduzido em uma maior acumulação de capital no âmbito da produção, dada a diferença de produtividade entre as atividades agrícolas e as atividades fabris, levou à falência, justamente, os “engenheiros”, pois retirou da esfera da produção fabril o controle sobre o fornecimento da matéria-prima, tanto no que diz respeito à disponibilidade desta última para a moagem, quanto à fixação de seu preço. Na verdade, em relação aos Engenhos Centrais do século XIX, pode-se falar, com segurança, na subordinação da produção açucareira à agricultura canavieira, e não ao contrário, como frequentemente se supõe (talvez sob a influência de uma leitura demasiadamente literal da documentação). Sem a garantia de um fornecimento regular de cana e sem o controle sobre seu preço, é evidente que o projeto de implantação dos Engenhos Centrais em Pernambuco não poderia vingar, mormente nas condições antes mencionadas. A prova disso é que a produção açucareira cresceu, neste período, mais pelo esforço dos engenhos tradicionais, com algumas adaptações tecnológicas, que pelo incremento surgido com o advento dos novos Engenhos Centrais. Não foi por outra razão que a Usina (a sucessora do Engenho Central), reunificando a agricultura e a indústria, e, assegurando-se, pelo menos, no controle do fornecimento da cana a preços compensadores, pôde sobreviver até hoje, embora sofrendo todas as conseqüências já aludidas do processo de obstrução acumulativa na produção seja pelas relações de trabalho ainda vigentes na agricultura canavieira, seja pela apropriação de seu excedente na esfera da circulação.

Entendemos, assim, que o inegável mérito do trabalho original de Camilo de Melo encontra-se limitado pela não observância e incorporação dos elementos analíticos aqui assinalados, cuja inclusão teria enriquecido o trabalho, por ser de vital importância para a compreensão e explicação científicas do processo de capitalização da agricultura nordestina e das origens de sua industrialização.

Michel Zaidan Filho

Composição e Impressão
EPGRAF
Rua Miguel Couto, 291 - Fone: 321-4595
Campina Grande - Paraíba